



Revista Brasileira

FASE VII 🐉 ABRIL-MAIO-JUNHO 2002 🐉 ANO VIII 🐉 Nº 31

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS 2002

DIRETORIA

Alberto da Costa e Silva – *presidente*
Ivan Junqueira – *secretário-geral*
Lygia Fagundes Telles – *primeira-secretária*
Carlos Heitor Cony – *segundo-secretário*
Evanildo Bechara – *tesoureiro*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,
Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio
Filho, Antonio Olinto, Ariano Suassuna,
Arnaldo Niskier, Candido Mendes de
Almeida, Carlos Heitor Cony,
Carlos Nejar, Celso Furtado,
Eduardo Portella, Evandro Lins e Silva,
Evanildo Cavalcante Bechara,
Evaristo de Moraes Filho,
Pe. Fernando Bastos de Ávila, Geraldo
França de Lima, Ivan Junqueira,
Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo,
João Ubaldo Ribeiro, José Sarney, Josué
Montello, Lêdo Ivo, Dom Lucas Moreira
Neves, Lygia Fagundes Telles, Marcos
Almir Madeira, Marcos Vinícios Vilaça,
Miguel Reale, Murilo Melo Filho, Nélida
Piñon, Oscar Dias Corrêa, Rachel de
Queiroz, Raymundo Faoro,
Roberto Marinho, Sábado Magaldi,
Sergio Corrêa da Costa,
Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha,
Zélia Gattai Amado.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL

Miguel Reale, Carlos Nejar,
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

PRODUÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Nair Dametto

ASSISTENTE EDITORIAL

Frederico de Carvalho Gomes

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
Av. Presidente Wilson, 203 – 4º andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021
Telefones: Geral: (0xx21) 2524-8230
Fax: (0xx21) 220.6695
E-mail: abl2@montreal.com.br
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

Sumário

EDITORIAL O sumário da Revista. 5

Prosa

ALBERTO DA COSTA E SILVA Sobre a rebelião de 1835 na Bahia .. 9

ARNALDO NISKIER A missão da ABL na defesa da língua
portuguesa. 35

ALBERTO VENANCIO FILHO Paulo Carneiro: um humanista
brasileiro do século XX 55

MARCOS ALMIR MADEIRA Paulo Carneiro: um acadêmico 79

EDUARDO OSWALDO CRUZ Paulo Carneiro, cientista 91

LYGIA FAGUNDES TELLES A Escola de Morrer Cedo 113

EVANILDO BECHARA A língua dos modernistas: Evolução
ou tradição 121

MURILO MELO FILHO Cecília Meireles: poeta, centenária. 141

CARLOS HEITOR CONY De ícones e dedicações. 145

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO Parel Teyssier e o teatro
de Camões 149

PAULO NAPOLEÃO N. DA SILVA D. João VI e a escravidão 159

J.O. DE MEIRA PENNA Lúcifer, sexo e o pecado original 175

JOAQUIM-FRANCISCO COELHO A morte de Fradique Mendes.. 201

DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES Sobre Eça, no Brasil,
com amor 213

TARCÍSIO M. BURITY O trágico em José Lins do Rego e
Gilberto Freyre. 225

Poesia

MIGUEL REALE Poemas 245

Guardados da Memória

Paris aplaude Santos Dumont. 251

Rui conquista Haia 252

ALCESTE Uma página de Euclides. 253



O sumário da Revista

Fazemos acompanhar cada número da *Revista Brasileira* de um editorial sobre as principais matérias publicadas, a fim de chamar a atenção dos leitores, que lhes devem dar preferência na leitura, embora queiramos todo o conteúdo lido e analisado, como têm feito professores da Universidade de São Paulo e de outras organizações universitárias. A escolha dos artigos é precedida de uma cuidadosa análise de cada colaborador. Temos, mesmo, procurado acolher nomes pouco conhecidos, para impulsioná-los, se eles valem, de fato, o nosso objetivo, que é favorável aos menos dotados de apoio nos órgãos de comunicação.

O número passado foi dedicado a *Os sertões*, de Euclides da Cunha, com farto material sobre a obra e o autor, o trágico autor que, moço ainda, se não fosse assassinado, poderia dotar a literatura brasileira de outras obras-primas, como a que nos ocupou em números anteriores, quando dedicamos numerosas páginas a Eça de Queirós, a Rui Barbosa, aos grandes das letras nacionais, com o fito de atrair a atenção dos jovens, dos menos jovens, dos professo-

res e dos alunos dos cursos superiores, para uma contribuição da Academia Brasileira de Letras ao fiel cumprimento do primeiro artigo de seu estatuto, o culto do idioma e da literatura nacional. É o que temos feito, com o maior dos esforços e com uma pugnacidade que, se nos permitem aqui afirmar, pouco se tem encontrado no país com essa obstinação.

Devemos dar graças a Josué Montello por ter sido dele, quando presidente da Casa de Machado de Assis, a idéia de reeditar a *Revista Brasileira*, suspensa há muito pelo presidente Austregésilo de Athayde, que, curto de caixa e sem meios de obter recursos financeiros para a empresa, suspendeu tudo quanto era possível fazê-lo, sem prejuízo para a grande, para a enorme responsabilidade da Casa no plano cultural do Brasil. A Academia que, de vez em quando, é alvo de críticas, exatamente porque, segundo essa casta de inimigos, pouco ou nada faz pela cultura, ao contrário, tem se desdobrado para cumprir o seu Estatuto, que é de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Rodrigo Octavio e Inglês de Sousa, homens do mais alto renome nas letras e que a vida inteira, quando dentro da Casa de Machado de Assis, procuraram corresponder ao que deles se esperava, assim como de seus confrades no quadro dos quarenta.

Agora, apresentamos um número diversificado, embora tenhamos tido o cuidado de colher três colaborações sobre a língua portuguesa: uma de Arnaldo Niskier, outra de Evanildo Bechara e outra de Leodegário A. de Azevedo Filho, notáveis pelo seu conteúdo e por interessar aos estudiosos da língua. Outros artigos enriquecem este número, e para eles estamos certos de que se voltarão as atenções dos leitores. Temos certeza de que estamos cumprindo o nosso dever, ao publicar, trimestralmente, com o refinado bom gosto de que a *Revista Brasileira* é exemplo, uma publicação do mais alto nível literário, digno das tradições da Academia. Estamos satisfeitos que assim venha ocorrendo, segundo testemunhos variadíssimos.

Prosseguiremos conduzidos em nosso itinerário acadêmico, guiados pelo exemplo sem par de Machado de Assis. O estilo de Machado de Assis é o que se pode classificar como perfeito. Lendo-se o *Memorial de Aires*, não se pode colocar uma palavra a mais, nem retirar uma palavra a menos. É tudo o que há de perfeito em estilo literário e na construção de um estilo de romance, como não foi, ainda, imitado, nem o autor o imitou dos ingleses ou dos franceses. Se o estilo é o homem, temos que convir que Machado de Assis criou a projeção estilística de sua personalidade, recatada, discreta, superiormente afável, mas sem intimidades que a abrissem à curiosidade de quantos se lhe aproximavam.

A Academia procurou seguir o mestre, e o tem seguido, salvo algumas exceções, que, no entanto, não alteraram a estrutura de uma instituição que já tem cento e cinco anos, passou por todas as crises que assolaram o país e não mudou, senão em aspectos secundários e superficiais. A velha Academia, do Pedagogium, do Silogeu, e, finalmente, do Petit Trianon, a Academia de Machado de Assis, de Rui Barbosa, de Afrânio Peixoto, de Alcântara Machado, de Guilherme de Almeida, de Manuel Bandeira e de tantos outros, que seria longo citar e que poderia suscitar ressentimentos nas omissões, esta Academia está viva e viva continuará, nas gerações que se vão sucedendo. A *Revista Brasileira* foi onde ela nasceu, no longínquo ano de 1897, sendo José Veríssimo seu diretor. A revista conserva, portanto, uma tradição, que se confirma na qualidade de seus artigos e na sua formosa apresentação gráfica, correspondente ao monumento que é a sua sede. É o que pensamos e o que pretendemos seja sempre objeto de reflexão dos que nos sucederem.



Leque, de procedência
hauçá, com referências
a um dos 99 nomes de Alá
– *Ya Hafiz*, Ó Protetor.
Madeira, papel e tinta. 102 cm.



Sobre a rebelião de 1835 na Bahia

ALBERTO DA COSTA E SILVA

Desde a publicação do belo livro de João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*,¹ e de sua tradução em inglês, com o texto bastante ampliado, *Slave Rebellion in Brazil: The Muslim Uprising of 1835 in Bahia*,² tornaram-se poucos os que continuam a acreditar que o chamado levante dos malês, em 1835, foi, como se deduziu de Nina Rodrigues, um *jihad* islâmico. Eu sou um desses poucos que não foram vencidos pelos argumentos de João José Reis e aqui digo por quê.

Para contar a história daquela rebelião – o que fez de modo convincente e apaixonante –, Reis revirou não só os documentos a que já tinham tido acesso os que antes dele trataram do assunto, como Nina Rodrigues,³ Etienne Ignace Brazil⁴ e Pierre Verger,⁵ mas muitos papéis mais, e os sopesou demoradamente, e os leu e releu com olhos habituados à Bahia do século XIX, e lhes interpretou as vozes e as intenções com a excepcional inteligência que tem da escravidão, do escravismo brasileiro e do negro baiano. As personagens de seu relato transitam pelas páginas de seu livro com tamanha naturalida-

Poeta e historiador, autor de *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses* e de *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*, recentemente publicado.

¹ São Paulo, Brasiliense, 1986. As minhas referências são à 2ª edição, de 1987.

² Trad. de Arthur Brakel, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

³ *Os Africanos no Brasil*, revisão e prefácio de Homero Pires, São Paulo, Companhia Editora Nacional (Brasília), 1932.

⁴ “Os malês”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LXXII (1909), pp. 69-126.

⁵ *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Babia de Todos os Santos du dix-septième au dix-neuvième siècle*, Paris, Mouton, 1968; *Trade Relations between the Bight of Benin and Babia, 17th - 19th Century*, Ibadã, Ibadan University Press, 1976; *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Babia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, São Paulo, Editora Corrupio, 1987.

⁶ *Rebelião escrava*, p. 136.

⁷ *Ibidem*, p. 151.

⁸ *Ibidem*.

de, que não estranharíamos se, a um levantar de pálpebras, as víssemos numa rua de Salvador. Ou se, ao espiar por uma fresta de porta ou de janela, topássemos um punhado de homens descalços proster-nados na direção de Meca.

Não me rendi à tese de Reis, porque tudo em seu livro me ende-reça à guerra santa. Procura os possíveis ideólogos, articuladores e chefes do levante, e encontra muçulmanos. Vai ver os mortos, feri-dos e presos, e dá com islamitas, vestidos de islamitas. Nos corpos e guardados dos revoltosos, os rosários são moslins, e os amuletos, os livros e os demais escritos estão em árabe. O próprio Reis me di-rige os passos. Ele escreve: na conspiração de 1807 e nas rebeliões anteriores (as de 1809, 1814, 1826, 1827 e 1828), “especialmen-te as tidas como hauçás”, “não há provas de que tenham sido” os islamitas os seus “autores exclusivos” ou sequer a sua “vanguarda privilegiada”. Para rematar: “Em 1835 foi diferente”.⁶ E explica: “Se quisermos definir resumidamente o movimento de 1835, po-demos dizer que a *conspiração* foi malê e o *levante* foi africano” (os grifos são de Reis).⁷

Ele é claro: não nega a hegemonia dos muçulmis no grupo rebel-de; nega – fico com suas palavras – a sua solidão, a sua exclusividade. Uma vanguarda muçulmana, responsável pela idealização e o início da revolta, mobilizaria amigos e simpatizantes, algumas horas pré-vias à eclosão do movimento ou no calor da própria luta; outros afri-canos, que nada tinham com Maomé, cafres cultuadores de orixás, nela se lançariam por moto próprio.⁸ Embora o núcleo da insurrei-ção fosse malê, os nagôs formavam o grosso dos revoltosos.⁹ A soli-dariedade étnica, bem como a condição de africano e de escravo, te-riam sido determinantes na mobilização dos que saíram armados às ruas. “A rebelião”, restituo a palavra a Reis, “baseava-se no princípio de que todo africano representava um aliado potencial”, uma “inter-pretação” que “se choca frontalmente com a opinião de quem viu (e

vê) nela nada mais que um *jihad*, a clássica guerra santa muçulmana contra infiéis de todas as cores e origens” e de quem “atribuiu aos rebeldes o plano de ‘massacrar...os africanos fetichistas’ junto com os brancos e crioulos.”¹⁰

Sucedem que o *jihad*, que os juristas muçulmanos, a partir de certas passagens do Alcorão,¹¹ apresentam como dever do crente, toma feitios distintos conforme o lugar, a época e as circunstâncias políticas, só vez por outra se encaixando no modelo ideal por eles figurado. No caso da guerra santa que o *Shehu* (ou Xeque) Usuman dan Fodio (Osmã den Fodio, Uthman dan Fodio, Uthman dan Fodiye, Usman ibn Fudi, Ousmane dan Fodio) desatou, no início do século XIX, na Hauçalândia, e à qual Nina Rodrigues vinculou as insurreições malês na Bahia, ela não excluiu a adesão de incréus, pois foi ao mesmo tempo, para muitos que dela participaram, uma revolução dos fulas, fulanis, pulos ou peuls contra o domínio hauçá – e como um movimento expansionista fulani a viram em Bornu.¹² Foi uma revolução liderada por fulas islamitas zelosos contra os reis hauçás, cujo islamismo aqueles tinham por falso, mas a ela se agregaram os fulanis que não eram muçulmanos. Se os fulas urbanizados eram quase todos islamitas, e em sua maioria muçulmanos devotos, grande parte dos fulas nômades, mais numerosos, continuava a praticar sua religião tradicional. Eram, portanto, cafres, mas nem por isso o *Shehu*, ao lançar-se à luta contra os *sarquis* hauçás, os hostilizou, combateu ou massacrou, antes os aceitou como aliados, se é que não procurou atraí-los para os seus exércitos. Suas tropas, portanto, contaram desde o início com participação não-muçulmana e – devolvo a palavra a João José Reis, pois o que ele escreve sobre o levante baiano de 1835 se aplicaria ao *jihad* de Usuman dan Fodio –, se nele o islame foi a linguagem e a ideologia predominantes, outros elementos também contribuíram para a mobilização de gente, entre eles a solidariedade étnica.¹³ Na Hauçalândia, a fula ou fulani. Na Bahia, a nagô ou iorubá. E não se pensaria em negar ao mo-

⁹ *Ibidem*, pp. 169-196.

¹⁰ *Ibidem*, p. 150.

¹¹ Sobretudo o versículo 29 da Sura IX. Na tradução de José Pedro Machado (*Alcorão*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1980): “Matai os que não crêem em Deus, nem no Dia derradeiro, que não consideraram proibido o que Deus e o Seu profeta proibiram e aqueles de entre os homens do Livro que não professam a crença da verdade, até que paguem o tributo, todos sem exceção, e fiquem humilhados”. Ou, na minha tradução da tradução francesa constante do verbete “Jihad” do *Dictionnaire historique de l’Islam*, de Dominique e Janine Sourdel (Paris, Presses Universitaires de France, 1996): “Combatei os que não crêem em Deus nem no Último Dia, os que não declaram ilícito o que Deus e o seu Enviado declaram ilícito, os que não

praticam a religião da verdade, entre os detentores da Escritura, até que paguem a *jizya*, ou tributo, em compensação por esse privilégio e por causa de sua inferioridade.”

¹² M(urray). Last, “The Sokoto caliphate and Borno”, in UNESCO (org.), *General History of Africa*, J. F. Ade Ajayi (org.), VI (Londres, Heinemann / University of California Press / Unesco, 1989), p. 558.

¹³ Reis, *Rebelião escrava*, p. 150.

¹⁴ Sobre algumas dessas práticas, R. A. Adeleye, “Hausaland and Borno”, in J. F. Ade Ajayi e Michael Crowder (org.), *History of West Africa*, 2, 3ª ed. (Londres, Longman, 1985), pp. 620-621. As razões expressas da guerra santa, no manifesto de Osmã dan Fodio, em A. D. H. Bivar, “The

vimento do *Shebu* a condição de guerra santa pelo fato de nele se incluir gente de fora da comunidade moslim.

Usuman dan Fodio combateu os pagãos, os idólatras, os incrédulos. Sua principal preocupação – e disto dá testemunho o seu grande tratado *Ihya al-sunna wa-ikbm ad-bid’a* (*Revivescência da ortodoxia e extinção da inovação*) – era, contudo, regenerar o islame, purgá-lo das práticas e superstições que a ele se haviam colado no *Bilad al-Sudan*, despi-lo da mistura com o politeísmo¹⁴ e seguir à risca a Suna, o “caminho” ou “usança do Profeta”. Não descurava do proselitismo entre os que desconheciam a verdade do islame, mas se tinha como o *mujaddid*, o restaurador da fé que aparece de século em século, a preparar a vinda do Madi e com ela o fim do tempo. O *Shebu* e seus seguidores acreditavam que ele seria o último *mujaddid*, o décimo primeiro califa, e, durante algum tempo, consideraram iminente o advento do Madi.¹⁵ Porque tinha como primeiro objetivo regenerar o islame, Usuman dan Fodio, desde antes de sua hégira em Gudu, identificara nos *sarquis* e na aristocracia hauçá os principais inimigos da fé, uma vez que se diziam moslins, mas não aplicavam em seus domínios a xariá, permitiam batuques e danças, não velavam as mulheres, fechavam os olhos ao politeísmo e aos costumes pagãos que tinham à sua roda, e até em seus palácios, e escravizavam muçulmanos.

Os pastores nômades fulas, que em grande parte não eram islamitas mas mantinham estreitos laços com os letrados urbanos, vinham também acumulando queixas e ressentimentos em relação aos senhores hauçás. O seu modo de ganhar a vida estava a sofrer crescentes constrangimentos: ao norte, os seus rebanhos esbarravam nos dos tuaregues; a oeste, nos cultivos de Bornu e na pastorícia dos árabes *shuwas*; ao sul, nas plantações e nas roças dos hauçás e, logo abaixo no mapa, na tsetsé. Obrigados, na transumância anual, a trazer seus rebanhos para pastar e comer o resto-lho das colheitas nas terras dos hauçás, a quem chamavam depre-

ciativamente *habes*, viam-se os fulas cada vez mais oprimidos por obrigações, sujeitos a vexames e onerados por tributos, entre os quais aquele contra o qual mais reagiam, o *jangali*, ou imposto sobre o gado. Repetiam-se entre os pastores fulas e os agricultores hauçás os conflitos pelo uso da terra, estes a reclamarem daqueles porque os rebanhos lhes pisoteavam as roças e sujavam os regatos, e aqueles a se ressentirem das cercas com as quais esses procuravam proteger os seus cultivos, as suas *gandaye*, fossem pequenas, trabalhadas pela família e dois ou três escravos, ou grandes, propriedades da nobreza e de mercadores ricos, muitos deles absenteístas, e que eram mantidas por numerosa escravaria. Quando o grupo de letrados e fulas urbanos de Usuman dan Fodio levantou-se em *jihad al-sayf* (ou *jihad* da espada) contra o *sarqui* de Gobir, os nômades – com exceções, é certo – a ele se juntaram, não só porque os viam como parte de seu povo, mas também porque tinham o mesmo inimigo: a aristocracia hauçá.¹⁶

Não só de gentios fulas se engrossaram os exércitos de Usuman dan Fodio. Somados, os fulas eram uma minoria em relação aos hauçás, e foram estes últimos os que compuseram a maior parte dos *mu-jabidun*, ou “jihadistas”. Para as tropas do *Shebu* acudiram, conquistados por sua eloqüência, seus argumentos e seu exemplo, não apenas tuaregues e hauçás que eram muçulmanos zelosos e pios, mas também numerosíssimos outros hauçás, sobretudo camponeses, com pouco mais do que uma tintura de islamismo ou até mesmo pagãos, cansados das exações e da prepotência da nobreza. De que assim foi deu testemunho o próprio filho e sucessor de Usuman dan Fodio, Muhammad Bello. Para Muhammad Bello, não se devia procurar ajuda militar entre os politeístas, mas, se estes se prontificavam a juntar-se aos crentes, era lícito aceitar o auxílio deles e lutar lado a lado com quem tinha o mesmo adversário. Após essa justificativa, o filho do *Shebu* recordou que os incrêus de Zamfara haviam ajudado

Wathiqat ahl al-Sudan: a manifest of the Fulani jihad”, *The Journal of African History*, II, 2 (1967); e Thomas Hodgkin, *Nigerian Perspectives: An Historical Anthology*, 2ª ed., Londres, Oxford University Press, 1975, pp. 247-249.

¹⁵ Mervyn Hiskett, *The Sword of Truth: The Life and Times of the Shehu Usuman dan Fodio*, Nova York, Oxford University Press, 1973, pp. 42, 121-125; Peter B. Clarke, *West Africa and Islam*, Londres, Edward Arnold, 1982, pp. 120 e 121; Mervyn Hiskett, *The Development of Islam in West Africa*, Londres, Longman, 1984, pp. 160-161; Mervyn Hiskett, “The nineteenth-century jihads in West Africa”, in J. D. Fage e Roland Oliver (org.), *The Cambridge History of Africa*, John E. Flint (org.), 5 (Cambridge, Cambridge University Press,

1976), pp. 133-134; A. Batran, "The nineteenth-century Islamic revolutions in West Africa", in UNESCO (org.), *General History of Africa*, VI, cit., p. 539.

¹⁶ R. A. Adeyeye, *Power and Diplomacy in Northern Nigeria, 1804-1906*, Londres, Longman, 1977 (1ª ed., 1971), pp. 19-21; Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 79-80; J. Spencer Trimmingham, *A History of Islam in West Africa*, Londres, Oxford University Press, 1975 (1ª ed., 1962), p. 200; Hiskett, "The nineteenth-century jihads", pp. 132 e 138; Elizabeth Isichei, *A History of Nigeria*, Londres, Longman, 1983, p. 205; Hiskett, *The Development of Islam*, pp. 104-105; Murray Last, "Reform in West Africa: the *jihad* movements in the nineteenth century", in J. F. Ade Ajayi e Michael Crowder (org.), *History of West*

os *mujabidun* contra Gobir e os de Bauchi tinham também tomado parte no *jihad*.¹⁷

Acorreram igualmente para os exércitos dos que levavam a bandeira do *Shebu* escravos de mais distintas origens, que fugiam dos *birnis* e das plantações hauçás de Gobir, Zamfara e Kebbi, e que, ao se somarem aos *mujabidun*, passavam a ser homens livres, pois, se convertidos ao islame, não podiam ser propriedade de infiéis – e como infiéis eram vistos os hauçás que não aderiam ao *jihad*. Entre esses escravos, que formaram boa parte das tropas no início da guerra santa,¹⁸ tinham-se muitos por ilegais, porque, ao serem capturados, eram muçulmanos livres, e a xariá proíbe a escravização de islamitas que não sejam filhos de escravos. Não que os seguidores de Usuman dan Fodio se abstivessem de prear cativos. Ao contrário. Mas procuravam ser estritos em não escravizar moslins.¹⁹ Um exemplo: após derrotar as tropas de Abd al-Salam, um *malam* ou ulemá hauçá que, tendo sido dos primeiros seguidores de Usuman dan Fodio, se rebelara posteriormente contra o seu sucessor, este, Muhammad Bello, só fez cativos os soldados que não sabiam de cor a *Fatiha* (ou primeira sura ou exórdio do Alcorão) e os rituais das ablusões.²⁰ Uma das bandeiras do *Shebu* foi, aliás, a do combate à redução ilegal ao cativo de islamitas, praticado pelos *sarquis* hauçás.²¹ E seria a reação contra a captura e venda de seus partidários por soldados de Gobir o que abriria as hostilidades da guerra santa.²²

Assim como a rebelião de 1835 – e volto ao texto de João José Reis²³ – baseava-se no princípio de que todo africano, independentemente de sua religião, representava um aliado potencial, os fulas urbanos de Usuman dan Fodio reconheciam nos diferentes adversários dos dirigentes hauçás possíveis sequazes. Como os malês de Salvador – e de novo recorro às palavras de Reis –, os letrados e seus discípulos que acompanharam o *Shebu* na sua hégira sabiam que representavam uma minoria – uma minoria entre os fulas, e uma mi-

norria ainda mais nítida no conjunto dos habitantes da Hauçalandia. É bem verdade que, já em 1788 ou 89, o *Sbehu* contava com mil ulemás ao seu lado.²⁴ Era uma grande *jama'a*, ou comunidade de seguidores, mas não dava para, sozinha, tomar uma vila murada, quanto mais todo o Gobir. Os seus adeptos se fariam, porém, incontáveis, se lograssem convencer da justeza da luta armada os demais muçulmanos, independente de idioma ou nação, e não só os muçulmanos pios, mas também aqueles que consideravam necessitados de emenda, e despertar o fervor naquelas pessoas apenas tocadas pelo islame, e somar às suas hostes os que não pertenciam à *umma*, ou comunidade dos fiéis, porém eram adversários dos seus adversários e mais tarde poderiam ser alcançados pela fé.

Vitoriosos, os partidários de Usuman dan Fodio esforçaram-se por limpar de práticas pagãs o islamismo dos hauçás. Mas, em seus emirados, não forçaram os súditos hauçás que não eram muçulmanos, os *maguzawa*, a se converterem. Permitiram que ficassem com suas crenças tradicionais, a cultivar os seus campos, desde que pagassem um tributo especial, a *jizya*, como faziam, em outras terras islâmicas, os judeus, os cristãos e os zoroastrianos, uma vez que os juristas fulas encontraram argumentos para os incluir entre os povos protegidos, ou *dhimmi*.²⁵ Não deixaram, contudo, de fazer a guerra contra os outros pagãos que lhes eram limítrofes, para ampliar os territórios regidos pela xariá e, ao mesmo tempo, produzir os cativos sobre os quais se assentava a economia.²⁶

Intolerável para Usuman dan Fodio era que ímpios – e como tais tinha os *sarquis*, ainda que estes se afirmassem muçulmanos – governassem os crentes. O objetivo de sua guerra santa era colocar as coisas nos seus lugares próprios, conforme a Suna, expandir o governo de Deus e os territórios sobre os quais se aplicava a lei divina e alcançar a unificação da comunidade dos crentes no *Bilad al-Sudan*, sob um só califa.

Africa, 2, 2^a ed. (Londres, Longman, 1987), pp. 7-8, 20-21; R. A. Adeleye e C. C. Stewart, “The Sokoto Caliphate in the nineteenth-century”, in *History of West Africa*, vol. e ed. cit., pp. 96 e 97; Batran, “The nineteenth-century Islamic revolutions”, pp. 547-8.

¹⁷ Omar Bello, “The Political Thought of Muhammad Bello (1781-1837) as revealed in his Arabic writings, more specially Al-ghayt al-wabi fi sirat al-iman al-’adl”, tese de doutorado, SOAS (Universidade de Londres), 1983, p. 184, cit. por José Cairus, “Jihad, Captivity and Redemption: Slavery and Resistance in the Path of Allah, Central Sudan and Bahia”, apresentado no seminário Slavery and Religion in the Modern World, Essaouira (Marrocos), junho 2001.

¹⁸ Paul E. Lovejoy, “Problems of Slave Control in the Sokoto Caliphate”, in Paul E.

Lovejoy (org.), *Africans in Bondage: Studies in Slavery and the Slave Trade* (Madison, African Studies Program, University of Wisconsin, 1986), p. 236.

¹⁹ Hiskett, "The nineteenth-century jihad", p. 138.

²⁰ Al hajj Said, cit. por Trimmingham, *Islam in West Africa*, pp. 47-48; e por Allan G. B. Fisher e Humphrey J. Fisher, *Slavery and Muslim Society in Africa: The Institution in Sabaran and Sudanic Africa and the Trans-Sabaran Trade*, Londres, C. Hurst & Co., 1970, p. 24.

²¹ Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 79-80; M. A. Al-Hajj, "The Meaning of the Sokoto Jihad" in Y. B. Usman (org.), *Studies in the History of the Sokoto Caliphate* (Nova York, Third Press International, 1979), pp. 3-19; Paul E. Lovejoy, "Slavery in the Sokoto Caliphate", in Paul E. Lovejoy

Talvez tenha sido esse último desiderato o que o levou a aceitar a extensão de seu *jihad* a um país islamita como Bornu. O mais provável, contudo, é que ele tenha sido arrastado pela solidariedade étnica, quando os clãs fulas se levantaram em Hadejia e em Gujba contra o *maí*, ou rei de Bornu. Este não só era muçulmano com antepassados muçulmanos, mas usava o título de *emir al-mu'minin*, ou comandante dos fiéis, e, ainda que de modo imperfeito aos olhos de Usuman dan Fodio, aplicava a xariá em seus domínios. Não só não se justificava que contra ele se fizesse um *jihad*, como era vedado a um islamita erguer-se em armas contra um outro. Quando, animados pelos êxitos militares de Usuman dan Fodio na Hauçalândia, os *ardos* (ou líderes de clãs fulas) que viviam em terras bornus se rebelaram contra o *maí*, o *Shehu* reconheceu-os como portadores de sua bandeira, embora isso lhe custasse, e a seu irmão, Abdullahi dan Fodio (ou Abdallah ibne Muhammad), e a seu filho, Muhammad Bello, contrangimentos e – porque não dizê-lo? – um disfarçado remorso, nascido da insegurança sobre a legitimidade da guerra. O líder religioso que conduziu a resistência bornu, o xeque Muhammad ibne Amin ibne Muhammad al-Kanemi, não cessou, em suas cartas a Usuman dan Fodio, de increpá-lo por apoiar agressores contra um estado e um soberano islamitas, e tanto o *Shehu* quanto Bello se viram obrigados a lances de trapézio argumentativo para tentar justificar-se e não deixar a descoberto que o *jihad* não se destinava, no caso, a ampliar as fronteiras do *dar al-Islam*, mas, sim, a mascarar uma tentativa de tomada do poder em Bornu pelos fulas, ou melhor, a justificar o expansionismo do que iria transformar-se num império comandado por uma aristocracia fulani, o califado de Socotô.²⁷

No norte do Iorubo, o processo foi distinto – e o *jihad* que ali se travou, também. Já no século XVII, se não antes, existiam islamitas no chamado império de Oiô.²⁸ Não só muitos escravos e alguns homens livres hauçás, bornus, baribas e nupes, mas também uma mino-

ria, olhada com desconfiança pelos demais, de oiós e de outras gentes que falavam o que depois seria denominado de iorubá. Essas comunidades eram servidas por ulemás itinerantes, famosos pelos grigris que faziam. E a elas também chegavam com frequência mercadores muçulmanos. Muitos dos que delas partiam também o eram, como indicaria o fato de o *parakoyi*, ou chefe da corporação local dos comerciantes a distância, quase sempre liderar a comunidade islâmica e comandar os contingentes moslins que integravam os exércitos do *alafim* ou rei de Oió.²⁹ Mercadores muçulmanos que atuavam como catequistas não deixaram, aliás, de descer o mapa e chegar até o litoral. Tanto assim que, antes do fim do século XVIII, os moslins já formavam um contingente importante do exército de Queto³⁰ e, em Onim ou Lagos, havia islamitas na corte do *ologun*, durante o primeiro reinado de Adele (1775-80).³¹

Desde a última década do século XVIII, o *bale*, ou chefe de Ilorin, Afonja, que era ao mesmo tempo o *are ona kakanfo*, ou generalíssimo dos exércitos provinciais de Oió, mantinha-se em desobediência armada contra sucessivos *alafins*, cuja legitimidade não reconhecia. Em 1817, ele, embora não fosse islamita, buscou a aliança dos muçulmanos. Primeiro, declarou livres os escravos que afluíssem para as suas tropas. De toda a vizinhança acorreram cativos, que em sua maioria eram hauçás. Depois, logrou obter o apoio de um influente pregador itinerante fula Al-Salih, mais conhecido como Alami, ou seja, “o Sábio”. Esse ulemá não só lhe trouxe o apoio de sua *jama'a* e dos pastores fulanis, mas também declarou o *jihad* contra Oió. Além dos fulas urbanizados e pastores, um grande número de muçulmanos de grupos a que chamaríamos iorubás acorreu a Ilorin. Ao menos no início, portanto, os *mujabidun* apoiaram as pretensões de um incréu e engrossaram os seus exércitos. Não tardou muito, porém, para que essa contradição se resolvesse com o conflito entre Afonja e Alami, do qual resultaria a morte daquele, e em seguida a instalação

(org.), *The Ideology of Slavery in Africa* (Beverly Hills, Sage Publications, 1981), pp. 210-214; e “The Muslim Factor in the Trans-Atlantic Slave Trade”, comunicação apresentada à Conferência sobre a África Ocidental e as Américas: Repercussões do Tráfico de Escravos, University of West Indies, Mona, Jamaica, 20-23 de fevereiro de 1997, p. II; Beverly B. Mack, “Women and Slavery in Nineteenth-Century Hausaland”, in Elizabeth Savage (org.), *The Human Commodity: Perspectives on the Trans-Saharan Slave Trade* (Londres, Frank Cass, 1992), pp. 89-90. Sobre os que podem e os que não podem ser escravizados, segundo Usuman dan Fodio, John Ralph Willis, “Jihad and the Ideology of Slavery”, in John Ralph Willis (org.), *Slaves & Slavery in Muslim Africa*

(Londres, Frank Cass, 1985, I), pp. 16-26.

²² Ver relato do irmão de Usuman dan Fodio, Abdullahi, conforme consta do livro do Shehu, *Tanbih al-ikbwan*, e é reproduzido em Alahji Shehu Shagari e Jean Boyd, *Uthman Dan Fodio: The Theory and Practice of His Leadership*, Lagos, Islamic Publications Bureau, 1978, pp. 8 e 9; e parcialmente em Trimmingham, *A History of Islam*, p. 198; Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 71-72; Isichei, *A History of Nigeria*, p. 204.

²³ *Rebelião escrava*, pp. 150-151.

²⁴ D. M(urray). Last, *The Sokoto Caliphate*, Londres, Longman, 1967, p. 7.

²⁵ J. Spencer Trimmingham, *Islam in West Africa*, Oxford, Clarendon Press, 1959, pp. 39 e 147; Hiskett, *The Sword of Truth*, p. 143.

²⁶ Hiskett, *The Sword of Truth*, p. 141.

de um governo fula e islâmico em Ilorin, que acabaria por se incorporar, como um novo emirado, ao califado de Socotô e se transformaria na ponta avançada do *jihad* no Iorubo.³²

Os sucessos de Ilorin foram, portanto, ao mesmo tempo, um movimento de secessão, um grande levante de escravos e uma guerra religiosa.³³ Mas deles não estiveram ausentes conotações étnicas. A sublevação de Afonja contra Oió dava-se num quadro iorubano. O grosso da escravaria que a ele se juntou em busca da liberdade era hauçá – e como uma insurreição de escravos hauçás o *alafim* descreveu, em 1826, os acontecimentos a Hugh Clapperton:³⁴ as cidades que este havia visto em ruínas pelo caminho “havia sido destruídas e queimadas por seus escravos rebeldes hauçás e seus amigos fulas”. Parte considerável desses escravos hauçás dizia-se muçulmana e correu para a *jama'a* de Alimi, controlada pelos fulas. Embora igualmente empolgados pela guerra santa, a maioria dos islamitas iorubanos congregou-se em torno de um outro ulemá, o também nagô Solagberu. Mal se acertaram as contas com os infiéis, e os dois grupos entraram em conflito armado, dele resultando a morte de Solagberu e a imposição dos fulas, como aristocracia mandante, sobre a gente de Ilorin. Não obstante, isso não diminuiu o fervor religioso dos moslins iorubanos nem o entusiasmo com que continuaram a militar na guerra santa.

Mais do que inquietaram as cidades-estados iorubanas o que se passara em Ilorin e o combate que os *mujabidun* continuaram a dar a Oió. Encheram-nas de medo. Em muitas delas, desataram-se perseguições aos muçulmanos, fossem homens livres ou escravos, por suspeitos de colaborarem secretamente com os islamitas. E muitos muçulmanos, inclusive iorubás, para escapar aos constrangimentos ou para incorporar-se ao *jihad*, tomaram o caminho de Ilorin.³⁵

Durante todo o período da guerra contra o *alafim*, das perseguições que dela decorreram e da consolidação e expansão do califado

de Socotô, foram capturados e vendidos como escravos às Américas não apenas muçulmanos do norte do Iorubo – oiós, equitis, iagbas, abinus e outros –, mas também, possivelmente, alguns poucos moslins ijebus, ijexás, egbas, ondos, egbados e quetos, que se contariam como exceções no meio dos que professavam a religião dos orixás. Antes de 1817, no entanto, os “jihadistas” escravizados por seus adversários seriam sobretudo, num primeiro momento, fulas e hauçás e, posteriormente, gurmas, canúris, canembus e tapas, quando a guerra santa se estendeu ao Gurma, a Bornu e ao país nupe. Se, como aventou Nina Rodrigues, os movimentos insurrecionais de escravos do início do século XIX na Bahia foram reflexos do que se passava nos sertões profundos do golfo do Benim, faz todo o sentido que a presença predominante na conspiração de 1807 e nas rebeliões de 1809, 1814 e 1816 tenha sido a hauçá.

O próprio Nina Rodrigues queixou-se, contudo, de que sobre essas primeiras revoltas as informações de que dispunha eram mais do que insuficientes.³⁶ Cerca de 80 anos mais tarde, o desvelo de João José Reis não encontrou matéria nova que ajudasse a esclarecê-las. A identificação de um chefe rebelde de 1814 como um possível malam – o *malomi* João³⁷ – não chega para caracterizar como islamita aquele levante, ainda que se possa sugerir a hipótese de que o quilombo de onde mandava ordens seria o lugar de sua hégira. Nada há tampouco que nos leve, porém, a descartar a hipótese de que alguma daquelas sublevações tenha tido liderança moslim, uma vez que quase todos os hauçás que chegaram ao Brasil logo após 1804 foram aprisionados durante a guerra santa e que, entre os primeiros a descer na Bahia, talvez predominassem, tendo-se em vista os revezes iniciais dos *mujabidun*, os que se haviam juntado a Usman dan Fodio, neles se contando alguns ulemás. Veja-se esta pequena amostra, apenas como vinheta: dos oito escravos do Sudão Central entrevistados em Salvador, em 1819,³⁸ seis dos sete

²⁷ Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 109-110; Hiskett, “The nineteenth-century jihads”, pp. 142-143; Clarke, *West Africa and Islam*, pp. 116-117; Hiskett, *The Development of Islam in West Africa*, pp. 194-197. Excertos das cartas trocadas em Thomas Hodgkin, *Nigerian Perspectives*, pp. 261-267.

²⁸ Robert S. Smith, *Kingdoms of the Yoruba*, Londres, Methuen, 1969, p. 138; Robin Law, *The Oyo Empire c. 1600-c.1836: A West African Imperialism in the Era of the Atlantic Slave Trade*, Oxford, Clarendon Press, 1977, pp. 75-76; T. G. O. Gbadamosi, *The Growth of Islam among the Yoruba, 1841-1908*, Londres: Longman, 1978, pp. 4-7; J. F. Ade Ajayi, “The aftermath of the fall of Old Oyo”, in J. Ade Ajayi e Michael Crowder (org.) *History of West Africa*, 2, 2ª ed., pp.

188-189; Clarke, *West Africa and Islam*, p. 106.

²⁹ Law, *The Oyo Empire*, p. 75.

³⁰ E. G. Parrinder, *The Story of Ketu, an Ancient Yoruba Kingdom*, Ibadan, 1956, pp. 33-34 e 52-53.

³¹ J. B. O. Losi, *The History of Lagos*, Lagos, 1914, pp. 21-23.

³² Samuel Johnson, *The History of the Yorubas*, Lagos, C.S. Bookshops, 1976 (a 1ª ed. é de 1921, mas o livro foi concluído em 1897), pp. 193-194, 197-200 e 202-205; Smith,

Kingdoms of the Yoruba, pp. 140-143; Law, *The Oyo Empire*, pp. 248-260;

Gbadamosi, *The Growth of Islam*, pp. 8-11; Ajayi, "The aftermath of the fall of Old Oyo", pp. 186-190; Hiskett, *The Development of Islam*, p. 186.

³³ Como já ressaltou Isichei, *A History of Nigeria*, p. 215.

hauçás e o nupe disseram ter sido aprisionados durante o *jihad*, a exceção declarando-se *malam* ou ulemá.³⁹

A partir de 1817, entre os prisioneiros da guerra santa passariam a contar-se cada vez mais os chamados nagôs, quer muçulmanos, quer pagãos. Depois que o *jihad* se estendeu ao Iorubo, seriam eles, e não mais os hauçás, que iriam dar força aos movimentos sediciosos de negros de 1826, 1828 e 1830, na Bahia. Quando menos, os que negam que algum desses levantes tenha sido a continuação ou o reflexo, no outro lado do oceano, da guerra santa desatada pela palavra de Usuman dan Fodio concordarão em que esta influenciava a composição da escravidão baiana, uma vez que era no *jihad* que se produzia boa parte dos cativos que foram levados do Sudão Central e do norte do Iorubo, muitas vezes a mudar de dono ao longo do percurso, até os caravançarais do Sael e os portos do Atlântico. Entre eles, contavam-se tanto os que tinham sido feitos prisioneiros pelos *mujabidun*, quanto *mujabidun* capturados por seus adversários.

Uns e outros atravessaram em ferros o Atlântico e se viram num mundo diferente, mas onde os que seguiam as lições e os exemplos de Usuman dan Fodio encontraram, agravadas, as mesmas iniquidades contra as quais haviam guerreado: a xariá não dirigia as ações humanas, uma vez que o governo estava nas mãos de infiéis, o que era de todo inaceitável e inconcebível; e tanto era assim que eles, muçulmanos, se achavam escravos de incréus, em cativo ilegítimo ou, quando libertos, submetidos a outras leis que não a de Deus. A ambição de desentortar o mundo e de ampliar o *dar al-Islam* não deve ter abandonado muitos deles – aqueles que não tiveram outras razões para acompanhar as bandeiras do *Shebu* que não as reclamadas pela fé.

Teólogo, jurista, poeta e místico, as obras de Usuman dan Fodio em árabe, fulfulde (o idioma dos fulas) e hauçá – e contam-se mais de cem – mostram, de um lado, um argumentador notável, que dominava os grandes textos do pensamento islâmico, e de outro, um

grande pregador capaz de convencer, comover e levantar pequenas e grandes audiências. Com frases como estas, de sua *Wird* ou *Litania*, com as quais descreveu suas primeiras experiências místicas:⁴⁰

Quando eu completei 36 anos de idade, Deus removeu o véu de meus olhos, e o embotamento de meus ouvidos e de meu olfato, e a insensibilidade de meu paladar, e a cãibra de minhas duas mãos, e a lentidão de meus dois pés, e o peso de meu corpo. E eu fui capaz de ver o que estava próximo como o que estava longe, e de ouvir o som distante como o som de perto, e de sentir o perfume daquele que adorou Deus, mais doce do que o mais doce; e o mau cheiro do pecador, mais fétido do que qualquer outro. E pude reconhecer o que era lícito comer pelo gosto, antes de o engolir; bem como o que não é permitido comer. E pude apanhar com as minhas duas mãos, sem sair do lugar, o que estava distante; e pude vencer com meus dois pés distâncias que um cavalo veloz não poderia cobrir no prazo de anos. Esta é uma mercê que Deus dá a quem Ele quer. E conheci o meu corpo inteiro, membro por membro, osso por osso, nervo por nervo, músculo por músculo, cabelo por cabelo, e o lugar de cada parte, assim como a função que tinha. Então eu vi escrito pela Pena do Poder, na minha quinta costela do lado direito: “Louvado seja Deus, o Senhor dos Mundos Criados”, dez vezes; e “Ó Deus, abençoa nosso Senhor Maomé e a família de Maomé, e conceda-lhes paz”, dez vezes; e “Peço perdão a Deus Glorioso”, dez vezes; e eu fiquei maravilhado com isso.

Os que o conheceram e lhe escreveram o elogio afirmam que quem o ouvia dificilmente se olvidava de suas palavras. Não seria de estranhar-se, portanto, que delas não se esquecessem alguns dos que lutaram a seu lado ou as ouviram daqueles que lhe sucederam no apostolado e que, prisioneiros de guerra de seus adversários, foram trazidos como escravos para o Brasil. A pregação de Usuman dan Fodio era altamente subversiva. Aspirava ele a criar uma sociedade ideal, um estado em que se corrigissem as injustiças e se impusesse a

³⁴ *Journal of a Second Expedition into the Interior of Africa, from the Bight of Benin to Soccatoo*, Londres, Frank Cass, 1966 (fac-símile da 1ª ed., de 1829), p. 39.

³⁵ Law, *The Oyo Empire*, p. 258; Gbadamosi, *The Growth of Islam*, pp. 11-12.

³⁶ *Os africanos no Brasil*, p. 67.

³⁷ João José Reis e P. F. de Moraes Farias, “Islam and Slave Resistance in Bahia, Brazil”, *Islam and Sociétés au Sud du Sahara*, 3 (1989), pp. 45-46; e Reis, *Slave Rebellion*, p. 47.

³⁸ Menezes de Drummond, “Lettres sur l’Afrique ancienne et moderne”, *Journal des Voyages*, 32 (1826), pp. 205-216.

³⁹ Ver, a respeito, Paul E. Lovejoy, “Background to Rebellion: The Origins of Muslim Slaves in Bahia”, *Slavery & Abolition*, 15, 2 (1994), pp. 164-167 e 176-180.

xariá, a lei de Deus. O seu movimento, se era religioso, era também político, inevitavelmente político, aliás, porque o islame é uma totalidade – é uma religião, uma ideologia política, um sistema jurídico, um código de comportamento – e engloba todos os aspectos da vida daqueles que formam a comunidade universal dos crentes.

É difícil conceber-se que a maioria desses que tinham combatido no *jihad*, deixasse, ainda que escravos na Bahia, de continuar a ter-se como parte da *umma*. O haver sido reduzido ao cativo era, para os mais pios, uma provação com um sentido só conhecido por Deus. O navio negreiro não apagava neles a fé, com a força de sua certeza, nem a memória do entusiasmo das lutas de que tinham participado para expandir o *dar al-Islam*. É possível e até provável que no mesmo porão em que um deles havia transposto o oceano viessem alguns companheiros de combate, e não seria de espantar-se que um, dois ou mais camaradas do mesmo contingente. Ainda no navio ou já em terra, ele talvez tenha procurado converter um malungo sem qualquer contato anterior com o islamismo ou que se mostrara hostil ou indiferente à pregação de Usuman dan Fodio. Se não o fez, não deixará, mais tarde, de exercer o proselitismo, embora talvez discreto ou às escondidas, entre os seus companheiros de servidão. E é de imaginar-se que boa parte desse esforço de conversão se tenha dirigido aos que deles tinham sido adversários na África, durante o *jihad*. Alguns destes últimos, quem sabe se para sacudir da vida a humilhação, voltaram-se no Brasil para o islame militante.⁴¹ E talvez de seus números tenham saído alguns dos mais devotos e intransigentes muçulmanos de Salvador. Convertidos na Bahia deviam ser vários dos revoltosos de 1835.⁴²

Às escâncaras e de maneira enérgica devia exercer a catequese aquele velho ulemá fula, Mohammad Abdullah, que tentou converter ao islamismo Francis de Castelnau, um pouco antes de 1850. Em sua conversa com Castelnau, Mohammad insistiu em que a fé islâ-

⁴⁰ Traduzo da tradução inglesa de Mervyn Hiskett, *The Sword of Truth*, pp. 64-65.

⁴¹ Como sugere Paul E. Lovejoy, “*Jihad* e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos na Bahia”, *Topoi*, I (2000), p. 12.

⁴² Reis e Farias, “Islam and Slave Resistance”, p. 53.

mica era a única coisa do mundo que devia merecer o cuidado dos homens. Os seus 30 anos de escravidão no Brasil não lhe acalmaram o fervor religioso e via-se cercado pela veneração de muitos hauçás,⁴³ por causa da intensidade de sua fé e de seu conhecimento do Alcorão. É provável que fosse capaz, como sucedia com tantos outros muçulmanos nas Américas, de recitá-lo inteiro de cor e de passá-lo de cor para o papel.

De um outro ulemá ou alufá, o liberto iorubá Abuncare, sabemos por notícias de jornal da época,⁴⁴ que possuía um exemplar do Alcorão e era um pregador eloqüente, que reagia com violência quando alguém contestava as suas crenças. Foi preso no Recife, com um grupo de africanos, que, segundo a polícia, estariam formando “uma nova seita religiosa”. Talvez seja uma ousadia imaginar que eles integrassem uma pequena loja de uma *tariqa* ou confraria sufista – a Quadirija, a que pertencia Usuman dan Fodio, por exemplo –, mas certamente já compunham uma diminuta *jama'a*.

Teria a Quadirija atravessado o Atlântico, com os *mujabidun* escravizados? Os que interrogaram os rebeldes na Bahia sequer tinham idéia de que existissem o Sufismo e irmandades islamitas. No entanto, há indícios da presença sufista nos amuletos confiscados pela polícia. Num deles, Vincent Monteil⁴⁵ identificou um verso de um famoso poema de Al-Busiri, *Burda* (do nome do manto do Profeta), escrito no final do século XIII e recitado freqüentemente nos círculos sufistas, que também o usavam nos grigris. Do que podemos estar seguros – e João José Reis nos mostra magistralmente como o islamismo e a sua pregação se expandiram no Recôncavo – é de que havia proselitismo moslim e até o ensino da leitura e da escrita em árabe entre os negros baianos, naquele início de século, quando os navios negreiros traziam periodicamente de Lagos, Badagry e Porto Novo levas frescas de escravos produzidos pelo *jihad*, pelos conflitos dela decorrentes e pelas chamadas guerras civis iorubanas. Com os

⁴³ *Renseignements sur l'Afrique centrale et sur une nation d'hommes à queue qui s'y trouverait, d'après le rapport des nègres du Soudan, esclaves à Bahia*, Paris, P. Bertrand, 1851, pp. 46-48.

⁴⁴ *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 21 e 28 de outubro de 1853.

⁴⁵ “Analyse de 25 documents arabes des Malês de Bahia (1835)”, *Bulletin de l'Institut Fondamentale d'Afrique Noire*, B, 29, 1-2 (1967), pp. 90-91.

desembarcados chegavam também notícias sobre o desenrolar das lutas na Hauçalândia, no Bornu, no Borgu, no país nupe e no norte do Iorubo, e essas novas dos avanços da guerra santa deviam correr rápido por Salvador, de rua em rua, de canto em canto de trabalho, de casa em casa onde houvesse muçulmanos, e enchê-los de júbilo e de esperanças. Os devotos de coração exaltado não olvidavam que o *jihad* é uma obrigação do crente, uma obrigação mais de uma vez reafirmada por Usuman dan Fodio.⁴⁶ Seria humilhá-los ainda mais do que foram humilhados em vida não imaginar que sonhassem em continuar, neste lado do Atlântico, a luta que para eles tinha sido interrompida com a derrota e a captura.

Mas nem todos os islamitas que viviam em Salvador se envolveram na rebelião. Em 1916, Manuel Querino, em *A raça africana e seus costumes na Babia*,⁴⁷ ao dar o testemunho da maneira de viver e dos ritos dos malês, chegou a negar que os malês tivessem participado da revolta de 1835, porque não encontrou na lista dos processados um único mandê, malinquê ou mandinga – e, para ele, malinquê era sinônimo de malê. As razões pelas quais os mandingas, que deviam ser uma pequena minoria entre os moslins de Salvador, não se juntaram aos insurretos podem talvez – penso eu – ser encontradas do outro lado do Atlântico. Enquanto, na África, prevalecia, entre os muçulmanos fulas, hauçás, bornus, nupes e iorubás, um islamismo militante, enraizado na pregação do ulemá magrebino Muhammad ibne Abd al-Karim al-Maghili e reforçada pelo xeque tuaregue Jibril ibne Umar e pelo próprio Usuman dan Fodio, entre os soninquê e mandingas gozava de enorme prestígio uma tradição dita quietista, que tinha origem no pensamento do egípcio Jalal al-Din al-Suyuti, para quem era mais meritório manter a paz do que fazer a guerra, e do *al-hajj* Salim Suwari, de Dia, em Macina, segundo o qual o islamita que vivia entre infiéis tinha de ser o mais estrito possível no cumprimento de suas obrigações religiosas, mas devia afastar-se da política

⁴⁶ Ver, por exemplo, as instruções do *Shehu* ao novo emir de Bauchi, em Last, “Reform in West Africa”, p. 35.

⁴⁷ Em *Costumes africanos no Brasil*, 2ª ed., prefácio, notas e organização de Raúl Lody, Recife, Editora Massangana, 1988, pp. 66 a 73.

e dos conflitos armados. Não lhe cabia, ademais, empenhar-se em proselitismo, exceto pelo exemplo, uma vez que todos os homens acabariam inevitavelmente por converter-se, cada qual na época em que Deus assim determinasse. O *al hajj* Suwari recomendava a coexistência com os infiéis e, conseqüentemente, rejeitava o *jihad*.⁴⁸

Como já acentuou Paul E. Lovejoy, tanto os defensores da guerra santa quanto os da coexistência estavam presentes em vários pontos das Américas, e o predomínio de um grupo ou de outro explicaria os comportamentos distintos que tiveram os muçulmanos da Bahia, majoritariamente do Iorubo e do Sudão Central, e os do sul dos Estados Unidos, vindos sobretudo da Senegâmbia e do interior da Costa do Ouro.⁴⁹ No caso de Salvador, os mandingas ter-se-iam mantido fora das rebeliões pelos mesmos motivos que os fizeram afastar-se dos *jihads* na África. Deviam vê-las, na Bahia, como levantes de hauçás e iorubás, que pouco ou nada tinham com eles. As distinções étnicas ajustar-se-iam, no caso, a diferenças de doutrinas interpretativas sobre os deveres dos crentes que viviam no *dar al-harb*, ou terra dos infiéis.

No que era, para os moslins, a terra dos infiéis e, para todos os africanos, a terra dos brancos, gestaram-se novas identidades: angolas, jejes, nagôs, por exemplo. No caso dos nagôs, que só um pouco mais tarde começariam a se reconhecer no continente africano sob o nome comum de iorubás, o compartilhar, apesar das diferenças dialetais, de um mesmo idioma e de modos de viver e valores mais do que semelhantes, aproximou, no exílio forçado, oiós, egbas, equitis, ijexás, ondos e outros grupos que estavam na África, muitos deles, naquele momento, a guerrear entre si. Formou-se uma solidariedade nagô. Por outro lado, como mostra com acuidade João José Reis, além da oposição entre brancos, mulatos e negros, o escravismo baiano abriu fossos não só entre negros livres, libertos e escravos, mas também entre os escravos africanos e os crioulos, ou seja, entre os escravizados e os que haviam nascido no cativeiro.

⁴⁸ Lamin Sanneh, "The Origins of Clericalism in West African Islam", *The Journal of African History*, XVII, I (1976), pp. 57 e 63; Ivor Wilks, "Consul Dupuis and Wangara: A Window on Islam in Early-Nineteenth-Century Asante", *Sudanic Africa*, 6 (1995), p. 61.
⁴⁹ "Cerner les identités au sein de la Diaspora africaine: L'Islam et l'esclavage aux Amériques", trad. de Raphaëlle Masseaut, *Cahiers des Annaux de la Memoire*, I (1999), pp. 272-4.

Dentre aqueles, não faltavam os que tinham sido reduzidos à servidão de modo ilegal, porque eram muçulmanos. Um escravo não podia ser um ulemá,⁵⁰ mas um ulemá podia tornar-se um escravo, se aprisionado por um ímpio. Escravizado, não deixava de ser um ulemá. Nesse caso estavam os malans cujos retratos nos deixou com pincel fino João José Reis. Reis os mostra como articuladores e líderes da revolta, como os atores centrais da insurreição. E sai à procura, para identificá-lo, do imame ou lemano que talvez fosse o líder do levante. E aponta como motivos imediatos da deflagração do movimento armado a prisão de um deles e a demolição da casinhota onde se reuniam, para as preces da sexta-feira, na propriedade de um inglês. Essa casinhota era, em dúvida, uma machacali, uma mesquita, pois uma casa de oração pode ser um simples pedaço de terra para isso delimitado por algumas estacas. Será por ter sido ela destruída que eles celebrarão num cômodo de aluguel o Lailat al-Qadr, a “Noite da Glória”, a “Noite do Poder”, a “Noite do Destino”, nos derradeiros dias daquele Ramadã de 1835. E seria nesse quarto que, seguros de que Deus estava com eles, aguardariam a aurora, para sair à rua, vestidos de túnicas brancas e de filá na cabeça, com os grigris a lhes protegerem o corpo e a alma, a fim de endireitar o mundo.

E aí eu esperava que João José Reis chegasse à conclusão para a qual nos vinha endereçando: aquela fora uma revolta muçulmana, uma guerra justa islâmica, uma guerra santa moslim, um *jihad*. Na edição brasileira de seu livro, ele concede: “a rebelião certamente teve uma dimensão religiosa, e para muitos foi até uma guerra santa, mas de natureza diversa do clássico *jihad*”.⁵¹ Num instigante ensaio publicado, pouco depois, ele insiste em que não tem dúvida “de que a religião estruturou e deu sentido ao protesto social dos malês”.⁵² Num outro, reconhece que o islame foi, na rebelião de 1835, “uma poderosa força ideológica e organizacional, e articulou politicamente a ira e libertos africanos contra os beneficiários da exploração e da

⁵⁰ Como observa Reis, *Rebelião escrava*, p. 164-165.

⁵¹ *Rebelião escrava*, p. 155.

⁵² “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia”, in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1988), p. 114.

opressão étnica”.⁵³ E ainda noutro, em parceria com Paulo Fernando de Moraes Farias,⁵⁴ ele chega a escrever: “não é inteiramente impossível que o movimento fosse um *jihad* para os poucos muçulmanos instruídos da velha guarda, mas mesmo nesse caso um *jihad* que tinha por objetivo superar a situação de exploração e opressão sob a qual eles e a maioria de seus seguidores viviam na Bahia” – o que seria exatamente a razão de ser de muitas dos *jibads*, a começar pelo deflagrado na Hauçalândia por Usuman dan Fodio. Na edição norte-americana de seu livro sobre a rebelião de 1835, no entanto, Reis, antes de privilegiar o fator étnico, a aliança entre os nagôs, afasta-se da guerra santa, ao dizer-nos: “apesar do papel central do Islame no levante malê, não há razão para presumir-se que o movimento foi tido com um *jihad* pelos combatentes comuns nem afirmado como tal por seus líderes”. E arremata: “a presença e mesmo o predomínio de idéias, ritos e símbolos islâmicos não é bastante para fazer dele um *jihad*.”⁵⁵

Não conhecemos, é bem verdade, a declaração escrita da guerra santa. Como escreve Reis, “a leitura dos autos revela que a comunicação oral foi o principal meio de mobilização da insurreição”, até talvez, como aduz, para protegê-la.⁵⁶ O manifesto do *jihad* pode ter corrido das bocas para os ouvidos e nestes ter ficado, sem que uma só palavra dele passasse aos que investigaram o levante, pois, como também nos diz João José Reis, “os poucos que falaram não faziam parte do núcleo central da conspiração e, portanto, não sabiam de sua história completa”.⁵⁷ Penso, ao contrário de Reis, mas arrimado no que, com tanta vida, nos conta, que o predomínio de idéias, ritos e símbolos islâmicos, num movimento armado cujos líderes eram ulemás e que aspirava a tomar a terra, isto é, a conquistar o poder, tem tudo de uma guerra santa.

Não quero com isso dizer que a rebelião de 1835 não tenha sido uma rebelião de escravos e ex-escravos. É óbvio – a palavra é de João

⁵³ “O levante dos malês: uma interpretação política”, capítulo escrito para o livro dele e de Eduardo Silva, *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 112.

⁵⁴ “Islam and Slave Resistance”, pp. 58-59.

⁵⁵ *Slave Rebellion*, pp. 127-128.

⁵⁶ “Um balanço dos estudos”, p. 131.

⁵⁷ *Rebelião escrava*, p. 136.

José Reis⁵⁸ – que o foi, e a mais importante de nossa história. Foi também um levante de africanos, e o maior que conhecemos. E uma insurreição nagô. Porém foi gestada pelos que a lideraram como uma guerra santa. Uma guerra santa que não tomou um cariz, na arregimentação de combatentes, muito distinto da que ocorrera na Hauçalândia e em Ilorin. Uma guerra santa na qual não se pode des-trinçar, por ser islâmica, a religião da política.

Tenho dificuldade em conceber que clérigos moslins que traziam da África a experiência do *jihad* se engajassem numa revolta que João José Reis abre diante de nós como cuidadosamente planejada ou, pelo menos, imaginada, sem que nela prevalecesse, como o próprio Reis nos indica, a idéia de se estabelecer um mundo melhor⁵⁹ – um mundo melhor que só podia ser, para muçulmanos devotos, aquele em que o estado estivesse sob o controle do islame. Para alcançar isso, numa sociedade ímpia e injusta, só havia os recursos ou à hégira – o afastamento físico dessa sociedade – ou à guerra santa. A uma guerra santa semelhante àquela em que haviam lutado no outro lado do oceano e a que talvez sonhassem dar prosseguimento na Bahia.

Para mim, o movimento de 1835 na Bahia tem tudo de uma guerra santa, repito. De uma guerra santa que não deixa de ser uma guerra santa pelo fato de a ela se terem somado, por solidariedade étnica, nagôs que não eram muçulmanos e, por desejo de liberdade e de desforra contra os brancos, negros de outras nações, que saíram às ruas com eles. O que não encontrei no relato de Reis foram não-islamitas com papel de relevo no preparo, no deflagrar e na condução do levante. A solidariedade nagô pode ter engrossado os grupos de revoltosos e ser uma explicação para o predomínio dos iorubás entre os participantes da revolta. Mas força é não esquecer que, havia quase duas décadas, o *jihad* na África e a expansão do califado de Socotô se davam no Iorubo, com *mujahidun* iorubás, e que, em conseqüência, o grosso dos malês na Bahia era composto por nagôs. Não só os ioru-

⁵⁸ Em “O levante dos malês”, p. 100.

⁵⁹ *Rebelião escrava*, pp. 136-137.

bás haviam conhecido o *jihad* na África,⁶⁰ como lá, muitos deles, embora fossem orgulhosos, tinham acabado por subordinar, como fizera a maioria dos também orgulhosos hauçás, suas lealdades étnicas aos interesses de uma identidade mais ampla, a de muçulmanos, a de membros da *umma*, e aceito a liderança fula. O próprio Reis nos diz que os malês se reconheciam entre si, na Bahia, pelo uso nos dedos da mão esquerda de dois anéis de prata ou ferro, e que esse anéis ou *kendé* identificavam na África os muçulmanos aliados de Afonja.⁶¹ O reverendo Samuel Johnson, por ele citado, foi mais explícito: o *kendé* era o que distinguia os que participavam do *jihad* no Iorubo.⁶²

Recusa-se João José Reis a ver nos rebeldes malês “ferozes separatistas”, inimigos dos demais africanos, que tinham por idólatras. Não sabemos dos planos dos rebelados e, portanto, se neles se incluía, como afirmou Nina Rodrigues, o de “massacrar os africanos fetichistas”, junto com os brancos e crioulos.⁶³ O que temos são algumas declarações, copiadas pelas autoridades, segundo as quais os rebeldes pretendiam eliminar “todos os brancos, pardos e crioulos”.⁶⁴ Detenho-me nas palavras da liberta nagô Guilhermina: os conspiradores tinham por objetivo tomar conta da terra, “matando os brancos, cabras e negros crioulos, bem como os negros africanos que se recusassem a aderir ao movimento”.⁶⁵ Tomar conta da terra, isto é, transformar o *dar al-harb* onde viviam em parte do *dar al-Islam*, e dele eliminar os opressores e os seus aliados, entre os quais se incluiriam os africanos que “se recusassem a aderir ao movimento”. Dizendo de outra forma, os africanos que se juntassem à rebelião seriam deixados em sossego. Tampouco seriam incomodados os que contra ela não formassem ou simplesmente a aceitassem, conforme prescreve a melhor doutrina islamita. Esta considerava ponto fora de discussão ser ilegal para um muçulmano fazer a guerra contra um pagão a quem se concedesse a paz ou que se pusesse sob o resguardo do islame.⁶⁶ Nem outra coisa diz o Alcorão. No verso 4 da sura IX, afir-

⁶⁰ Ao contrário do que afirma Reis, *Slave Rebellion*, p. 127.

⁶¹ Como registrou Reis, *Slave Rebellion*, p. 104.

⁶² *The History of the Yorubas*, p. 194.

⁶³ *Os africanos no Brasil*, p. 67.

⁶⁴ Reis, *Rebelião escrava*, pp. 147-148.

⁶⁵ Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, p. 79.

⁶⁶ Ver o manifesto do *jihad* de Usuman dan Fodio, em Hodgkin, *Nigerian Perspectives*, p. 248.

ma-se que o castigo aos idólatras não se aplica àqueles com os quais os crentes tenham feito uma aliança e que não a violarem, ordenando que esta aliança seja respeitada, enquanto puder durar. Rompida pelos malês a dominação branca, isto é, substituído o governo dos ímpios por um estado islâmico e castigados os seus cúmplices mulatos e crioulos, o mais provável – como sugere João José Reis⁶⁷ – é que se estabelecesse a paz com os não-brancos.

Isso não significa que os adeptos das religiões tradicionais africanas viriam, caso vencesse o movimento, a ter uma situação de igualdade na nova ordem social. Só a teriam, se se convertessem ao islamismo. Mesmo numa Salvador regida por cristãos, vejo nos depoimentos recolhidos pelas autoridades sinais claros de que os malês olhavam com reserva e até uma ponta de desdém tanto os negros católicos quanto os que consideravam idólatras, aos quais não hesitavam em chamar cafres. Essa reserva e esse desdém só aumentariam, caso o movimento tivesse sido vitorioso. Numa sociedade organizada segundo a lei divina, impõe-se – e assim pensava Usman dan Fodio – uma clara separação entre fiéis e infiéis. Estes últimos dela não fazem realmente parte; a ela se agregam, ou como escravos, ou como protegidos, que pagam pela proteção tributos especiais. Nenhum muçulmano pio, que soubesse de cor o Alcorão ou o lesse sempre que lho permitissem, pensaria de forma distinta, por mais que, “além da comunhão religiosa”, “outros elementos de integração e solidariedade sociais” lhes tecessem a vida.⁶⁸

Reis tem razão: “não temos provas de que o monopólio religioso” fosse o principal objetivo dos malês “em 1835 ou qualquer outro momento”.⁶⁹ Nem tampouco de que não fosse. Creio, no entanto, que não precisamos delas. Na história da expansão militar do islame há muitos episódios de imposição da exclusividade da fé pela espada, mas esses episódios, apesar de numerosos, não são a regra. A regra foi que se instalasse um governo em mãos muçulmanas e que se

⁶⁷ Adapto ao meu pensamento o que escreveu Reis na p. 149 de *Rebelião escrava no Brasil*.

⁶⁸ Uso as palavras de Reis, *Rebelião africana*, p. 135.

⁶⁹ *Ibidem*.

aplicasse a xariá nos territórios conquistados, sem exigir dos que os habitavam que abandonassem as suas crenças, desde que se conformassem com a posição de subalternidade e procedessem ao pagamento dos impostos requeridos. Deu-se assim desde o início da irradiação imperial do islame, pois um dos princípios do segundo califa, Omar, era o de que as populações que a ele se submetiam deviam ser incomodadas o mínimo possível em seus modos de vida.⁷⁰

O *jihad* baiano não se fez contra os santuários religiosos de nagôs, jejes e angolas; fez-se contra o Império do Brasil, o Governo da Bahia, os senhores de escravos, os brancos e seus aliados e cúmplices. Contra o domínio dos incréus, dos que não professavam o islame, não aplicavam a lei divina, escravizavam os muçulmanos e os oprimiam. É possível que, num segundo momento, ele se estendesse contra os idólatras, mas foi concebido para corrigir uma situação política inaceitável para um verdadeiro crente. Pior do que a da Hauçalândia, quando a açoitou, para libertá-la da opressão e da impiedade, Usuman dan Fodio.

O levante de 1835 foi – disseram os malês baianos, trinta anos depois, ao imame turco Abd al-Rahman ibne Abadallah al-Baghadadi al-Dimashqi – uma guerra deles contra os cristãos, isto é, contra os brancos, na qual “os negros tinham intenção de controlar as terras”. Abd al-Rahman comenta que “a raiz desse levante estava em uma comunidade muçulmana que havia entre os grupos [religiosos] de negros”. E após afirmar que foram os dessas comunidades “que decidiram essa coisa entre si”, acrescenta que, em consequência da guerra, os muçulmanos da Bahia “negam [declarar] sua religião até hoje, por temor do perigo de que os cristãos, se notarem que alguém segue o Islã, talvez o matem, o deportem ou o encarcerem para o resto da vida”.⁷¹ Quem divulgou esse documento⁷² ressalta, para negar que tenha havido em 1835 uma guerra santa, que o imame turco não se refere jamais ao levante dos malês

⁷⁰ Uma boa demonstração disso em Ira M. Lapidus, *A history of Islamic Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, pp. 37-53.

⁷¹ Rosemarie Quiring-Zoche, “Luta religiosa ou luta política? O levante dos malês da Bahia segundo uma fonte islâmica”, *Afro-Ásia*, 19-20 (1997), p. 234.

como *jihad*, mas, sim, como *barb*, ou simplesmente guerra, acrescentando que Abd al-Rahman “presumivelmente (...) não imaginaria que um pequeno grupo de muçulmanos em minoria no *dar al-barb* quisesse levar a cabo um *jihad*”.⁷³ É possível que o clérigo de Istambul tivesse essa dificuldade, sobretudo depois de ter tido tanto trabalho para, durante quase dois anos, tentar corrigir o comportamento, para ele frouxo e imperfeito, dos islamitas do Rio de Janeiro, que, por exemplo, não obrigavam suas mulheres ao uso do véu e não cumpriam todas as normas do jejum no Ramadã. Sua reação ao islame que encontrou no Rio não seria distinta da que teria um padre doutor em Teologia por Coimbra, ao ter de haver-se, numa paróquia brasileira, com certos aspectos do catolicismo popular. Embora Abd al-Rahman não aplique a palavra *jihad* ao levante de 1835, ele o tem como urdido por muçulmanos, com o objetivo de tomar a terra – como, portanto, leio eu, uma guerra santa, na qual, insisto, o religioso e o político se torcem num só fio.

Ignoro se, pelas rotas do tráfico, o califa Muhammad Bello e os letrados de Socotô, aos quais não faltava a consciência de que pertenciam a uma das fronteiras do mundo muçulmano, tinham uma noção clara de que, para além dela, no outro lado do oceano, havia, no Recôncavo Baiano, uma ilha de islame, sob o domínio de infieis, e se, sabedores disso, tiveram conhecimento da rebelião de 1835, dessa rebelião que João José Reis, nas duas versões de seu excelente livro, descreve como um verdadeiro *jihad*, embora se recuse a dar este nome ao que descreve. Já em 1812, Bello condenava, em seu tratado *Infraq al-maisur*, a venda de escravos aos cristãos e indignava-se com Oió, porque este reino mandava seus prisioneiros muçulmanos para os mercados da costa.⁷⁴ Não seria de espantar-se que não perdesse o interesse pelo destino deles no outro lado do mar. E, assim como não passou despercebido ao califa o retorno do Brasil de ex-escravos moslins, responsáveis em grande parte pela propagação do islamis-

⁷² Primeiro na revista *Sudanic Africa*, 6 (1995), pp. 115-124, sob o título “Glaubenskampf oder Machtkampf? Der Aufstand der Malé von Bahia nach einer Islamischen Quelle”.

⁷³ “Luta religiosa ou luta política?”, pp. 236-237.

⁷⁴ Lovejoy, “Slavery in the Sokoto Caliphate”, pp. 213-4; “The Muslim Factor Trade”, p. 6; e “Cerner les identités”, p. 265.

mo nas cidades que pontuam os litorais do golfo do Benim e por algumas de suas primeiras mesquitas, é possível que tenha também tido conhecimento dos sucessos de 1835. Os clérigos de Socotô e dos emirados dele dependentes haviam herdado do *Shehu* e de *Abdullahi dan Fodio* o gosto e o dever da escrita e os compartilhavam com o califa, a sua irmã *Asma*, o seu irmão *Isa dan Shehu* e o seu cunhado e vizir *Gidado dan Laima*, que, somados, produziram centenas de obras poéticas, teológicas, jurídicas e históricas. Se tiveram notícia da insurreição malê, podem ter deixado nos arquivos de Socotô o registro do que souberam, esperançosos, cépticos ou desalentados. E talvez nesses arquivos, quando se abrirem aos pesquisadores, se encontre algum indício ou eco da vinculação do levante baiano às palavras e às ações de *Usuman dan Fodio* e seus discípulos. Talvez.



Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

Academia Brasileira de Letras

VOCABULÁRIO ONOMÁSTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Academia Brasileira de Letras

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Elaborado

por
JOSEFA KALCHauer

Este dicionário, elaborado pela Academia Brasileira de Letras, tem por finalidade estabelecer a ortografia da língua portuguesa, de acordo com as normas da Academia Brasileira de Letras, e servir de guia para a escrita correta da língua portuguesa.

A fim de ser utilizado pela Academia para as
diversas atividades.

1.ª Parte - A-Z



Publicado em Brasília, Distrito Federal
Brasil, em 1966.

A missão da Academia Brasileira de Letras na defesa da língua portuguesa

ARNALDO NISKIER

*Última flor do Lácio, inculta e bela,
és, a um tempo, esplendor e sepultura:
ouro nativo, que na graça impura
a bruta mina entre os cascalhos vela...*

Olavo Bilac (1865-1918)

Por solicitação do deputado federal Aldo Rebelo, aqui estou para falar sobre a missão da Academia Brasileira de Letras na defesa da língua portuguesa. O tema pode parecer recorrente, mas é de fundamental importância para a cultura brasileira. Vive-se um tempo de inconcebível relaxamento, no que se refere ao nosso vernáculo. Daí a importância do seminário *Idioma e soberania*, inscrito no projeto *Câmara: 500 anos*, de que temos a honra de participar, para o

Conferência proferida na Câmara dos Deputados, em Brasília, na sessão do dia 14 de março de 2000.

Arnaldo Niskier é professor, educador, conferencista. Sua obra chega a uma centena de títulos, sobre educação brasileira, filosofia e história da educação, administração escolar, tecnologias de ensino, obras didáticas e de literatura infantil-juvenil.

melhor conhecimento da situação do nosso idioma em todos os países da Comunidade de Língua Portuguesa.

Como coordenador nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), preocupa-me o excesso de estrangeirismos, sem uma reação à altura, quando existem palavras da língua portuguesa que podem ser perfeitamente utilizadas, sem que se precise recorrer, de forma pernóstica, a termos oriundos de outras línguas. Nem a desculpa da avalanche cultural representada pela Informática pode ser aceita.

Algumas preliminares aclaram um pouco mais a matéria. Quando o *Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*, na versão maior ou míni, foi elaborado em 1998 pela ABL, tomando por base um trabalho anterior do Acadêmico Antônio Houaiss, incorporou cerca de 3 mil termos de fora, o que aparentemente configurava um certo exagero, embora o número total de verbetes fosse de 360 mil. Não há como defender esse argumento. As palavras que entram num *Vocabulário* apenas para registro da sua grafia e categoria gramatical, podem ter vida efêmera, produto apenas de um momento (modismo).

Não é o caso de um dicionário, em que as palavras são acompanhadas do seu significado. Elas entram para ficar, podendo mais tarde ser lembradas como arcaísmos. Por isso, em geral, os dicionários têm cerca de 150 mil verbetes, enquanto os vocabulários registram um número muito maior. Aqui faço o comentário sobre a diferença entre um e outro, nem sempre muito perceptível para as pessoas que lidam com os dois instrumentos essenciais de acompanhamento da língua portuguesa.

Faço questão de assinalar a experiência pessoal vivida. Tendo a Academia Brasileira de Letras responsabilidades oficiais quanto à grafia e significado das palavras da nossa língua, envolvi-me na produção do primeiro *Vocabulário ortográfico* produzido pela ABL. Ao tomar conhecimento, pelo médico Noel Nutels, de que não havia editor inte-

ressado na obra, ofereci-me para cuidar da sua produção, em Bloch Editores, conseguindo inclusive recursos oficiais do Ministério da Educação para que em 1981 pudesse ser feita a primeira impressão, em papel bíblia alemão, com tiragem de 20 mil exemplares. Fui o coordenador desse trabalho. Anos depois, na presidência da ABL, mais precisamente em 1998, criei a Comissão de Lexicografia que propiciou a segunda edição do *Vocabulário*, dando origem em 1990 à edição míni. Tive a grande e inestimável colaboração do professor Antônio José Chediak, por mim convidado para esse trabalho.

Quanto ao *Dicionário da ABL*, elaborado por Antenor Nascentes, foi revivido sob minha coordenação, em 1988, também em Bloch Editores, por iniciativa dos Acadêmicos Josué Montello e Austregésilo de Athayde, este, nosso sempre lembrado presidente. Autorizada a operação editorial, o *Dicionário* foi lançado numa edição ilustrada, fazendo muito sucesso. Tinha 72 mil verbetes. Com a necessidade da sua atualização, quando assumimos a presidência da ABL, em 1998, contratamos 23 verbetistas, sob a liderança ainda uma vez de Antônio José Chediak. Fizemos um contrato com a Companhia Editora Nacional, que financiou a obra, a ser impressa ainda no ano 2000, para comemorar os 75 anos de uma das maiores e mais tradicionais casas do livro do nosso país. Terá 140 mil verbetes e será certamente o mais atualizado de todos os dicionários brasileiros, a sair na virada do século.

Penso, desta forma, ter dado uma boa noção do envolvimento da ABL e, particularmente do seu ex-presidente, na missão de salvaguarda da língua portuguesa, que é a principal obrigação da Casa de Machado de Assis. A que se deve incorporar, com justiça, o trabalho feito em 1999 de lançamento do *Vocabulário onomástico da Língua Portuguesa*, na sua primeira edição. Em dois anos, praticamente, colocamos a serviço do povo brasileiro todos os instrumentos a que se refere a Lei nº 5.765, de 18 de dezembro de 1971, e que permanecia como

letra morta de um parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa (Convenção Ortográfica).

~ 200 milhões de falantes

O desafio foi feito pela romancista Lygia Fagundes Telles. Falando na Academia Brasileira de Letras sobre a provável, mas não comprovada infidelidade de Capitu, pediu que liderássemos uma cruzada favorável à língua portuguesa: “Não se pode mais conviver com tamanhas barbaridades que são ditas e escritas por aí.”

Por que chegamos a esse ponto? Certamente, em virtude de uma série de fatores. A precária capacitação dos professores, os baixos salários de professores e especialistas, o preço de capa dos livros, a valorização da civilização eletrônica, a destruição das antologias escolares – são elementos que não podem ser descartados, nesse lamentável processo de desconstrução do nosso idioma.

No caso das antologias, um erro sem conta. Li outro dia uma entrevista do escritor Antônio Torres, em que ele elogiava a sua professora, d. Teresa, no primário de uma escola rural de Junco, no interior da Bahia, que o fazia ler alto a *Seleção escolar*. Foi o seu fascinante primeiro encontro com Castro Alves, Gonçalves Dias e Machado de Assis. Por que tudo isso acabou? Por causa de uma briga a propósito de direitos autorais. Foi parar no Supremo Tribunal Federal e ficou decidido, a partir de então, que ninguém poderia utilizar determinada obra, mesmo em parte resumida, sem autorização do seu proprietário. Burocratizaram o acesso ao conhecimento, complicaram a vida dos antologistas e tiraram o ânimo das editoras que se dedicavam a essa tarefa de grande valor pedagógico.

O resultado é que os escritores contemporâneos deixaram de ser quase referidos, trocados pelos antigos que estão em domínio público, com evidente prejuízo do aprendizado. Quem ganha com isso? É

curioso que, em qualquer conferência, quando se fala no fim das antologias, condenando esse absurdo, sempre aparece manifestação de solidariedade. É uma forma garantida de ganhar aplausos.

O movimento de transformações é cíclico, próprio de períodos como o que marca a mudança de séculos. A proximidade do terceiro milênio excita a imaginação e hoje sentimos necessidade de uma boa atenção à língua portuguesa. Trata-se de uma das seis mil línguas do mundo. Sendo falada por 200 milhões de pessoas, não pode ser comparada a um simples dialeto. É um idioma dos mais respeitáveis, exigindo amplo entendimento entre as nações que compõem a lusofonia. Aos sete integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), podemos agregar os que se mantêm em parte fiéis à nossa tradição, como Goa, Macau e Timor Leste, onde ainda se fala o português de modo expressivo.

Por que ainda não tivemos o Acordo Ortográfico sancionado? Só os políticos poderiam dar a resposta, pois a aceleração do mundo informatizado pede pressa, nessa providência elementar, totalmente paralizada desde o ano de 1990.

~ Latinidade

Dois fatos recentes mexeram com a lusofonia. Ou três, se considerarmos o lançamento da segunda edição do *Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*, a cargo da Academia Brasileira de Letras. O primeiro foi o interesse político demonstrado pelo Ministro da Educação Nacional da França, Claude Allègre, por uma aproximação objetiva com o mundo da francofonia, representado por 170 milhões de falantes. Em jantar a que comparecemos, em Paris, para discussão do Prêmio da Latinidade, depois entregue ao escritor mexicano Carlos Fuentes, o ministro francês propôs um amplo acordo para que, somados, possamos enfrentar com alguma chance de êxito a avalanche

cultural e lingüística da língua inglesa (500 milhões de falantes). Depois, no Rio, na sede da Casa de Machado de Assis, repetiu ainda mais enfaticamente a proposta.

O segundo fato foi a presença do escritor José Saramago na Bienal Internacional do Livro. Ele repetiu o argumento na ABL: “Não podemos permanecer no domínio das palavras vazias. É hora de fazer algo concreto para que livros brasileiros circulem adequadamente em Portugal – e vive-versa. A criação de uma Bienal, a primeira das quais no Rio de Janeiro, seria um passo decisivo para que se estabelecesse a harmonia pretendida entre os escritores irmãos.” Sendo a expressão de um Prêmio Nobel de Literatura (1998), o primeiro em língua portuguesa, o argumento passa a ter um enorme peso específico, e deve ser rapidamente considerado.

Houve uma discussão sobre a matéria, na solenidade de comemoração dos 162 anos do Real Gabinete Português de Leitura. Instituição centenária, com 400 mil volumes num belíssimo edifício de estilo manuelino, no Centro do Rio, não poderia existir melhor cenário para pensar o futuro da língua portuguesa, tema provocado pelo escritor Gomes da Costa e colegas portugueses que aqui vieram participar da Bienal do Livro. O clima de mudança, no alvorecer do novo século, facilitou a busca de linhas de ação comuns, para valorizar a língua portuguesa.

Nos séculos XVI e XVII, por força das conquistas dos seus navegadores, o português tornou-se uma língua mundial, papel depois desempenhado no século XVIII pelo francês e no século XIX pelo inglês. Hoje, a língua portuguesa é falada por 4% da população mundial, numa área de aproximadamente 8% do globo terrestre.

Na Academia Brasileira de Letras, com a colaboração do jornal *Folha Dirigida*, reuniram-se 600 especialistas para discutir, num seminário de dois dias, questões fundamentais da língua portuguesa. Depois de ouvir Antônio José Chediak, Antonio Olinto, Eduardo Por-

tella, Cilene Cunha, Domício Proença, Zuenir Ventura e Evanildo Bechara, sob a coordenação de Tarcísio Padilha, foi possível chegar a algumas conclusões, adotadas no que se convencionou chamar de “Carta do Rio de Janeiro”, surgida por inspiração do jornalista Adolfo Martins.

Melhorar o atual índice de leitura (2,4 livros por habitante) é a primeira preocupação, seguida de uma inevitável ampliação do número de bibliotecas públicas (3.500). É preciso criar programas como *Hora da leitura*, além de ampliar o alcance do *Leia Brasil*, dirigido por Jason Prado e que tem o apoio da Petrobras.

Simplificar a nomenclatura da Língua Portuguesa ajudaria a aliviar a memória dos nossos alunos. Deve-se levar em conta que a Língua Portuguesa é influenciada de todas as maneiras pela televisão, cuja força não pode ser desconhecida. Hoje, há um certo desamor pela língua, cujo desrespeito não se justifica.

Vive-se a crise da palavra, mas as colunas dominicais, publicadas nos grandes jornais, que cuidam da Língua Portuguesa, são sinais altamente positivos. No debate sobre a norma culta, conclui-se que não se deve aprisionar o aluno na sua língua padrão: “Só está errado aquilo que não se fala em nenhum quadrante. A língua padrão é uma etiqueta social, que deve ser falada de acordo com as circunstâncias.”

Não se pode defender a existência de um *apartheid* lingüístico, separando o falar do rico e o do pobre. Temos uma realidade plurilingüística, considerando-se basicamente que a norma culta deve ser respeitada sobretudo nos códigos escritos.

As minorias freqüentam as escolas e tendem a impor os seus padrões. O que os professores não podem desconhecer, mesmo sacrificados por baixos salários e precária formação, é que se deve partir do saber lingüístico prévio dos alunos, que precisam conviver desde cedo com o gosto pela leitura. O certo e o errado, como enfatizou a professora Cilene Cunha, filha do saudoso mestre e acadêmico Cel-

so Cunha, devem hoje ser substituídos pelo *adequado* e o *não adequado*. A compreensão desse fato enseja uma profunda mudança no ensino do português, sabendo-se que é o povo que faz a língua. Pode-se concluir que a leitura liberta e leva a conhecer melhor o mundo, o outro e a si mesmo. A linguagem manifesta a liberdade criadora do homem.

~ A lei da educação

É impossível garantir que exista uma firme política nacional de enriquecimento da Língua Portuguesa. A conseqüência é óbvia: fala-se mal e escreve-se pior ainda. Isso levou autoridades locais, como é o caso do Governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, a lançar programas pontuais de amparo ao nosso idioma e criação de estímulos ao hábito de ler. *Hora da leitura* tem exatamente esse escopo: diariamente, nas 2.500 escolas públicas fluminenses, professores e especialistas trabalham autores nacionais selecionados pela Academia Brasileira de Letras para incutir esse gosto no espírito de 1,2 milhão de crianças e jovens. Logo em seguida, surgirão concursos de redação, para completar o circuito: Leitura e Redação operam como irmãos siameses, no processo cultural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) é muito sóbria em relação aos cuidados com a Língua Portuguesa. Na verdade, dos seus 92 artigos só o de número 26 cita essa preocupação. Eis o seu texto:

Artigo 26 – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada pelos demais conteúdos curriculares especificados nesta Lei e, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º – Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil...

Curiosamente – e isso se deve aos cuidados do antropólogo Darcy Ribeiro – o artigo 78 cita nove vezes a educação indígena. Pode-se argumentar que ela foi descuidada durante muito tempo, daí a sua prioridade, mas a língua portuguesa merecia do legislador um pouco mais do que esse artigo mirrado e ainda por cima estranhamente ligado à ciência do raciocínio.

Tal fato pode ser justificado pelo uso moderno da expressão *códigos e linguagens*, em que se juntam a Língua Portuguesa e a Matemática, graças sobretudo ao uso progressivo e já nessa altura indispensável do computador. Mas temos o pleno convencimento de que, numa reforma futura (a lei da educação costuma durar em média cerca de 10 anos) será preciso dar mais ênfase à Língua Portuguesa. Não foi à toa que o poeta português Fernando Pessoa proclamou que “a minha pátria é a língua portuguesa”. Para merecer do Acadêmico Antonio Olinto a seguinte e muito bem elaborada digressão: “Dar nome às coisas foi o primeiro ato do primeiro homem. A frase de Fernando Pessoa representa o reconhecimento da identidade entre o nome e aquilo que ele nomeia. De *corpus* literário de um povo destacam-se trechos que devem ser guardados, lidos e relidos. Os bons livros que transformam momentos em matéria escrita gravam para sempre a memória de um povo.”

~ Em defesa da Língua Portuguesa

O País precisa avançar mais em direção ao ensino básico e mesmo que estejam assegurados por lei o acesso de todos à escola e as per-

centagens mínimas de aplicação de recursos em educação é preciso pensar na dolorosa verdade que ensinar a ler e escrever sem a garantia de permanência na escola é jogar dinheiro fora.

É a aprendizagem da ordenação e da expressão do pensamento que torna a leitura e a escrita socialmente úteis. A situação chegou a tal ponto que os concursos vestibulares abandonaram um pouco as cruzinhas e se iniciam por uma prova de redação, em que prepondera a ordenação do pensamento.

Os resultados dessa exigência já se fazem sentir, ainda que em pequena proporção e com reflexos nos níveis de ensino fundamental e ensino médio. Estes, lamentavelmente, incorporam os cacoetes da preparação para vestibulares, como se no país todos estivéssemos condenados ao curso superior.

É na classe de alfabetização e nas séries seguintes que o aprendizado da ordenação do pensamento se processa gradativamente e pode ser feito em melhores condições. O trabalho do professor esclarecido é o fator mais importante nesse processo, mas este precisa ser complementado por meio do livro didático. Apesar da televisão e de outros meios de comunicação ao alcance de qualquer um, não se chegou, ainda, a um sucedâneo para o livro didático. Hoje uma indústria florescente, o livro didático deve apoiar-se nos seguintes requisitos:

- capacidade de transmitir conhecimentos fundamentais, através de uma seqüência lógica e adequada de assuntos;
- apresentação de coerência, integração, correção de estilo e de ortografia, continuidade e grau crescente de dificuldades;
- facilitação da passagem gradativa da criança da civilização oral para a civilização escrita.

Paralelamente, o livro didático deve apresentar as seguintes características:

- instrumento para aumentar a capacidade de ler e desenvolver o vocabulário, a rapidez da leitura, a compreensão;

- estímulo para outras leituras e fonte de recreação;
- forma de levar a aprendizagem através de outros livros e fontes, como dicionários, atlas, impressos diversos;
- forma de avaliação dos interesses e dificuldades dos educandos.

Essas recomendações não são de hoje. Em 1969, a COLTED (Comissão do Livro Técnico e Didático), do MEC, as propusera como diretrizes para o uso eficiente do livro didático.

Não se pode negar que a qualidade material do livro didático melhorou, mas, ao mesmo tempo, alguns vícios foram incorporados na sua elaboração. Muitas vezes, esses aperfeiçoamentos editoriais não apresentam a contrapartida na qualidade dos conteúdos, onde aparecem frases sem sentido nas cartilhas de alfabetização, o que não instiga o aluno a ler mais. Ao contrário, colabora para a sua “idiotização”. Por falta de preparo do professor, o livro didático constitui-se em seu único recurso, tornando-se o próprio e único plano de trabalho escolar, sem que tenha sido escolhido de acordo com a realidade de cada escola e da clientela. Muitos livros servem à zona rural, mas foram escritos de acordo com a realidade urbana.

As bibliotecas escolares e os clubes de leitura são ótimas iniciativas. A finalidade principal da leitura é contribuir para que os leitores se tornem mais humanos e menos ignorantes, afirmativas essas que servem igualmente para fazer do livro um instrumento de cidadania.

É preciso que a escola seja um lugar de “leitura crítica” e interpretativa do que lhe chega por intermédio da imagem e do som. No futuro, biblioteca, videotape e audioteca se equivalerão. A cultura do livro se adquire na infância e alguns especialistas a localizam na fase da pré-escola. O ato de ler deve proporcionar prazer e o encontro do leitor consigo mesmo, e não concorrer para seu empobrecimento intelectual e para sua abdicação do direito de pensar, com o qual se forma o cidadão.

É necessário que se lute contra a destruição da linguagem, como está ocorrendo, numa prova da aversão do brasileiro ao seu idioma, quando ela é o único meio de integração dos segmentos de baixa renda ao contexto cultural pelo qual somos todos responsáveis.

A educação precisa de competência e de seriedade. A Constituição de 88, ao tratar da educação, cita a qualidade do ensino. Há boas escolas ao lado de escolas péssimas. O problema central está em diminuir as diferenças de qualidade do sistema e não nivelar pelo patamar mais baixo. O problema é ainda de tratamento do conjunto e não esperar que uma experiência bem-sucedida se multiplique naturalmente pelo resto do sistema. A cobrança de qualidade do ensino deve ser feita pela sociedade que está por trás do Estado e que o obriga a atuar. Assim se estará exercitando, na plenitude, o que se entende hoje por educação para a cidadania.

~ Indigência vocabular

A classe dita culta mostra-se displicente em relação à língua nacional e a indigência vocabular tomou conta da juventude e dos não tão jovens assim, quase como se aqueles se orgulhassem de sua própria ignorância e estes quisessem voltar atrás no tempo.

Novas formas de regência verbal são adotadas desde que um ex-candidato a um alto cargo as introduziu com galhardia. Também, por influência do economês, todos “oportunizam”, “absolutizam”, “otimizam”, “a nível” disto e daquilo e “colocam” perguntas e dúvidas, “enquanto” alunos... “Imexível” e “convivível” entram nos dicionários pelas mãos de ministros de Estado. E é natural que palavras como “favelania” surjam por aí.

Os próprios jornais, que deveriam ser um modelo de correção, por causa da sua circulação, não constituem “excessão”, com dois ss, a esse desleixo com que se trata a língua nacional.

Até há pouco tempo, a chamada matéria Comunicação e Expressão abrigou todo e qualquer conhecimento, menos o da Língua Portuguesa, em seu sentido estrito.

Para quê estudar verbos irregulares, se é mais fácil dizer “entrevistado” ou “manteve” ou, ainda, descobrir outras utilidades para o “aliás” e o “inclusive”? E o triste “houveram”?

É de lamentar que os cursos de Comunicação Social discutam McLuhan, Umberto Eco, Derrida, Adorno, Sapir e outros papas da comunicação, da semiótica e da filosofia e os comunicólogos sejam socorridos pelo “idiota da objetividade”, como chamava Nelson Rodrigues ao copidesque.

Alguns brasileiros tanto não suportam seu idioma que os cursos de Pedagogia e de Direito se omitem no estudo da Língua Portuguesa. Esses cursos, mais do que os outros, deveriam ser os primeiros a cultivá-la, se não por sentido cívico, mas por força do seu dever e da sua função junto à sociedade.

O que preocupa o deputado Aldo Rebelo e certamente toda a Câmara é que, hoje, no Brasil, há “boutiques” e não lojas; multiplicam-se os nomes de fantasia em inglês e francês, como *Design, Fast Man, Déjà vu, Crazy Machine, Company*. As lojas para a classe alta ostentam seu *pedigree* em palavras estrangeiras e preços altos. As fachadas dos prédios sofisticados não se contentam com uma numeração clara e conforme às posturas municipais. É preciso que elas se distingam das outras por inspirações estrangeiras.

A dublagem de filmes, por exemplo, por displicência do roteirista, é um acúmulo de frases sem sentido e sem conexão com o que se vê na tela, além de dubladores com dicção péssima, reproduzindo uma linguagem incorreta.

É claro que seria mais agradável, para quem entende inglês ou francês, ouvir a voz original de Richard Burton, Ingrid Bergman ou Simone Signoret, mas a dublagem corresponde a uma necessidade

social, não só em relação ao mercado de trabalho, mas também à possibilidade de proporcionar entretenimento a um maior número de pessoas.

~ Na ponta da língua

Uma saudável epidemia tomou conta da imprensa brasileira. Os grandes jornais publicam alentadas seções de valorização da Língua Portuguesa, que alguns até ajudam a abastardar com sua crônica e indesculpável falta de cuidado. Quando sai na manchete do jornal que “Ronaldinho marca gol de placa na Itália”, não há quem se choque com o lamentável cacófato antes que a página seja definitivamente impressa?

Desses tempos saudáveis de reação participa também a *Folha de S. Paulo*, com a sua oportuna e bem escrita seção intitulada “Inculto e bela”, assinada por Pasquale Cipro Neto, que também produz em *O Globo* o “Ao pé da letra”.

O professor Sérgio Nogueira é autor de “Língua viva”, no *Jornal do Brasil*, enquanto Napoleão Mendes de Almeida, durante muitos anos, deu lições admiráveis em *O Estado de S. Paulo*, onde também trabalha o especialista Eduardo Martins. O jornal carioca *O Dia* presta a sua contribuição aos domingos, com o “Na ponta da língua”. E há outros exemplos, como a coluna de Dad Squarisi no jornal *Correio Braziliense*.

Arriscamo-nos a uma interpretação sobre esse movimento, embora sempre passível de discussão. Em primeiro lugar, pode-se registrar o fato, facilmente comprovável, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Rui Barbosa. Culpa, quem sabe, da deterioração do nosso sistema de educação básica.

Em segundo, o pouco apreço que devotamos ao gosto pela leitura. Nosso índice *per capita* mal alcança dois livros por habitante; na

França, por exemplo, oscila em torno de oito. Não se pode estranhar a afluência de interessados a espaços culturais como o Centro George Pompidou, em Paris, por onde transitam diariamente cerca de 25 mil pessoas. Tudo construído de modo científico, para fazer com que os usuários se interessem, desde cedo, pelos mistérios da leitura. O “atelier des enfants” é simplesmente genial e dá gosto ver as crianças às voltas com os materiais impressos, ricamente ilustrados, competindo com os vídeos em nítida vantagem.

Em terceiro lugar, para não ir muito longe, podemos citar a “contribuição” dos meios televisivos. Donos de uma força descomunal, salvo as exceções de praxe, praticam um magistral desserviço à educação brasileira. Comunicadores falam mal, atores não se expressam adequadamente, dublagens são feitas de forma chula, programas infantis deseducam – o que se pode esperar desse triste universo?

~ Novos termos

O certo é que a língua portuguesa cresceu, até mesmo em virtude da introjeção de termos ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

É o caso de palavras como teleducação (educação à distância), acessar (entrar), deletar (apagar, anular), decasségui (trabalhador brasileiro no Japão), teleconferência (conferência à distância), lincar (ligar), internet, infovia, intranet, etc.

Não há como conter esse crescimento, mesmo que, por vezes, seja ele fruto do que o crítico Wilson Martins chama de “desnacionalização”, ou, para ser mais forte, de um lamentável “lingüicídio”, palavra que, aliás, consta do nosso *Vocabulário*.

Os franceses reagiram de forma veemente a essa agressão ao seu idioma pelos anglicismos que se tornaram universais, em virtude, sobretudo, da força econômica dos Estados Unidos. A globalização só

ajuda nessa expansão. Entre nós, somos vítimas ou beneficiários desse processo. Vítimas se considerarmos a pureza da língua de Machado de Assis, beneficiários se pensarmos na inserção do país na comunidade das nações desenvolvidas. De toda forma, é preciso evitar os exageros imitativos.

~ De volta à Academia

O modelo da Academia Brasileira de Letras é a Academia Francesa, criada em 1634, cujo artigo 24 afirmava:

A principal função da Academia será trabalhar com todo o desvelo e toda a diligência possível para estabelecer as regras de correção da nossa língua e para torná-la pura, eloqüente e capaz de expressar as artes e as ciências.

A Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, logo se interessou pela elaboração de um grande dicionário do idioma. Ocupou-se, como “órgão consultivo do Governo Português em matéria de lingüística”, de sucessivas reformas ortográficas em que se vem empenhando desde 1911 e, a partir de 1931, em parceria com a ABL. Esta resultou de inúmeras reuniões de escritores, em geral jovens, que escolheram Machado de Assis para seu primeiro presidente e Joaquim Nabuco, secretário-geral.

O Estatuto, criado em 1897 e até hoje não alterado, prevê em seu artigo 1º:

A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional, e funcionará de acordo com as normas estabelecidas em seu Regimento Interno.

O seu espírito pode ser resumido, como missão, pelo discurso inaugural de Machado de Assis:

O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária.

No grupo dos 40 fundadores, havia dois filólogos: Silva Ramos, do Colégio Pedro II, e Carlos de Laet, do mesmo colégio-padrão. Logo se iniciaram discussões em torno de questões ortográficas, como a que foi suscitada por José Veríssimo: se o nome Brasil deveria ser escrito com *s* ou com *z*.

Tivemos ainda como filólogos João Ribeiro, Mário de Alencar, Laudelino Freire, Amadeu Amaral, Heráclito Graça, Ramiz Galvão, Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha, Antônio Houaiss e Barbosa Lima Sobrinho. Este, com dois estudos de língua portuguesa, figura no quadro dos que contribuíram para o aperfeiçoamento da nossa ortografia.

~ Conclusões

Estamos vivendo uma bela época em defesa da Língua Portuguesa. Como é o caso do deputado Aldo Rebelo (PC do B), não a queremos mais bela, culta e ultrajada. Os estrangeirismos constituem uma invasão impertinente e insidiosa, justificando o projeto de lei nº I.676, de 1999, que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa. O seminário *Idioma e soberania* visa enriquecer esse debate, estendido a todos os povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Academia Brasileira de Letras, com os seus *Vocabulários* e o *Dicionário*, cuja primeira edição deve-se ao empenho do Acadêmico Josué Montello, em 1956, está presente nesse processo, só admitindo

umas poucas palavras oriundas do estrangeiro – e mesmo assim quando não existe de forma clara outras que expressem aqueles determinados significados. Tem isso muito presente em seu espírito, como foi ordenado à sua ativa Comissão Lexicográfica.

Também não podemos concordar com o que seria a nossa desfiguração lingüística, com isso sacrificando o patrimônio cultural do Brasil, constituído, nesses cinco séculos, pela contribuição de línguas indígenas, africanas e portuguesas, além das inovações que chamamos de brasileirismos, conforme admitiu o filólogo Antenor Nascentes, um autodidata que fez do Colégio Pedro II e da Faculdade de Educação da UERJ os seus maiores centros de referência lingüística. Embora não tenha sido acadêmico, sempre merecerá o nosso respeito. É o caso também do lexicógrafo carioca Antônio Morais e Silva, autor de um famoso dicionário editado em Portugal, em 1789, o primeiro de autoria de um brasileiro.

A invasão de estrangeirismos não pode ser sumariamente eliminada, pois o fenômeno ocorre inclusive nas nações mais desenvolvidas do mundo, como é o caso dos Estados Unidos ou mesmo da França. No livro *Palavras sem fronteiras*, de Sergio Corrêa da Costa, agora lançado no Rio de Janeiro, o fenômeno é referido e até se alude ao latim, que é a terceira língua em importância, no caso das invasões. Não existe *habeas data* na Constituição brasileira? E *déjà vu* não é expressão comum na cultura norte-americana? E *exit* incomoda os franceses? São as exceções das quais não podemos escapar, como admitiu o próprio Machado de Assis, em 1873, ao proclamar: “Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes.”

É a posição adotada, ao longo da história da nossa cultura, por outros estudiosos brasileiros, como Silva Ramos, Carlos de Laet, João Ribeiro, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Afrânio Peixoto, Amadeu Amaral, Alberto de Faria, Heráclito Graça, Laudelino Freire,

Ramiz Galvão, Rodolfo Garcia e, mais recentemente, Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha, Antônio Houaiss e Barbosa Lima Sobrinho, este com os seus estudos sobre *A questão ortográfica e os compromissos do Brasil* e *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*.

Não queremos o uso abusivo de neologismos, nem a excessiva transformação de tudo em verbo. A própria gíria tende ao desaparecimento e hoje a expressão *bad boy*, com que os jogadores Romário e Edmundo foram inicialmente homenageados, já não tem tanta força assim. A Língua Portuguesa reage à tentativa do seu sucateamento — e encontra a Casa de Machado de Assis na firme disposição de defendê-la, com energia, como é da sua obrigação, evitando assim o que Wilson Martins chama de “desnacionalização lingüística”. Os defeitos hoje existentes serão menores quando forem superadas as deficiências da educação, pois a língua felizmente é estável. Nessa disposição, como é saudável a parceria da ABL com a Câmara dos Deputados!



Foto oficial como Delegado do Brasil junto à UNESCO,
em Paris, c. 1946. Acervo Família Carneiro.

Paulo Carneiro: um humanista brasileiro do século XX

ALBERTO VENANCIO FILHO

Ao receber o amável convite da Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio do Dr. Marcos Chor Maio, para pronunciar a conferência de abertura do seminário *Organizações Internacionais da Ciência e Saúde no Brasil – Homenagem a Paulo Estêvão de Berredo Carneiro (1901-1981)*, hesitei muito no título desta palestra introdutória, que em rápido esboço pretende analisar a vida e a obra desse grande brasileiro. Afinal fixei-me no título “Um humanista brasileiro do século XX” porque creio que no século passado, entre nós, poucas pessoas terão representado tão bem o movimento humanista do que Paulo Estêvão de Berredo Carneiro. Muito embora sejam numerosos seus trabalhos, opúsculos e artigos científicos, denominou seu único livro *Vers un nouvel humanisme*, no qual não consta prefácio nem apresentação, e só através dos trabalhos reunidos poderemos encontrar a chave para entender o que representou como humanista e como um dos típicos representantes desse movimento.

Conferência de abertura do seminário *Organizações Internacionais da Ciência e Saúde no Brasil – Homenagem a Paulo Estêvão de Berredo Carneiro (1901-1981)*, na Fundação Oswaldo Cruz, em dezembro de 2001.

Coincidentemente, na visão de Paulo Carneiro se conciliava a expressão de um cientista de alto valor, haurida nos anos em que esteve dedicado à pesquisa científica, e ao se desviar dessa trilha pela ação na UNESCO representou os ideais de um novo humanismo, impregnado do espírito científico.

Paulo Carneiro nasceu em 4 de agosto de 1901; no dia 2 de setembro de 1902 recebia no Templo Positivista da Rua Benjamim Constant o sacramento de apresentação, equivalente ao batismo católico, no mesmo local em que a 2 de agosto de 1900 se realizava o casamento religioso de seus pais. O sacramento foi oficiado em 4 de dezembro de 1902 por Teixeira Mendes, tendo como patronos São Paulo e São Estêvão e padrinhos o então major Cândido Mariano de Silva Rondon e sua mulher. O positivismo seria assim presença constante em sua vida aliando-se à pregação do humanismo.

Filho de Mário Barbosa Carneiro e D. Maria Teodora de Berredo Carneiro, pelo lado materno o bisavô Luís Antônio Barbosa foi, no Segundo Reinado, presidente de Minas Gerais, senador e ministro da Justiça, irmão do conselheiro Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial. Casado com D. Antônia Luísa Horta, deu origem à família Horta Barbosa, à qual têm pertencido destacadas figuras do cenário brasileiro, como, entre outros, o político, jurista e acadêmico João Luís Alves, o general Júlio Caetano Horta Barbosa, que teve importante papel na organização do Conselho Nacional do Petróleo e da Petrobras, o engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa, a quem se deve, entre outras obras, o plano e o início da construção da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão.

Seu pai, Mário Barbosa Carneiro, ingressou cedo no positivismo e aos 21 anos alistou-se como voluntário no Batalhão Benjamim Constant, por ocasião da Revolta da Armada. Através de dois brilhantes concursos encarreirou-se na Secretaria do Ministério da Marinha, ponto de partida de longa vida inteiramente dedicada ao serviço público, funcionário modelar, passando em seguida para o

Ministério da Agricultura, chefiando-o nos primeiros anos do governo provisório de Getúlio Vargas.

D. Maria Teodora Leal de Berredo era neta de Alexandre Carvalho Leal, o maior amigo de Gonçalves Dias, e sobrinha-neta da inspiradora do poeta, Ana Amélia. Por outro lado, descendia pelo lado paterno do governador e capitão-geral do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo, historiógrafo e autor dos famosos *Anais*.

Os primeiros estudos foram realizados em casa, sob os cuidados de sua mãe e de sua tia. Paulo Carneiro seguia o programa educacional de Augusto Comte e como iniciação prática freqüentou, como aprendiz de ferreiro, no Engenho de Dentro, as oficinas de Trajano de Medeiros. Saía de casa às seis horas da manhã, levando almoço como qualquer jovem operário; data daí o contato direto com o povo e a simpatia com o proletariado.

Ao iniciar os preparatórios, ingressou no curso do professor Raul Guedes, na casa da Avenida Passos. Disse Paulo Carneiro de Raul Guedes:

Em torno desse homem admirável, que já havia sido mestre de meu pai, agrupavam-se jovens professores atraídos pela alta reputação de seu saber, da sua honradez e de seu devotamento público. Era escasso o material de ensino, mas tão ardente e edificante o clima intelectual, tão engenhosa a improvisação de experiências e demonstrações, tão intimamente entrelaçado o programa de estudo às questões culturais e políticas no momento, que ninguém se ressentia da falta de aparelhos e de laboratórios, nem daí resultou nenhuma falha no ensino. As salas de aula, estreitas e pobres, eram um permanente cenáculo de debates em que os conhecimentos se decantavam e se estendiam, despertando interesses novos, sugerindo leituras, incentivando vocações.

Foi no curso do professor Raul Guedes que Paulo Carneiro conheceu o professor Francisco Venancio Filho, e a respeito dele registrou estas palavras:

O convívio que então tive com Francisco Venancio Filho, sete anos apenas mais velho do que eu, criou laços intelectuais e afetivos que tanto enriqueceram e nobilitaram a minha vida. Foi ininterrupto o diálogo que com ele mantive durante 26 anos. Nem as suas viagens nem as minhas o interromperam como atestam as dezenas de cartas que dele guardo, modelares na forma e no fundo, com sua letra impecável, seus comentários transbordantes de espírito e vivacidade, a sua infinita solicitude pelos problemas de seus amigos e a sua fidelidade aos seus ídolos... Desde cedo pôs-me Venancio em contato com seus numerosos amigos e associou-me a todas as suas atividades de caráter cultural. O íntimo conhecimento que adquiri da sua vida e a sua obra autoriza-me a proclamar a sua grandeza moral, a rara elevação de sua inteligência, a universalidade de sua cultura.

No ambiente acanhado daquela época, com a inexistência de universidades e parque industrial incipiente, era normalmente para as três carreiras principais que se destinavam os jovens: a engenharia, a medicina e o direito. Paulo Carneiro, entretanto, rastreou outro caminho e ingressou no curso de química industrial da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tendo como colegas apenas quatro alunos.

Nesse curso teve mais uma vez a felicidade de encontrar um orientador seguro, o professor Júlio Lohman. De nacionalidade holandesa, Lohman trabalhava no Jardim Botânico de Buitezorg em Java, quando ali estive em 1909 o Ministro da Agricultura Miguel Calmom, o mais jovem ministro da República, que pertencia ao movimento renovador do Jardim de Infância na Presidência de Afonso Pena, capitaneado por Carlos Peixoto. Miguel Calmon se entusiasmou com a figura do professor de química e o trouxe para a Bahia, fixando-se depois no Rio de Janeiro. Aqui, depois de ruidoso concurso, Lohman se tornou catedrático de Química Geral da Escola Politécnica, vindo a ser o principal reformador do seu ensino no Brasil.

Um de seus discípulos diria: “Foi quem me deu pela primeira vez a impressão de que havia na aprendizagem alguma coisa além do

conteúdo da matéria, naquelas aulas inesquecíveis em que via abrir-se o mundo da química experimental”. Júlio Lohman foi realmente influência fundamental na carreira de Paulo Carneiro, incentivando-o para o estudo da química.

Formando-se em 1924, foi o orador da turma, na presença do então ministro da Viação Miguel Calmom, que declarou ter ouvido um dos melhores discurso de formatura de toda a sua existência.

O discurso de orador de turma na colação de grau em 1924 é uma bela lição de humanismo, prenunciando os trabalhos que iria escrever posteriormente. Referindo-se às crônicas da cavalaria, dizia:

Mais felizes que nossos generosos antepassados, temos diante dos olhos maravilhados nova era de amor, atividade e sabedoria.

Nosso sentimento, algum tempo melhorado de sua natural rudeza pelo convívio doméstico que desenvolveu o apego, e pelo culto à Pátria que lhe imprimiu veneração, transbordou dos seus estreitos limites, expandiu-se, todo bondade, enlaçando de eternas harmonias a Humanidade inteira.

A divisa que nos guia, sinal do nosso empenho de fiel devotamento, se resume toda em: Amar e Servir.

Amar a Humanidade para bem conhecê-la e do seu conhecimento haurir os meios de melhor servi-la.

E examinando a importância da profissão que abraçara, declarava afinal:

Assim, referido à Humanidade, o domínio dos fenômenos químicos se enobrece pelos serviços que presta e se aperfeiçoa pelo influxo regenerador que recebe.

Premiado ao término do curso com viagem à França, permaneceu em Paris de 1927 a 1931, realizando pesquisas científicas no Instituto Pasteur. O Instituto Pasteur era instituição muito ligada ao Brasil, graças ao apoio que lhe dera na fundação o Imperador Pedro

II. Quando Afrânio Peixoto, no início do século, vindo de Viena para ingressar em seus cursos, teve a informação de que as inscrições estavam encerradas, dirigiu-se ao diretor da instituição. Este levou-o ao busto de Pedro II e declarou: “Nesta instituição ninguém do Brasil será rejeitado.” Paulo Carneiro teve a felicidade de encontrar um novo grande mestre, o professor Gabriel Bertrand, um dos fundadores da química biológica e que grande papel desempenharia na trajetória científica do aluno.

Os estudos realizados no Instituto Pasteur centraram-se nos problemas do guaraná e do curare, e Paulo Carneiro se doutorou em 1931 com tese sobre o guaraná. Via-se desde logo o interesse que teve nos seus estudos teóricos por produtos provenientes da Amazônia, a prenunciar a iniciativa que promoveria anos mais tarde pela região.

Voltando ao Brasil, iria exercer atividades de ensino no Instituto de Educação e realizar brilhante concurso, em 1932, como livre-docente da Escola Politécnica, de cuja banca participaram expoentes da química no país, como Álvaro Alberto, Júlio Lohman, Carneiro Filipe, tão ligado a esta Casa, Mário de Brito e Mário Saraiva. Carlos Chagas Filho testemunhou a realização do concurso:

Paulo Carneiro chamou-me na véspera para ouvir a exposição da prova didática no dia seguinte. Na noite clara em que o deixei em casa, pensei na grandeza que seria de uma escola superior que tivesse entre seus mestres alguém do valor daquele que acabara sua pré-apresentação. No dia seguinte, no lindo edifício que fora da Escola Central, Paulo Carneiro superou, entretanto, a sua apresentação da véspera. Os aplausos com que a grande assistência se expandiu ao término do período fixado em lei devem ecoar ainda no pátio daquela instituição.

O sucessor de Mário Barbosa Carneiro no Ministério da Agricultura, o então major Juarez Távora, convidou-o para servir como assistente técnico do Gabinete. Ali trabalhou durante dois anos,

ocupando-se especialmente dos problemas da Diretoria Geral de Pesquisa Científica e exercendo a chefia do Laboratório de Química Vegetal e Animal no Instituto Nacional de Tecnologia.

Em 1933 participou, em Paris, da Conferência Preparatória do Terceiro Congresso Internacional de Indústrias Agrícolas. O mundo atravessava uma das mais agudas crises econômicas, com excedentes de estoques de milhões de toneladas de produtos agrícolas e da pecuária, e as medidas preconizadas eram a queima dos produtos superabundantes, inclusive o nosso café. Contra isso protestou Paulo Carneiro:

O acréscimo constante dos estoques de produtos agrícolas, resultantes em grande parte da diminuição de consumo das populações industriais assoladas pela falta de trabalho, criou o problema de dar-se escoamento a esse excedente de produção, impossível de ser indefinidamente conservado. Até agora, para atender a tal fim, tem-se feito apelo aos meios de destruição. Ficará como um dos mais graves índices do desequilíbrio econômico em que nos agitamos esse inominável desbarato da produção mundial.

Em fevereiro de 1935 o governador de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcante convidou-o para remodelar a Secretaria da Agricultura. Em poucos meses realizou trabalho profícuo, criando um Conselho Agrônomo, a fim de assegurar a continuidade de programas e métodos da Secretaria, organizou um Fundo de Fomento à Produção destinado aos trabalhos de pesquisas científicas. Organizou ainda no Instituto de Pesquisas Agrônomicas laboratório destinado aos estudos dos solos, matérias-primas vegetais e animais, adubos e inseticidas e outras especialidades.

Desde logo se preocupou com o trabalhador rural, propondo emenda à Constituição do Estado, destinada a proporcionar a localização dos trabalhadores rurais associados em cooperativas. Tornava-se inadiável a confecção de uma lei de terras, que oportunamente

regulamentasse a localização de tantos conterrâneos que se encontravam sem trabalho nem meio de vida, mas que amparados pelos poderes públicos teriam os melhores operários da reconstituição do sistema industrial.

Preocupado com a situação dos trabalhadores, dirigiu aos bispos de Pernambuco memorável apelo: “O que está em perigo é o homem em sua integridade física e moral e para ele deve voltar-se, sem distinções nem rivalidades, todos quantos saibam colocar acima de interesses pessoais, transitórios e subalternos, os destinos mais altos da coletividade.” E depois de enumerar os pontos fundamentais do programa, declarava: “Pregados do púlpito, aos ricos e poderosos ressoarão esses deveres como mandamento da Igreja, atenta ao destino daqueles por quem foi sempre sua missão desvelada. A obra leiga do governo, no âmbito restrito de suas atribuições temporais, não dispensa de modo algum a assistência espiritual das religiões que se imponham livremente pelo prestígio de sua fé e de seu sacerdócio.”

O jornalista Austregésilo de Athayde escrevia, em 28 de outubro de 1935, no *Diário da Noite* do Rio de Janeiro:

Creio que o Secretário da Agricultura de Pernambuco, Sr. Paulo Carneiro, vai ser tachado de vermelho, só porque voltou os olhos para os mocambos e quis melhorar a sorte dos operários das usinas e dos engenhos que se alimentam de farinha e rapadura... Para isso lançou um apelo comovido aos padres a fim de que empreguem a força inigualável do seu ministério sagrado, fazendo a campanha da casa e do pão para os pobres. Alguma coisa semelhante ao apostolado de São Vicente de Paula.

De fato, com o movimento de novembro de 1935 Paulo Carneiro foi acusado de idéias extremistas e teve de deixar o posto, interrompendo o trabalho que vinha realizando. Com dificuldades de prosseguir nas pesquisas no Brasil, resolveu aceitar uma bolsa de estudos do

Instituto Pasteur para continuar as pesquisas. No período de 1936 a 1942, entregou-se com afincos a isolar os princípios ativos do curare, oriundos de várias espécies do gênero. Apresentou várias comunicações à Academia de Ciências da França, e recebeu em 1942 o Prêmio Nativelle da Academia de Medicina de Paris. A partir desses trabalhos, a utilização de alcalóides de curare, pela primeira vez isolados, permitiu retificar conceitos clássicos de Claude Bernard e Lapique sobre a curarização e a transmissão do influxo nervoso, abrindo novos caminhos para o aperfeiçoamento da fisiologia e da medicina.

Apresentando Paulo Carneiro trabalho à Academia de Ciências, Lapique se levantou protestando contra o conteúdo da tese, que ia de encontro à tradição da fisiologia francesa, e propondo que o trabalho não fosse incluído no *Anais*. Ao que Portier protestou, sendo posteriormente publicado.

Carlos Chagas dá o testemunho desse momento: “Quando o encontrei em 1937-1938 em Paris, nada dele mudara. Era o mesmo ser, cheio de alma e compreensão. Dois eventos, entretanto, teriam impressionado mais do que os outros seu espírito. Conversamos sobre os mesmos temas longamente, a Guerra da Espanha e o Front Popular.” E encontrando-o nos almoços do Embaixador Sousa Dantas, comprovava que Paulo Carneiro tinha a mesma facilidade de interação com os personagens mais importantes da Terceira República como com os exilados brasileiros.

Nesse período exercia funções no Serviço de Promoção Comercial da Embaixada do Brasil, trabalhando com o seu grande amigo, embaixador Luís de Sousa Dantas, que representou o Brasil na França de 1922 a 1944, granjeando enorme prestígio nos meios políticos e culturais de Paris e exercendo uma atividade notável em prol do nosso país, e dele foi Paulo Carneiro colaborador inestimável. Na antiga sede da Embaixada do Brasil em Paris, 45 Avenue Montaigne, há esse testemunho de reconhecimento:

Ici a vécu pendant vingt-deux ans

Un grand ami de la France

Luiz de Souza Dantas

Ambassadeur du Brésil à Paris

de 1942 à 1944.

A invasão alemã na França em 1940 encontrou Paulo Carneiro em Paris e sobre esses dias dramáticos escreveu artigos publicados na imprensa do Rio, com o título “Vida científica na França Ocupada”:

No dia 10 de junho de 1940 o professor Gabriel Bertrand reuniu como de costume no Instituto Pasteur os seus colaboradores, para trocar idéias sobre as pesquisas em curso. A atmosfera estava carregada de apreensões. Nossa equipe encontrava-se então reduzida a uma dezena de pesquisadores, achando-se em armas a maioria de nossos camaradas. O Comando Militar de Paris acabara de afixar o aviso de que a capital seria defendida rua a rua, casa a casa. Diante da gravidade da situação havia o Instituto decidido transferir uma parte de seus trabalhos para Angers a fim de manter contato com as forças armadas.

Dizia a seguir:

Nossos colegas e colaboradores mobilizados sofrem nesse momento terríveis provações; muitos morreram nos campos de batalha, outros foram aprisionados. Qualquer que seja o desfecho da grande luta travada, nosso posto de combate pela civilização continuará a ser o laboratório. A pesquisa científica não pode parar diante do invasor; somos soldados da humanidade.

E concluía Paulo Carneiro:

Vejo ainda a figura do grande Mestre, cuja força moral sabia dominar, nessa exortação de fé, o tumulto que rugia entre nós. Alguns dias mais tarde, toda a esperança estaria perdida. Sem chefes e sem armas, a França so-

freu uma capitulação de todo inesperada. A ocupação de mais da metade do país pelo inimigo ia implantar por toda a parte o regime de perseguição e terror.

Em carta aos familiares escrevia:

Deixei Paris em 11 de junho à tarde, com o propósito de alcançar Angers, onde devia reunir-me a alguns serviços do Instituto Pasteur que ali seriam instalados, na suposição de prolongar a resistência francesa. O espetáculo das estações da estrada de ferro era um verdadeiro assalto popular diante de um mar humano em que predominavam mulheres e crianças acampadas à espera de trens, cada vez mais raros e incertos. Quando da estação de Austerlitz parti com o Embaixador Sousa Dantas às sete da noite, as plataformas estavam coalhadas de gente adormecida e exausta. Cerca de três milhões de parisienses partiram assim nessa tormenta, uma alucinação coletiva movida pelo terror da ocupação e pela esperança de se agruparem nas margens do Loire.

Com a entrada do Brasil na guerra, foi Paulo Carneiro por duas vezes internado com a missão diplomática brasileira, primeiro em Baden-Baden e depois em quatorze meses em Bad Godesberg na companhia do Embaixador Sousa Dantas. Comemorou na prisão os 40 anos e registrou em Diário:

Em meio da tormenta que me cerca, sinto, mais do que nunca, estável e confiante a minha vida interior. Dominando a crescente desordem que me envolve, convergem cada vez mais meus sentimentos, pensamentos e atos para o culto e a causa da Humanidade. Mais extensa do que profunda, a recrudescência atual da imensa crise intelectual e política que penosamente atravessa a Humanidade, desde fins da Idade Média, acelerará por certo o surto da única solução que comporta. A violência material do conflito que ensangüenta e arruína o mundo inteiro, desvendará aos mais cegos a necessidade de imperiosa e profunda reorganização espiritual.

Com a repatriação dos diplomatas, aqui chegou, em companhia de Sousa Dantas, em meados de 1944 no navio sueco *Gripsholm*. Estive na companhia de meu pai à chegada e grandes homenagens estavam sendo organizadas para o grande embaixador, que tanto honrara o seu país e que tivera, durante a ocupação, atos de coragem. Basta mencionar que, em Vichy, Sousa Dantas recebe um aviso de que a Embaixada brasileira havia sido invadida por soldados alemães armados. Retorna à Embaixada e protesta de forma mais veemente, ao que um oficial alemão põe o revólver em cima da mesa e diz: “*C’est assez, Monsieur.*”

Sousa Dantas sai pela porta afóra com Paulo Carneiro, dirige-se ao gabinete do chefe de Governo Francês, Pierre Laval. Dantas o inveciva: “Você é ainda chefe do Governo? Você sabe o que está se passando na minha Embaixada?” E Laval diz simplesmente: “*Monsieur Dantas, c’est dur d’être vaincu. Je ne peux rien faire.*”

Paulo Carneiro retomou por algum tempo as atividades científicas no Instituto Nacional de Tecnologia. Testemunha Carlos Chagas Filho que procurou atraí-lo para Manguinhos, mas surgiram dificuldades burocráticas, impedindo o que teria sido talvez a possível fixação do cientista em nosso país.

Em maio de 1944, o embaixador inglês encaminhava ao ministro das Relações Exteriores, Leão Veloso, expediente do presidente da Conferência dos Ministros de Educação Aliados com o projeto de criação de uma Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educacional e Cultural. O ministro das Relações Exteriores nomeou Comissão Especial, da qual fizeram parte os professores Roquette-Pinto, Lourenço Filho, Artur Ramos, Francisco Venancio Filho, Antônio Carneiro Leão, Delgado de Carvalho, com a qual colaborou Paulo Carneiro. A comissão aprovou inteiramente a proposta, destacando a importância de que na projetada organização se desse atenção especial aos problemas oriundos dos contatos sociais,

e que a educação devesse oferecer iguais oportunidades a todos os jovens e adultos, sem qualquer distinção de origem étnica.

Voltando à Europa, participaria, como delegado adjunto do Brasil, sob a chefia de Sousa Dantas, da Conferência das Nações Unidas realizada em Londres em janeiro de 1946, que aprovou os atos constitutivos da UNESCO, junto com o Embaixador Cyro de Freitas Vale e o Ministro Vasco Leitão da Cunha. Com a aprovação da criação da UNESCO, Paulo Carneiro recebe telegrama do nosso confrade, o Ministro das Relações Exteriores João Neves de Fontoura: “Com a estrutura da nova organização, haverá delegados permanentes. A organização vai para Paris e eu convido V. para ser o delegado permanente do Brasil junto à UNESCO.”

Paulo Carneiro exerceu o cargo de delegado de 1946 a 1958 e de embaixador até 1965. A respeito da sua demissão escreveu Barbosa Lima Sobrinho: “Um certo dia, a diplomacia o despedia num gesto mesquinho de quem procurava condená-lo e puni-lo pelas culpas de um filho. É que na verdade, não eram culpas, tão-somente reações naturais de quem não se conformava com um regime de opressão.” Ainda assim, continuou até morrer a prestar serviços àquela organização internacional.

Na sua atuação na UNESCO de 1946 a 1965, Paulo Carneiro exerceu um papel de liderança, por várias vezes Presidente do Conselho Executivo, Presidente da Conferência Geral e trazendo para o Brasil, sem discriminação e sem protecionismo, recursos nos campos da ciência, da educação e da cultura. Foi mesmo chamado o Sr. UNESCO.

No trabalho realizado nesses anos, seria fastidioso descrever com detalhes a sua atuação, mas destacar alguns fatos mais relevantes.

Paulo Carneiro apresentou, em 1944, ao Governo Brasileiro a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, assunto encaminhado posteriormente à UNESCO. Em 1948,

em Iquitos, no Equador, foi aprovada a Convenção criando o Instituto, assinada pelos representantes dos governos do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana Francesa, Guiana Inglesa e Itália. O Governo dos Estados Unidos não tomou parte na Conferência de Iquitos e não participou em grau nenhum do projeto do Instituto.

A justificativa do Instituto era de que só o conhecimento pormenorizado e completo da Hiléia Amazônica poderia orientar a sua racional valorização, estabelecendo critérios que se tornavam imprescindíveis ao desenvolvimento de uma grande civilização nesta imensa área tropical. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica seria projetado para satisfazer a esses objetivos, no espírito de cooperação, lealdade internacional e ciência científica.

Pode-se imaginar o interesse de Paulo Carneiro pelo problema, desde os estudos que fizera sobre o guaraná e o curare, e consciente da importância de desenvolver o enorme potencial dessa região, até então praticamente desconhecida.

Entretanto, no Brasil, surgiram várias objeções ao projeto. Paulo Carneiro certa vez declarou que se uniram nesse combate fascistas e comunistas; os fascistas, considerando que seria uma forma de penetração na Amazônia da União Soviética através do Instituto, e os comunistas considerando a presença do imperialismo norte-americano.

Enviado o projeto à Câmara dos Deputados, levantam-se objeções e a Comissão de Segurança Nacional solicita parecer do Estado Maior das Forças Armadas. O parecer, assinado pelo General Salvador César Obino, foi favorável à criação do Instituto, ponderando apenas que se esclarecesse a interpretação de artigo sobre a aprovação prévia pelo Estado do local onde as pesquisas fossem se realizar. Em face dessa dúvida, o Governo Brasileiro promoveu a assinatura de protocolo adicional, mas a Câmara dos Deputados não aprovou o projeto, que passou a sofrer resistência dentro da UNESCO e de

alguns países, sendo conduzido ao fracasso. É de se imaginar o alcance que teria a criação do Instituto naquela época, estudando os problemas da Amazônia e de certa maneira evitando as graves dificuldades que o Brasil atravessa hoje em relação àquela região.

Dentre os projetos que liderou, duas iniciativas merecem ser mencionadas: uma delas a restauração dos monumentos da Núbia no Egito, que seriam submersos pela construção da represa de Assuã. Paulo Carneiro foi presidente da Comissão que organizou os trabalhos, angariando recursos necessários à remoção dos monumentos para região onde ficassem protegidos. Declara Paulo Carneiro que “a UNESCO toda inteira – a Conferência Geral, o Conselho Executivo, o Secretariado – se dedicou com paixão à tarefa exaltante de imprimir uma vida nova à mensagem três vezes milenar da teocracia faraônica”, e concluía:

Os arquitetos e os escribas de Ramsés II podem sem receio retornar à Abu Simel: eles encontrarão aí, tal como foram construídos, os templos dedicados à glória de seu chefe e sua esposa favorita. Hoje como ontem o sol nascente irá duas vezes por ano banhar de luz a estátua do rei divinizado nas profundezas de seu santuário.

Cabe mencionar curioso episódio ocorrido na coleta de fundos. Paulo Carneiro solicitou entrevista ao Presidente John Kennedy, pois dos Estados Unidos deveriam provir os maiores recursos para o projeto. Chegou à noite em Washington e quando se preparava no dia seguinte para a entrevista, lê no *Washington Post* manchete de que a Embaixada Americana no Cairo tinha sido apedrejada. Pediu o cancelamento da audiência, voltou a Paris e solicitou ao embaixador egípcio uma audiência com o Presidente Nasser. E então se expressou: “Presidente, nada tenho a ver com os conflitos americano-egípcios. Mas se o Sr. deseja que a recuperação dos monumentos da Núbia seja um sucesso, avisarei ao Sr. toda vez que for aos Estados Unidos e o Sr. não permitirá que a Embaixada americana seja apedrejada.” E assim se fez.

Outra tarefa fundamental que lhe coube foi a de presidir a Comissão que elaborou a *História do desenvolvimento científico e cultural da Humanidade*. Julian Huxley, então Secretário Executivo da Comissão Preparatória da UNESCO, já em 1946 declarava:

A tarefa fundamental do humanismo hoje é de contribuir à redação de uma história do desenvolvimento do espírito humano e das conquistas culturais. A UNESCO poderá trazer sua contribuição a esta obra, graças à multiplicidade de seus interesses, favorecendo os encontros de homens que, em seus diversos países, serão chamados a colaborar nessa empresa gigantesca. Não se trata de elaborar uma filosofia da história à luz das leis econômicas, intelectuais e morais que regem o desenvolvimento social, mas descrever sob o ponto de vista universal a contribuição de cada época, de cada região, de cada povo ao surto científico e cultural da Humanidade. Pode-se imaginar a tarefa hercúlea de reunir colaboradores de inúmeros países e de obter na época própria os trabalhos e concluir afinal este grande monumento cultural.

Dizia Paulo Carneiro:

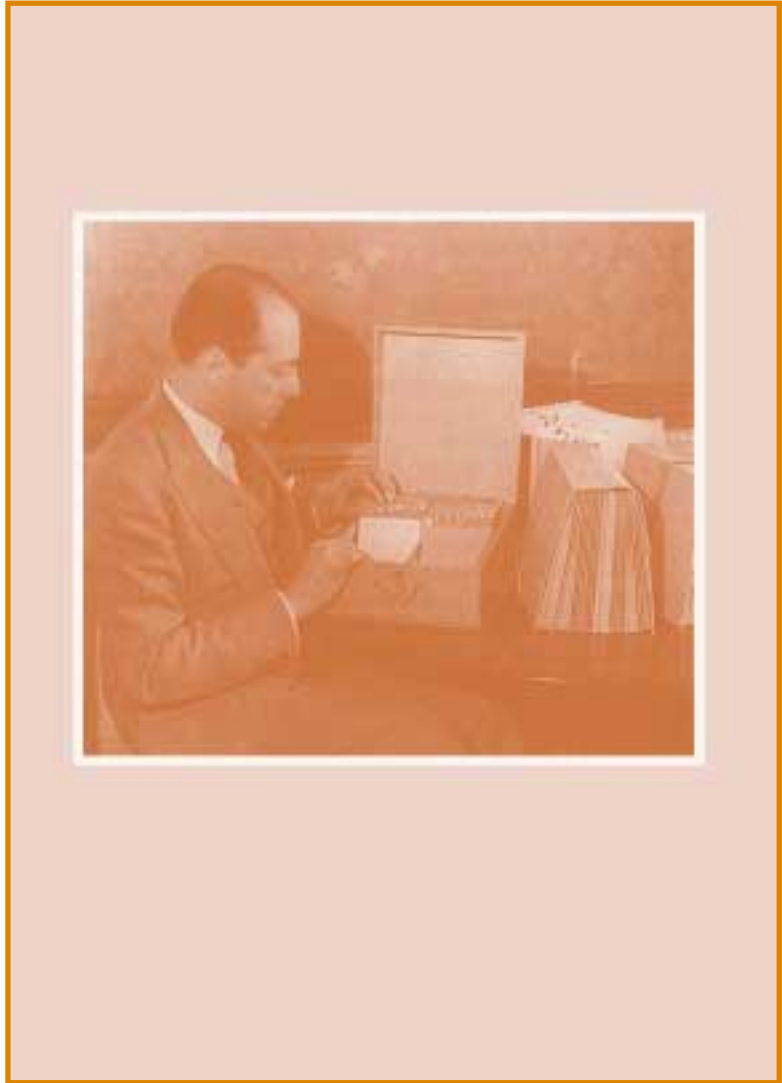
Se se considerar a Humanidade, segundo a fórmula de Pascal, como só o homem que aprende continuamente, a *História do desenvolvimento científico e cultural* nos aparecerá como um grande tratado de educação, graças ao qual poderemos acompanhar passo a passo o desenvolvimento físico, intelectual e moral de nossa espécie, e crescer o império sobre ele e seguir o enobrecimento contínuo de sua conduta.

Trabalho de vários anos, como tarefa preliminar a Comissão iniciou a publicação de uma revista trimestral, os *Cadernos de História Mundial*, cujo objetivo era fornecer aos autores material para a organização definitiva da obra. É com orgulho que posso declarar que no volume de 1959 foi publicado trabalho de minha autoria sobre a evolução política do Brasil.

Sempre no espírito de obter a maior presença do Brasil nas atividades da UNESCO, Paulo Carneiro indicou como consultores os ilustres historiadores e sociólogos brasileiros: Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues.

Terminada a tarefa, anos após cogitou-se da realização de revisão, em grande parte considerando que a presença dos países africanos e asiáticos não tivera o devido realce. Neste trabalho novamente Paulo Carneiro se empenhou, e um dia, no Rio de Janeiro, conversamos sobre o seu desejo de que desta vez, ao invés de chamar grandes nomes da história brasileira, se pudesse atrair para o projeto um historiador mais jovem, mas igualmente qualificado. Sugeri-lhe então o nome do professor Francisco Iglésias, da Universidade Federal de Minas Gerais, recentemente falecido, homem de grande cultura, que, embora tenha publicado poucos livros, era considerado no meio universitário uma grande figura de historiador, chamado sempre para bancas de concurso das Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Paulo Carneiro entrou em contato com Francisco Iglésias, teve confirmado o meu julgamento, e indicou-o para fazer parte da equipe da 2ª edição da *História*. Trabalhos diversos têm retardado esse empreendimento, que até agora não se concretizou, mas a presença de Francisco Iglésias nos trabalhos de revisão foi de extrema utilidade.

É interessante comentar um episódio na elaboração da *História científica e cultural da Humanidade*. Iniciou-se uma campanha, alegando que a Comissão era composta de ateus e livres-pensadores, campanha que ia tomando corpo no Instituto Católico Francês de Ensino, então muito poderoso. Paulo Carneiro foi então procurar o Núncio Apostólico Monsenhor Roncalli, futuro João XXIII e lhe expôs a situação. Disse o prelado: “Aceite um convite do reitor do Instituto Católico para participar de um debate. Vou dar a ele uma surpresa, vou chegar lá, e ao chegar presido o debate.” E assim fez o Monsenhor Roncalli: com espanto de todos, presidiu o debate e encerrou o assunto em uma hora de discussão.



Paulo Carneiro organizando os arquivos do Museu Augusto Comte. Paris, s.d.
Acervo Família Carneiro.

Aspecto importante da obra de Paulo Carneiro foi sua devoção ao movimento positivista e à divulgação das obras de Augusto Comte. Ao chegar em Paris em outubro de 1927, dois dias depois foi à casa da rua Monsieur le Prince 10, onde Augusto Comte passara os últimos dezesseis anos de sua vida e onde morrerá, e encontrou o imóvel num estado de maior abandono. Recebeu logo o direito de examinar os arquivos e manuscritos ali existentes. Às sextas-feiras, no final da tarde, depois de encerrado o trabalho no laboratório, ali comparecia e passava o sábado inteiro remexendo com interesse os papéis. O apartamento tinha sido inteiramente desfigurado, mas encontrou papel que mencionava o inventário judicial feito dias depois da morte de Augusto Comte. Levou dois anos para achar o inventário, que estava arquivado com um notário. De posse desse documento pôde reconstituir o apartamento tal como se encontrava no dia da morte. Com recursos também de sua família pôde expelir o locatário do andar térreo e adaptá-lo para receber todo o material. Possuidor desses arquivos, uma vez inventariados e dispondo de numerosos inéditos, Paulo Carneiro passou a divulgá-los na coleção com o título *Arquivos Positivistas*, cujo primeiro volume foi publicado em 1939, e quatro volumes de parte da correspondência, todos apresentando um prefácio volumoso, com o exame da importância da correspondência, e sobretudo o último que tratava das relações de Augusto Comte com Clotilde de Vaux.

Por isso pôde dizer o editor Pierre Seghers:

O nosso país deve a Paulo Carneiro o Museu Augusto Comte, sediado no próprio apartamento do fundador do positivismo, à Rua Monsieur Le Prince 10. Filho espiritual do filósofo, nosso amigo brasileiro consagrou o tempo e parte dos vencimentos a essa obra de piedade, onde se encontram reunidos todos os livros que constituem a biblioteca de Augusto Comte, dispostos na mesma ordem que este os mantinha. Queira Paulo Carneiro aceitar o nosso agradecimento pelo exemplo que nos dá, a nós franceses, ao encarnar esse homem.

A restauração foi feita com extremo cuidado; basta mencionar que Paulo Carneiro certa vez foi a Lyon para encomendar os panos de parede que ornavam o apartamento, exatamente do mesmo tecido e desenho como em vida do pensador.

Paulo Carneiro foi um grande orador, tanto em português quanto em francês. Monsenhor Roncalli ao encontrar um brasileiro declarou: “Felicitó por ser compatriota do embaixador Paulo Carneiro, hoje um dos melhores oradores de língua francesa. A conferência por ele realizada no quinto centenário de Isabel a Católica foi notabilíssima.” E Etienne Gilson, o grande filósofo, professor do Colégio de França, referia-se em carta respondendo a pedido feito por Paulo Carneiro: “A incumbência me vem de um dos mais perfeitos oradores franceses que já tive oportunidade de escutar. Eu jamais vos esqueci, nem do meu deslumbramento em vos ouvir.”

Não assisti a nenhum discurso de Paulo Carneiro em francês, mas tive a ventura de ouvir alguns de seus pronunciamentos em português, como o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Clementino Fraga, o discurso recebendo Roger Caillois como sócio correspondente da mesma Academia, a conferência pronunciada em 1973 sobre o grande amigo professor Francisco Venancio Filho, e o discurso de agradecimento por ocasião do octogésimo aniversário. De todos eles se saía com um sentimento de admiração, já pelo físico imponente que impressionava ao subir à tribuna, a voz forte e bela mas grave, o discurso bem concatenado, as pausas apropriadas, tudo fazendo dele um orador excepcional.

No discurso pronunciado quando da inauguração da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris, mencionou o longo trabalho para que se chegasse àquele momento, desde a visita que fizera em companhia do Embaixador Sousa Dantas, em 1928, ao diretor da Cidade André Honorat, a colaboração de Lúcio Costa e de Le Cor-

busier para afinal mencionar a conclusão dos trabalhos. Declara afinal: “A Casa do Brasil se honrará sempre também de ser a Casa da França. As novas gerações dos dois países têm grandes tarefas a realizar em comum. Suas afinidades históricas e culturais lhes conduzirão em direção dos mesmos ideais e das mesmas causas.”

Paulo Carneiro viveu grande parte de sua vida em Paris e certa vez disse: “Paris foi, como acontece sempre, um reencontro amoroso. Estabeleceu-se de mim para Paris e de Paris para comigo um diálogo permanente, um diálogo de todas as horas. Andar pelas ruas de Paris é conviver com a história, é entrar nela, é participar de tudo que se fez de grande na evolução humana.” Conservou-se fiel ao seu país, com visitas freqüentes, e manteve pronúncia impecável. Por isso disse com razão Oto Lara Resende: “Paulo Carneiro viveu muitos anos em Paris para se tornar mais brasileiro, na finura de seu espírito, na inteligência perspicaz, na bondade natural que a educação afinou.”

Ao completar oitenta anos, uma comissão de figuras representativas da sociedade brasileira promoveu um jantar comemorativo no Museu de Arte Moderna, com o comparecimento de centenas de pessoas. Saudou-o Austregésilo de Athayde:

Os que acompanham a tua vida de trabalho, de devoção ao ensino, de pesquisa no campo científico, de devotamento a tudo quanto significa progresso para a Humanidade, a tua dedicação à ciência, quando ainda não saído da adolescência; a tua capacidade de magistério, porque a tua vocação, Paulo, tem sido a de ensinar.

O discurso de agradecimento, em tom autobiográfico, comenta as atividades, a formação positivista, e terminaria dizendo:

Seja qual for... em troca desta festa de carinho, de estímulo, de generosidade que vós me oferecis, quero dizer-vos sob juramento que, seja qual for

esse tempo, não passará um dia sem que o consagre a remediar, na medida de minhas forças, esses problemas, seja na nossa terra, seja no nosso planeta, a terra da humanidade inteira, da qual o Brasil é magna parte.

Já doente, em estado grave, voltou ao Brasil, e se internou na Clínica Sorocaba, onde resistiu apenas alguns dias. Fui visitá-lo e ele fez questão de chamar-me ao quarto. Conversamos um pouco e disse: “Alberto, meu estado é grave mas sou otimista.”

Ao sucedê-lo na Academia Brasileira de Letras, José Guilherme Merquior apontou três lições de seus ensinamentos: a primeira, um precioso traço antigo, a aliança do humanismo e da ciência; a segunda, a cortesia, a civilidade e o desprendimento; e a terceira, a suma tolerância humana, intelectual e ideológica; tolerância que era como em contrapartida de sua ilimitada liberdade intelectual. “Juntas, essas três atitudes do espírito e da conduta trescalam o perfume mais inconfundível do *ethos* positivista, a soma de *pietas* e progresso à vontade de humanização da humanidade emancipada.”

O livro *Vers un nouvel humanisme*, de 1971, é o comprovante maior da adesão de Paulo Carneiro aos princípios do humanismo. Dividido em três partes, a primeira destinada à exposição sobre grandes figuras que representavam esse ideal, como Rondon, o amigo e protetor dos índios, Thomas Jefferson, e, no quadro da conjugação de ciência e humanismo, Galileu. Ele se transforma em crítico literário para examinar as poesias de Cecília Meireles em tradução francesa, impregnadas também de alto sentido humanista.

Na segunda, o mesmo tema aparece ao examinar a comparação entre o mundo antigo e o novo mundo, o passado e o futuro da Europa, a criação do Instituto Latino-Americano de Estudos Africanos, a integração econômica da América Latina e a obra civilizatória e cultural dos jesuítas.

Na terceira parte, algumas das grandes contribuições no quadro da UNESCO, como o socorro às crianças gregas, o papel da UNESCO na América Latina, os cem milhões de crianças sem escola, o seu programa na presidência da Conferência Nacional da UNESCO e um estudo da UNESCO sobre a paz. Ele concluiria dizendo: “A Humanidade não poderá oferecer a medida de suas possibilidades no domínio intelectual e moral, enquanto não se sentir definitivamente instalada no clima de paz indispensável ao desenvolvimento de seus mais nobres atributos.”



Paulo Carneiro assinando o Livro de Posse na Academia Brasileira de Letras, em 4 de outubro de 1971. Acervo Arquivo da ABL.

Paulo Carneiro: um acadêmico

MARCOS ALMIR MADEIRA

Já me acudiu dizer que o mundo moderno trabalha na organização do exagero – nas máquinas, nas almas, nas palavras. E como o exagero é sempre uma fuga da realidade, teremos de concluir que somos um mundo arrogantemente ingênuo, mas não raro também conduzido pela contradição e a farsa.

Nesse quadro de patologia social que se agrava, é claro que indivíduos e grupos não são agentes ativos, mas passivos, na formulação de idéias e avaliações equivocadas, que brotam na comunidade como por um processo de inseminação artificial. Estou aludindo a uma certa modalidade de narcotráfico, que inebria, polui ou paralisa o senso crítico, por uma espécie de maceração da inteligência, de imbecilização do gosto e das formas de julgamento.

Eis aí a caracterização dos expedientes propagandísticos, notadamente os audiovisuais, como operações compressoras da mente, um dos mais insidiosos processos de coação em nossos dias. Coação é a palavra: aí está uma nova indústria, a embutir, também na produção

Palestra pronunciada em 6.II.2001, no ciclo organizado pela Academia Brasileira de Letras, em comemoração do centenário de nascimento de Paulo Carneiro, sucessor de Clementino Fraga na Cadeira nº 36.

intelectual, os arranjos e as tramas do anúncio, da contaminação dos cérebros pela sugestão do cartaz. É a técnica da repetição ladina.

Por influências, pressões e técnicas forasteiras, boa parte do nosso mundo brasileiro, drogado pelo estilo da propaganda invasora, passou a ser um balcão. De certo modo, já não há eleitores nem leitores; há fregueses. Muitos, inconscientes porque turbados pela insídia das *pesquisas* de escritório. Assistimos ao tragicômico: a *cocacolinização* da inteligência. Exaltamos a liberdade e nos fazemos prisioneiros do anúncio, a tautologia maliciosa.

A apuração dessas verdades incômodas, que marcam nossa atualidade, abona a conclusão de que a Academia Brasileira de Letras fez bem em dedicar a Paulo de Berredo Carneiro não apenas uma sessão formal, mas um ciclo de estudos sobre a benemerência da sua lida como homem de pensamento e de altos préstimos à cultura brasileira. Agiu com sabedoria esta Casa, folgo em redizer, já que o nosso confrade não provou da popularidade literária merecida. Não foi um intelectual trombeteado. Não contratou a fama em agências especializadas. Por isso mesmo, a homenagem que aqui lhe prestamos, estudando-lhe e divulgando-lhe a obra, tem alcance moral, educativo: envolve uma reparação pelo preenchimento de um silêncio ou de uma omissão, mais ou menos antiga, em torno da sua obra. Lamentavelmente, teremos de reconhecer que essa omissão não ocorreu no exterior, mas aqui mesmo, excetuados certos círculos científicos e de magistério.

Uma tal popularidade meio rala, ou escassa, explica-se, mas não se justifica. Paulo Carneiro, altamente culto, era um espírito de corte acadêmico, de afinidades visíveis com os paradigmas europeus – bem principalmente franceses – e particularmente com o humanismo embebido no positivismo comtiano, a que se manteve fiel e era, já naquela altura, uma doutrina com reduzida força de motivação. Esvaía-se. Mas a integração de Paulo naquela filosofia não sofreu

eclipses; era um positivista de raiz, entranhado, vivo exemplo de teimosia idealista e, como observou com a agudeza de sempre Miguel Reale, o próprio meio doméstico, em termos de inspiração paterna, o levara ao magistério de Comte.

Quando o perdemos, já sentíamos as ameaças de invasão cultural acionada pelas máquinas de propaganda norte-americanas. E as camadas jovens, num mundo audiovisual como o nosso, começavam a aderir aos acenos televisados do pragmatismo ou do utilitarismo, como plano e proposta de vida feliz e de êxito rápido.

Ora, nosso colega exemplar, negação de tudo isso, conservador no sentido de aspirar ao *progresso* em *ordem* – “nem o imobilismo na ordem nem a desordem no movimento” – era, por isso mesmo, como já salientei, um espírito acadêmico. Não esqueçamos que Afrânio Peixoto, que sabia pensar e dizer, apontou na Academia Francesa um dos pilares da *ordem* na Europa.

Não é hora de discutir o conceito de *ordem* em seus desdobramentos sócio-filosóficos; mas a verdade é que alguma coisa não mudou: a *ordem*, como preservação do sentido de equilíbrio e sobriedade, os caminhos mais curtos para a polidez essencial; ordem que realmente marca o chamado espírito acadêmico.

Mas a *ordem*, na filosofia do positivismo, não é um conceito excludente ou hermético; acompanha-o o apelo ao *progresso*, apelo que está no verde e amarelo da nossa bandeira. E foi essa flexibilidade de pensamento, essa vocação de equilíbrio e harmonia, essa junção de valores só aparentemente opostos, o que inspirou a própria Academia Francesa a consagrar com o seu voto o cineasta René Clair e, o que é mais significativo, o revolucionário da dramaturgia, Ionesco, expoente do “teatro do absurdo”, para dar apenas dois exemplos. E é de ver, no discurso de posse de ambos, o zelo acadêmico, a dignidade da linguagem, sem qualquer incidência em vulgaridades, ou extravagâncias, nem as nódoas do falso modernismo

O anseio de Paulo Carneiro, conjugando *ordem e progresso*, não o afastaria, já disse, de certos mandamentos do espírito acadêmico. As academias, as legítimas, quando fiéis a si próprias e à sua origem, não cultivam o imobilismo, a estagnação, a paralisia das idéias, dos métodos, processos e técnicas que dirigem a dinâmica do pensamento humano.

De algum modo, ou até certo ponto, o acadêmico e o positivista Paulo Carneiro se irmanam. O Positivismo exclui do seu feixe de princípios a filosofia agressiva de Danton: “Só se constrói quando se destrói.”

Augusto Comte acreditava na evolução social “reflexiva”, como diria Saint-Simon; não nos movimentos políticos de efeito suspensivo brusco. Vía a evolução da sociedade sob uma ótica de ciência e não de política pura e simples, estuário de paixões e negativismos sumários.

Também o espírito acadêmico nasceu aberto, receptivo, envolvente. Convém lembrar que num dos frisos de Parthenon grego, já se podia ler a advertência: “Aqui não entra quem não for geometra.”

A Casa dos Filósofos e dos Poetas estava em boa lógica: a geometria ensinava a medida, o equilíbrio, o senso da proporção, a harmonia das formas. E essa convivência de vocações, aspirações e saberes assim tão diversificados, sem esquecer o eterno Platão, a filosofar para os seus discípulos entre as aléias do Jardim de Academus, porventura não nos trará mais uma confirmação de que o pluralismo cultural, tão propalado em nossos dias, é fruto e flor do gênio acadêmico? E Paulo Carneiro acrescentaria: tanto quanto o terá sido a *Religião da Humanidade*, essência do Positivismo.

Conviria analisar a sua dedução: aquela *religião* comtiana legou-nos, a bem pensar, um exemplo precursor de ecumenismo cultural.

Quando Paulo Carneiro se decidiu a disputar uma cadeira nesta Casa, agiu por sua lógica pessoal de homem extremamente civilizado e porque via na instituição acadêmica a afirmação de um sentido universalista da cultura, outra dominante no corpo de doutrina do Positivismo.

Somos aqui a variedade dos pendores, a comunhão das diferenças, a disparidade dos centros de interesse. Somamos ou temos somado, sob este teto, além da literatura em prosa e verso, medicina, diplomacia, clero, magistratura, magistério, advocacia, militância de terra e mar, pesquisa científica, jornalismo, filosofia, historiografia, ciências sociais. Por isso somos uma academia. Associação de escritores é outra coisa.

Falando às senhoras e senhores inscritos neste seminário, venho lembrar que Osvaldo Cruz, aquele emérito sanitarista que debelou a febre amarela no Rio de Janeiro, foi também acadêmico. E ele próprio picou a sua eleição com esta sátira: “Pela primeira vez a Academia elegeu um mata-mosquito e o Rio vai vê-lo de fardão.”

E Santos Dumont? Outro expoente, já agora do invento e por isso eleito. Não chegou a pousar nesta Casa. Faleceu antes da posse.

Paulo Carneiro não foi um escritor de ofício ou de carreira. Gilberto Freyre registraria: não foi um escritor *literário*. Mas foi, por definição e excelência, um ser acadêmico. Desde logo porque tinha o sentido superior da cultura e primava pela polidez intelectual, rival da outra: pessoal. Homem de elegância para vestir as idéias e vestir-se. Característica dominante: a sobriedade, a distinção. Além do mais, respirou sempre em climas de alta cultura, notadamente na Europa.

Não deixou, em livro, obra farta, mas forte, já como homem de pensamento, já como cientista especializado.

Disse eu que não eram muitos os seus volumes publicados. Mais pródigo, aliás, que Graça Aranha, eleito acadêmico em estado de vir-

gindade literária: não havia publicado um só livro. E Afrânio Peixoto, acadêmico modelar, só um tinha lançado, e ele próprio o refugou.

Num autor de obra vasta, contados os volumes na ponta dos dedos, bem pode ser que a soma final não perfaça o total desejado: um acadêmico. Claude Bernard – um só exemplo francês – concorreu e foi eleito à Academia apenas com o seu tratado de fisiologia, pela bela razão de que a obra era modelo de elegância de estilo e pureza de linguagem.

Já que está em pauta a ciência médica, não resisto a reproduzir aos meus ouvintes aquele delicioso fecho do discurso com que o sutilíssimo Renan recebeu na Academia Francesa o mestre da bacteriologia: Pasteur. De ironia em ironia, foi o escritor perorando: “Monsieur Louis Pasteur: Vous êtes la science; nous sommes, dans la plus part, la littérature. Vous êtes la recherche, nous sommes l’imagination; vous êtes la certitude, nous sommes le doute. Soyez le bienvenu, Monsieur Louis Pasteur.”

Estou pondo em baíla um exemplo de finura na ironia, como expressão de um espírito acadêmico. Folgo em lembrar que Paulo Carneiro, bem principalmente na palavra oral, sabia ironizar, sem nenhuma concessão ao sarcasmo cru.

Um dia, em Paris, numa caminhada pela beira do Sena, deu-me vontade de conversar com um mendigo, que lá estava com a sua boina, o seu jornal e a sua garrafa de vinho. O homem, um *clochard* autêntico, armazenara idéias surpreendentes sobre a política francesa. Foi então que eu disse ao meu amigo, cicerone exímio: – Já pensou em como seria interessante uma conversa desse homem pobre, mas não um pobre homem, com uns tantos políticos do Brasil.

E o nosso Paulo instantâneo: – Não haveria problema: os mendigos daqui são até piedosos.

Mudando de pólo: outra característica espiritual em Paulo Carneiro, ou uma das suas posições filosóficas mais nítidas, estava no zelo, não vagamente do passado, mas do passado inspirador. Tinha

o sentido dinâmico dos valores pretéritos. Não era um contemplativo da História, só porque fosse História. Mas, se não tinha o vezo do passadismo puro e simples, — e realmente não tinha — também é certo que seu mundo nunca seria o do imediatismo sumário, forma tosca de pragmatismo, porta aberta ao materialismo de concepção e de ação. Não lhe faltou uma alta e larga perspectiva do fato histórico, também no campo da criação literária — e ainda isso realçava a inteireza do seu espírito acadêmico e do seu humanismo.

Nesta nossa atualidade eriçada de paradoxos, não esconderia a sua perplexidade e suas decepções. É que para uma grande parte dos de hoje — bem principalmente para os grupos jovens, intoxicados, não raro, por um ensino capcioso — para uma grande parte, ia dizendo, a literatura parece ter acontecido agora. Apenas um exemplo: o mais definido pioneiro ou expoente do moderno romance social neste país, José Américo de Almeida, tem sido, não poucas vezes, omitido nas listas de prioridade. E frequentemente pecam por essa exclusão vários que nele se inspiraram, se é que não o imitaram. Omissão desse tipo não tem sido apenas fruto de incultura; em certos casos, fruto mesmo de improbidade ou má-fé. Tudo isso é o oposto da posição de Alceu Amoroso Lima em seu famoso louvor de 1928, precisamente ao vanguardismo de José Américo, seguido, mais tarde, por Guimarães Rosa, que nele apontou, entre nós, o abridor do caminho para o modernismo literário na criação romanesca. E façamos justiça a Rachel de Queiroz, que disse, falando na Academia: “Ele foi o pai de todos nós.”

Também no campo da pesquisa científica, campo de Paulo Carneiro, o ilustre Doutor Eduardo Osvaldo Cruz, aludia, aqui mesmo, na semana passada, a um desbravador esquecido — João Baptista Lacerda — sobre quem eu mesmo, em Paris, em companhia do próprio Paulo, ouvi na Seção de Antropologia da Sorbonne, comentários ex-

tremamente expressivos. Nada melhor para mim; João Baptista Lacerda era fluminense – e, como se não bastasse, campista...

A recordação destas coisas faz-me lembrar o que disse, para meu espanto, um alto diplomata norte-americano, a quem revelei que minha filha, a meu pedido, procurara em Nova York, na Flórida e Atlanta, um pequenino busto de Roosevelt, para fazer companhia, na minha biblioteca, aos de Churchill e De Gaulle, dois outros pró-homens da Segunda Guerra Mundial. Resposta do diplomata, amável criatura pela simpatia e comunicabilidade: – “Professor Madeira, vai ser difícil comprar esta peça. Roosevelt já é assunto antigo: morreu há uns cinqüenta anos.” *No comment...*

Será que para o jovial diplomata a história política dos Estados Unidos terá também principiado agora?...

Alonguei-me na digressão, mas suponho que ela tenha favorecido a intenção de assinalar uma filosofia imediatista precisamente. Por certo, era a não-filosofia de Paulo Carneiro. A dele foi produto, repito, de um espírito acadêmico, vertente do seu humanismo profundo.

Essa conjunção de pendores, pondo um nexos de continuidade entre humanismo, academismo e positivismo, muitas vezes se revelou, como, por exemplo, em seu discurso de posse nesta Casa.

Transparece a inspiração positivista do pensador e do cientista até mesmo na linguagem. Começa por lembrar que as academias não são apenas “cenáculos literários”; formam “o pensamento vivo das nações”. Esse “pensamento vivo”, *la pensée vivante*, tão presente nas formulações teóricas de Comte, torna-se ainda mais significativo por vir associado não apenas à nação – no caso, ao Brasil – mas *às nações*.

Era o senso de universalidade, tão inerente à mensagem do próprio Comte. E mais arrojado se tornou quando identificou nas academias (textualmente) “laboratórios de experiências... abrigos, ao mesmo tempo que fontes renovadoras da língua, da tradição e dos costumes”. Era a concepção de uma *ordem* que não estancasse o *pro-*

gresso. Não queria ele para as academias uma vida de marfim, no confinamento da *torre*. E meditemos nesta outra reflexão, também de alto interesse acadêmico, no esplêndido discurso de posse: “À medida que a civilização se apura e se avoluma o seu patrimônio cultural, tornam-se (as academias) a consciência e a memória da humanidade.”

Aí está, no tom positivista da palavra, a valorização do papel social das academias, em termos precisos de espírito seletivo, que outra coisa não é senão o que marca, em Paulo Carneiro, a produção de índole mais literária. Da científica não é minha tarefa tratar – nem poderia ser.

Estou a pique de lhes dizer que onde os atributos do escritor acadêmico mais se acentuam é na literatura sintética e sóbria dos discursos de louvação. É a técnica da biografia enxuta – perfis que não se perdem na apologia de circunstância, nem no formalismo das gentilezas de convenção e muito menos na adjetivação untuosa. Nada disso condiria com ele; estaria conflitando com o que mais a fundo o espírito acadêmico rejeita: as demasias na ênfase, o estrepitoso, o descomedido ou aquilo que tanto apoquentou Rui Barbosa na oratória do seu adversário J.J. Seabra: “Zabumba, lanternins e foguetório.”

Não, nas sínteses biográficas do perfeito e saudoso narrador de vidas úteis, não há o ribombante nem o enxundioso; o que há é o sabor do elogio implícito e discreto. Há o acadêmico.

Em vez da adjetivação gordurosa, o pensamento leve, liso. Nada de crespo. Sem arabescos na frase, nunca tortuosa. Bem ao contrário: comunicativa, sem sombras, sem qualquer obscuridade, aquela clareza que também é arte.

Será interessante notar que foi o país da clareza no pensar e no dizer onde mais se editaram os estudos biográficos de Paulo Carneiro, além dos estudos científicos e filosóficos, como aquelas robustas quatrocentas páginas de *Un nouvel humanisme*.

Mereceram por igual o destaque da crítica *Un penseur patriarche de l'indépendance du Brésil, Allocutions prononcées à la mémoire de Torres Bodet – Directeur Général de l'Organisation des Nations Unies*, e também *in memoriam* de Julian Huxley, ainda em edição da UNESCO.

No Brasil, na categoria de estudos biográficos, publicou um perfil literário de Roger Caillois, da Academia Francesa (foi o discurso com que o recebeu como sócio correspondente da Academia Brasileira). *Teixeira Mendes na Academia Maranhense de Letras*, outra contribuição que faltava à nossa história literária. *Clementino Fraga, o itinerário de uma grande vida* é trabalho de pesquisa realmente meritória. Eugênio Gudín, homem douto, engenheiro e economista discutido, foi outra personalidade vista com perícia pelo mestre da biografia sintética. Assim também *Mário Barbosa Carneiro, grande servidor público*.

Quanto a ensaios de alcance sociológico e histórico, será de desejar a republicação, pelo seu teor de atualidade, de *La protection des indiens au Brésil*, lançamento da Académie des Sciences Morales et Politiques, de Paris.

Sem dúvida, os pesquisadores brasileiros da História Política teriam uma nova e boa fonte nas páginas de *Une expérience politique d'inspiration comtienne au Brésil: la première Constitution de l'Etat de Rio Grande do Sul* – uma publicação da *Revue Internationale des Sciences Sociales*, também de Paris.

Mas o nosso embaixador na UNESCO – ele o foi brilhantemente – graduado em Química Industrial, exerceu o magistério na antiga Escola Normal do Rio e na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Há educadores que nunca deram aulas, como professores, corretos no ofício, mas sem o sentido largo, ou social, da própria educação. Na ação pedagógica do mestre em Química Industrial havia, para sair da Química, um sistema de vasos comunicantes – vocações entrelaçadas; havia o docente e o pensador benéfico aos estudos de sociologia e filosofia da educação.

Foi um dos fundadores da benemérita ABE (Associação Brasileira de Educação), a que me coube a honra de presidir por duas vezes, com o seu voto tão honroso . Lá o conheci. Sempre douto e afável, na sala de sessões e à mesa do chá. Às vezes fazia-lhe companhia a admiradora infalível: sua Senhora, D. Corina. Casaram-se, também, sob o regime de comunhão de elegâncias.

Paulo de Berredo Carneiro: hoje você não assina o livro de sempre. Mas sua presença está em nós.

Paulo Carneiro no interior do
Instituto Pasteur, em Paris, c. 1930.
Acervo Família Carneiro.





Paulo Carneiro, cientista

EDUARDO OSWALDO CRUZ

~ Introdução

O presente trabalho apresenta alguns dos aspectos da atividade científica de Paulo Carneiro, sem a preocupação de salientar sua marcada atividade em outros campos de sua tão ilustre carreira.

Os dados aqui apresentados são baseados nos arquivos que consultamos na Academia Brasileira de Letras e na Academia Brasileira de Ciências, assim como pela consulta dos originais de suas publicações em revistas de sua especialidade.

Muito devemos ao necrológio apresentado na Academia Brasileira de Ciências por seu colega e amigo Prof. Carlos Chagas Filho, assim como breves entrevistas com sua esposa D. Annah Mello Franco Chagas e o arquiteto e cineasta Mário Carneiro.

Foi com grande prazer que aceitei a solicitação da Presidência da Academia Brasileira de Letras para proferir esta conferência

Texto da conferência proferida na ABL, em 30.10.2001, durante o ciclo *Centenário do nascimento de Paulo Carneiro*.

O Prof. Eduardo Cruz é formado em Medicina pela Universidade do Brasil, com pós-doutoramento na John Hopkins University. Fez estágios em laboratórios da França, Holanda, Japão e Inglaterra. Foi membro do Conselho do CNPq, secretário-geral da Academia Brasileira de Ciências e diretor da Casa do Brasil em Londres.

como parte da série de homenagens que enaltecem a figura ímpar do Doutor Paulo Estêvão Berredo Carneiro, ilustre membro de nossas Academias.

~ A vida científica de Paulo Berredo Carneiro

Engenheiro, cientista, diplomata e sobretudo humanista, exerceu destacada atividade nas diferentes etapas de sua tão bem-sucedida carreira, e é com grande satisfação que apresentarei alguns aspectos de sua contribuição científica.

Foi em Paris que tive, ainda que brevemente, a oportunidade de conhecê-lo quando lá estagiava no Institut Marey, no laboratório integrante do Collège de France, dirigido pelos professores Alfred e Denise Fessard.

O saudoso Professor Carlos Chagas, meu patrão, que a ele devotava profunda admiração, aconselhou-me a procurá-lo pois afirmava muito ganharia conhecendo esta destacada personalidade.

Nessa época, também estudava em Paris seu filho Mário, voltando seu interesse para o estudo da arte cinematográfica, onde veio a ter destacada atuação no período de renascimento da cinematografia nacional.

Paulo Carneiro nasceu no Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1901, vindo a falecer na mesma cidade em 17 de fevereiro de 1982, após longa estada em Paris.

Eram seus pais Mário Barbosa Carneiro e D. Maria Teodora de Berredo, ou melhor, D. Dorinha, como a chamavam os familiares e amigos. Ele de família mineira, ela natural do Ceará.

Mário Carneiro e sua esposa orientaram a formação de seus filhos principalmente pelo exemplo de suas vidas austeras e ilibadas. Eram poucos os recursos materiais durante a infância de Paulo, o que pos-

sivelmente resultou em seu desapego pela riqueza e mesmo pelos confortos proporcionados pelo moderno consumismo.

Em sua formação, recebeu Paulo forte influência pela orientação filosófica de seu pai, assim como pelos ensinamentos de Raimundo Teixeira Mendes, ambos seguidores e praticantes da filosofia propagada por Augusto Comte.

Desde cedo, demonstrou inclinação para a busca do saber e pela busca de explicação racional para os fenômenos naturais. Teve excelente desempenho em seu curso secundário, o que teria facilitado seu ingresso na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que mais tarde passaria a integrar a Universidade do Brasil.

Em uma época em que os cursos superiores apresentavam uma restrita gama de escolha, optavam os jovens de então mais frequentemente pelos cursos tradicionais como o de Medicina, Direito ou Engenharia. A carreira militar e o clero eram outras duas opções oferecidas à elite dominante.

Dentre as possibilidades de especialização oferecidas pelo curso de Engenharia, a favorita era a modalidade Civil, na qual encontravam-se maiores possibilidades de obtenção de bons empregos, assim como melhores rendimentos.

Paulo escolheu, no entanto, a especialização em Química Industrial, atividade esta que não oferecia maiores possibilidades em termos de emprego permanente e lucrativo. É de se ressaltar que nossa indústria, à época, ainda ensaiava os primeiros passos, isto após a fracassada tentativa por parte do Barão de Mauá em implementar um parque industrial no país. Pouco se fazia aqui, e os produtos químicos necessários à manufatura eram todos importados dos grandes centros. Combustíveis, lubrificantes, tintas e a totalidade dos produtos farmacêuticos tinham sua origem no estrangeiro. A química industrial apenas se iniciava com a criação do parque industrial, promovida por Jorge Street no Estado de São Paulo.

Pouco ou nada era feito na química nacional, malgrado os esforços pioneiros do Barão de Vila da Barra no século precedente e da contribuição ao conhecimento desta ciência proporcionada por professores como Diógenes Sampaio, Morais do Vale e Martins Teixeira na então Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foram estes dois últimos os autores dos primeiros tratados versando sobre química, escritos na língua portuguesa.

O estabelecimento das verdadeiras bases desta especialidade só seria atingido muito mais tarde, com a criação por Miguel Calmon das escolas de Química Industrial e depois com a fundação, no Rio de Janeiro, da Escola de Química e a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Seu ingresso na Escola Politécnica coloca-o em contato com um dos líderes do Positivismo no país, o matemático Otto de Alencar, de quem recebe orientação para seu aprofundamento no pensamento comtista, cujos primeiros passos haviam sido dados graças aos ensinamentos de seu pai e à influência de Teixeira Mendes.

Na Politécnica, trava conhecimento com o Professor Júlio Lohman, figura extraordinária, não apenas pela erudição mas também por sua habilidade didática, e sobretudo por sua capacidade de estabelecer comunicação íntima com seus alunos, sabendo guiá-los e compreendê-los, obtendo de cada um o rendimento máximo de seu potencial intelectual. Deste contato resultou uma amizade duradoura, que nem o tempo nem as vicissitudes arrefeceram.

Seu desempenho no curso superior foi excelente, terminando como o primeiro colocado de sua turma, o que resultou na obtenção de prêmio de viagem ao exterior, concedido pela Escola Politécnica.

A sua escolha pela França para seu período de estágio reflete, acreditamos, não apenas o reconhecimento da pujança da tecnologia francesa como um contato mais íntimo com a memória de Augusto Comte (a França atravessava naquele momento um período de eufo-

ria e renascimento após a grande vitória na Primeira Guerra Mundial e o restabelecimento do prestígio, fortemente abalado pela derrota na Guerra Franco-Prussiana).

Na França, a química dava grandes passos com o desenvolvimento de novas técnicas analíticas e de determinação da estrutura molecular, assim como de métodos de síntese que permitiam a introdução e modificação de radicais ativos nas moléculas.

O apelo de Paris era, portanto, muito forte, seja pelo vigor científico de instituições como o Institut Pasteur, seja porque lá se encontrava, a chamar-lhe, o espírito de Augusto Comte, e antevia mesmo a possibilidade de reviver o sonho de Teixeira Mendes, que havia imaginado criar um templo devotado à Religião da Humanidade na própria casa de Clotilde de Vaux, musa inspiradora de Comte.

Chega a Paris em 1926, pouco depois de seu casamento com D. Corina de Lima e Silva, senhora de notáveis prendas intelectuais e grande beleza.

Iniciou suas atividades no casarão da Rua Doutor Roux, estabelecimento criado em homenagem a Louis Pasteur, construído por subscrição pública e com substancial auxílio financeiro de quatro mecenas, um dos quais Dom Pedro II, amigo particular de Pasteur, com o qual manteve extensa correspondência em assuntos científicos.

Se me permitem a digressão, vale mencionar que era grande a preocupação de Dom Pedro II pelo desenvolvimento da cultura e ciência no país. Havia ele tentado atrair o grande fisiologista alemão Emil du Bois-Reymond para vir ao Brasil criar um Instituto de Fisiologia. Em sua correspondência com Pasteur encontramos convite para vir estudar o flagelo que assolava o país, a febre amarela. Pasteur declinou o convite, alegando que no momento estava dedicando seus esforços ao desenvolvimento da vacina anti-rábica, assunto que considerava prioritário devido a sua universalidade de ocorrência. No campo das artes procurou interessar Wagner a vir ao país e criar um

Conservatório de Música. Das várias tentativas que realizou, foi bem sucedido em fixar o destacado astrônomo francês Emmanuel Liáis, que aqui permaneceu por vários anos na direção do Observatório Nacional, instituição à qual devotava especial interesse, pois era astrônomo praticante, ainda que amador, havendo mesmo apresentado comunicação científica em revista científica desta área. Creio que Dom Pedro II, juntamente com o Imperador Hiroito do Japão e o Príncipe Ranier de Mônaco, são os únicos monarcas coroados a terem trabalhos científicos publicados.

Durante suas estadas na França, Dom Pedro II freqüentava as reuniões da Académie des Sciences, e sua participação ativa em assuntos científicos levou a sua indicação como membro estrangeiro da prestigiosa The Royal Society, a primeira Academia de Ciências criada no mundo.

Anos antes, pouco depois da morte de Pasteur e já sobre a direção de Roux, o Institut Pasteur havia recebido o primeiro brasileiro, Oswaldo Gonçalves Cruz, que aí fora aceito sem cobrança de taxas, como prova de reconhecimento ao suporte financeiro proporcionado pelo Imperador por ocasião da construção da nova sede.

É no Instituto Pasteur que Paulo Carneiro inicia sua carreira científica, sob a orientação de grandes mestres daquela Casa e alicerçado nas sólidas base adquiridas na Escola Politécnica.

Entra em contato com extraordinárias personalidades, que deram origem a importantes linhas no desenvolvimento da química orgânica; o eminente Fournau, que revolucionava a química terapêutica, ramo este que teve grande desenvolvimento na França nos anos entre as grandes guerras, a quem devemos o esclarecimento do papel desempenhado em sistemas biológicos pelos oligoelementos, ainda que severo e ríspido soube atrair um número de talentosos jovens como o casal Trefouel, Francisco Nitti e o casal Bovet. Daniel Bovet seria mais tarde laureado com o Prêmio Nobel.

Outra notável personalidade foi Gabriel Bertrand, profundo conhecedor das mais modernas técnicas bioquímicas, um verdadeiro virtuoso da técnica laboratorial.

Na formação de jovens cientistas, que o procuravam para o programa de doutorado em ciências, adotava um procedimento pouco comum, proporcionava um mínimo de auxílio na solução do problema experimental e, quando alguma dificuldade era encontrada, deixava-os desenredar por si mesmos o problema. Tal procedimento é, sem dúvida, eficaz quando o candidato reúne as qualidades necessárias para se beneficiar dele, preparando-o para uma verdadeira auto-suficiência. Pode, no entanto, ser desastroso para os de menor capacidade.

Os quatro anos passados no Instituto Pasteur, cobertos pela bolsa de estudos patrocinada pela Escola Politécnica e no período final complementados pelo mecenas Lineu de Paula Machado, conferiram a Paulo Carneiro o embasamento científico que iria assegurar sua futura carreira.

Sua atividade no Pasteur leva à preparação de longo manuscrito, que é submetido como sua tese de Doutorado, defendida, com grande êxito, na antiga Sorbonne. Foi um dos primeiros brasileiros a obter este título

Sua tese versou sobre o estudo do nosso guaraná (*Paullinea cupanea*), onde são apresentados vários aspectos da botânica e composição química, complementados por um estudo das ações biológicas deste produto natural. Na escolha do tema de sua tese vemos a definição final de sua vocação, o estudo da natureza, tendo como base o conhecimento científico, uma reafirmação de seu credo positivista.

É útil referir que mais tarde encontraremos muitas vezes o emprego de modernas técnicas de estudo avançado em temas de interesse local ou, para falar no jargão de hoje, *de interesse nacional*.

Dentre os pioneiros nesta área, devemos citar os nomes de Alexandre Rodrigues Ferreira, brasileiro natural da Bahia, que havia

sido designado pela Rainha Dona Maria para explorar as riquezas minerais, botânicas e animais da região do Amazona. Os resultados desta verdadeira epopéia, na qual o autor cobriu mais de 40 mil quilômetros, a pé ou em canoa, resultou em tratado de grande vulto, que somente após sua morte foi publicado, graças ao esforço de sua esposa, quando de sua volta a Portugal.

Durante o vice-reinado de Dom Luís de Vasconcelos e Sousa, outro brasileiro, o Frei José Mariano da Conceição Veloso, acompanhado por seu secretário e desenhistas, percorreu a serra e o litoral do que hoje é o Estado do Rio de Janeiro. Em 1790, seu trabalho, resultante de oito anos de esforços, é publicado com a denominação *Flora Fluminense, estudos preliminares*.

Esse trabalho reúne as descrições e figuras de 1.640 vegetais brasileiros e plenamente justifica a denominação de Frei Veloso como o pai da botânica brasileira.

Mais tarde, já agora em pleno Império, é que os estudos dos produtos naturais atingem sua maturidade científica. Os estudos não se restringem à mera descrição morfológica das plantas e à referência a possíveis efeitos curativos atribuídos à dita *Sabedoria Popular*.

Os precursores dessa linha de estudo são o silesiano Theodor Peckolt e o brasileiro João Batista de Lacerda, ambos trabalhando no Museu Nacional. Cremos ser justo acrescentar a esta lista o nome de Couty, cuja vinda ao Brasil é resultante da prolífica troca de correspondência entre D. Pedro II e cientistas europeus, como Pasteur, du Bois Reymond e Arago.

Peckolt estudou sistematicamente os componentes de nossas plantas tropicais, tendo-os identificados em mais de 600 espécies. Couty e Lacerda estudaram os efeitos farmacológicos de extratos de vários vegetais sobre a circulação e respiração, assim como tentaram determinar o efeito venenoso do curare empregado por várias tribos do Amazonas e Orinoco. Sobre este tópi-

co retornaremos mais tarde, quando comentaremos a atividade de Paulo Carneiro durante sua segunda permanência no Instituto Pasteur.

Paulo Carneiro retorna ao Rio de Janeiro em 1931, ocasião em que duas instituições procuram obter seus serviços: o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Nacional de Tecnologia.

O Instituto Oswaldo Cruz, então sob a direção de Carlos Chagas, recentemente alargara seus horizontes científicos com a abertura de um departamento dedicado à Fisiologia, este, contando com a figura da Miguel Osório de Almeida, membro de nossas Academias. É ali que se dará a recepção acadêmica ao cientista e humanista de retorno à pátria. Infelizmente, por motivos burocráticos, não foi possível efetivar a contratação. A outra opção foi então adotada; recebeu-o o Instituto Nacional de Tecnologia, recentemente criado pelo dinamismo de Fonseca Costa. Este, acreditou Paulo Carneiro, estaria mais próximo de seu ideal de uma ligação estreita com o desenvolvimento industrial do país. Somava-se àquela ligação a possibilidade de intercâmbio com seu dileto amigo Rubens Descartes de Garcia Paula, que ali desenvolvia estudos sobre os princípios ativos de planta brasileira, a erva-mate.

É nomeado professor de Química Geral da Escola Politécnica em 1932 e chefe do Laboratório de Química Vegetal e Animal do Instituto Nacional de Tecnologia em 1933.

Sua estada nessa instituição foi no entanto curta, pois aceitou em 1935 o convite do Governador do Estado de Pernambuco para assumir a posição de Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio.

Insatisfeito com o clima político, decide reassumir sua carreira científica. E para tanto retorna a Paris, reintegrando-se, em 1936, ao Instituto Pasteur, como encarregado de pesquisas sobre o curare. Reinicia então o que seria a fase final da sua atividade científica, de 1936 a 1941.

Permitam-me agora uma digressão, que espero seja útil na compreensão da atividade científica desenvolvida por Paulo Carneiro nos anos que se seguem.

O curare é uma substância obtida a partir de extratos vegetais, empregada por várias tribos indígenas habitantes da região das bacias do Amazonas e do Orinoco. Esse veneno, aplicado às pontas de flechas, dardos ou zarabatanas, apresenta a propriedade de imobilizar os animais atingidos, promovendo sua queda dos ramos das árvores em que se abrigavam ou impedindo sua fuga, após atingidos, promovendo sua morte em poucos minutos. Os animais assim capturados podiam, apesar do veneno, servir como alimento, sem que qualquer efeito tóxico afetasse aqueles que o ingeriam.

O preparo desse produto era feito por meio de extratos obtidos por várias formas partindo de vegetais, primariamente de espécies *Chondrodendron* da família *Loganiaceae*. O curare bruto é uma substância resinosa de cor marrom escuro ou negra, de consistência pegajosa ou dura. O nome é derivado da denominação indígena *urari* ou *urarli*, que significa veneno. Eram classificadas, pelos europeus, conforme o tipo de embalagem em que eram acondicionados, Calabash em vasilhames ou cuias e tubo curares quando armazenados em tubos construídos por segmentos de bambu.

A Europa toma conhecimento da existência do curare em 1595, quando *Sir Walter Raleigh* obtém, na Guiana Inglesa, uma amostra desta droga.

Esse “veneno” foi assunto de estudo por parte de um dos fundadores da moderna fisiologia, o grande sábio francês Claude Bernard. Seu estudo, publicado em 1864 e mais tarde incluído em seu livro *Introduction à la Médecine Experimentale*, constitui um exemplo de dedução baseado em experiências simples e cuidadosa observação. Esses resultados serão em 1882 confirmados por outro notável fisiologista, Vulpian.

Percebeu ele que o curare levava à paralisia dos músculos e que a morte resultava da paralisia da musculatura respiratória, levando à asfixia. O veneno, conduzido pela circulação, agia sobre todos os músculos do animal, não sendo um fenômeno restrito ao local no qual a presa era atingida.

A introdução de uma ligadura em um dos membros, bloqueando a circulação na região, impedia sua ação sobre a motricidade da região distal à ligadura. Um movimento de contração reflexa, produzido pela estimulação do membro afetado, promovia a movimentação do membro protegido pela ligadura.

Além do mais, a estimulação elétrica do músculo paralisado era ainda eficaz, o que indicava que o agente não bloqueava o poder contrátil do músculo e também que não bloqueava a condução nos nervos envolvidos no desencadeamento do ato reflexo. Concluiu afirmando que a ação do curare era exercida sobre o mecanismo mediador responsável pela transmissão da mensagem do nervo para o músculo.

Na época em que foi apresentada esta interpretação, ainda era desconhecido o mecanismo da transmissão do impulso do nervo para o músculo, o que agora sabemos depender da liberação de substâncias químicas ao nível dos terminais nervosos, a denominada Placa Motora.

A composição dos curares é extremamente complexa, e os vegetais empregados em seu preparo variam conforme a tribo que os utiliza. Uma revisão histórica referente a esta droga pode ser encontrada na publicação, em 1935, de um estudo de Luís de Lima e Silva, do Instituto Nacional de Tecnologia, trabalho certamente inspirado por Paulo Carneiro.

Para o emprego racional de determinado produto natural faz-se necessária a determinação do princípio ativo, mormente quando em sua preparação são encontradas diferentes plantas e em quantidades

desconhecidas. A determinação do componente ativo é trabalho que requer profundo conhecimento dos métodos de isolamento, intenso labor, rigor experimental e sobretudo muita paciência.

Neste sentido desenvolve Paulo Carneiro intensa atividade durante os anos de 1938 e 1939. Neste curto período publica seus resultados em uma série de notas que aparecem nos “Comptes Rendues à la Académie des Sciences”, no *Bulletin de la Société de Chimie Biologique* e nos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*.

Nestas, apresenta a composição química dos princípios ativos do curare, identificando-os como *Strycholethalina*, com a composição ($C^{22} H^{27} O^4 N$) e a *Curarelethalina* ($C^{25} H^{34} O^7 N$).

Uma visão global do histórico do veneno paralisante é por ele apresentado em uma conferência proferida em 1945, na Academia de Ciências e Letras de Lisboa.

Anos mais tarde, em 1956 e 1957, colabora com antigos colegas italianos do Pasteur, agora lotados no Istituto Superiori di Sanità, publicando duas notas sobre problemas correlatos, não mais como investigador principal e sim como colaborador.

Com essas publicações, fica assinalado o término de sua carreira como pesquisador e marcado o início de sua brilhante carreira como representante brasileiro em organismos internacionais, como a UNESCO.

No país já havia desempenhado importantes funções técnicas, sendo nomeado professor de Química e História Natural da Escola Normal do Rio de Janeiro (1922 a 1927); químico no Instituto de Química do Ministério da Agricultura (1925 a 1927); professor de Química na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (1932-1934); assistente chefe do Instituto Geológico e Mineralógico (1933 a 1935), e Secretário de Agricultura de Estado de Pernambuco.

Ao longo de sua carreira, foi agraciado com várias distinções, tendo sido nomeado membro da Academia Brasileira de Ciências em

1939 e da Académie des Sciences da França. Recebe em 1940 o Prêmio Nativelle, concedido pela Académie de Medicine de Paris, em reconhecimento de sua contribuição ao conhecimento dos efeitos dos curares.

Em 1971, é eleito para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupa a cadeira 36, de Teófilo Dias.

Sua carreira como homem público em nível internacional tem início com sua designação como técnico assistente do Escritório de Publicidade e Expansão Comercial do Brasil em Paris (1938 a 1944) e técnico assistente do Ministério do Trabalho em 1944. É designado Delegado do Brasil na Conferência da UNESCO em Paris, em 1946, e no mesmo ano representante do Brasil na comissão preparatória da UNESCO em Londres; e chefe da Delegação Brasileira na reunião internacional realizada no Amazonas em 1947.

Finalmente, é nomeado Delegado permanente do Brasil junto à UNESCO, posição que ocupa de 1946 a 1965, quando foi aposentado como embaixador.

A sua obra como humanista está refletida em suas atividades promovendo a salvaguarda do patrimônio de monumentos históricos da Núbia, bem como sua participação na publicação da *História da Humanidade*. Estas e outras iniciativas refletem o ideal do socialismo comtista, o progresso a ser obtido não pela violência, mas pela compreensão.

Não poderia encerrar esta breve apreciação sobre a carreira científica de Paulo Carneiro sem tecer algumas considerações sobre o significado de sua contribuição à ciência.

Nos tempos atuais, há uma tendência em avaliar a contribuição científica pela simples citação de números. Publicou x trabalhos ou participou de y congressos. Mais recentemente vemos ser adotado uma referência ao número de vezes em que um determinado trabalho científico é citado por seus pares. Essas tentativas de quantifica-

ção do mérito dão apenas uma pálida idéia do real significado de uma obra e sua contribuição para o cabedal do conhecimento científico. Da mesma forma que o número de discos vendidos e a tiragem de um livro não refletem o mérito da obra, assim se dá com o exercício quantitativo no reconhecimento do mérito científico. Em ambos os casos, somente sua capacidade de sobreviver à passagem dos anos irá demonstrar seu verdadeiro valor.

O isolamento dos princípios ativos do curare e a determinação de sua composição química, levados a termo por Paulo, permitiram ao cientista britânico Harold King, do National Institute for Medical Research, em Mill Hill, Hampstead, determinar a fórmula estrutural do princípio ativo do curare. A estrutura tridimensional da molécula permitiu a Lestrangle e Bovet sintetizar o tri-iodo etilato de galamina, o primeiro curare de síntese, o que tornou possível seu emprego terapêutico graças à possibilidade de controle preciso de sua dosagem. A introdução de marcadores radioativos nessa molécula permitiu o seu acompanhamento no metabolismo corpóreo.

Era assim obtida uma nova e poderosa arma, que, promovendo o relaxamento dos músculos, permitia a manutenção de níveis anestésicos mais superficiais durante as intervenções cirúrgicas, sobretudo durante as operações ortopédicas.

Temos aí um bom exemplo de como um problema abordado como tema de *pesquisa pura* veio em pouco tempo encontrar uma aplicação prática da maior relevância.

Em seus últimos trabalhos, apresentados como notas nos *Comptes Rendues à l'Académie des Sciences* e nos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, vemos Paulo Carneiro apresentar suas idéias como ação do curare promoveria a paralisia.

Os resultados por ele obtidos entram em conflito com a interpretação proposta por Louis Lapique, que atribuía a alterações do valor da *chronaxia* o efeito paralisante.

Este termo foi criado e introduzido na literatura científica por Louis Lapique, fisiologista francês que ocupava a prestigiosa cátedra de Fisiologia na Sorbonne, herdeiro da posição de maior prestígio previamente ocupada pelo criador da Fisiologia, Claude Bernard.

Estudando a excitabilidade dos tecidos por meio da corrente elétrica, observou que o limiar de excitação era função da duração do estímulo. Propôs ele que a intensidade de um estímulo, com um valor correspondente ao dobro do limiar para estímulos de duração infinita (que ele denominava *rheobase*), seria uma caracterização da excitabilidade de um dado tecido. A esse valor propôs denominar *Chronaxia*. Segundo Lapique, esse valor seria característico para cada tecido e indicaria sua excitabilidade.

Essa grandeza física permitia um estudo mais aprofundado do problema da excitabilidade, e a introdução de um uma grandeza numérica permitiria uma abordagem teórica e a formulação de modelos matemáticos para sua elucidação.

Isto foi feito por vários cientistas, entre eles Miguel Osório de Almeida, que foi membro de nossas Academias. O apreço de Miguel Osório pelo casal Lapique reflete-se no fato de tê-los convidado como colaboradores visitantes do novo Departamento de Fisiologia do Instituto Oswaldo Cruz, então dirigido por Carlos Chagas. Louis e Marcelle aceitaram o convite e lá permaneceram por vários meses.

O prestígio de Lapique era enorme e sua personalidade aliava grande simpatia pessoal a uma sólida cultura humanística. O casal Lapique, ambos elegantes, simpáticos e fluentes em várias idiomas, gozava de grande prestígio internacional.

Seus trabalhos, com freqüência em associação com sua esposa Marcelle, eram fonte de inspiração para o grupo de jovens fisiologistas que se iniciavam na carreira. Na fisiologia francesa, eram a escolha sistemática dos candidatos ao Doutorado da Sorbonne, que não ousavam abordar temas que não fossem dedicados a explorar tópi-

cos relacionados com o estudo da *chronaxia* ou suas aplicações na clínica médica.

Esta situação perdurou por vários anos, até que um fisiologista inglês, Rushton, demonstrou que a determinação da *chronaxia* era sujeita a vários erros experimentais, e que as conclusões baseadas em suas aplicações eram totalmente errôneas. Dentre estas estava incluída a explicação que o efeito do curare seria devido à alteração dos valores da *chronaxia* dos nervos e músculos por eles controlados, eliminando o que Lapique denominava *homocronismo* entre as *chronaxias* envolvidas.

Lapique simplesmente ignorava, não rebatia ou não dava maior atenção a críticas vindas do exterior.

Na reunião da Société de Chimie Biologique de 21 de fevereiro de 1939, Paulo Carneiro apresenta uma comunicação intitulada “Curarisation et Chronaxie”, na qual apresenta fortes argumentos contrários às idéias defendidas por Lapique.

A situação é agora diversa, a contestação é apresentada no cerne de seu território, a Academia de Ciências, em reunião da qual participam os expoentes da área.

A comunicação é feita tendo como apresentador o Prof. Portier e com a chancela do Laboratoire de Chimie Biologique de l’Institut Pasteur. O estudo conta com a participação de destacados membros do Instituto, os quais colaboram em experiências que visam replicar achados relatados por Lapique.

No texto dessa comunicação não encontramos qualquer ataque de natureza pessoal ao defensor da *chronaxia* e do *isocronismo*, porém o texto termina com uma citação do grande Claude Bernard que afirmava: “Si l’on perd les phénomènes de vue pour s’attacher aux mots, on est bien vite en dehors de la réalité.”

Terminada a apresentação Lapique solicita que a comunicação não seja publicada. Essa solicitação, contrária às tradições científi-

cas, não foi aceita pela Presidência da Academia, sendo assegurada sua inclusão em seus *Anais*.

Tendo sido negada sua solicitação, Lapique limita-se a adicionar uma série de “Observations ” que são publicadas como *adendum*. As objeções levantadas são integralmente rebatidas por Paulo Carneiro, que encerra sua réplica afirmando, “son étude m’a permis d’établir contredisant, d’une façon formelle, le principe de l’isochronisme, et les notions acquises sur la curarisation et le concept classique de la transmission de l’influx nerveux”.

O conceito da liberação nos terminais nervosos de substâncias químicas, tais como a acetil-colina e adrenalina, inicialmente evidenciadas no sistema nervoso autônomo por Loewi e Dale, veio mais tarde a ser confirmada na transmissão neuromuscular.

O tempo e a evolução científica vieram confirmar serem a *chronaxia* e o *isochronismo* conceitos falhos, porém a determinação da estrutura dos curares efetuada por Paulo Carneiro é uma contribuição ao conhecimento que perdura.

A confrontação com Louis Lapique coincide com o encerramento de sua atividade científica. No entanto, vemos na década de cinquenta a publicação de duas notas, em italiano, nas quais seu nome aparece como colaborador, associado a discípulos de seu caro amigo e colaborador no Institut Pasteur, G.B. Marini-Bettolo, agora já laborando no Istituto Superiori di Sanità em Roma.

Essa instituição já se encontrava sobre a direção de seu companheiro no Pasteur, Daniel Bovet, que recebeu em 1957 o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina, em reconhecimento a sua contribuição ao desenvolvimento de importantes quimioterápicos, como o *pyrilamine*, o primeiro anti-histamínico e dos derivados da *gallamina* como a *succinylcholina*, a primeira substância curarizante de emprego clínico.

Encerrado de forma brilhante este aspecto de sua carreira, vemos nos anos seguintes Paulo Carneiro dar prosseguimento a sua obra humanística, tanto na UNESCO quanto desenvolvendo seu culto à memória de Comte.

De sua produção literária neste setor não me sinto qualificado a apresentar qualquer comentário, e certamente será assunto de futuras conferências desta série, proferidas por confrades plenamente capacitados para tal.

Nada conheço de sua obra literária, porém foi com enorme prazer que consultei seus trabalhos científicos, escritos no mais puro francês, todos de grande clareza e objetividade e elegância.

Na literatura científica a beleza da forma jamais deve tomar precedência sobre a precisão e a clareza. Os cientistas franceses de longa data adquiriram uma reputação ímpar no relato de fatos científicos.

Freqüentemente são citadas como exemplo de elegância e precisão as publicações de Pierre Flourens, que ocupou, como Claude Bernard, o fundador da Medicina Experimental, a cátedra de Fisiologia da Sorbonne.

Consta que em certa ocasião Flourens foi convidado, à última hora, a apresentar uma comunicação científica. Teria ele então inquirido de quanto tempo dispunha para apresentar os resultados e, ao ser informado que tinha a disponibilidade de uma hora, imediatamente aceitou o encargo. Porém adicionou, “se fossem quinze minutos iria requerer pelo menos um mês de antecedência” ...

O meu mestre em Paris, Professeur Alfred Fessard, exímio redator de textos científicos, citava um aforismo de autoria de Flourens: “Il y a un secret pour être clair, c’est de être bref.”

O talento literário de Paulo Carneiro foi reconhecido por seus pares. Seu companheiro no Pasteur e professor do Collège de France, Jean Pierre Duclaux, comentando seu livro *Vers un nouvelle huma-*

nisme, afirmou ser redigido em um francês que faria inveja a muitos de seus compatriotas. Referências igualmente laudatórias a esse livro são feitas por Étienne Gilson, filósofo humanista, membro da Académie de France.

Ao finalizar esta breve apreciação sobre a atividade científica do Dr. Paulo Carneiro, agradeço a oportunidade proporcionada pela Academia Brasileira de Letras, que levou-me a um melhor conhecimento deste destacado cientista e humanista.

Encerro repetindo as palavras proferidas pelo Acadêmico Ivan Lins na ocasião da admissão do Dr. Paulo Carneiro a esta Casa:

“Eu sabia ser muito grande o vosso valor, mas ao estudar-vos de perto, vejo serdes ainda maior do que eu supunha.”

~ Bibliografia científica

Sur l’existence et sur la Répartition de la Caféine dans le Guaraná
(*Paullinea cupana* H.B. et K.)
Ann. Inst. Pasteur, 1931, 48 : 476.

Le Guaraná et *Paullinea cupana* H.B. et K.
Thèse de Doctorat, Faculté des Sciences de Paris, 1931.

Sur l’existence et sur la Répartition de la Caféine et de la Théobromine dans les organes du Guaraná (*Paullinea cupana* H.B. et K.)
Annales de l’Institut Pasteur, 1932, 49 : 381-386, Paris.

Les principes actifs du curare
C.R. Ac. Sc., 1938, 206 : 1202-1204, Paris.

Curarisation et chronaxie

C.R. Ac. Sc., 1939, 208 : 382-385, Paris.

Strichnoléthaline, curare et curarization

C.R. Ac. Sc., 1939, 208 : 1249, Paris.

Curarization et chronaxie

Bull. Soc. Chim. Biol., 1939, 21 : 389-399, Paris.

Les principes actifs du curare

Bull. Soc. Chim. Biol., 1939, 21 : 2282, Paris.

Les principes actifs du curare

C.R. Ac. Sc., 1939, 21 : 282-293, Paris.

Les principes actifs du curare

Ann. Acad. Brasil Ci., 1939, XI n° 2 : 81-103, Rio de Janeiro.

O curare: veneno das flechas da Amazônia

Academia de Ciências de Lisboa. Lisboa, 1945.

P. de Berredo Carneiro, G.C. Cassinovi

Ricerche sugli alcaloidi curarizzanti delle *Strychnos* del Brasile

Extrato della *Gazzetta Chimica Italiana*, 1956 : 86, Roma.

G.B. Marini, P. de Berredo Carneiro, G.C. Cassinovi

Gli alkaloidici della *S.solimoesanna* Kruk

Extrato dai *Rendiconti dell'Istituto Superiore di Sanità*, 1957, vol. XX,

Roma.

~ Agradecimentos

Aos colegas da Academia Brasileira de Ciências, Carlos Eduardo da Rocha Miranda, Diógenes de Almeida Campos e Paulo de Góes Filho, pelo apoio e incentivo.

Ao amigos Francisco de Paula Storino e Cristovam Picanço Diniz, ex-reitor da Universidade Federal do Pará, cultores da língua portuguesa, pelo aprimoramento do texto.

Raquel Barbosa Velloso, pelo trabalho de compilação bibliográfica.



Álvares de Azevedo (1831-1852)



Casimiro de Abreu (1839-1860)



Fagundes Varela (1841-1875)



Castro Alves (1847-1871)

A Escola de Morrer Cedo

LYGIA FAGUNDES TELLES

Um pouco de ordem na casa, hein? Então vamos lá, saí para ouvir o discurso do Goffredo no Palácio Tiradentes (Câmara dos Deputados) e em seguida tomei um táxi para fazer a minha conferência na Casa do Estudante.

Após o casamento no começo do ano, fomos morar no Rio, uma cidade tão fagueira nesse tempo. Uma cidade amena, digamos. Os sambistas cantavam *a favela dos meus amores* num tom sentimental, ainda sentimental. Não se pensava nem brincando no crime organizado e embora as desigualdades sociais fossem crescentes, a miséria não estava tão exposta. E os estudantes, embora meio amotinados, fizeram o convite lírico, queriam que eu falasse sobre os românticos.

Tarde azul, azul. E eu ia me debruçar sobre o mais cinzento dos poetas, Álvares de Azevedo, o paulista que detestava São Paulo. E que acabou compondo com Gonçalves Dias, Fagundes Varela e Castro Alves a mais luminosa constelação da nossa Escola Românti-

Romancista e contista, com textos publicados em antologias no Brasil e no exterior, romances e livros de contos, entre os quais *Ciranda de pedra* (1954), *O jardim selvagem* (1965), *Antes do baile verde* (1970), *As meninas* (1973), *A disciplina do amor* (1980), *As horas nuas* (1989), *A noite escura e mais eu* (1995), *Invenção e memória* (2000).

ca. Batizada por Carlos Drummond de Andrade com um nome de inspiração máxima, a Escola de Morrer Cedo.



Século XIX. A garoenta província de São Paulo tinha pouco mais de 15 mil habitantes. O casario pasmado, de austeras rótulas nas janelas baixas e telhados enegrecidos. O trânsito escasso: uma beata de mantilha negra em direção à igreja e um pai de família com o “cebolão” preso à corrente no bolso do colete, voltando da farmácia com as últimas novidades da “corte”. Um burrico com os cestos no lombo, conduzido por um escravo. Os sapatos coaxando no vale do Anhangabaú. E o silêncio.

Nas noites escuras, acendiam-se os lampiões das ruas mas se a noite estava clara, a cidade era iluminada apenas pela luz do luar. Eram raras as reuniões noturnas com as mocinhas prendadas dedilhando no cravo. Depois da novena acontecia, às vezes, um bailinho na Sociedade Concórdia. Animado mesmo era o Largo de São Francisco mas só no período da manhã, quando os acadêmicos de Direito se reuniam no pátio da escola que fora um antigo convento franciscano.

A Escola de Morrer Cedo com os moços das capas pretas, colhidos em plena juventude pelo famoso Anjo das Asas Escuras: Álvares de Azevedo morreu com 21 anos. Junqueira Freire, com 23 anos. Laurindo Rabello tinha 38 anos. Casimiro de Abreu tinha apenas 23 anos. Fagundes Varela mal completara 34 e Castro Alves, 24 anos. O mais maduro da plêiade (eu disse maduro?) foi Gonçalves Dias, que morreu naquele estranho naufrágio. Tinha 41 anos.

O Mal do Século e outros males.



Na Europa do século XIX o descabelado romantismo já estava cansando. Falhara o raciocínio, decretaram os românticos. Assim, com o fim do ideal clássico o homem fora eleito o novo modelo do ideal de beleza. E daí?... Esgotada a taça do intimismo lírico, a tendência foi a de se fazer uma pausa na avaliação dos exageros da intuição e da fantasia. Lord Byron e Goethe, Leopardi e Shelley, Heine e Musset, Victor Hugo e tantos outros já davam alguns sinais de enfado.

Mas aqui nas lonjuras, a revolução estava apenas começando. Com a força das lavas de um vulcão, as correntes estrangeiras foram se infiltrando na raça e no meio, dois fatores tão propícios para o sucesso dessa infiltração.

Pronto, eis aí os nossos poetas excitadíssimos e entre eles, o jovem que conhecia várias línguas. E era estudioso e atento, sim, estou falando do pálido estudante de olhar ardente, esse Álvares de Azevedo. O Maneco, como era chamado pela família. Morou em “república” mas (segundo a versão familiar) não participou da vida boêmia dessas “repúblicas”. Era recatado. Contemplativo. Escrevia muito e estudava e lia com sofreguidão mas costumava se recolher cedo. Na sua mesa-de-cabeceira, além da Bíblia, livros de Byron e Shakespeare.

“Para que um homem se torne poeta é preciso que esteja apaixonado ou desgraçado. Eu sou as duas coisas juntas!” – suspirou Byron.

Ora, infeliz parecia ser esse Maneco nas cartas que escrevia à mãe, ah, esta província “onde a vida é um bocejar infinito”. Mais queixas, oh, o tédio nesta “terra de caipiras e de formigas”.

Infeliz o jovem byroniano parecia ser, mas apaixonado?! Não tinha namorada visível. Nem invisível, segundo testemunho dos poucos amigos. Na *Lira dos vinte anos*, na poesia dessa lira ele exaltou tanto as musas mas quem as conheceu de fato foi Castro Alves. *Spleen e Charutos*. O esvaziar sem fim de taças (*Noite na taverna*) em meio das histó-

rias delirantes, mas quem bebeu realmente até a última gota foi Fagundes Varella. Charuto sim, charuto ele fumava. Mas era um copo de leite que o poeta da dúvida tomava antes de dormir.

Medo? Medo do amor sexual, o mesmo medo do poeta da saudade e da “aurora da minha vida”, aquele Casimiro de Abreu. Quer dizer então que esse Álvares de Azevedo, o poeta tão cheio de ardências, era virgem? “Virgensíssimo!” – escreveu Mário de Andrade. Na sua lira fremente as musas ou estão dormindo ou estão mortas:

Não acordes tão cedo! Enquanto dormes
Eu posso dar-te beijos em segredo...
Mas, quando nos teus olhos raia a vida
Não ousa te fitar... eu tenho medo!

O vago n’alma. Antonio Candido fala nesse vago dos românticos e que vem a ser o quê? Nem tentar definir o indefinível mesmo porque nessa vaguidão cabe tudo, a dúvida e o sonho. O misticismo e o pressentimento, mais do que pressentimento, a vidência.

No pequeno drama *Macário*, há o diálogo de um estranho jovem com o próprio Satã. No entanto, extraordinário me parece o diálogo desesperado do poeta com o seu fantasma preferido, tantas perguntas, “Cavaleiro das armas escuras / Onde vais pelas trevas impuras / Com a espada sangrenta na mão?”

Só no final o fantasma responde ao poeta:

Sou o sonho da tua esperança
Tua febre que nunca descansa,
O delírio que te há de matar.



Ano de 1852. Maneco está de férias no Rio, tinha passado para o 5º ano do curso, quando repentinamente sente-se muito mal. É operado: tumor na fossa íliaca. Falou-se tanto em tuberculose, em pulmões “afetados”, como se dizia na época, quase todos tinham aquele palor e aquela dor. Mas foi nítido o diagnóstico após a operação que ele sofreu sem anestesia e sem um gemido. E lembro agora, após o acidente com o tiro de espingarda, Castro Alves teve o pé amputado. Operação sem gemido e sem anestesia. Os moços das capas pretas e a antiga lição greco-romana do estoicismo, ah, essa Escola de Morrer Cedo.

O último poema do poeta e os presságios. Ele pede à mãe que saia do quarto, quer poupá-la. Aperta a mão do pai, “Que fatalidade, meu pai!”

Se eu morresse amanhã viria ao menos
 Fechar meus olhos minha triste irmã;
 Minha mãe de saudades morreria,
 Se eu morresse amanhã!

Quanta glória pressinto no futuro
 Que aurora de porvir e que manhã!
 E eu perdera chorando essas coroas,
 Se eu morresse manhã!



Era quase unânime a versão que corria nas Arcadas, Álvares de Azevedo pintava e bordava, era um fingidor. Um sonso. Participava das maiores farras, freqüentador assíduo até das satânicas missas negras, sem o sangue mas negras. E depois escrevia bonzinho para a mamãe lá no Rio, chegando a confessar que fizera cruz na porta das Gomide porque essas senhoras tinham má reputação...

Fortalecendo essa versão, lembravam que na adolescência ele fora um menino tão divertido que chegou a se vestir de mulher numa festa. Enganando a todos, Mas quem é aquela mocinha tão bonita? Pois é, Maneco e o humor. Gostava de imitar as pessoas e era ferino nas zombarias. O lado oculto. Aqui na província, para não assustar a família burguesa, tomou aquele ar entediado. Nostálgico. Nas cartas.

Ainda assim, continuei com a minha versão familiar. Escrevendo como ele escreveu e lendo aquela barbaridade que ele leu (só 21 anos!) como ia ter tempo e forças para as tais noitadas? Escreveu alguns poemas mal comportados, mas posar de indócil, de desregrado também fazia parte do clima da geração. Nas orgias inglesas, Lord Byron bebia num crânio transformado em fina taça com ornamentos de ouro. Nas orgias locais, segundo a tradição acadêmica, o nosso poeta e os amigos iam beber vinho num crânio sem esses requintes, desencavado lá no próprio cemitério.

Meu herói é um moço preguiçoso
Que viveu e bebia porventura
Como vós, meu leitor: se era formoso
Ao certo não o sei. Em mesa impura
Esgotara com lábio fervoroso
Como vós e como eu a taça escura.
Era pálido sim... mas não de estudo
No mais... era um devasso e disse tudo!



E essa novidade agora! No livro *O caminheiro*, o poeta Paulo Bomfim escreve crônicas sobre gente de um São Paulo antigo. Numa das crônicas ele conta que o pai de Sinhá Prado Guimarães foi colega e amigo de Álvares de Azevedo.

Pronto, a testemunha. A testemunha. Neste tempo, Maneco morava na casa do avô, o doutor Silveira da Mota. Quando anoitecia, o portão da casa desse avô era fechado com a enorme chave. Então, com a agilidade de um gato o nosso Maneco pulava a janela do sobrado e todo enrolado na capa preta lá ia para a Taverna do Corvo. Ou para os prostíbulo da Rua da Palha, hoje Rua 7 de Abril. Voltando de madrugada (a noite intensa!) a janela do avô parecia ainda mais inacessível. A solução era pular para dentro do quarto desse amigo e colega. Onde o esperava uma gemada com vinho do Porto, ah, a cumplicidade da mucama, fortalecer o poeta magro. Nesse doce abrigo ele descansava até o amanhecer. Quando seguia para a casa do avô onde a outra mucama vinha depressa abrir o portão para o moço da capa preta e das olheiras.

Paulo Bomfim aceita as duas teses, a do romântico casto, “virgênsimo!”. E a tese do boêmio pulando janelas e muros em meio da névoa para se divertir nas festinhas secretas na Rua da Palha ou nos descaminhos das serenatas. “Eu sou as duas coisas juntas!” – escreveu Byron.

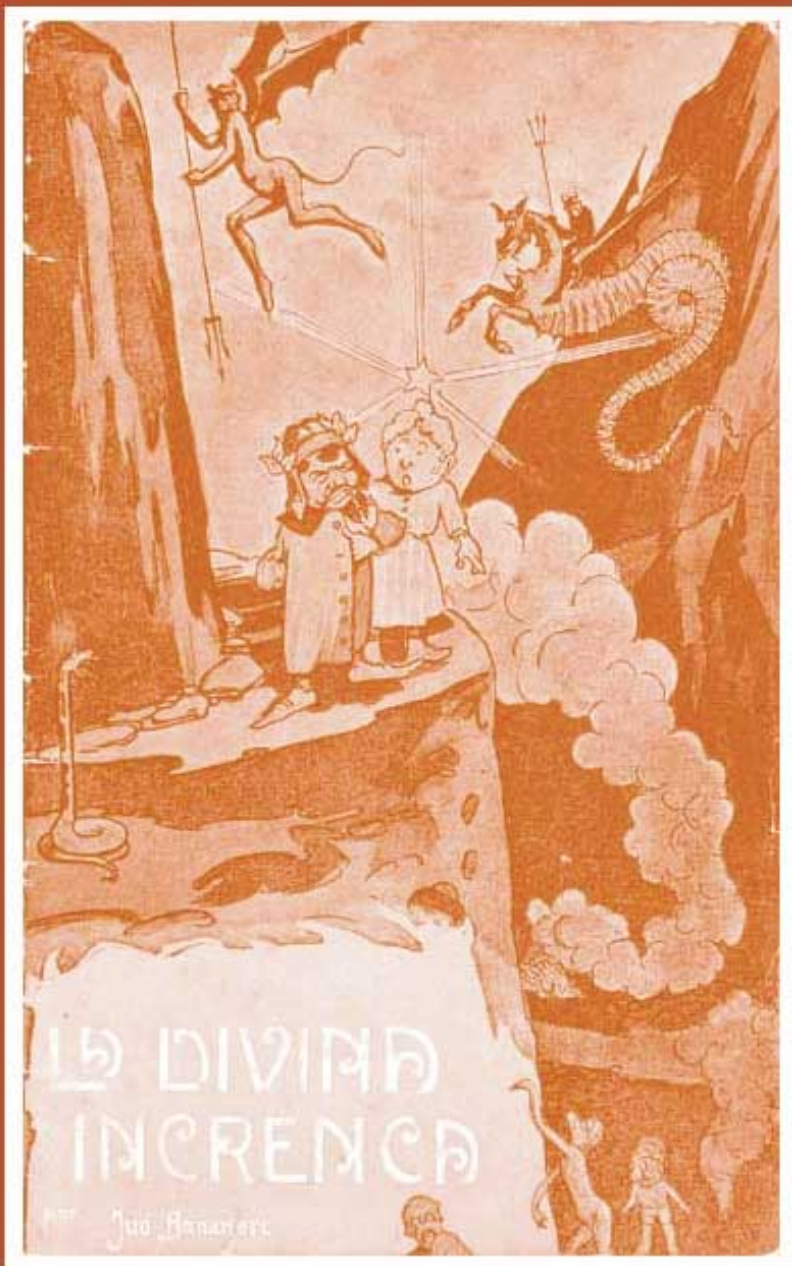
E agora?!... Agora me ocorre uma versão: Álvares de Azevedo não era nem casto nem devasso mas um *voyeur*, e o voyeurismo? Então o poeta lá ia com a sua capa mas apenas para olhar, olhar, olhar... Um prazer tão excitante quanto o prazer de participar realmente da coisa, excitante e cansativo, parece que só assistir também cansa.

Ah, os jovens do vago n’alma! Incertezas, tantas incertezas. E quanto a essas versões, qual delas irá prevalecer?



O leitor é o meu cúmplice, isso já foi dito. Recorrendo ao estilo romântico, convido agora o leitor a descansar na mão direita a frente pensativa e refletir. E julgar. Vamos, leitor, o vosso julgamento será definitivo.

(Do livro *Durante aquele estranho chá*, 2002.)



La divina inerência, 1916

Juó Bananère (1892-1933), pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, que neste livro parodia textos canônicos da literatura brasileira.

A língua dos modernistas: Revolução ou tradição?

EVANILDO BECHARA

Passados oitenta anos da onda modernista que assolou as letras brasileiras durante a Semana de Arte Moderna, em 1922, e depois dela, vale a pena refletir um pouco sobre tal movimento e insistir em alguns pontos de linguagem que certos ufanistas apressados apontam como fatos vitoriosos na língua literária contemporânea do Brasil e, por isso mesmo, justificativos, dizem, de uma revisão nas normas erigidas na gramática tradicional.

Para orientar-nos nesta seara, já contamos com algumas pesquisas sérias realizadas num grande corpus de autores modernos brasileiros, dentre os quais se impõem os trabalhos de Luís Carlos Lessa e Raimundo Barbadinho Neto. Curiosamente estes dois autores, independentemente, partiram da idéia de escrever uma gramática da feição brasileira da língua e, ao levantarem os problemas, chegaram à conclusão, implícita em Lessa e explícita em Barbadinho, de que, no fim de contas, como bem escreveu a nossa Rachel de Queiroz em co-

Professor de Filologia Românica do Instituto de Letras da UERJ, de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFF e de outras universidades nacionais e estrangeiras; diretor das revistas *Littera* e *Confluência*. De sua bibliografia destaca-se a *Moderna gramática portuguesa* (publicada em 1961, está na 37ª edição).

mentário a livro deste último estudioso: “O fato constatado, provado por Barbadinho em milhares de exemplos, é que nós somos muito mais comportados do que se assoalha por aí, estamos naquele meio onde se situa a virtude. Nem tanta obediência que nos tolha a espontaneidade, nem tanta derrubada que nos deixe a tropeçar atrapalhados nos cacos da língua velha.”

Com outras palavras, numa época em que alguns modernistas não tinham nascido, enquanto outros mal saíam das fraldas, mestre João Ribeiro, com toda a sua inclinação da modernidade, comentava o depois dessa rebeldia inicial própria dos jovens:

Mas vencida essa crise de crescimento, se não se quer ser infante toda a vida, não há outro endereço mais que o do amor e respeito aos modelos eternos da linguagem.

O mais moderno e o mais livre de todos os escritores portugueses, Eça de Queiroz, consagrou os últimos restos da vida a limar e a castigar o seu formoso e suave estilo, restituindo-o, quanto pôde, à nobreza antiga da língua. É que o espírito, na morte, se reintegra e continua eterno na sua própria espécie, e só o corpo se contenta com volver e perder-se em outras fermentações e outras tantas modas e mutações da vida universal” (*Páginas de estética*, 1905, pág. 121).

Está claro que havia por parte de modernistas uma intenção anti-acadêmica, refletida em declarações contundentes de escritores como Mário de Andrade, que creditava ao movimento o mérito de promover “uma acomodação da linguagem escrita à falada (já agora com todas as probabilidades de permanência) muito mais eficaz que a dos românticos” (“Modernismo”, in *O empalhador de passarinho*, p. 189).

Do ponto de vista lingüístico – que é o que agora mais de perto nos interessa –, cabe fazer um retrospecto daqueles fatos que se têm considerado geralmente como divisor de águas entre a tradição e a revolu-

ção, a tradição e a modernidade, para distinguirmos, se os houver, aqueles que vieram para ficar na moderna literatura brasileira.

Abro aqui um parêntese para repisar um fato de muitos conhecido: todo movimento inovador, qualquer que seja a natureza, tem sempre seu lado iconoclasta; pretende derrubar conceitos e preconceitos arraigados por uma tradição, substituindo-os por novos parâmetros, que o tempo se encarregará de minimizar ou apodrecer. Felizmente, o radicalismo no domínio das letras parece ser menos ortodoxo que o que se dá no domínio dos ideais políticos. Estou a lembrar-me do que nos afirma ninguém mais autorizado a essa crítica do que Stalin. Respondendo a questão formulada por companheiros de partido sobre a necessidade de se alterar a língua russa para que pudesse, depois da revolução de 1917, servir de expressão a uma nova ideologia política, declarou que tal medida não se impunha por errônea e contrária aos preceitos filosóficos do movimento, e que, por isso, a língua do comunismo deveria continuar sendo a mesma que utilizara Puchkin, morto em 1837, na sua obra literária, tanto na prosa quanto no verso.

Antes de entrar nos fatos de língua propriamente ditos, vale recordar que a “reacomodação da linguagem escrita à falada”, citada por Mário de Andrade no trecho acima, não foi apanágio dos modernistas, uma vez que, pelo menos na prosa, essa aproximação já estava praticada por escritores da marca de um Joaquim Manuel Macedo, um Aluísio de Azevedo, um Manuel Antônio de Almeida, um Lima Barreto, para não falar em Machado de Assis, de quem Sousa da Silveira disse “grande escritor, que soube ser ao mesmo tempo clássico, moderno e brasileiro”.



Adotarei aqui, por mais apropriado ao interesse destas observações, a orientação que seguiu o Prof. Raimundo Barbadinho nos

seus trabalhos sobre a norma literária do Modernismo brasileiro, isto é, fixar-me-ei naqueles fatos lingüísticos que são geralmente arrolados como divisor de águas que demarca a tradição e a inovação. Do levantamento que se vai fazer a seguir, patenteia-se a verdade desta afirmação tantas vezes repetida pelo Prof. Barbadinho em referência à norma literária dos nossos modernistas: “mais rebeldia nos gestos que nas obras”.

O primeiro assunto que é trazido à baila nas discussões para mostrar o atraso das normas registradas nas gramáticas escritas no Brasil em relação aos usos dos modernistas, é, sem sombra de dúvida, o da colocação do pronome átono a começar período, do tipo: *Me diga, Te empresto, Se fala*, etc. Ora, a exaustiva pesquisa nos modernistas levada a efeito pelo Prof. Barbadinho revela-nos o contrário da afirmação generalizada, segundo a qual esta prática virou regra na língua literária desses escritores. Assim é que no livro de Oswald de Andrade *Memórias sentimentais de João Miramar* que, segundo o autor, estava fadado a ser “o primeiro cadinho da nossa nova prosa”, só aparece um único exemplo, contra dezesseis de acordo com a tradição. E vale a pena ressaltar que mesmo esse único não é da responsabilidade do autor, e sim do personagem.

A mesma ausência de pronome átono a iniciar período ocorre em *Chuva de pedra*, “o primeiro livro modernista” de Menotti del Picchia e em *Epigramas irônicos e sentimentais* de Ronald de Carvalho.

O caso de Manuel Bandeira é bem interessante: em *Libertinagem*, dos onze exemplos registrados, há seis casos do pronome átono colocado no início do período, contra cinco em obediência à tradição. Mas nas três obras posteriores (*Estrela da manhã, Lira dos cinqüent’anos* e *Belo belo*) este uso inicial do pronome é tão pequeno, que salta aos olhos.

Isolado de seus companheiros é o exemplo de Mário de Andrade, que usou e abusou de posição inicial do pronome átono. No seu afã de sistematização, pretendeu estender essa possibilidade, que realmente ocorre com *me, te, se, lbe, nos, o e a*. Manuel Bandeira, em cartas e

artigos, censurou esse critério do amigo, critério que “em matéria de linguagem tem sido sempre o responsável por tantas regrinhas cerebrinas que afinal acabaram criando este abusivo regime gramatical contra o qual reagiremos” (“Mário de Andrade e a questão da língua”, in *Poesia e prosa*, II, pág. 1214). Continua no mesmo artigo M. Bandeira:

Considero perfeitamente legítimo o emprego da variação *me* no princípio de qualquer período (...) Considero, porém, erro iniciar o período pelas formas oblíquas *o*, *a*, *os*, *as*, ou *se*, com o futuro e o condicional, por não se basearem estes casos em fatos da língua falada, popular ou culta: o povo não diz *O vi*, diz (e muita gente boa também) *Vi ele*, forma que Mário só admitiu quando o pronome é sujeito de um infinitivo seguinte (*Vi ele fazer*): ninguém, nem povo nem pessoa culta, diz *Se diria*. Discuti muito esses dois pontos com o meu amigo, sem que nenhum de nós lograsse convencer o outro. (Ibid., 1213).

Por maior que seja o prestígio de Mário de Andrade e a influência que pudesse exercer nos escritores que o cercavam e nos jovens que, direta ou indiretamente, iriam com ele no futuro acertar o passo, não se pode confundir a língua do combatente mestre paulista com a língua literária do Modernismo brasileiro.

Ainda no terreno dos pronomes pessoais, outro uso que também tem sido apontado como divisor de águas é o referido na transcrição de Manuel Bandeira, isto é, o emprego de *ele* em lugar do tradicional *o* como complemento dos verbos transitivos diretos: *Vi ele* por *Vi-o*.

Quem estuda historicamente a nossa língua, sabe que este emprego era conhecido, em épocas passadas, da norma literária. Aliás um repasse nas ocorrências registradas nas línguas românicas, sem exceção, oferece-nos um quadro que patenteia que os empregos das formas retas e oblíquas dos pronomes, bem como, nestas últimas, das formas átonas e tônicas, não se davam nem se dão com a regularidade

e a precisão com que hoje muitos estudiosos gostariam de que ocorressem. A posição de tonicidade e atonicidade dos pronomes e ainda a relativa distância que estes podem manter do verbo da oração, permitem trocas e formas corretas e correntes em todos os períodos da língua, com correspondência em outros idiomas da família.

É o caso do emprego obrigatório da forma de sujeito do pronome quando, coordenado a um substantivo, funcionam ambos como complemento verbal: “Tendo como base o homem, e, mais ainda, eu como espelho, como posso confiar num sistema diretivo para a comunhão dos povos?” (Adalgisa Nery *apud* Barbadinho, *Sobre a norma literária do Modernismo*, reimpressão, 18).

O exemplo da nossa escritora é similar a este da novela da italiana Gemma Ferruggia: *Il fascino* (1897) “(...) ci aveva molto turbate, Flaminia ed io” (p. 176) ou a este das *Novelas* (p. 61) da espanhola que se escondia debaixo do pseudônimo de Fernán Caballero: “(...) por lo que toca al tío A. y yo”, ambos citados na preciosa *Sintaxe das línguas românicas* de Meyer-Lübke.

É ainda o caso do emprego de pronome reto em função de complemento verbal quando reforçado por *todo*, *mesmo*, *próprio* ou numeral: *Vi todos eles*, ao lado de *Vi-os todos*: “dei um pulo desesperado / e o leão comeu nós dois” (Carlos Drummond de Andrade *apud* Barbadinho, *Sobre a norma*, 18).

Mas convido o paciente leitor a retomar ao início do comentário relativo ao emprego de *ele* como objeto direto, entre os modernistas. As pesquisas de Barbadinho e Lessa mostram que, apesar de corrente, está longe de ser absoluto esse uso e até se dá o fato seguinte: à medida que se sucederam as obras de modernistas e se sucedem as dos contemporâneos, esse uso vai diminuindo a olhos vistos. Nos dias de hoje, vê-se isso claramente nas produções, por exemplo, de um Rubem Fonseca, cujo amadurecimento na arte narrativa vem marcado também por um apuro das construções dentro da boa tradição gramatical.

Curioso é que a reportagem televisiva, felizmente não generalizada, no afã de seguir a todo custo a onda novidadeira que assola os jovens países cuja infância não teve ainda tempo de consolidar um padrão de cultura, emprega às vezes um *ele* por *o* em situações que não reproduzem o falar espontâneo brasileiro e, por isso mesmo, chocam os ouvidos e a sensibilidade do falante nativo.

No uso de *ele* por *o*, cabe, por fim, registrar que, como bem assinalou atrás Manuel Bandeira, Mário de Andrade só acabou admitindo a prática “quando o pronome é sujeito de um infinitivo seguinte”: “Vi ele fazer.” (Ibid., 1213).



Sabemos todos o quanto Manuel Bandeira e Mário de Andrade discutiram questões de linguagem a serem adotadas no texto literário. A correspondência mantida entre eles – hoje só conhecida praticamente a parte ativa do escritor paulista – é um rico manancial de observações úteis a quantos se interessam por língua portuguesa.

Consoante o testemunho de Bandeira, lembrado aqui, Mário só acabou admitindo o uso de *ele* por *o*, ou, generalizando, o emprego do pronome de forma subjetiva pelo de forma objetiva (por isso, também, *eu* por *me*, em expressões do tipo *deixe eu entrar* por *deixe-me entrar*), quando o pronome é sujeito de um infinitivo.

Tal prática é outra construção que, segundo alguns, se consagrou entre modernistas e que, portanto, deve ser incluída no rol das novidades a que se deve curvar a gramática que registra a norma padrão. Todavia não é esta a conclusão a que chegaram as pesquisas dos estudiosos que se debruçaram nos textos dos modernistas. Raimundo Barbadinho ensina que das formas *deixe eu ver* e *deixe-me ver* os nossos modernistas “sem sombra de dúvida, se decidiram em benefício da última das duas” (*Sobre a norma literária do Modernismo*, p. 15).

E, em relação ao escritor paulista citado acrescenta: “Mário – quando sem preocupação de ostentar acintosamente os brasileirismos violentos – não constitui exceção.” (Ibid., p. 16).

O emprego do pronome oblíquo tônico como sujeito de verbo no infinitivo (*O livro é para mim ler por para eu ler*) é plebeísmo assinalado há tempos nos compêndios gramaticais de língua portuguesa. O nosso extraordinário lexicógrafo Morais, nascido no Rio de Janeiro, em sua *Gramática*, escrita em 1802, já assinalava que o correto era, nestas construções, o emprego de *eu* e *tu* em vez de *mim* e *ti*, respectivamente.

Esta construção *para mim fazer*, que estava, entre brasileiros, restrita a classes culturalmente menos favorecidas, hoje se vai alastrando entre crianças pertencentes a famílias mais escolarizadas, talvez por estarem em convivência mais demorada com pessoas de nenhuma ou pouca escolaridade.

Cumpre alertar para que não se confunda esta construção vitanda com outra, aparentemente similar, em que o pronome pessoal está regido de preposição *e*, por isso, deve assumir a forma oblíqua tônica (*mim*, e não *eu*). Tome-se esta frase: *Para mim ler esses relatórios é muito cansativo*.

Vê-se que o *mim* não funciona como sujeito do infinitivo *ler*; este *para mim* pode ser lido com pausa, separado de *ler*, e esta pausa pode ser assinalada por vírgula: *Para mim, ler esses relatórios é muito cansativo*.

A independência sintática em relação a *ler*, além da pausa, pode ser indicada pelo deslocamento do sintagma *para mim*, afastando-se do infinitivo: *Ler esses relatórios para mim é muito cansativo / Ler esses relatórios é muito cansativo para mim*.

O Prof. Barbadinho lembra este exemplo de Rachel de Queiroz, que está nas mesmas condições de nosso exemplo, onde não fere a gramática o emprego de *para mim*: “No momento era impossível *para mim* viajar porque não havia mais navio e em avião não se conseguia

lugar” (Dôra, *Doralina*, p. 12), acerca do qual ensina corretamente o autor de *Sobre a norma literária do Modernismo*: “(...) observe-se que o sujeito deste infinitivo é *viajar*, e que *para mim* se integra na oração *é impossível para mim* (p. 21).

Mas o que nos interessa aqui é saber do grau de aceitação desta prática na língua literária contemporânea. E aí a pesquisa revela-nos que se trata de uso extremamente reduzido, frequência que fica ainda mais diminuída quando se patenteia que, em muitas ocasiões, a construção não ocorre no discurso do autor, mas de seus personagens.

É, portanto, mais um uso moderno que não ganhou foros de cidade para ser agasalhado pela gramática normativa.



Os que insistem na renovação das normas da língua escrita contemporânea apontam como um dos mais fortes alicerces do divisor de águas que separa a tradição da inovação, o emprego de *lhe* por *o* junto a verbos transitivos diretos, como ocorre nas construções “Eu *lhe* vejo”, “Nós *lhe* estimamos”, “José *lhe* convidou para a festa” e similares.

É costume dizer-se que em tais frases se faz uso do pronome *lhe* “como objeto direto”. Na realidade, o assunto está a exigir maior reflexão.

Casos como os acima lembrados não podem, a rigor, confundir-se com construções verbais que, através do tempo, experimentaram mudança na natureza do complemento verbal objetivo. É fato corriqueiro, e as sintaxes históricas o assinalam, que muitos verbos mudaram a natureza do complemento objetivo, isto é, verbos que se construíam com objeto direto passaram a fazê-lo com objeto indireto, e vice-versa, sem nenhuma alteração semântica.

Por exemplo, no português antigo era mais freqüente o emprego dos verbos *perguntar* e *rogar* acompanhados do pronome *o* para refe-

rir-se à pessoa a quem se fazia uma pergunta ou se rogava, e sem preposição o complemento que enunciava aquilo que se desejava saber ou solicitar. Said Ali (*Gramática histórica*) lembra os seguintes exemplos extraídos da *Demanda do Santo Graal* (séc. XIV), dentre outros: Perguntaram-*na* que demandava (p. I da ed. de Reinhardtstoener); Pergunto-*o* se era chegado (p. 35); Pergunto-*o* que homẽ era (p. 37). Rogarom-*no* por deos que lhe dissesse daquele sonho (p. 109).

Se nos restringirmos a Camões, podemos ver um mesmo verbo com complemento objetivo direto ou indireto, sem que se *lhe* altere a significação. Os verbos *perdoar* e *socorrer* estão neste caso; apenas em *Os Lusíadas* vale lembrar que a preferência recai no objeto indireto com *perdoar* e direto com *socorrer*:

Queria perdoar-*lhe* o Rei benigno (III, 130)
(Que desta sorte o quis) *lhe* não perdoam (III, 130)
Levemente *o* perdoa, e foi servido (X, 49)
Que a socorrê-*la* vinha diligente (III, 65)
Vai socorrer o filho, e assi ajuntados (III, 81)
Foi o soberbo Afonso a socorrê-*la* (III, 99)
Este que socorrer *lhe* não queria (VI, 48)

No português moderno, prevaleceu, para *perdoar*, o objeto indireto *lhe* para pessoa e objeto direto da coisa perdoada: Eu *lhe* perdoei a insolência. Perdoei-*lba*.

Não havendo duplo complemento verbal, a pessoa perdoada pode continuar a ser expressa na forma de objeto indireto (*lhe*), ou então de objeto direto (*o*): O ofendido *lhe* perdoou / O ofendido *o* perdoou.

Já o verbo *socorrer* fixou modernamente o seu complemento na forma de objeto direto: As autoridades *as* socorreram.

O fenômeno da mudança de complemento ou da prática indiferente de *o* ou *lhe* com o mesmo verbo numa só época e num só escri-

tor não se dá apenas no português; no mundo românico ou fora dele, repete-se a possibilidade.

Todavia, no caso de “Eu *lhe* vejo”, “Nós *lhe* estimamos”, “José *lhe* convidou para a festa”, não houve mudança na natureza do complemento, e a prova disto se patenteia com a permuta do complemento pronominal por forma nominal, isto é, por um substantivo: “Eu vejo o vizinho”, “Nós estimamos o vizinho”, “José convidou o vizinho para a festa”, todos os complementos constituídos por sintagmas não preposicionados.

Não estamos, pois, diante de mudança de regime verbal, mas de uma nova oposição entre *o* e *lhe*, não mais assentada na oposição complemento objetivo direto × complemento objetivo indireto. Trata-se, aqui, de uma novidade na distribuição de *lhe* aplicado agora à pessoa com quem se fala; nos registros popular e informal, esse *o* (*a*) é desbancado por *ele* (*ela*).

Falando com o ouvinte, diz-se nesses registros:

Então, ontem *lhe* vi na praia.

Pedro, José *lhe* convidou para o baile?

Mas em referência à pessoa de quem se fala, não se emprega *lhe*:

– Pedro, você tem visto o José?

– Não; há muito não *lhe* vejo.

Esse *lhe*, na qualidade de pronome interlocutório, em oposição a *o* (ou *ele*), não assume um compromisso imediato com a transitividade verbal, e, por isso mesmo, aparece tanto junto a transitivos indiretos (*eu lhe escrevo*, *eu lhe falo*) quanto a diretos (*eu lhe vejo*, *eu lhe abraço*, *eu lhe convido*).

Em que circunstâncias, quando e onde nasce esta novidade na sintaxe do português são questões que estão a exigir análise mais minuciosa. Além da possível influência de construções verbais com alternância de *o* / *lhe*, conhecidas de todos os períodos da língua, aponta-se, como lembra Antenor Nascentes (*O linguajar carioca*, 2ª ed., p. 128), a analogia com os pronomes *me*, *te*, *nós*, *vós*, já que todos podem funcionar na frase como objeto direto ou indireto. O mesmo Mestre acrescenta que:

“Desaparecidos *o*, *a*, *os*, *as*, ficou a forma *lhe* dona do campo, sem se precisar apelar para a conservação da dupla sintaxe.”

Todavia, faltam estudos sobre esse “desaparecimento” de *o*, *a*, *os*, *as*; por outro lado, é assaz complexo falar-se em “desaparecimento” dessas formas, quanto elas apresentam, vivas e fortes, as parcerias *ele(s)*, *ela(s)*, na função de objeto direto.

No tocante à expansão territorial desse *lhe*, já a *Gramática* de Antônio Morais Silva declarara: “Eu *lhe* amo, *lhe* adoro, são erros das Colônias”, domínio geográfico que também precisa ser fixado com maior precisão.

A verdade, porém, é que no Brasil é praxe difundidíssima entre pessoas de pouca e média cultura e corre avassaladora na fala espontânea de toda a sociedade.

Está claro que tal uso não passaria despercebido aos modernistas, que utilizariam a sintaxe, mas com uma parcimônia digna de relevo. As pesquisas do Prof. Barbadinho documentam esta parcimônia, “válida ainda com respeito àqueles escritores que se mantiveram insuperáveis em sua fidelidade à linguagem popular, preservada na tradição oral, em toda a sua pureza” (*Sobre a norma*, p. 19).

Este mesmo pesquisador chega a criticar a afirmação de Cavalcanti Proença que, estudando a língua e o estilo de José Lins do Rego, afirmara: “só excepcionalmente *o* e variações aparecem; *o* *lhe* é regra em *O moleque Ricardo*”.

Reexaminando o mesmo romance, Barbadinho chega à conclusão contrária, pois dos noventa pronomes complementos, vinte só atestam o emprego de *lhe* nesta construção, contra setenta em consonância com o uso padrão.

Pelo exposto e se no estabelecimento das normas de uma gramática deve o autor estar atento ao testemunho do corpus pesquisado, pode-se afirmar que nada há que alterar no tocante ao que está estabelecido, na língua escrita padrão contemporânea, para o emprego de *o*, *a*, *os*, *as* como objeto direto e de *lhe* como objeto indireto entre os complementos do verbo.



Um fato lingüístico de que os reformadores da tradição espelhada nas gramáticas normativas fazem estrondosa propaganda é o uso da preposição *em* por *a* depois dos verbos do movimento.

Na realidade é este um terreno assaz delicado de nossa sintaxe ou, para falar com mais propriedade, da sintaxe românica, pois que, ao lado de normas que se foram fixando através do tempo com validade para a língua literária, não se devem perder de vista certas derivas de data latina que refletiam entrelaçamentos, principalmente, das noções de repouso e ponto de partida. Acresça-se a isto a possibilidade de certos empregos estilísticos de que se servem os escritores na hora em que o sistema, dando ensejo a esses entrelaçamentos nacionais, lhes permite variar a expressão e estabelecer sutis matizes semânticos.

Acerca desses entrelaçamentos é de uma extraordinária riqueza de dados, numa exposição cristalina, o parágrafo 433 (da versão francesa) da *Sintaxe* das línguas românicas do suíço-alemão Meyer-Lübke. Os dois maiores sintaticistas da língua portuguesa não desdenharam, em suas descrições, a ação desses entrelaçamentos de noções contíguas. Epifânio Dias, na preciosa *Sintaxe histórica portuguesa* (§

I83, b), referindo-se à possibilidade de a preposição *em* poder indicar o termo do movimento (no sentido próprio e no translato) depois de “verbos e locuções (*entrar*), os verbos que exprimem a idéia de *deixar entrar* ou *fazer entrar*, v.g. *admitir*, *receber*, *deitar* (por exemplo: *vinho em um copo*), *lançar*, *meter*; a loc. *dar com algo*, v.g. *em terra* (...) saltar *em terra*”, e rejeitando, nestes casos, a simples explicação por meio da continuidade ininterrupta da preposição latina *in* com acusativo, ensina: “Designa-se (o termo movimento) não como tal, mas como lugar onde, sendo que se considera prolepticamente, não o movimento, a que se referem aqueles verbos e locuções, mas o estado que se segue àquele movimento.”

Esta lição de Epifânio corre paralela à de Meyer-Lübke, num passo do parágrafo referido acima: “Tout ce qu’*on* pourrait dire, c’est que, chez les Romains, quand il s’agissait d’indiquer le lieu vers lequel tendait un mouvement, l’arrivée et le repos qui la suivait dans ce lieu se seraient représentés à leur esprit avec plus de vivacité que le mouvement exprimé par le verbe lui-même.”

Também Said Ali relaciona certos usos da preposição *em* com a noção de movimento, e chega a declarar: “Menos conspícuo é o emprego de *em* com aceção diretiva; mas é justamente esta tão importante que sem o seu conhecimento não saberíamos explicar a presença de *em* em bom número de locuções” (*Gramática histórica*, 2^a ed., I, p. 244).

Depois desta pequena digressão onde se põem de relevo fatores históricos e estilísticos, percebe-se melhor a visão redutora que atribui a *em* com verbos de movimento uma “característica” do português do Brasil, especialmente um uso dos nossos modernistas.

A meu ver, no momento em que surgiram os entrelaçamentos de noções que circunscrevem a área dos verbos de movimento, faltou a Portugal, como judiciosamente comenta Said Ali, “em tempo oportuno, academia ou estudioso dado ao exame da questão deste gênero, que arbitrasse normas seguras para futuros escritores” (*Investigações filológicas*, p. 79).

Por outro lado, sabemos que na elaboração da língua literária portuguesa – e não é fenômeno isolado – exerceu papel fundamental na hora da escolha o peso da autoridade do latim clássico, o que naturalmente fez prevalecer o emprego de *a* sobre suas rivais mais próximas para as noções aqui estudadas: *em* e *para*. Mas os escritores portugueses da fase dessa elaboração da língua literária, especialmente os prosadores (séculos XVI e XVII), não chegaram a construir um corpo homogêneo que se impusesse idiomáticamente à geração subsequente. Só no século XVIII e no XIX se começou a elaborar, colhendo daqui e dacolá, nem sempre com felicidade e exatidão, a pauta normativa que, acrescida pelo trabalho de investigadores cientificamente mais bem aparelhados, se incorporou aos compêndios dos nossos dias, sem que ainda tenha chegado à exaustão a que tanto aspiram os escritores hodiernos.

É o caso do emprego da preposição *em* com verbos de movimento, dentro da sistematização que a tudo aplicava Mário de Andrade, de que nos fala Manuel Bandeira. Lendo o escritor paulista, de vez em quando topamos com determinados usos da preposição *em* que prejudicam a inteligência perfeita do texto ou cria nele uma ambigüidade. Só se explica pelo seu constante “forçar a nota para focalizar o problema” com a construção do tipo, lembrada por Bandeira:

Manhãzinha

A italiana vem na praia do ribeiro.

“Interpreto – diz este abalizado crítico – que o que se quis dizer no poema é que a italiana veio à praia do Ribeirão para lavar a roupa. Podemos dizer *na praia* ou *à praia*, mas imagino que se Mário não andasse preocupado com a sistematização, teria escrito naturalmente *à praia*, construção que imediatamente excluía a possível interpretação de que a italiana vinha pela praia, ao longo da praia” (*Poesia e prosa*, II, p. 1215).

Apesar da frequência de alguns usos de *em* onde a norma literária insistiria no emprego de *a* (*ir na cidade, chegar na cidade*), a verdade é que não se pode afirmar que estas mesmas predileções têm valor geral. Em Mário de Andrade há a presença, aqui e ali, de construções do tipo *chegar à cidade*, embora seja mais rara *ir à cidade*. Lembra Barbadiño (Ibid., 62) que em *Losango cáqui* e em *Clã do Jabuti* não se encontra nenhum exemplo de *a*, nestas circunstâncias; mas já em *Remate de males* e *Lira paulistana* “as duas sintaxes se equilibram”. Em *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, dos noventa e sete casos existentes, cinquenta e três testemunham a presença de *a* contra quarenta e quatro de *em*. Em *Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, só se registram ocorrências com *a*, enquanto em *Mar morto*, de Jorge Amado, se encontram trinta e seis usos de *a* e doze exemplos de *em*.

Tudo isto sem levar em conta construções fixas de lugar translato do tipo *chegar à conclusão, chegar ao fim, chegado à bebida, ir ao que importa, ir ao jogo, ir à vida, ir à luta* e tantíssimas outras.



O último bastião – *last, not least* – contra o qual irromperam os defensores da “modernização” da gramática normativa com validade para a língua escrita culta, é o emprego do verbo *ter* pelo *haver*, com significado existencial. É este outro caso de sintaxe do português que merece ser estudado no âmbito românico, já que o embate entre *ter* e *haver* pela sobrevivência é um episódio de que o português não tem exclusividade, estando o fio condutor já no latim.

O Prof. Sousa da Silveira (“*Ter* usado impessoalmente”, na *Miscelânea Said Ali*), em artigo de 1938, procurou mostrar alguns fatos lingüísticos que apontavam para a expansão de *ter* sobre *haver*. Realmente cedo *ter* começou a desbancar *haver* em muitos papéis: a) em expressões do tipo *esta terra há nome* para *esta terra tem nome* (hoje *esta terra*

nomeia-se, “chama-se”, “é conhecida pelo nome de”, etc.); b) na constituição de tempos compostos do tipo de *bei feito* (*tenho feito*).

Por outro lado, dispunha a língua de certas expressões paralelas em que *ter* aproximava de *haver* e existir, à semelhança de “há animais na floresta” e “a floresta tem animais” ou de “não há dúvida”, “não existe dúvida”, “não tem dúvida”. Nas *Dificuldades da Língua Portuguesa* Said Ali incluiu excelente artigo sobre *haver* e *ter* onde muitos de seus empregos intercambiáveis são eruditamente estudados e apontados alguns momentos da luta pela sobrevivência travada entre estes dois verbos.

Contava ainda a língua de outros tempos – fato que se colhe com freqüência nas narrações de cronistas dos séculos XVI e XVII – com o emprego do verbo *ter* com sujeito próprio, mas do qual se afastava por tal distância ou era deduzido pelo contexto, que o leitor moderno dele só com muita atenção dá conta. Alguns estudiosos chegam a não perceber esse fato e apontam exemplos do tipo como se fossem testemunhos do *ter* já em função existencial. Citarei inicialmente, como exemplificação mais evidente, este passo de um missionário português que chegou ao Brasil em 1583, Fernão Cardim:

Todo este gentio tem por cama umas redes de algodão, e ficão nelas dormindo no ar; estas fazem lavradas, e como ficão no ar, e não tem outros cobertores nem roupa, sempre no verão e inverno tem fogo debaixo. (*Tratado da terra e gente do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Leite, 1925, p. 166.)

No trecho seguinte a dedução do sujeito já se faz mais caprichosa:

Os Ilhéus distam da Bahia 30 léguas: é capitania do senhorio, sc. de Francisco Giraldes: é vila intitulada de S. Jorge; terá 50 vizinhos com seu vigário; tem três engenhos de açúcar: é terra abastada de mantimentos, criações de vacas, porcos, galinhas e algodões: não tem aldeias de índios, estão muito apertados dos Guaimures, e com eles em contínua guerra; não se estendem pelo sertão a dentro mais de meia até uma légua, e pela costa, de cada parte, duas ou três léguas.

Os nossos têm aqui casa, aonde residem de ordinário seis; tem quatro cubículos de sobrado bem acomodados, igreja e oficinas; está situada em lugar alto sobre o mar: tem sua cerca aprazível, com coqueiros (...) (p. 296).

Vitorioso o uso de *ter* existencial na língua falada espontânea, tentaram os modernistas transplantá-lo para a língua escrita culta, debaixo da responsabilidade da língua do narrador. Antes dos modernistas, tal emprego do verbo *ter* como traço idiomático de personagem não constituía a novidade entre nós, ao lado de outros fatos lingüísticos que os escritores deixavam consignados em suas páginas. Assim é que Machado de Assis põe na boca de Prudêncio dois desses fatos: o *ele* como objeto direto e a preposição *em* com o verbo ir: “É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei *ele* na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir *na* venda beber.” (*Memórias póstumas de Brás Cubas*, 4ª ed., p. 191.)

Sob a responsabilidade do narrador ocorrem entre os modernistas numerosos exemplos de *ter* e *haver*. O fato é tão corriqueiro, que dispensa documentação; todavia, tem toda validade a seguinte afirmação de Barbadinho: “Não se pode negar que esse emprego do verbo não tenha terminado vitorioso, mas daí a se dizer que tenha chegado a suplantar o velho uso canônico (que ainda hoje impera soberano, como passaremos a ver) soaria falso (Ibid., 38).

Passa o mesmo estudioso da língua dos nossos modernistas à documentação: em *Jubiabá*, de Jorge Amado, encontram-se oitenta e cinco ocorrências de *haver* conta trinta e uma de *ter*; Rachel de Queiroz, em *O brasileiro perplexo*, emprega sessenta e oito vezes *haver* e vinte e quatro *ter*; Drummond, em *Alguma poesia*, apresenta dezesseis exemplos de *haver* para onze de *ter*, enquanto em *Memórias sentimentais de João Miramar*, Oswald de Andrade utiliza oito casos de *haver* e três de *ter*.

Só Mário de Andrade é que com muito mais freqüência prefere *ter* a *haver*; mas curiosamente nas anotações à *Gramática secundária*, de Said Ali, põe lado a lado os dois verbos com valor existencial.

Diante da afirmação, na *Gramática secundária*, acerca de verbos impessoais (p. 121): “O verbo *haver* usado com o sentido de *existir* é impessoal”, acrescenta Mário: “Os verbos *ter* e *haver* usados com sentido de *existir* são impessoais” (*A gramatiquinha*, ed. Edith Pimentel Pinto, p. 166).

Em Mário de Andrade o verbo *ter* jamais desbancou totalmente o verbo *haver*. Num conto redigido em 1943, *Nelson*, inserido em *Contos novos*, o autor joga com os dois verbos sem que possa estabelecer um critério seguro para explicar a presença de um ou do outro. Esta ambivalência chega a permitir a coexistência no seguinte trecho:

Olhou em torno e não *tinha* ninguém. Certificou-se ainda si ninguém o perseguia, mas positivamente não *havia* pessoa alguma na rua morta, era já bem mais de uma hora da manhã” (ed. Martins, p. 146-147).

De tudo o que se viu até aqui conclui-se que vários aspectos da norma gramatical que o Modernismo brasileiro – especialmente pelo peso carismático de Mário de Andrade – tentou remodelar e até desbancar, persistiram depois da onda iconoclasta, e que, por isso mesmo, as novas normas não alcançaram a vitalidade que lhes desse foros de cidadania. Nem as realidades da língua falada por si só se entronizam na língua escrita – como supunha o notável escritor paulista – nem as línguas se inovam partindo necessariamente de erros que nela se cometem.

A técnica histórica do falar própria de uma comunidade lingüística – que se reflete, na exposição da gramática normativa – paira acima das revoluções efêmeras das modas e modismos, por mais geniais que sejam os seus criadores.



“Para adiante! Pelo mar largo!
Livrando o corpo da lição frágil da areia!
Ao mar! – Disciplina humana para a empresa da vida!”
Cecília Meireles, “Mar absoluto”.

Cecília Meireles: poeta, centenária

MURILO MELO FILHO

O ano de 2001 foi assaz importante para a inteligência brasileira. No seu dia 7 de novembro, nasceu Cecília Meireles. Há um século, portanto. E em novembro, ela também morreria: dia 9, do ano de 1964, quarenta e oito horas após completar 63 anos de idade. Segundo Drummond, em novembro ela veio e, em novembro, foi-se: “Mulher bela e poeta. Mas principalmente deusa.”

Desde criança, viu-se marcada pela morte: seu pai morreria quando ela ainda estava no ventre materno. E perdera sua mãe três anos depois. Foi uma órfã praticamente completa, íntima da morte desde a sua gestação.

Educou-a a avó, D. Jacinta Benevides, uma vera e legítima açoriana, cujas histórias narradas talvez lhe tenham produzido o influxo ibérico, lusitano, espanhol, ilhéu e oceânico. Sua infância foi perseguida pela orfandade, que influenciaria toda a sua obra poética. Seria escolhida por essa fatalidade até mesmo no casamento com o ilustrador português Correia Dias – pai de suas três filhas Marias (Matilde, Elvira e Fernanda), – um marido que se suicidaria logo em seguida.

Murilo Melo Filho trabalha na imprensa desde os 18 anos. Como repórter político, escreveu centenas de reportagens sobre o Brasil, entrevistou personalidades do mundo inteiro e tem vários livros publicados, entre os quais *O modelo brasileiro* e *Testemunho político*.

Era uma mulher bonita, elegante, com chapéus vistosos, de abas largas, inspiradora de grandes apaixonados, como Péricles Eugênio da Silva Ramos, Carlos Lacerda, José Lins do Rego, Murilo Mendes e Drummond.

Casou-se em segundas núpcias com Heitor Grillo, conselheiro e amigo, um homem importante em sua vida.

Assim como a estrela de Davi, a sua também possuía cinco pontas: Drummond, Bandeira, João Cabral, Vinicius e ela.

Tinha horror a que a chamassem de poetisa. E escreveu: “Não sou alegre, nem sou triste. Sou poeta.”

Dava seus primeiros passos na poesia brasileira quando, em 1922, nascia o Modernismo, que pouco a influenciou, a não ser em esparsas colaborações para a revista *Festa* e na tese “O espírito vitorioso”, publicada em 1929.

Na construção de sua obra, utilizou-se do Simbolismo e do Modernismo, das técnicas gongóricas, classicistas, parnasianas, românticas e surrealistas. Um pouco na linha simbolista de Verlaine e de Rimbaud, dominava ilimitados recursos de métrica. Usou-os todos, sem peias nem restrições.

A poesia ceciliana caracteriza-se, no plano formal, pela riqueza de recursos estilísticos, em imagens que se sucediam umas às outras, num crescendo constante, até atingirem a temática do objetivo colimado. É mística, espiritual, sentida, intemporal, metricamente bem definida:

Quero uma solidão, quero um silêncio,
uma noite de abismo e a alma inconsútil,
para esquecer que vivo – libertar-me

das paredes, de tudo que aprisiona;
atravessar demoras, vencer tempos

pululantes de enredos e tropeços.

Ser tua sombra, tua sombra, apenas,
e estar vendo e sonhando à tua sombra
a existência do amor ressuscitada.

Falar contigo pelo deserto.

Tinha apenas 16 anos de idade, quando escreveu *Espectros*. E depois, *Nunca mais...*, *Viagem*, distinguido em 1938 com o Prêmio Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras, sendo a primeira mulher nela premiada, *Vaga música*, *Mar absoluto*, *Retrato natural*, *Amor em Leonoreta*, *Pequeno oratório de Santa Clara*, *Canções*, *Romance de Santa Cecília* e *Sombra*, reunidos em sua *Obra Completa*.

Em companhia do primeiro e do segundo maridos, viajou muito e dessas viagens advieram “Noturnos da Holanda”, “Panorama folclórico dos Açores, especialmente de São Miguel”, “Poemas escritos nas Índias” e “Poesia de Israel”.

Entre as suas grandes obras está o *Romanceiro da Inconfidência*. Aí, num longo poema, combina história com poesia, criação, folclore, profecia, romantismo, bravura e imaginação, exibindo um mosaico de enorme intensidade, onde traça em pinceladas fortes os vultos de Joaquim José da Silva Xavier, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, o “Embuçado” e outros líderes conspiradores mineiros, que lançaram as sementes da Independência brasileira.

Traduziu muitos poemas e dramas, vertendo para o português a peça castelhana *Bodas de sangue*, de Lorca, encenada em 1965 por Dulcina e Odilon no Teatro Municipal, que ela não chegou a assistir, porque morrera um ano antes, mas que teve num dos principais papéis sua filha Maria Fernanda.

Nos anos 50, quando atingia o auge da glória, Cecília tinha todos os méritos, livros e condições para entrar na Academia Brasileira de Letras. Mas, naquela época, a mulher nela ainda não era admitida, o que só veio a acontecer no dia 4 de novembro de 1977, com a posse de Rachel de Queiroz.

Em diversas universidades americanas, deu cursos sobre a literatura luso-brasileira. Em várias ilhas do arquipélago português dos Açores (São Miguel, Terceira e Pico), há ruas e praças com o seu nome. Em Lisboa, é considerada uma poeta quase portuguesa, sendo aí tão debatida e estudada quanto no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Esta poeta maravilhosa, em novembro de 2001, completou 100 anos do nascimento e 37 anos da morte, legando-nos um imenso acervo de poemas escritos com amor, inspiração, visão, sonho, além de uma poesia e um rastro de luz simplesmente duradouros e inesquecíveis.

Para sempre.

De ícones e dedicações

CARLOS HEITOR CONY

Mais um livro de Marcos Vinícios Vilaça, o brasileiro mais pernambucano de nossa vida pública e, ao mesmo tempo, o pernambucano mais brasileiro que atua em diversos setores culturais e administrativos. Fica difícil colocar um rótulo em Vilaça. Seu amor à literatura só tem equivalente em seu amor ao Estado natal. Modestamente, ele tem orgulho de ser originário do chão doce, melado de açúcar, de Nazaré da Mata – e embora os evangelhos registrem a murmuração segundo a qual “de Nazaré nada vem de bom”, ao lado de Jesus de Nazaré o Vilaça, também de Nazaré, provam o contrário. Não fica bem compará-lo ao Nazareno mas comparado está. Assino embaixo.

Em seu novo livro, Vilaça reúne textos antigos e recentes, que de certa forma compõem parte expressiva de sua vida pessoal e profissional, nesta incluída sua permanente atuação no campo literário. Essa atividade lhe valeu as cadeiras na Academia Brasileira de Letras e na Academia Pernambucana de Letras, que nele encontram o perfil burilado do intelectual capaz de escrever sobre a sociologia do cami-

Cronista, contista, romancista, com mais de trinta títulos publicados, e jornalista desde 1952, redator em vários órgãos da imprensa carioca e paulista, escreve atualmente uma crônica diária para a *Folha de São Paulo*.

nhão, sobre coronel e coronéis e, ao mesmo tempo, dedicar-se aos ensaios técnicos na área jurídica e administrativa, com a competência de quem ilustra, como ministro, o Tribunal de Contas da União, do qual já foi presidente.

Entre os escritos mais recentes, destacam-se as duas cartas a seu filho Marcantonio. Junto a outros textos com o mesmo tema, formam o delicado prefácio do livro que ele agora publica, *De ícones e dedicações*.

Nada se deve comentar a respeito do intermezzo lírico e religioso que mal disfarça um episódio de dor – diante da qual ele e Maria do Carmo, sua mulher, se engrandeceram e mereceram a admiração emocionada de todos.

Atuando em Academias e faculdades, exercendo cargos públicos de relevância, Vilaça nunca deixou de ser o menino de Nazaré da Mata que espiava a vida com a ternura do poeta e a curiosidade do estudioso das diferentes formas da cultura regional e, mais tarde, da cultura universal. É um viajante que pratica com sabedoria e afinco a arte de conhecer-se e conhecer o mundo.

Daí a abordagem em nível superior de aspectos prosaicos do cotidiano, acertando ao alvo com a simplicidade dos que sabem: “Claro que o escritor, antes de produzir, tem que ser.” Uma frase solta num dos seus textos e que poderia ser atribuída a Heidegger ou a Sartre, para citar dois contemporâneos.

Após compará-lo ao Nazareno mais ilustre da História, posso cometer o exagero de colocá-lo ao lado de qualquer filósofo. Basicamente, Vilaça é um escritor, e escritor amarrado às estruturas da terra e do modo de ser pernambucano, brasileiro e universal. Cito-lhe um trecho antológico:

Foi à época do começo do jogo do bicho, da moda das galochas, do jaquetão, do iodofórmio, da pistola Mauser, do soneto, da Emulsão de Scott, do chope, do chuveiro, dos livros de Felisberto de Carvalho, da Loteria

Federal, da Gillette, da Kodak, da injeção – sobretudo contra sífilis –, do cortinado de renda, da substituição do carneirinho pelo velocípede como brinquedo de criança e do presépio pelo Papai Noel.

Difícil – e inútil – destacar neste livro seus pontos principais. Despretensiosa na intenção, a reunião dos diversos textos, conferências, discursos e palestras de Marcos Vinícios Vilaça formam um painel que pode ser considerado a biografia de um tempo e de um homem.

Um tempo que ele sabe captar com a sensibilidade do artista, com a curiosidade do estudioso das coisas todas, com a persistência do amante que escolhe a quem ama. Suas paixões aqui estão, transformadas até mesmo em obsessões, a maior delas a sua pernambucanidade, expressa na admiração por Joaquim Nabuco, Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, João Cabral de Melo Neto, Mauro Mota, Carlos Pena Filho. E prolongada em nortistas e nordestinos que vão do poeta Da Costa e Silva ao armorial Ariano Suassuna, do maranhense José Sarney ao baiano Jorge Amado.

Nazaré da Mata, Recife, Rio de Janeiro, Brasília – tudo se mistura em Vilaça, homem de Deus e do mundo, que vi um dia, a bordo de um avião que ia de Paris a Marselha, com um chapéu especial. Eu o invejei tanto e tamanhamente que, para ficar livre de mim, mandou-me o chapéu de presente.

Vilaça de Maria do Carmo, de Marcantonio, das academias, do Tribunal de Contas, dos amigos que o admiram e que ele sabe admirar com generosidade maior.

OBRAS COMPLETAS

DE

16.7.23

LUIS DE CAMÕES,

CORRECTAS E EMENDADAS

PELO CUIDADO E DILIGENCIA

DE

J. V. Barreto Leis e J. G. Monteiro.

TOMO PRIMEIRO.



HAMBURGO

NA OFFICINA TYPOGRAPHICA DE LANGEFF.

1834.



Parel Teyssier e o teatro de Camões

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

Publico este breve ensaio em homenagem à memória de Parel Teyssier, nascido no dia 12 de dezembro de 1915 e falecido no dia 10 de janeiro de 2002, com 87 anos, em sua casa de Meudon, nos arredores de Paris. Com isso, e na condição de presidente da Academia Brasileira de Filologia, de que ele foi Membro Honorário, quero associar o Brasil às homenagens póstumas que lhe foram prestadas na Europa, sobretudo Portugal e França, pois aqui também os seus amigos mandaram celebrar missa em sua memória, na Igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, Rio de Janeiro. Sobre a importância filológica de sua extraordinária obra dedicada aos estudos de língua portuguesa e literaturas em língua de Camões, basta lembrar os ensaios críticos e exegéticos publicados no volume XXIII dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, em 1987, com mais de mil páginas, onde tive a honra de colaborar com um artigo sobre “As formas lingüísticas nos sonetos de Camões”, merecendo dele uma carta extremamente amável e em que o grande Mestre da Sorbonne se declara

Professor
Emérito da
UERJ, Titular
da UFRJ e
presidente da
Academia
Brasileira de
Filologia.

convencido de que a lírica de Camões (e também o teatro camoniano), ambos os gêneros só podem ser edições críticas devidamente preparadas à luz das lições dos manuscritos da época. E disso deu prova cabal em sua magnífica conferência sobre “As duas versões do Auto de Filodemo”, proferida na V Reunião Internacional de Camonistas, realizada em São Paulo, em julho de 1987, com *Atas* publicadas em 1992.

Sobre o teatro de Camões, matéria pela qual tanto se interessou o saudoso autor de *La langue de Gil Vicente*, tese principal de Doutorado de Estado, publicada em Paris, pela Klincksieck, em 1959, e que terá agora edição póstuma por ele revista, sobre o teatro camoniano, no conjunto da obra do Poeta, bem se sabe que ele foi uma atividade mais ou menos marginal. Dois de seus *autos*, ambos revelando herança vicentina, foram escritos para colaborar em festas de homenagem, como o *Filodemo*, ou festa de simples diversão, em um só ato como *El-rei Seleuco*. A essas duas peças acrescentam-se *Os anfitriões*, sob a inspiração de Plauto. Os textos de *Anfitriões* e *Filodemo* foram impressos e publicados, pela primeira vez, no livro *Primeira parte dos autos e comédias portuguesas*, obra organizada por Afonso Lopes, Lisboa, 1587, ou seja, sete anos após a morte de Camões. Da obra citada se fez uma edição fac-similada com prefácio de Hernâni Cidade e erudita nota bibliográfica de José V. de Pina Martins, Lisboa, 1973. O texto de *El-Rei Seleuco* foi publicado, pela primeira vez, em 1645, no livro *Rimas de Luís de Camões. Primeira parte. Agora novamente emendadas nessa última impressão e acrescentada uma comédia nunca até agora impressa*. Lisboa, Oficina de Paulo Craesbeeck e à sua custa. Observe-se bem a expressão “novamente emendadas”, expressão que não confere ao texto qualquer garantia de fidelidade ao perdido autógrafo. Informe-se ainda que há uma edição separada dos *Autos*, feita por Marques Braga; *Luís de Camões, Autos*, 1928. Há também as conhecidas edições de Augusto C. Pires de Lima e de Francisco Vieira de Almeida. Importante

ainda o ensaio de Luís Francisco Rebello, intitulado *Variações sobre o teatro de Camões*. Lisboa, Caminho, 1980, entre outros estudos.

Em 1944, a primeira edição da obra camoniana organizada por A.J. da Costa Pimpão reproduz os autos e as cartas, que já não aparecem nas edições posteriores de 1953, 1973 e 1994. Hernâni Cidade também editou o teatro camoniano em *Obras completas de Luís de Camões* (1946), na coleção de Clássicos Sá da Costa, em Lisboa. Antônio Salgado Júnior fez o mesmo, em sua edição da *Obra completa de Luís de Camões* (Rio de Janeiro, Aguilar, 1963).

Do ponto de vista da crítica textual, sem desconhecer o trabalho de ilustres estudiosos da obra impressa de Camões, no que se refere ao teatro camoniano, quase tudo está ainda por fazer. O caminho há de ser o mesmo já traçado para a obra lírica: retorno, sempre que possível, aos manuscritos da época para o indispensável confronto de suas lições com as leituras propostas (e incrivelmente emendadas!) pela tradição impressa multissecular, sempre em busca de um texto que se aproxime, tanto quanto possível, dos originais perdidos. Por certo, o caminho aqui será mais curto que o da poesia lírica, já que as atribuições de autoria camoniana para os três *Autos* aqui citados são incontroversas. Portanto, marginalizada a inexistente questão de crítica de autoria, restará a difícil etapa do estabelecimento crítico dos textos com a mesma metodologia adotada para a obra lírica, segundo nossa edição da JNCM, de Lisboa.

A propósito do teatro camoniano, de novo, convém citar aqui a conferência proferida pelo professor Paul Teyssier na V Reunião Internacional de Camonistas, realizada em São Paulo, de 20 a 24 de julho de 1987, com *Atas* publicadas em 1992. Com o título de “As duas versões do *Auto de Filodemo*”, o ilustre lusitanista declara, na p. 420: “... a versão manuscrita deve, logicamente, ser mais fiel ao arquetipo perdido do que a versão impressa.” Como é sabido, o citado *Auto*, de autoria camoniana incontroversa, apresenta duas versões

bem diferentes: uma manuscrita em texto apógrafo, que figura no *Cancioneiro de Luís Franco Corrêa* (1557-1589), de que há uma edição fac-similada (Lisboa, 1972); e outra no texto publicado em 1587 (sete anos após a morte de Camões) no volume intitulado *Primeira parte dos autos e comédias portuguesas feitas por Antônio Prestes e por Luís de Camões e por outros autores* (Lisboa, 1587), de que também há uma edição fac-similada (Lisboa, 1973). No *Cancioneiro de Luís Franco Corrêa*, o texto vem precedido da seguinte indicação: “Comédia feita por Luís de Camões, representada na Índia a Francisco Barreto.” Admite-se que o Poeta tenha chegado à Índia no ano 1553, sendo certo que Francisco Barreto aí foi governador de 16 de junho de 1555 a 20 de janeiro de 1559. Por isso, o professor Paul Teyssier sugere, como hipótese mais verossímil, que o *Auto de Filodemo* tenha sido representado em Goa, no ano de 1555, por ocasião dos festejos comemorativos da chegada do novo governador, ou seja: cinco anos antes da morte de Camões. A versão manuscrita, em texto apógrafo, a ser exata a informação que se lê na portada do *Cancioneiro de Luís Franco Corrêa*, foi “tresladada de papéis” com a letra do Poeta. Em 1587, já morto Camões (1580), aparece a versão impressa acima referida; e isso com a observação de que os “autos e comédias”, agora impressos, foram juntos e emendados por Afonso Lopez, moço da Capela de Sua Majestade e à sua custa. A nota declara que o texto foi emendado por seus editores, não em papéis deixados por Camões. Além disso, o texto também passou pela censura religiosa, sendo um dos censores o Frei Bartolomeu Ferreira, que julgou nada haver na peça “contra a fé e bons costumes”. E daí se conclui que o texto diretamente copiado de um autógrafo camoniano por Luís Franco Corrêa, conforme se lê na portada do *Cancioneiro*, só ele pode ser o texto-base, já que o original (autógrafo) se perdeu. As suas lições, é claro, devem ser confrontadas com as leituras propostas pelo texto impresso e “emendado” por Afonso Lopez, “moço da Capela de Sua Majesta-

de”, visivelmente sem qualquer preparo filológico para tarefa tão delicada. A despeito disso, toda a tradição impressa, até hoje, liga-se à versão publicada em 1587, como se ela fosse digna de fé.

O professor Paul Teyssier submeteu os dois textos a um cotejo minucioso, examinando as variantes de **B** (texto impresso em 1587) em face das lições de **A** (texto manuscrito por Luís Franco Corrêa). E o fez em função de várias categorias, algumas inquestionáveis e outras, ele bem o sabia, discutíveis. Eis as citadas categorias: a) variantes não significativas; b) variantes de línguas que podem ser significativas; c) o testemunho **B** retifica certos erros de **A** explicáveis pelo descuido do copista; d) certas variantes de **B** edulcoram o texto de **A** por motivos religiosos e morais; e) a comparação de **A** com **B** permite restituir o arquétipo; f) diferenças de interpretação difícil; e g) duas cenas em que as diferenças entre **A** e **B** são particularmente significativas.

A nosso ver, a contribuição do professor Paul Teyssier é muito importante, no que estamos todos de acordo. Mas, com o propósito de ser útil, e a seu pedido, fizemos ao Mestre alguns pequenos reparos, em função da metodologia por nós próprios adotada em nossa edição da *Lírica de Camões*. Do nosso ponto de vista, se a crítica é reconstitutiva, o arquétipo deve interpor-se entre o original perdido e a tradição ou transmissão do texto por via manuscrita (apógrafo) ou impressa. Para o Mestre da Sorbonne, arquétipo “é o texto escrito pelo autor” (p. 427). No caso, ao que pensamos, o arquétipo, tanto quanto possível, irá aproximar-se do autógrafo ou original perdido, mas não se confunde com ele. Por isso parece-nos desaconselhável identificar, de pronto, “o arquétipo com o texto escrito pelo autor.” E, por mais rigor que se adote, não se pode garantir que a reconstituição do arquétipo seja exatamente igual ao original perdido. Na melhor das hipóteses, estará próximo dele, mas só isso. E o grande Mestre aceitou a minha sugestão.

Em seguida, pela ordem acima dada, vejamos outros reparos:

- a) Entre as chamadas variantes não significativas, há apenas variantes gráficas e não lingüísticas. No caso, desde que se estabeleçam normas de transcrição textual, “as variantes não significativas” naturalmente vão desaparecer.
- b) Ao nosso ver, todas as variantes de língua são significativas e devem ser analisadas à luz do *usus scribendi* do Poeta, a partir do testemunho da língua de *Os Lusíadas*, obra publicada em vida de Camões e com ele presente.
- c) Será aceitável que uma emenda conjectural possa “retificar certos erros de **A** explicáveis pelo descuido do copista”. No caso, o editor atual do texto poderá concordar ou não com tais emendas propostas por **B**, sobretudo aquelas que decorrem de “certos erros de **A** claramente explicáveis pelo descuido do copista”. Mas não se deve emendar o texto de **A** com base no texto declaradamente emendado de **B**, pois tais emendas não foram feitas por Camões.
- d) Precisa e feliz a observação de que, por motivos religiosos ou morais, certas variantes de **B** – que devem ser recusadas, é claro – suavizam ou abrandam o texto de **A**. Como é evidente aqui o texto de **A** não pode ser alterado em nenhuma hipótese.
- e) Acreditamos que a comparação de **A** com **B** possa ajudar na construção do arquétipo, entendido este como elemento interposto entre o perdido autógrafo do Poeta e a tradição manuscrita e impressa do texto e não como o próprio texto de Camões.
- f) Tais diferenças de interpretação realmente existem. Em relação a elas, caberá ao editor moderno recorrer à teoria da decisão ecdótica, com base em seu juízo crítico (*iudicium*).

- g) No texto de Paul Teyssier, são bem escolhidas as duas cenas em que as diferenças entre **A** e **B** são particularmente significativas, como se pode ver nas páginas 433-436 do texto, em análise que assim termina:

A comparação dos dois textos convenceu-nos da superioridade de **A**. Uma edição crítica do *Auto de Filodemo* deverá portanto basear-se em **A**. Quando a análise crítica o permitir corrigir-se-á **A** por **B** e **B** por **A**, tentando mesmo de vez em quando restituir o arquétipo deturpado tanto em **A** como em **B**. E veremos assim ressurgir o *Auto de Filodemo* num texto muito mais autêntico que há de revelar um lado da arte camoniana que ficou em grande parte escondido durante quatro séculos. A elaboração dessa edição crítica é, a nosso ver, uma tarefa urgente. (Op. cit., p. 436).

Concordamos plenamente com a observação de que a comparação entre os dois textos claramente indica a superioridade de **A** sobre **B**, devendo **A** ser escolhido como textos-base numa edição crítica do *Auto de Filodemo*. Como é sabido, no que se refere à poesia lírica, o princípio geral por nós adotado é o da apuração dos textos à luz da tradição manuscrita, sempre em confronto com a dupla ramificação da tradição impressa (a que vem de RH-RI e a que vem de FS), ao contrário do procedimento até aqui adotado pelos demais editores do texto camoniano, que dão sempre primazia à tradição impressa, esquecidos de que esta decorre daquela. Daí a nossa alegria em vermos que um Mestre da alta qualificação universitária de Paul Teyssier, ao tratar dos autos camonianos, concordou com o ponto metodológico básico por nós proposto para a poesia lírica. Mas, por motivos aqui aduzidos, não aceitamos que se corrija pacificamente **A** por **B**, embora o editor moderno do texto possa concordar, criticamente, com algumas emendas conjecturais propostas por **B** em relação a **A**. É muito discutível emendar-se o texto apógrafo manuscrito com leituras de uma tradição impressa decla-

radamente emendada ou “aperfeiçoada” pelo editor. É claro que a cópia manuscrita (o apógrafo) pode apresentar manifestos erros ou lapsos de transcrição, cabendo então ao editor do texto, com base nos princípios teóricos da crítica textual, tentar corrigir tais erros, após análise crítica minuciosa e centrada, entre outros elementos, no *usus scribendi* do autor e da época. Mas é sempre muito perigoso corrigir o texto manuscrito por um texto impresso, declaradamente emendado ou “aperfeiçoado” pelo editor.

Por fim, diga-se que a conclusão de Paul Teyssier é digna de imenso aplauso: é urgente a elaboração de edições críticas baseadas nas lições da tradição manuscrita em confronto direto e crítico com as leituras encontradas na tradição impressa. E o que se defende para o *Auto de Filodemo* é o que, igualmente, deve ser aplicado ao resto de sua obra. Por isso mesmo, de início, aqui afirmamos que, sem qualquer menosprezo dos trabalhos desenvolvidos por editores do passado, quase tudo está ainda por fazer, no que se refere à edição crítica dos autos camonianos. Tanto assim que o texto de *Anfitriões*, inspirado em Plauto, se encontra num caso mais ou menos idêntico do *Auto de Filodemo*, pois ambos foram impressos, pela primeira vez, na citada edição de 1587. O texto de *El-Rei Seleuco* foi impresso na publicação que da obra camoniana fez Paulo Craesbeck em 1644-1645, aparecendo exatamente no segundo tomo da citada obra, em 1645. De seu conteúdo consta que foi representado em Lisboa, em casa do cavaleiro-fidalgo Estácio da Fonseca, reposteiro de D. João III. Acrescente-se que o *Auto del-Rei Seleuco* remete ao episódio contado por Plutarco, sobre a paixão de Antíoco por Estratônica, mulher del-Rei Seleuco, seu pai. Em suma, os três *Autos* aqui mencionados são de autoria camoniana incontroversa. Portanto, quanto à questão autoral, não há qualquer dúvida. Sendo assim, o critério do duplo testemunho quinhentista incontroverso adotado para a poesia lírica de Ca-

mões aqui não se aplica. Mas as questões de crítica textual são delicadas, como acabamos de ver.

E só nos resta, nesta comovida homenagem ao Mestre Paulo Teyssier, registrar a bondade e a isenção com que aceitou alguns de nossos pequenos reparos, feitos a seu pedido. Os grandes Mestres agem assim.





Capitão-do-mato. Gravura de Rugendas.
Do livro *Voyage pittoresque au Brésil*, 1835.

Dom João VI e a escravidão

PAULO NAPOLEÃO NOGUEIRA DA SILVA

A escravidão esteve presente em toda a História da humanidade: a Bíblia já mostra como José foi vendido pelos seus próprios irmãos, para ser escravo no Egito. Babilônia, Assíria, o antigo império persa, as antigas repúblicas gregas, sobretudo a ateniense e a espartana, e o império romano, não ficaram fora dessa regra: a prática de escravização de povos vencidos nas guerras era consensual.

No século XII o porto de Gênova já vivia atulhado com os navios de países africanos, árabes e negros, que levavam escravos para serem trocados por “outras” mercadorias; assim, a escravidão espalhou-se por toda a Europa, chegando até mesmo à Escandinávia. Longe de ser verdade, portanto, o mito de que foram os europeus que introduziram a escravidão na África.

Deve-se registrar, os “negreiros” – portugueses, franceses, britânicos, norte-americanos, e outros – que iam buscar escravos na África, não tinham de “caçá-los”, apenas os compravam: quando

Paulo Napoleão Nogueira da Silva, Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é professor de Direito Constitucional e de Ciência Política, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

aportavam, a “mercadoria” já estava à sua espera, devidamente providenciada pelos chefes e sobas tribais. Há relatos fidedignos e circunstanciados, inclusive, de que os “exemplares” rejeitados pelos compradores negreiros na negociação de venda e compra, eram em seguida cobertos com mel e amarrados junto ao solo – ao lado de formigueiros de uma terrível espécie carnívora – para serem devorados, por prestáveis.

A verdade é que, como relata o historiador africano Sékéné Mody Cissoko, no império do Mali, assim como no do Gao, as propriedades dos príncipes e dos ulemás eram trabalhadas por escravos reunidos em colônias agrícolas; até mesmo os “askiyas”, grandes proprietários de terras, tinham seus campos cultivados por escravos sob a vigilância de um capataz, o “fanfa”. Outro pesquisador e historiador africano moderno, Jan Vansina, relata que no reino de etnia banto do Kongo havia uma aristocracia cujos campos agrícolas eram cultivados por escravos, e que também na nação nagô a escravidão era corrente e costumeira.

Entretanto, há mais a dizer sobre o mito. Havia grande conexão comercial de seres humanos entre o reino do Daomé e a Bahia: tratava-se de uma intensa relação direta, e altamente lucrativa para os dois lados. Os africanos escravizavam outros africanos para vendê-los em prática regular – não, apenas, circunstancial – aos negreiros; os baianos os compravam porque deles necessitavam para que sua economia funcionasse. O tráfico em si mesmo era um grande negócio, demandando vultuosos investimentos e gerando grandes lucros.

Em suma, a África não desempenhava um papel passivo na escravidão, ao contrário: como relata o pesquisador Manolo Florentino (*De costas negras - Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*) o papel da África nesse tráfico era sobretudo ativo, gerou riquezas, sedimentou divisões sociais, e produziu ou consolidou formações “estatais”.

Os nagôs (iurubás) e o Daomé disputavam a exclusividade da venda e exportação de cativos para o Brasil, com seus reis enviando embaixadas oficiais a Portugal e à Bahia para tratar do assunto. Entre 1750 e 1811, chegaram à Bahia quatro embaixadas do Daomé, duas da atual Lagos, na Nigéria, e uma de Ardra (Porto Novo). Em 1750, os representantes do rei Tegbessu apresentaram o então vice-rei do Brasil, Conde de Atouguia, com quatro escravas negras de espetacular formosura, três das quais acabaram no serviço da rainha de Portugal.

Em 1795, os embaixadores daometanos enviados pelo rei Agonglô propuseram ao governador da Bahia, Fernando José de Portugal, a exclusividade do comércio de escravos em Uidá, o que foi rejeitado. Em 1805, o rei daometano Adondozan voltou a insistir na proposta, o que igualmente foi recusado.

É preciso ter em mente, além de tudo, que muitos libertos da Bahia retornaram à África para tornarem-se traficantes, como João de Oliveira, que passou 37 anos operando no comércio negreiro na Costa do Marfim.

De lembrar, ainda hoje a escravidão é abertamente praticada em países como a Mauritânia, o Mali, Costa do Marfim e outros Estados africanos, além de em alguns emirados do Golfo Pérsico; em alguns destes últimos, ainda é possível encontrar pequenos entrepostos – mercados – de escravos. Recentemente (2000), a grande imprensa paulista publicou vasta matéria com depoimento e fotos de uma escrava da Mauritânia, na qual ela dizia que uma vez por ano o “senhor” a procurava para gerar mais um filho – escravo ao nascer – que aumentaria o seu patrimônio.

De outro lado, deve-se lembrar que a escravidão não era apenas negra, nem o escravo vivia necessariamente acorrentado. Ao contrário, a escravidão incidia em todas as raças – o escravo, em tese era presa de guerra – e a vida dos escravizados em regra era

normal, embora integrados ao patrimônio de quem lhes detinha a “propriedade”.

Miguel de Cervantes, autor do imortal *Dom Quixote de la Mancha*, era oficial da marinha espanhola, numa batalha vencida pela esquadra turca no Mediterrâneo. Aprisionados os navios espanhóis que se renderam e sobraram da refrega, o almirante turco subiu a bordo de um deles, e escolheu alguns homens que passariam a ser seus escravos pessoais, dentre eles Miguel de Cervantes; os demais foram passados a fio de cimitarra, o sabre turco.

Durante mais de uma década Cervantes foi secretário executivo, contador, pagador e recebedor do almirante; quando este morreu, deixou em testamento a liberdade do espanhol, um pedido ao sultão para que lhe concedesse um salvo-conduto a fim de poder voltar à Espanha, e uma soma em dinheiro para que pudesse recomeçar a vida. De volta ao seu país, Cervantes escreveria o romance épico, além de outros.

Com tais relatos, *não se está aprovando a escravidão, mas somente constatando que ela sempre existiu*, e não foi um problema do Brasil ou da monarquia. Aliás, atualmente ela continua encontrável em fazendas brasileiras, sobretudo nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Maranhão e Pará. Funciona através do sistema de ‘escambo’, no qual o trabalhador escravizado é *obrigado* a comprar seus mantimentos no armazém do fazendeiro, disso resultando que sua manutenção é sempre mais cara do que o salário que receberia; em consequência, fica ele impedido de deixar o trabalho enquanto não pagar a “dívida”. Os “seguranças” da propriedade fazem o mesmo papel que o dos antigos “capitães-do-mato”, para impedir que os “devedores” fujam.

A propósito, caberia indagar se o Poder Público age, na atualidade, para coibir tais violência e abusos. Com certeza, age; mas, à medida que representantes do Ministério do Trabalho e de outros órgãos

“libertam” os cativos de uma fazenda, quando há denúncias, outros já estão sendo aliciados e recrutados para a mesma ou outra propriedade. O que, afinal, mostra que o desejo de escravizar – ou seja, dispor de trabalho alheio sem paga, a troca de comida – continua presente à natureza humana. Apenas no que a imprensa noticiou, no ano de 2000 foram “libertados” pelas autoridades cerca de seiscientos indivíduos em tais condições; e no primeiro semestre de 2001, o número já chegava a outro tanto.

É claro, presentemente há movimentos negros em nível mundial pleiteando “indenização” pela escravidão, como se estivesse ao alcance de alguém passar um apagador no passado. Trata-se da velha e prejudicial mania de banir a realidade registrária e reescrever a História, como se o Homem de hoje fosse superior ao de ontem. Tal método, aliás, com outros objetivos foi realizado pelo regime republicano brasileiro – no seu afã de desmonte da História anterior a ele – nas suas três primeiras décadas, assim como fizeram Lenin e Stalin no início da antiga União Soviética, e outros: até imagens de pessoas foram apagadas de fotos oficiais, ou substituídas pelas de outras.

Esses aludidos movimentos têm sido impulsionados, sobretudo, por países africanos: alegam – com razão a não ser descartada de plano – que o quadro atual que apresentam teve causa no fato de seus mais aptos homens e mulheres haverem sido retirados à força durante trezentos anos, a partir do século XVII, para serem escravos em outros países. Em consequência, pleiteiam o perdão de sua dívida externa pelos países ricos.

Deve-se convir, o perdão da dívida externa de tais países, e de outros, parece medida até mesmo ética, independentemente da escravidão que vicejou no passado: a escravidão *econômica* de hoje tem efeitos tão nocivos – se não, mais nocivos e impeditivos de desenvolvimento – quanto aquela. Na verdade, o cruel sistema financeiro interna-

cional permite concluir, ainda que qualquer país devedor pague pontualmente as parcelas de sua dívida, os juros que se acumulam – o “serviço da dívida” – faz com que esta sempre aumente: é uma variante do “escambo” praticado ainda hoje nas fazendas do interior brasileiro.

De qualquer modo, portanto, o perdão necessário das dívidas externas não parece estar relacionado com o ‘passar apagador’ no passado. Mas, existe um relatório em elaboração por um representante do Senegal, na Organização das Nações Unidas, visando tal reparação econômica, que também foi recomendada na Conferência contra o Racismo, em Durban, África do Sul, 2001; naturalmente, reparação *aos países*, e não aos descendentes de escravos, o que seria impossível precisar.

Nos Estados Unidos a separação era *quase* total entre brancos e negros, mas Thomas Jefferson teve filhos com uma escrava; hoje, seus descendentes de sangue negro comparecem junto com os de sangue branco ao memorial do “Fundador” e autor da “Declaração de Independência”. Por isso, os governos norte-americanos vêm adotando as chamadas “ações afirmativas”, destinadas a criar facilidades, nos mais diversos campos de atuação, aos descendentes de escravos.

Em virtude da miscigenação, de que se falará adiante, é praticamente impossível dizer quem é ou não descendente de escravos no Brasil: mais de 30% da população brasileira têm algum percentual de sangue negro, inclusive aqueles que se acreditam brancos. Diante disso, ultimamente o governo brasileiro vem declarando – ainda não houve notícia de providências concretas – a criação de estímulos e subsídios aos “quilombolas”, os historicamente residentes e remanescentes de antigos quilombos.

A aludida promessa do governo brasileiro, no entanto, fere o princípio da igualdade (art. 5º, *caput*, da Constituição), na medida

em que dá tais estímulos e subsídios a alguns, localizáveis, mas não à maioria da população descendente de escravos. Além disso, os índios também foram escravizados, a despeito da proibição do rei Dom José I, e a maior parte da população brasileira também tem sangue índio: as escravas negras só chegaram a partir de meados do século XVII, antes a miscigenação se fazia com as índias. E apesar dessas evidências, no entanto, nada cogitaram as autoridades governamentais sobre ajuda aos descendentes de escravos índios.

De qualquer modo, é importante notar que no Brasil de até 1888, a escravidão não foi muito diferente daquela relatada anteriormente, por exemplo, quanto a de Miguel de Cervantes. Exceto nas fazendas de Minas Gerais e nos engenhos de açúcar do Nordeste – consta terem sido os mineiros e nordestinos os mais repressivos e desumanos senhores de escravos – a vida destes tinha algumas características de normalidade; como deram conta, aliás, Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre em suas obras, este último na sua antológica *Casa-grande & senzala*.

Além de tudo, havia a já referida miscigenação: o português dormia uma noite com sua mulher, na “casa-grande”; duas ou três com as escravas, na senzala; e ainda reunia forças para “deitar-se” na roça com as índias escravizadas, durante o dia. Como os africanos só chegaram ao Brasil a partir de 1650, disso resultou que o maior percentual dos brasileiros, na atualidade, tem sangue índio; o segundo maior tem sangue negro, e só um pequeno percentual tem sangue exclusivamente branco, europeu, nisso não considerado percentual de sangue amarelo, o japonês e coreano.

A propósito da escravidão no Brasil, alguns fatos merecem ser lembrados.

O príncipe africano Oba II, vendido por seu vencedor aos negreiros, chegou ao Rio de Janeiro com centenas de “patrícios” seus cati-

vos, da mesma etnia. Não se sabe ao certo como foi alforriado; mas o foi, e instalou sua corte. Todos os meses visitava o imperador Dom Pedro II, que o recebia com deferência.

Numa viagem a Salvador, o mesmo Dom Pedro II foi cumprimentado por uma mulher de raça negra, já de seus sessenta anos; apresentando ao monarca outra mulher com seus quarenta anos, ela disse: “Esta, é irmã do sinhô imperadô, por parte de pai”. Pedro II quis saber da história, e ela contou.

Quando Dom Pedro I foi à Bahia, essa senhora negra era escrava, fazia e vendia acarajé, abará e vatapá no tabuleiro, por conta do seu senhor, que lhe dava uma pequena comissão no produto do negócio. Pedro I passou pelo tabuleiro, e diante da beleza da escrava, chamou-a para ir ter com ele onde estava hospedado; ela foi, e desse encontro resultou a filha que então apresentava a Pedro II.

Contou ela, ainda, que Pedro I comprara sua liberdade, e mais uma pequena casa para sua moradia; depois, ela tivera de vendê-la. O imperador Dom Pedro II abriu-se num largo e raro sorriso – não era homem de grandes manifestações emocionais – e deu um abraço em cada uma, mãe e filha. Em seguida, chamou seu ajudante de ordens e determinou que do seu próprio bolso fosse comprada nova casa para as duas.

Há mais a registrar, porém, sobre como era praticada a escravidão no Brasil.

Uma princesa africana, também vinda como escrava, conseguiu sua alforria e mudou-se para o atual Estado de Mato Grosso do Sul: instalou ali seu próprio reino, com alguns milhares de súditos, e ela mesma tinha dezenas de escravos negros. Aliás, relembre-se, também no quilombo de Palmares, Zumbi e outros tinham seus escravos.

A escrava Josefa de Santana, vinda da Costa do Marfim, com suas economias comprou a alforria e mais três roças. Terminou

seus dias num palacete de nove quartos no Largo do Tamarineiro, Salvador, com doze escravos; deixou cerca de quinhentos descendentes, obviamente livres. Isso, sem contar Chica da Silva, cuja história é conhecida.

Sobre tal realidade, isto é, de como se processava a escravidão na maior parte do Brasil, nos dá farta documentação a obra *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (cf. referência na bibliografia deste livro), mostrando como negros, ex-escravos, se tornaram homens de negócios. Igualmente, Hebe Maria Mattos de Castro, no seu *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravagista do Brasil século XIX*, igualmente referido na bibliografia deste livro, documenta o número de ações judiciais movidas por escravos contra seus senhores, por maus-tratos, e julgadas procedentes pelas instâncias inferiores, com decisão confirmatória de tais sentenças pelo Supremo Tribunal de Justiça do Império, o antecessor do Supremo Tribunal Federal.

A propósito de negros que não eram escravos, e seus filhos e netos, deve-se lembrar – além da existência de alforria, que era ato jurídico privado – as leis do “Ventre livre” e dos “Sexagenários”, que lhes asseguravam o ingresso na sociedade em geral.

Deve-se notar que até mesmo títulos de nobreza muitos receberam, além de ocuparem altos postos do Império: dentre outros, o Barão de Guaraciaba – negro retinto – que se tornou homem rico, era provedor-mor da Santa Casa de Valença, e tinha seu imenso palácio defronte ao Palácio Imperial, em Petrópolis. Hoje, o palácio do Barão de Guaraciaba abriga a Câmara Municipal petropolitana. Mas, não só: Francisco Gê de Acayaba Montezuma era o Visconde de Jequitinhonha, e em mais de um gabinete foi Ministro de Estado do Império.

Referência especial, sobre o assunto, merece João Maurício Wanderlei, Barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Mi-

nistros (o primeiro-ministro de então). Negro, no entanto era escravocrata, e com as competências do seu cargo por diversas vezes “esvaziou” as providências da Princesa Isabel em prol da libertação, quando estava ela na Regência. Para poder remeter ao Parlamento o projeto da Lei Áurea, a Regente precisou demitir o primeiro-ministro.

É de ser referido: em sua primeira viagem aos Estados Unidos o Imperador Dom Pedro II manifestou ao presidente norte-americano sua estranheza diante da separação entre brancos e negros num país em que já fora abolida a escravatura; enquanto que no Brasil, onde ela ainda vigorava – a abolição não dependia dele, mas de ato da Assembléia Geral, antecessora do atual Congresso Nacional – inexistia tal separação.

A propósito, não se pode esquecer um baile comemorativo de alguma data importante, com a presença da Princesa Isabel e de seu marido, o Conde d’Eu. O casal abriu a noitada, dançando sozinho no meio do salão, os demais convidados assistindo; depois, a música parou, a princesa e o marido sentaram-se nos lugares de honra, duas cadeiras de espaldar alto sobre um estrado.

Quando a orquestra recomeçou, um mulato quase negro, bem vestido e polido, dirigiu-se a uma das damas, convidando-a a dançar; sequer recebeu resposta. Para a convidada, era como se não houvesse pessoa alguma à sua frente. A Princesa Isabel percebeu, e cochichou no ouvido do marido. O Conde d’Eu levantou-se, foi até o mulato e lhe disse: “Minha mulher gostaria de dançar: o senhor poderia nos dar a honra de tirá-la?”. E assim, a Princesa Imperial herdeira do trono, Regente do Império, dançou várias vezes naquela noite com o mulato rejeitado por uma dama que hoje se diria “socialite”.

A origem da inexistência de separação, no Brasil, convenha-se, deveu-se à natureza dos colonizadores portugueses, passada aos

seus descendentes brasileiros. Tanto que, nas línguas africanas havia – e, ainda há – um termo para distinguir “europeus” e outro para distinguir “portugueses”: pela diferença de comportamento entre ambos em relação aos negros, os povos africanos faziam distinção.

De qualquer modo, a tradição portuguesa, ao contrário do que erroneamente foi passado à História, não era simpática à escravidão: já no início de seu reinado, meados do século XVIII (Alvará de 1761), Dom José I extinguiu-a no território metropolitano de Portugal; por outro alvará (1773) estendeu a abolição aos arquipélagos dos Açores e da Madeira. E tentou fazer o mesmo nos demais Estados da monarquia portuguesa, inclusive no Brasil; porém, fora do território metropolitano foi “peitado” pelas exigências das economias locais, todas elas baseadas no trabalho sem salário.

Deve-se notar, no espaço de cinquenta anos a partir do ato de Dom José I, todos os países aboliram a escravatura; mas, nos que tinham o que hoje vulgarmente se denomina “colônias”, o problema foi idêntico: as economias locais reagiram, e a abolição não pôde se consumir.

Assim, por exemplo, apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, a França só pôde extinguir a escravidão no seu território continental, mas não nas Antilhas Francesas e outras possessões: a cultura canavieira e a conseqüente indústria do açúcar resistiram, impedindo que o governo de Paris levasse a libertação dos escravos até elas. Tanto que a Assembléia Nacional Constituinte francesa viu-se forçada a recuar, excluindo das colônias e possessões a vigência da “Declaração Universal”. O mesmo ocorreu mais tarde com o Haiti, politicamente independente mas sob dominação econômica norte-americana; e com as colônias hispânicas do Caribe.

A maioria dos países que tinham colônias ou possessões, reitere-se, num primeiro passo só pôde abolir a escravatura no seu próprio território, não nos daquelas, em virtude de o sistema local de produção estar baseado no braço escravo.

A questão, portanto, resumia-se a um só aspecto: *trabalho sem salário*. O restante era consequência, inclusive a “propriedade” sobre os escravos: afinal, comprava-se e vendia-se uma espécie de “máquina humana de trabalhar”, cuja atividade não tinha outro custo senão a alimentação e, em certos países – entre eles o Brasil – os remédios e cuidados com a saúde da “máquina”. Além disso, a “máquina humana” produzia outros lucros: os filhos de escravos, ou seja, novos escravos.

Sendo a escravidão um instituto jurídico protegido pela ordem estatal, não havia necessidade de correntes ou algemas para prender os cativos: os que fugissem seriam perseguidos, recapturados e punidos pelos meios e aparatos legais, e devolvidos aos seus donos; essa era, no Brasil, a função dos “capitães-de-mato”, que chefiavam as buscas aos escravos que escapavam e se embrenhavam nas florestas.

Foi o que ocorreu – a punição – por exemplo, com os do quilombo de Palmares e muitos outros, como os da cidade fluminense de Vassouras. Certamente, não teria passado pela cabeça de Miguel de Cervantes fugir do domínio do almirante turco: igualmente, não teria ido muito longe.

Vindo da metrópole portuguesa onde desde algumas décadas já não havia escravos, e encontrando a escravidão no Brasil, no entanto, o Rei Dom João VI jamais acreditou nela, quer como regime jurídico, como situação social e humana, ou como solução adequada para a economia. São notórios, historicamente, os seus esforços para “esvaziá-la” de forma natural.

Sobre a atuação do monarca nesse campo, valem alguns registros. Recém-chegado, proibiu a marca de ferro quente que identificava o proprietário do escravo – como ainda hoje se faz com o gado – e tomou outras tantas medidas em defesa dos cativos, a tal ponto que os negros passaram a cantar pelas ruas do Rio de Janeiro uma cantiga que dizia: “*Nosso sinhô chegô, cativoiro acabô*”.

Dom João começou a tomar providências para substituir o trabalho escravo pelo assalariado, e mais precisamente dando recompensa em posses e propriedade. Com esse intuito, tratou de trazer famílias européias para as lavouras brasileiras. Para tanto, precisou revogar antigas disposições que proibiam aos estrangeiros terem propriedade de terras no Brasil (Decreto de 25 de novembro de 1808). Além disso, também antes anotado, livrou todos os agricultores de execução judicial e de recrutamento para o serviço militar.

Ainda mais, o Regente, e depois Rei, mandou demarcar terras de lavoura para os índios, dando plena execução a uma disposição de Dom João III, que proibia a escravização dos silvícolas. Tantas foram suas providências contra a escravidão, que mereceu do Imperador da Áustria-Hungria uma carta, da qual há cópia no Arquivo Nacional (Coleções de Documentos Históricos em Reprodução Fotográfica), cujo resumo declara Dom João “*ter feito jus à gratidão das nações por haver proclamado o princípio da abolição do comércio de escravos, aderindo, assim, às idéias expostas e defendidas nas conferências internacionais de Aix-La-Chapelle, onde se consumou a pacificação da Europa e se assegurou a sua prosperidade, mas onde se deixou de realizar uma aspiração geral: a extinção total desse tráfico*”.

Dom João lançou a Carta de Lei de 8 de junho de 1815, a Circular de 17 de fevereiro de 1817, outra Carta de Lei de 8 de novembro de 1817, mais uma em 9 de dezembro de 1817, o Decreto de 9 de

outubro de 1819, e outro a 13 de janeiro de 1820, todos reprimindo o tráfico negreiro e a escravidão.

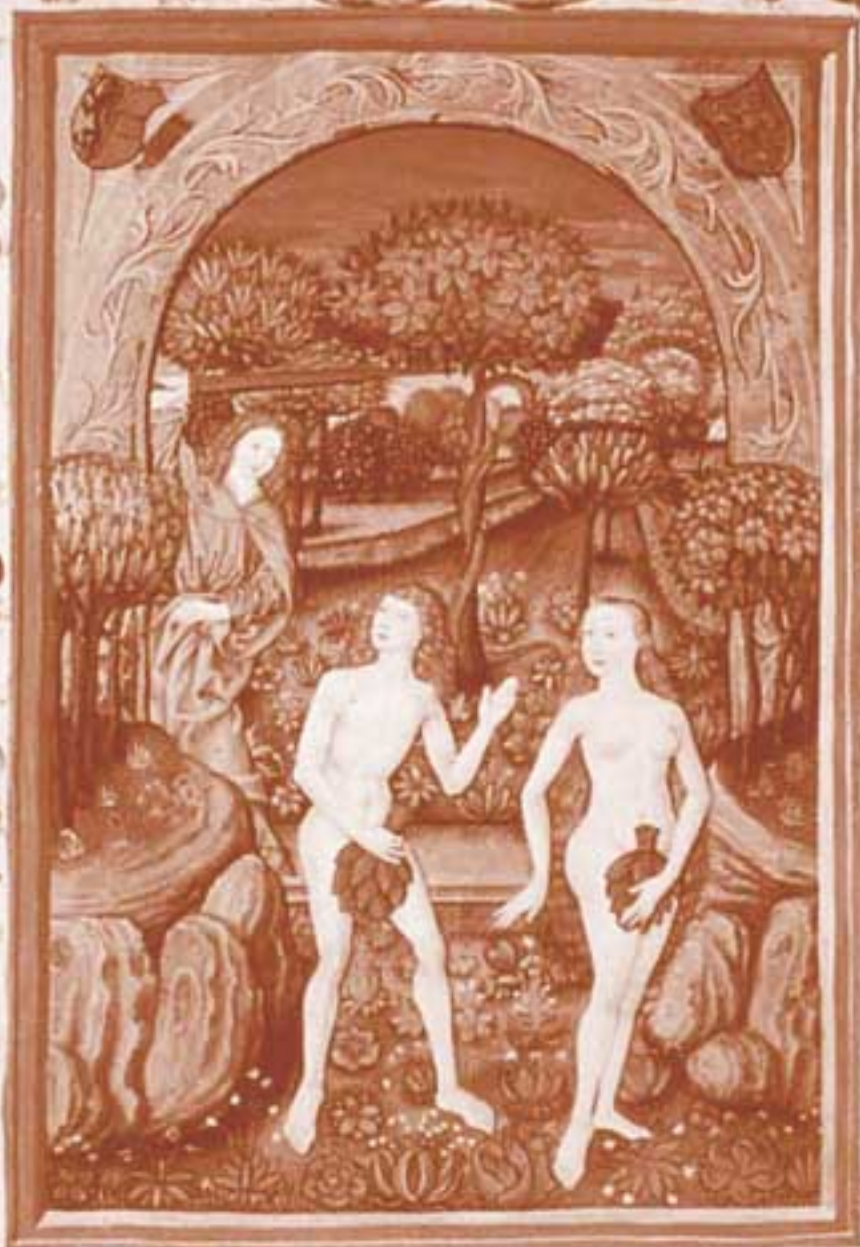
Com certeza, tudo isso influenciou bastante nas concepções de seu filho Pedro, que tinha grandes afinidades com o pai: enquanto Imperador do Brasil, dependendo das votações da Assembléia Geral, escrevia – sob pseudônimo – artigos contra a escravidão na *Gazeta Fluminense*, formulando propostas para extirpá-la sem prejuízo à economia; e na madrugada de sua morte, na “Carta aos Brasileiros” que ditou à Imperatriz D. Amélia, destaca-se o trecho em que disse ser a escravidão *“um mal e um atentado contra os direitos e a dignidade da espécie humana, mas as suas conseqüências são menos danosas aos que padecem o cativo, do que à Nação cuja legislação admite a escravatura. Há um cancro que devora sua moralidade”*.

Enfim, o Rei Dom João VI foi um constante adversário da escravidão. Mas, não se pense que por ser rei absoluto podia tudo: seu mister de governar não excluía a prudência e a sagacidade – virtudes das quais era extraordinariamente dotado – nem a ponderação de interesses ligados à economia do país, de levá-los em conta nas suas decisões.

Além de tudo, tinha ponderáveis dificuldades internacionais a considerar: seus próprios plenipotenciários ao Congresso de Viena, por exemplo, aconselhavam-no a agir com calma e moderação, sendo preferível tergiversar e não se lançar de peito aberto contra o tráfico negreiro. Afinal, negreiros havia-os norte-americanos, ingleses, franceses, espanhóis, até suecos, e todos tinham seus respectivos interesses representados por seus países no Congresso. Um *lobby*, portanto, e de potências contra as quais não era de bom alvitre agir, tudo muito claro na “mídia” da época.

Acrescente-se, normas legais sempre foram burladas ou “dribladas” por tais interesses, quando contrariados, ao longo de nossa História. Assim, por exemplo, os construtores de navios

criaram fundos falsos para os negreiros, de modo a esconder a “carga” quando da fiscalização e vistoria dessas embarcações pelas autoridades; e também, obviamente, foi criado o instituto da propina, a fim de que estas fizessem vista grossa à aludida carga. Mas, o Príncipe Regente e depois Rei, fez tudo o que estava ao seu alcance para combater a escravidão; naturalmente, não podia mudar a natureza humana.



Adão e Eva expulsos do paraíso terrestre
Miniatura de um missal (c. 1482)
Munique, Bayerisches Staatsbibliothek.

Lúcifer, sexo e pecado original

JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENNA

Falando teologicamente – prestem atenção, pois raramente falo como um teólogo: foi o próprio Deus que, ao final de sua obra, deitou-se como uma serpente sob a Árvore do Conhecimento. Foi assim que Ele se recuperou de ser Deus. . .

Nietzsche em *Ecce Homo*: “Além do Bem e do Mal”

É o sexo algo pecaminoso? Seria, como pensam alguns teólogos radicais, o próprio cerne da Falta Original? Ou será ele, pelo contrário, o que explicita o espírito libertário do romantismo moderno, um elemento maravilhoso de nossa vida em louvor do qual versos ditirâmbicos devem ser cantados e hinos de triunfo tocados pela liberdade que, nesse terreno tão sensível, tão relevante de nossa existência, estamos adquirindo, mercê dos novos costumes e novas técnicas que a modernidade nos proporciona? Êxtase ou pecado, em suma? Ou ambos?

J. O. de Meira Penna, Diplomata, foi embaixador do Brasil em Lagos, Israel, Chipre, Oslo, Islândia, Quito e Varsóvia. Professor universitário, membro da Academia Brasileira de Letras. Autor de inúmeras obras, entre as quais: *Política externa, segurança e desenvolvimento* (1967), *O Brasil na idade da razão* (1980), *A ideologia do século XX* (1985), *Utopia brasileira* (1988), *Decência já* (1992).

Para introdução ao problema da revolução sexual moderna, conveniente me parece, por conseguinte, uma rápida incursão em torno do conteúdo moral que a Bíblia, o livro por excelência de nossa civilização ocidental, concede aos fenômenos do sexo e da reprodução, assim como à instituição do casamento. Configura a consciência humana um poder independente na economia do Universo. Acredito, na verdade, que o Pecado Original mais corretamente deve ser localizado no Orgulho, a *Superbia* dos teólogos, que inspira o homem na rebelião e na desobediência, sendo o próprio pecado do Diabo. É o preço que pagamos pela liberdade de conhecer o Bem e o Mal. O sexo, ao contrário, é positivo porque, claramente, sem ele não se reproduziria a espécie e o próprio Cristo o abençoou nas Bodas de Caná.

Em seu ensaio *Sobre o sentido da psicologia para o homem moderno*, Carl Gustav Jung afirma o seguinte: “A invenção da consciência constitui o fruto mais precioso da Árvore do Conhecimento.” É a consciência a própria luz que procede de Lúcifer, o reflexo de Deus em nós, na reprodução diária da Criação em toda alvorada, na ação, no comportamento ético (do grego *ethos*, “usos, costumes, caráter”) ao correr do dia. O que surge do simbolismo arquetípico do sexo como tal, é uma imagem, forçosamente ambivalente — a qual se desenha já nos capítulos 2 e 3 do Gênese. Ao comer da fruta da árvore do conhecimento do Bem e do Mal, adquirem Adão e Eva a liberdade de escolha — este o ponto fundamental. Lúcifer é aquele que nos “traz a luz”. Ele nos faculty o conhecimento claro do Bem e do Mal. Sem ele, de fato, não haveria a possibilidade de escolha, não haveria alternativa para a Inconsciência, não haveria liberdade. Marco inicial de nossa existência como seres morais em perene alternativa ética, é isso o que importa em sentido metafísico: somos concebidos no ato sexual e, automaticamente, já condenados à morte. Mas conquistamos a liberdade e, através do sexo, foi-nos granjeado o poder de criar um novo ser. Herdeiro

de nossa constituição genética, velha de cinco bilhões de anos, este novo ser que geramos é absolutamente original na própria estrutura do Universo! Não será isso justificação para o orgulho? Não é por esse motivo que somos tentados, de onde surge a *Superbia*?

Informa-nos o Gênese (em hebraico *Bereshit*, o primeiro livro do Pentateuco), que a serpente luciferiana induziu Adão e Eva a comer da fruta do conhecimento com a promessa que, ao fazê-lo, “vossos olhos se abrirão e sereis como Deus (*Elohim*), versados no Bem e no Mal”.¹ Tornam-se nossos avós, por conseqüência, moralmente livres e como que divinizados. Agostinho irá reconhecer a promessa que não é apenas do demônio, e como tal mentirosa, mas do próprio Onipotente quando nos informa: “Deus deseja vos fazer Deus”... A “abertura dos olhos” não apenas proporciona à Humanidade uma consciência de seu ser profundo, autêntico, íntimo – na ausência de qualquer Persona ou máscara cultural. Possui conotações sexuais relacionadas com o fenômeno da reprodução e da morte: “Adão e Eva se dão conta que estavam nus”. A alternativa de escolha é o que toda ação humana comporta uma liberdade para o Bem e para o Mal. O Mal não pode ser uma simples “ausência de Bem”. É uma realidade concreta que à Humanidade é sedutoramente oferecida como preço da liberdade moral.

O fato de que foi a curiosa Eva (na raiz da palavra hebraica *Havvah*, “vida, viver”) quem, em primeiro lugar, tentou Adão implicaria dar-lhe prioridade no mito e colorir o Gênese com matizes feministas. O mito grego correspondente, o de Prometeu, atribui igualmente à mulher, Pandora – cunhada do Titã a cujo ímpeto revolucionário e dominador deve a Humanidade todo seu poder científico e tecnológico – a responsabilidade pela abertura da famosa Caixa onde estavam todos os males encerrados. A curiosidade, porém, não é um vício. É uma virtude, uma virtude perigosa sem dúvida, mas essencial à nossa sobrevivência e elemento de valor dos mais preciosos da in-

¹ O termo usado na Bíblia hebraica é *Elohim* – um termo plural, de natureza majestática, que é traduzido por “Deus” na versão grega e na Vulgata latina. Neste episódio particular, figura freqüentemente, nos textos modernos, com a tradução errônea: “sereis como *deuses*” – o que faz pouco sentido numa religião estritamente monoteísta como a do Velho Testamento.

teligência humana, como tanto Montaigne e Descartes quanto Hobbes julgaram. Francis Bacon insiste em que a Queda não pode haver sido uma conseqüência da curiosidade e ardente desejo de conhecimento. A Queda resulta da pretensão do homem de estabelecer uma lei para o Bem e o Mal. E, contrariando Freud, não podemos reduzir a curiosidade a uma função do instinto sexual: Hobbes corretamente a considerava como uma concupiscência mental (*lust in the mind*), pois a curiosidade acompanha o orgulho do pensamento e é dos nossos mais altos instrumentos cerebrais na existência como um todo.

Não por acaso, o relato bíblico prossegue e, imediatamente, acen-tua que “então se lhes abriram os olhos e perceberam que estavam nus” (Gênese 3:7). Logo a seguir, no capítulo 4, somos informados que “o homem conheceu Eva, sua mulher e ela concebeu e deu à luz” seu primeiro filho, Caim. No ato de reprodução, homem e mulher alcançam um poder criador semelhante ao da divindade – um poder delegado, como se fora. Pormenor importante! Eva observa: “Adquiri um homem com a ajuda de Iahveh” (Gênese 4:1). Como se torna evidente em Gen. 3:22, o conhecimento configura tanto uma ciência divina do Bem e do Mal, quanto um “conhecimento” do sexo que gera a vida a qual exige a morte. A boa informação é não apenas prática, é de natureza moral. É na livre escolha que se cria o futuro das gerações.

Debates em torno da Bíblia, especialmente do Gênese, estão agora na moda em teologia, discussões públicas, pesquisas, inúmeros livros e até programas de televisão. Das pesquisas bíblicas efetuadas recentemente se deduz que o termo hebraico *Edben* teria o significado de “campo” – e a palavra se associa ao sentido de “deleite, prazer”. A raiz semítica é semelhante ao assírio *edinu* e ao sumeriano *edin*. Na Septuaginta foi o termo traduzido por *Paradaesos*, palavra originada no iraniano *paradaesi*, que designa um recinto fechado – ou seja, um espaço preservado de todo mal e todo perigo. A Vulgata nos deu a

expressão *paradisum voluptatis*, como referência retroativa ao Jardim das Delícias, a Utopia que a Humanidade sempre procura e cujo sentido ambivalente foi tão admiravelmente expresso no Tríptico de Hieronymus Bosch. Pois não nos esqueçamos que, na pintura de Bosch, o inferno é vizinho do Jardim das Delícias.

Na história contada no Gênese, existem contradições pelas origens diferentes dos relatos orais em que se inspirou. Mas se Adão e Eva são punidos da desobediência, o primeiro pela necessidade do trabalho, a segunda pela imposição do sofrimento no parto, a morte já existia antes do pecado, tanto assim que a expulsão do Paraíso ocorre, justamente, para evitar que comam da “árvore da vida” a qual, esta sim, lhes proporcionaria a imortalidade (Gen. 3:22 a 24). De qualquer forma, o Paraíso edênico representa tanto um saudosismo retrospectivo, como a Idade de Ouro, os Campos Elísios e a Atlântida da Antiguidade pagã, quanto uma esperança prospectiva do futuro escatológico. A psicanálise interpreta o Paraíso como manifestação simbólica desse desejo de retorno ao ventre materno com que todos nós, no fundo de nossa psique, estaríamos inspirados. Mas, na liturgia católica dos funerais, como me lembrou um colega, o sacerdote implora “*in Paradisum deducant te angeli*” – “que te conduzam os anjos ao Paraíso”...

Em seu ensaio *Resposta a Jó* e na coletânea *Psicologia e religião* (vol. II das Obras Completas ao qual cabe referência), como reconhece Jung, o grande psicólogo e pensador gnóstico que alimentava simpatias feministas e cujos mais fiéis discípulos foram mulheres, faz observações interessantes a respeito de toda essa problemática. Ele nos chama a atenção para as imprecisões e freqüentes incoerências da teologia ortodoxa, quando se penetra nesse terreno minado. A distinção entre os males de que padecemos (físicos) e os males que infligimos (morais) é vaga e controvertida. Há males psíquicos ou psicossomáticos dificilmente caracterizáveis: a Justiça humana conhece

o problema de crimes atribuídos a uma “privação de sentidos” ou à loucura comprovada e, por conseguinte, implicando a inimizabilidade do responsável. Em *Os irmãos Karamazov*, põe Dostoievski na boca de um de seus personagens a idéia que, “se o diabo não existe, o homem o criou à sua própria imagem”... A natureza autônoma e eterna do Demônio representa, de fato, outra doutrina polêmica. No dogma do Pecado Original ficamos sem saber se é o próprio homem que traz o pecado ao mundo, contaminando-o, ou se é simplesmente vitimado por tal poder autônomo, no caso alegoricamente carregado pela serpente de Lúcifer. A dificuldade de entendimento do mito, que nos parece absurdo mas é nuclear em nossa cultura, bem se reflete na diversidade de representações que mereceu de parte de alguns dos maiores nomes da história das artes. É um dos irmãos Karamazov que afirma ser o absurdo por demais necessário na terra, pois sobre absurdos se sustenta o mundo...

Ora, como a meu ver corretamente argumenta Jung, a autonomia satânica dificilmente se enquadra na doutrina da *privatio boni*, da “privação do Bem” que se atribui ao Mal essencial. Que se considere o simples fato de haver sido a serpente gerada por Deus que, após criá-la, “viu que isso era bom” (Gen. 1:20). Logo a seguir, em Gen. 3:1, é a serpente descrita como o mais astuto de todos os animais e sua criação também colocada entre as “boas” obras do Senhor. Moisés insiste na perfeição dessa obra em Deuteronômio 32: 4. A projeção de responsabilidade satânica sobre o animal rasteiro antes me parece um alibi destinado a afastar de nossa própria alma uma penetração intelectual mais profunda. Acontece além disso que, no capítulo 8 do Gênesis onde se fala no Dilúvio, em Noé e na saída da Arca, uma espécie de arrependimento do Senhor Iahveh é aludida, que promete nunca mais matar todos os seres vivos, nem amaldiçoar a terra, “porque os desígnios do coração do homem são maus desde a infância”. A frase enigmática revela-se importante do ponto de vis-

ta ético e teológico. Cristo repetirá que é do coração do homem que procedem todos os pecados, todos os erros, todos os males. É uma posição diametralmente oposta à de Jean-Jacques Rousseau, para quem o homem é bom por natureza, é bom desde sua infância, sendo que o mal procede da sociedade. Mas se é do “coração” do homem que procedem os maus desígnios, não significa isso, igualmente, que não é de sua carne, de seus instintos, de suas pulsões fisiológicas, porém de sua mente que vem o mal? Se é o sexo pecaminoso, não é por conseguinte o sexo como emanção hormonal, é o sexo na cabeça...

Neste contexto, menciona Jung as duas figuras de Sophia e Lilith. Sophia, a Sabedoria de Deus, em hebraico *Ruach Elohim*, possui uma existência transcendente que foi explorada na Igreja oriental. Às vezes surgem ambas, na lenda e na literatura, ao lado de Deus e de Eva, no momento cosmogônico crucial da criação da Humanidade. Como alegoria da Sabedoria de Deus, é Sophia quem inspira o *Dominus Deus Sabaoth*. Ela Lhe realiza os mais secretos pensamentos, vestindo-os de forma material. É isso o que sói ocorrer com todos os seres femininos. Sophia é uma espécie de egéria do Senhor e, conforme acentua Jung, sua co-existência em Deus configura o perpétuo *hieros gamos* ou matrimônio sagrado graças ao qual são os mundos gerados. Lilith é, por outro lado, uma sombra maléfica que, às vezes, parece cobrir a própria Eva. Em alguns relatos míticos, teria sido ela a primeira esposa de Adão, com o qual gerou uma série de demônios. Representaria, possivelmente, o lado sombrio, negativo ou perverso da feminilidade – ou seja, uma versão feminina da figura diabólica. “Uma mudança momentosa é iminente: Deus deseja regenerar-se a si-próprio, no mistério das núpcias celestes, e tornar-se homem.”

Em seu ensaio *O Anticristo*, Nietzsche interpreta o relato do Gênesis como revelando “a história do terror mortal de Deus perante a ciência”. O filósofo alemão acredita, neste que é um dos últimos e

piores livros seus, que o homem se entediava no jardim edênico. Para diverti-lo, Deus criou a mulher, o segundo de Seus erros. Em sua essência, seria a mulher uma serpente e os padres sabem que todos os males aparecem na terra através da mulher. Mas foi também graças a ela que o homem pôde saborear as frutas da árvore do conhecimento. “Nada sabereis” é o fundamento de toda moralidade tradicional, argumenta Nietzsche. Seria por esse motivo que Deus “entrou em pânico” quando percebeu que o homem adquiriria ciência – “germe de todos os pecados futuros, o pecado original”. Em termos freudianos, no entanto, é o mito francamente sexual – o que seria comprovado pelo caráter fálico da serpente. Não é o conhecimento em geral, é o conhecimento específico do sexo o que, segundo Freud, caracteriza a curiosidade pecaminosa. No seu obsessivo exclusivismo da sexualidade, ele alega que toda curiosidade teria origem na libido infantil. As várias noções, inclusive a de Nietzsche, do que seja o Pecado Original insistem na interioridade do princípio ético, libertado pelo descobrimento da criatividade sexual. E, em contraposição a Freud, acentuemos a tese junguiana que o sexo se torna o símbolo da criatividade humana.

Outro ponto também é importante, qual seja a natureza da fruta da árvore do conhecimento. A mitologia bíblica normalmente sugere a maçã e é essa fruta o que costuma ser utilizada nas representações pictóricas da Tentação. A maçã é um símbolo feminino. Os mais belos seios têm a forma de maçãs. Acontece que a banana é também cientificamente conhecida como *Musa Paradisiaca* ou *Musa Sapientum*. Ora, numa interpretação de natureza freudiana, é esta fruta claramente fálica e, portanto, masculina. Seria então a fruta do pecado feminina ou é masculina, eis a questão?

O significado exato desses episódios, tais como interpretados por Jung, é da maior relevância em qualquer hermenêutica do sexo. Entretanto, podemos logo constatar que, *só posteriormente à obtenção do*

conhecimento ético e da expulsão do Paraíso, é que Adão “conheceu” sua mulher e procriou. No livro do profeta Oséias (Hosea) podemos encontrar um texto que nos ajuda a esclarecer o mistério. Iahveh declara: “porque é amor (*hesed*) que eu quero e não sacrifícios, conhecimento de Deus mais do que holocaustos.” Na sentença “conhecimento de Deus”, em hebraico *daath Elohim*, a palavra *daath* tem sua raiz no verbo *yada*, cuja etimologia é “conhecer”, mas com conotações francamente sexuais. Talvez seja o sentido da frase que Deus deseja ser amado por Israel como um homem é amado por uma mulher, ou como Adão foi amado por Eva. Ora, no capítulo 44 de “Jeremias” o profeta denuncia as mulheres que adoravam uma deusa estrangeira, Asherah ou Ishtar, considerada a Rainha do Céu. Mas existe uma inscrição em que esta divindade é descrita como esposa de Iahveh. Jeremias não se ofende com o aparecimento de uma figura divina feminina, companheira do Eterno. Repele apenas a violação do monoteísmo, implícita no episódio. É de crer que, nessas eras primitivas, a sexualidade feminina fosse considerada como uma espécie de magia e, como tal, ritualizada em “mistérios” religiosos. Devemos, portanto, levar em consideração episódios iniciais que nos traduzem, de forma alegórica, o que nossos mais distantes antepassados pensavam sobre esse enigma central de nossa existência. Mesmo num século agnóstico, o que nos diz a Bíblia é relevante porque continuamos a viver sob o império de arquétipos judeu-cristãos que orientam nossa conduta e nossas reações perante a vida. E, nessas condições, é preciso reconhecer que a atitude do Velho Testamento em relação ao sexo não era de modo algum negativa.

Com o advento da nova religião nos primeiros séculos de nossa era, penetramos nas controvérsias que dividiram o cristianismo nascente sob influência gnóstica. Uma tentativa de compreensão é cabível do mito do Gênese – esforço que nos parece essencial ao entendimento das idéias de Freud e Jung, e do fenômeno da revolução sexu-

al. Foi de fato nesses primeiros séculos que os gnósticos, não ainda perfeitamente diferenciados dos cristãos ortodoxos – o que só iria acontecer após a consolidação dos dogmas pelos Concílios ecumênicos que determinariam o que deveria ser ou não ser artigo de fé dogmatizada – se atreveram a explorar as possibilidades abertas ao pensamento (e à imaginação) humana pela mensagem de Cristo. Partindo de uma releitura do Gênese e de uma interpretação mais livre do relato bíblico, a Gnose se empenhou em especulações, muitas delas absolutamente fantásticas, sobre o sentido secreto do episódio do Pecado e da Queda. A Gnose se encontrava sob forte influência grega no período helenístico, assim como sofria o influxo de crenças orientais, particularmente iranianas. O que os gnósticos em geral desejavam era um rompimento mais radical com o judaísmo, tal como expresso no cânone da Bíblia judaica. E consideravam, corretamente, que o relato óbvio do “pecado” de desobediência nesse texto vétero-testamentário não faz muito sentido lógico, razão pela qual merecia uma nova hermenêutica simbólica ou alegórica do que é descrito em Gênese 2 e 3. Em alguns desses esforços para desvendar o segredo dos textos, Eva representaria a alma humana como depositária da energia divina que anseia por sua união com a Verdade, o Bem e a Justiça.

Orígenes, um dos mais eminentes teólogos da época, e São Jerônimo, que era também um platonista, considerado o maior, interpretavam o nascimento de Cristo no seio virgem de Maria como uma alegoria da entrada mística da Sagrada Sabedoria de Deus, Sophia, na alma humana. Escrevendo sobre a Criação do homem, São Gregório de Nissa, um dos maiores pensadores da época, argumenta que Adão e Eva conservaram-se virgens, enquanto permaneceram inocentes no jardim edênico. Eles teriam podido multiplicar-se de maneira não sexuada, tal como ocorre com os anjos. Se o acasalamento é necessário à reprodução, isso não pode deixar de ser o que Deus

desejou. E, neste caso, não poderia o ato ser considerado como uma vergonha. O sexo é uma condição da criatura, do mesmo modo como a fome e a satisfação de outras necessidades naturais. Os gnósticos se perguntavam então, *unde malum?* Onde estaria o mal, onde apontar para o pecado no comer da fruta da árvore do conhecimento? Ora, a pergunta sobre a Justiça de Deus, o questionamento da Teodicéia de modo a justificar a presença do Mal num mundo que o próprio Deus declarou ser “bom”, representa, como o bem compreendeu um dos mais profundos articuladores da Patrística, Tertuliano, “a questão que torna as pessoas heréticas”. O resultado não tardou. Os gnósticos se dividiram em seitas, embora com pontos de vista comuns em muitos outros aspectos dos Evangelhos, algumas extremadamente ascéticas, outras com tendência à libertinagem e à aceitação entusiástica do conselho paulino “ama e faz o que queres”. Os primeiros pregavam uma abstinência absoluta, o comunismo, o ascetismo próprio da espera do Reino anunciado. Aceitavam literalmente o conselho de Cristo de que nos devemos tornar eunucos por conta do Reino de Deus. Orígenes teria chegado a castrar-se, para obedecer ao pé da letra o texto evangélico. Ele alimentou doutrinas que foram consideradas heréticas e por isso não recebeu a consagração eclesiástica da Santidade. Aqueles que se adaptavam à longa demora preferiam, no entanto, levar uma vida normal.

Seguindo a moda a que aderiram ensaístas, clérigos, tradutores e professores americanos como Stephen Mitchell, Bill Moyers, o rabino Visotzky e outros – indicando um novo interesse quanto ao significado simbólico do Mito – uma erudita pesquisadora, Elaine Pagels abordou o enigmático tema em sua obra *Adam, Eve and the Serpent*. O ponto de vista dessa professora de religião em Princeton, que se tornou conhecida por seus estudos sobre o gnosticismo, talvez seja demasiadamente restritivo e preconceituoso, mas é interessante. Todos parecem querer salientar o caráter autoritário, punitivo, ciumen-

to e, de certo modo, semiconscente do Iahveh criador, responsável pelo frustrante episódio. Pagels defende a tese de que o movimento cristão dos dois primeiros séculos evoluiu para uma nova atitude em relação ao sexo – que não existira anteriormente. O pendor repressivo configuraria uma modificação radical das práticas pagãs e da tradição judaica. Pagels contribui para um debate raramente levantado na filosofia e na teologia moderna – o que, na verdade, nos parece surpreendente.

As discrepâncias persistiram no correr dos séculos, uma vez que os próprios Evangelhos são, às vezes, contraditórios. O fato é que, ao mesmo tempo em que santifica o casamento no episódio das Bodas de Caná – ocasião em que principia Cristo a revelar Sua identidade e consciência messiânicas, ao realizar os primeiros milagres –, prega a castidade e promete a bem-aventurança àqueles que se mantêm “puros”. A ambigüidade perseguirá a Igreja. Ela, simultaneamente, converte o matrimônio num sacramento em que os noivos são os próprios oficiantes, mas exige o celibato da elite sacerdotal. A dúvida ambivalente sobre a postura exata perante o sexo, independentemente dos mandamentos tradicionais quanto à sagrada instituição do casamento, se revela na polêmica sobre se é lícito ou é pecaminoso o ato sexual quando não existe perspectiva de geração. O Papa João Paulo II mantém a perplexidade dos fiéis quando parece condenar o sexo não reprodutivo. Um de seus antecessores recentes, o Papa Pio XI, foi mais específico e, na encíclica *Casti Connubi* (1930), declarou que, “sendo o ato conjugal primariamente determinado pela natureza para a geração de crianças, aqueles que... deliberadamente, frustram seu propósito e poder natural pecam contra a natureza e cometem um ato que é vergonhoso e intrinsecamente vicioso”. A opinião não poderia ser mais reacionária... Entretanto, o pensador luterano alemão Dietrich Bonhoeffer que, em sua ética, representa a ala mais avançada do pensamento teológico moderno,

afirma corretamente que a vida matrimonial não se limita, nem se subordina ao propósito reprodutor. O sexo não seria apenas o meio de conservação da espécie. Independentemente de seu propósito definido, tem como objetivo trazer o prazer e a alegria, consolidando o relacionamento entre dois seres humanos.

Normalmente, jamais a Igreja recusa a celebração do matrimônio a uma mulher que, no climatério, tenha ultrapassado a idade fértil. A polêmica foi recentemente ilustrada, em nosso país, pela negativa de um sacerdote católico a celebrar o casamento de uma moça solteira com um acidentado paraplégico, o que obrigou os noivos a recorrerem a um pastor protestante mais acessível e, a meu ver, mais instruído. Bonhoeffer cita inúmeros textos bíblicos para justificar a tese. Em Gênesis 2:18 e 2:23, Iahveh não cria Eva unicamente para fins reprodutivos. Seu propósito é a Adão presentear uma companheira, uma assistente e “carne de sua carne”. Deus abençoa o casal em 1:28. E, na Epístola I aos Coríntios (7:2, 3 e ss), São Paulo, que afinal de contas era um rabino impregnado pelos princípios do Velho Testamento e, como fariseu, profundo conhecedor da Torah, concede ao sexo seus próprios direitos, independentemente da reprodução. Ele comina: “...para evitar a fornicação, tenha cada homem sua mulher e cada mulher seu marido. E cumpra o marido o dever conjugal com a esposa; e a mulher faça o mesmo em relação ao marido.” A questão se relaciona com a ardente problemática do uso de métodos anticoncepcionais – que a Igreja, a meu ver inútil e irracionalmente, condena. Aliás, não havendo propósito de reprodução, o método do ritmo implica, logicamente, o favorecimento da concupiscência sem fins reprodutivos e, ao aconselhá-lo, a Igreja entra em contradição...

A exaltação da castidade e a repulsa ao sexo só se caracterizam no primeiro século antes de Cristo, como alternativas ao mandamento do “crescei e multiplicai-vos”. O privilégio dado ao celibato sobre a procriação provavelmente penetrou no cristianismo através da seita

ascética dos essênios e dos ensinamentos de S. João Batista, que a ela poderia haver pertencido. Encontrar-se-ia no cruzamento de duas tradições opostas. Uma pessimista, sombria, anticoncepcional e procedente do orfismo e do gnosticismo helenístico; a outra, otimista, procriadora e aceitando o sexo como energia vital na linha tradicional das Escrituras hebraicas. É como se aqueles que aguardassem o Reino a qualquer momento, tudo abandonassem à sua espera – fortuna, família, dinheiro, glória, sexo – enquanto aqueles que se resignavam à espera da Promessa longamente adiada poderiam preferir, como aliás alguns dos próprios Apóstolos, levar uma vida sexual normal, casar-se e procriar.

Ora, muito embora reconhecendo a santidade do matrimônio (em I Coríntios 6:15 a 20), exprime-se São Paulo, com maior severidade ainda do que Jesus, na exaltação do celibato. A maioria dos escritos dos Santos Padres refletia uma atitude favorável ao ascetismo, o que estaria nos *mores* da época. Seria interessante recordar que os monges de Alexandria, uma cidade no Egito que se notabilizara precisamente pela sua luxúria e libertinagem ao tempo dos Césares, foram também aqueles que mais exageraram nos feitos inacreditáveis de sua ascese – haja vista o caso dos anacoretas da Tebaida e dos estilitas que habitavam o topo de colunas de templos. Um excesso era compensado por outro. William James descreveu de modo admirável essas *Variedades da experiência religiosa*, em que a profundidade da fé freqüentemente convive com práticas aberrantes.² Lembremos que os puritanos da época de Cromwell e os jansenitas franceses, no século XVII, ainda favoreciam um ascetismo que nos parece hoje patológico. Para eles, não podia haver distinção entre pecado venial e pecado mortal; as mulheres não deviam mostrar as mãos e os braços nus pois isso provocaria a concupiscência masculina, e toda marca exterior de afeto constituía pecado mortal. O teatro e as artes pictóricas que apresentavam *corpos nus* eram condenados, e até mesmo a

² Uma profícua leitura sobre tais excessos inacreditáveis é a que nos oferece o grande pensador americano, em seu *The Varieties of Religious Experience*. James alega que, assim como o pluralismo é inerente à sociedade moderna, o politeísmo sempre foi e ainda é “a verdadeira religião da gente comum”. A opinião é amplamente confirmada pelo caráter pagão da religiosidade brasileira, um sentimento no entanto de grande profundidade emocional.

literatura era, de um modo geral, considerada perigosa. O casamento não podia ser condenado porque regula o desejo carnal, mas sendo a tesão sempre irregular, só pode ser coibida pela força no exercício da Razão... Em reação contra os desregramentos do Renascimento e em confronto com o Protestantismo em ascensão, o Cânone 10º aprovado pelo Concílio de Trento, a 11 de novembro de 1563, lançou o anátema contra aqueles que pretendem ser o estado matrimonial superior ao de virgindade ou celibato. Teoricamente, é o que está ainda em vigor na teologia católica – embora me pareça que, inutilmente, tente o Papa Polônês fazer reverter a tendência liberal oposta.

Notemos aqui que os orientais de cultura sínica não alimentam tampouco os mesmos preconceitos anti-sexuais que o cristianismo inspirou. A vida erótica é considerada, por chineses e japoneses, de uma maneira muito mais natural. O prazer é não apenas aceito, mas celebrado. Autor que escreveu sobre a *Sexual Life in Ancient China*, R.H. Van Gulik, assevera que o sexo ali “nunca esteve associado a um sentimento de pecado ou culpabilidade moral”. Entretanto, os costumes tradicionais sempre fortemente condenaram comportamentos licenciosos, demonstrações públicas de sensualidade e a nudez. O movimento da Igreja da Unificação, fundada pelo coreano Sungmyun Moon, que possui muitos adeptos e investimentos em nosso país, aborda de maneira francamente positiva tanto o problema da atividade capitalista quanto o do sexo. O reverendo asiático enfatiza enormemente o casamento, que considera não apenas indissolúvel mas eterno, chegando a ponto de interpretar a Criação como um evento sexual. A família consubstancia o próprio cerne de uma doutrina assaz simplista. Ele pretende proporcionar a paz ao mundo, sob a égide messiânica de Moon e sua esposa, pelo casamento de ocidentais com orientais – às vezes em cerimônias eurasiáticas gigantescas com a presença de milhares de casais. Nessa crença estra-

nha, assim como o sucesso empresarial é proclamado como sinal de favorecimento divino, são os órgãos sexuais também concretamente sacramentados.

Às vezes, os extremos se tocam. Para os gnósticos ditos licenciosos, dos séculos II a IV, a liberdade de costumes e a prática de ritos orgiásticos constituíam condição essencial de salvação. Eles são precursores dos hereges nudistas ou adamitas da Idade Média. Servem também de modelo para os movimentos dionisíacos nas comunidades de *hippies* e drogados cuja maré alta, de fundo romântico e freudiano, atingiu a sociedade moderna por volta de 1968-69, em todos seus multiformes aspectos de sadismo e libertação sexual. Uma longínqua lembrança permanece em nosso carnaval. A figura popular, o Rei Momo, que preside à festança e representa Dionísio/Baco, é figurado com orelhas de burro, se associa igualmente aos Sátiros, Pan e Príapo. Na imaginação pornográfica de alguns gnósticos, figuras e divindades exóticas patrocinavam crenças *sui generis*, com ritos às vezes muito especiais. Um dos fundadores de seita, ao tempo do Imperador Adriano, foi Carpócrates cujo filho, Epiphanes, uma figura fenomenal, deixou um livro sobre o pensamento do pai. Descobrimos nessas doutrinas certos traços diabólicos da juventude alienada, drogada, homicida e terrorista de nossos dias – traços tão admiravelmente descritos em *Os possessos* de Dostoiévski. Na crença dos gnósticos da luxúria, é aconselhável praticar o amor livre, a sodomia, o incesto, o sexo oral e grupal, e tudo o mais que contrarie a moral familiar convencional, a reprodução dentro da “legalidade” e a cópula na “posição do missionário”... É preciso criar uma consciência coletiva para lutar contra o inimigo que é a separação, a divisão, a oposição, a competição individual. Os Licenciosos propunham a comunidade das mulheres e estabeleciam o gozo dos prazeres sexuais em comum, uma espécie de *swing*. O sacramento fundamental seria a suruba.

Numa das lendas gnósticas, uma semente cósmica é expelida — uma *panspermia*, de onde surge o grande Arconte, sentado na *ogdoada* (a mandala de oito cantos). É aí lembrado o trecho de São Paulo que nos fala na criação que espera e geme e sofre nas dores do parto. Em que pese o pouco que conhecemos a seu respeito, historiadores eruditos consideram corretamente os licenciosos como pagãos, apenas vagamente influenciados por certas crenças surgidas com o cristianismo. Afinal de contas, cultos dionisiacos e priápicos existiam no paganismo e a dissolução dos costumes na corte dos Césares servia de mau exemplo para todo o Império. Assim, se o Bem e o Mal são meramente opiniões humanas, demasiadamente humanas, opiniões que, conforme propunha Nietzsche, devem ser transmutadas e transcendidas; e se, antes de deixar este corpo, deve a alma experimentar a gama inteira de sensações que a existência terrena põe a seu dispor, então é conveniente aproveitarmos todas as oportunidades de deboche e, paradoxalmente, pecar para libertar-nos da prisão corporal. Tudo é pecado. Portanto, nada é pecado. A existência do corpo constitui um desafio cujos desejos devemos satisfazer para, finalmente, sobrepujá-lo. A incontinência sensual sustenta-se neste trecho de Mateus (5:25): “enfrenta sem demora teu adversário, enquanto estás com ele no caminho, para não acontecer que ele te entregue ao juiz, o juiz ao oficial de justiça, e sejas assim jogado na prisão. Em verdade te digo: dali não sairás enquanto não pagares o último centavo”...³

Em todos esses casos, o sentido da atividade sexual passa a ser positivo. Donde deduzimos que o homem procria porque vive, mas deve morrer porque desobedeceu. Ele não morre porque fez sexo mas, estritamente, morre porque não respeitou o mandamento proibitivo que o acorrentava às delícias paradisíacas do Éden. Saiu então da Inconsciência, adquiriu conhecimento e poder de escolha entre o Bem e o Mal. O mito acentua a vitória suprema da vida pelo amor. *A*

³ Ver a nota 3 no fim do texto.

procriação resulta da condenação à morte, e não vice-versa. Ora, ao contrário do que, comumente, se assevera quanto a uma oposição essencial entre os dogmas da Fé e a Razão, sustentada pelas teorias científicas, acontece que muitas vezes está o pensamento religioso adiante da ciência de seu tempo. É o caso de Santo Agostinho. Agostinho filosofou sobre o tempo irreversível numa época em que, legitimada por Aristóteles, a crença no tempo cíclico e no espaço infinito recebia aceitação universal. A relação necessária entre sexualidade e morte, que à primeira vista parece um capricho do arrependimento agostiniano, tem hoje surpreendente confirmação por parte da biologia. Augusto Comte, um autor que não gosto de citar porque escreveu muita banalidade e exerceu uma influência tão nefasta sobre o pensamento político brasileiro, em seu Catecismo Positivista, afirmou que “os anjos não têm sexo, pois são eternos”. Não sei em que sentido ele propôs essa tese. Mas nela está implícita a idéia, que a ciência positiva parece confirmar, de um relacionamento necessário entre sexo e imperativo de mortalidade.⁴



A biologia confirmaria, num outro sentido limitado, a intuição de Freud de que *Eros* e *Thanatos* estão indissolavelmente ligados. Nosso corpo de nada mais serviria do que constituir um método de transporte das células genitais à procura das células do sexo oposto, a fim de se reproduzir. Seria o sexo, em tal caso, como pensava o fundador da psicanálise, o propósito supremo da vida. Isso concordaria com o fato que, no outro extremo do quadro gnóstico, o pessimismo inerente à crença se transformaria, como na Índia, numa metafísica de incomparável grandeza e profundidade tenebrosa. Ele conduziria às correntes milenaristas que condenam o relacionamento sexual por forçar a procriação,

⁴ Ver a nota 4 no fim do texto.

maléfica e indesejável. A libertação da alma aprisionada e sua salvação são assim condicionadas à castidade, à recusa do coito. Duplamente perverso, o sexo é repugnante por ser procriador e por representar uma rendição às paixões, uma queda nos impulsos irracionais de prazer, um eclipse temporário da inteligência e do bom senso num desvã alienante. O pessimismo hermético anti-concepcional reaparecerá, na Europa, com o ascetismo de certas ordens monásticas e, mais tarde, com a filosofia de Schopenhauer. E a própria crença na transmigração voltará, sob influência hindu, no espiritismo moderno.

Verificamos, portanto, que se a ética criada a partir de tais elementos é ascética, em certas circunstâncias aceita o frenesi libertário erótico. A contradição é a mesma de fenômenos paralelos que se registram em nossos dias. Deparamo-nos, de um lado, com o puritanismo da Esquerda ortodoxa, ex-moscovita, albanesa ou chinesa, e do outro com a permissividade absoluta da Nova Esquerda ocidental. Eles defendem, no Ocidente, a permissividade e se batem pelo deboche generalizado, as drogas, a pornografia, a obscenidade, a perversão, enquanto admiram a estrita disciplina dos costumes que, policialesca e hipocritamente aliás, dominava o Leste da antiga Cortina de Ferro, como domina hoje os países do fundamentalismo islâmico totalitário.

Os partidários desses movimentos coincidentes não parecem se dar conta da incoerência de sua atitude em relação ao erotismo. A ética ascética do gnosticismo é coerente apenas no sentido que sua inimiga principal é a ordem moral da família, instituição reprodutiva que mantém o homem acorrentado ao *karma* da sucessão temporal das gerações. O adversário que sobretudo caberia liquidar é a Família. Nesse sentido, talvez se explique a contradição a que nos referimos sobre a Esquerda moderna, uma vez que, de maneira radical como nos tempos heróicos da Revolução ou de maneira sutil como

hoje em dia, trata-se de enfraquecer a estrutura matrimonial em ordem a reforçar a fidelidade ao Estado.

A verdade é que o sexo abre vastas perspectivas de atos criadores. Para além do sexo, há em cada novo ser humano uma nova “possibilidade”, um *quantum* absolutamente original no Universo, ou como dizem os físicos uma “singularidade”. Cada criança recém-nascida configura uma improporcionavelmente e inédita combinação genética, original em sua capacidade de conhecimento ético, isto é, em sua consciência moral. Cada indivíduo é um fator de ação criativa totalmente livre, que quebra a necessidade cósmica, rompe o determinismo material e introduz o inesperado, o imprevisível, o experimento original, o absolutamente Novo, o dado singular de natureza estocástica que se revela no futuro e o introduz como elemento cumulativo do Tempo irreversível. Quando morremos velhos, a nosso lado se encontram os frutos de nosso amor, carregando as mesmas células de DNA que, outrora, foram nossas; e que se multiplicarão numa variedade de descendentes, com alguns traços nossos, sem dúvida, mas abundantes diferenças, numerosas variações que irão configurar, precisamente, a riqueza criativa da Humanidade.

Podemos alegar que, se é verdade numa época anterior ao triunfo da Igreja com Constantino, tenham os gnósticos pregado a Liberdade total para os homens de fé, na exaltação de uma conversão recente e uma espera imediata da Ressurreição no Reino do Deus da Promessa, explica-se a rigidez de Agostinho em matéria de moral sexual por haver vivido num período sensivelmente diferente. Todo o Império se convertera ao cristianismo. Orientalizara-se com a transferência da capital para Constantinopla. A religião não encontrava mais competidores. Haviam cessado as perseguições e as violências contra os cristãos. Tratava-se agora de consolidar os ganhos no momento em que os bárbaros, justamente, ameaçavam a Cristandade.

Roma caíra sob os golpes dos godos e vândalos, e uma sóbria e austera moralidade era exigida para o enfrentamento do Mal metafísico, nessa idade de tenebroso barbarismo que se aproximava. Não era só a religião, era a própria Cristandade que se tratava de preservar de desaparecimento. O momento histórico, o *Zeitgeist* deve ser levado em consideração.

Salienta Elaine Pagels, por isso mesmo, o papel relevante que teria a versão radical do agostinianismo desempenhado, na Idade Média, com a doutrina de que o homem se tornou irreversivelmente corrompido por sua experiência sexual no momento da Queda. A redenção só poderia ocorrer por uma Graça salvífica de Deus. Essa Graça é um dom gratuito, predestinado. Possui a Igreja, por intermédio da elite clerical, o monopólio desse dom através dos sacramentos. A repressão ao sexo e sua transformação em pecado e em vergonha exprimem uma necessidade de contenção, de reserva, de maior disciplina espiritual num momento crucial da história da civilização, ameaçada pelo desencadeamento de forças absolutamente anárquicas.

Em obra de 1970, *Saeculum: History and Society in the Theology of St Augustine*, o inglês R.A. Markus enfatiza o mesmo ponto de vista ao argumentar que, naquele momento, o Império deixara de ser apreciado tanto nos termos otimistas da imagem messiânica, na tradição de Santo Eusébio, quanto na imagem apocalíptica do triunfo próximo do Anticristo. A política e, especificamente, a política do sexo, entra em jogo para contrabalançar a horrenda anarquia que se alastra pela Europa, mantendo-a por vários séculos na “Idade da Escuridão”. A política repressora contamina o próprio âmago de uma religião cujo fundador repelira toda tentação de poder e domínio temporal, com um gesto imediato e palavras duras de repúdio: *Vade Retro, Satanás...*

Ação e Reação. Na realidade, a desconfiança e o temor do poder de *Eros* estão profundamente enraizados na mente humana e brotam em tabus, crendices e proibições generalizadas que a antropologia desco-

bre, mesmo entre populações em que são normais costumes muitos livres em matéria de sexo. A antropóloga norte-americana Margaret Mead, fascinada pela sedução dos trópicos, imaginava as ilhas da Polinésia como verdadeiros paraísos, habitados por populações para as quais o prazer sexual é desprovido de qualquer resquício de remorso, do tipo europeu. Estudos posteriores provaram que os polinésios também sofrem de complexos. São outros complexos sem dúvida, mas complexos de qualquer forma que também os atormentam, em relação a outras formas de comportamento. Pode-se oferecer como exemplo de relativismo a descoberta, feita na Polinésia pelos marinheiros do Capitão Cook, do termo *tabu*. O significado exato da palavra nem os próprios nativos entendiam. Assim, seus hábitos sexuais “libertinos” chocavam os ingleses. Mas motivo de espanto ainda maior era o fato que homens e mulheres se viam ali, terminantemente, proibidos de comerem juntos, pois uma refeição com a presença de ambos os sexos era *tabu*.

Diante de tão profundas inibições que o paganismo também alimentara, tratava-se, em suma, para os europeus recém-convertidos, de conquistar um patamar mais alto de espiritualidade. E talvez por isso tenha Agostinho se levantado com tamanha fúria contra o pelagianismo. O bom-mocismo característico da heresia do monge galês Morgan, mais conhecido como Pelagius, se focaliza justamente na atitude tolerante e inoportuna em relação ao impulso incoercível da Libido. Pelagius produzira uma doutrina que implicava, praticamente, na negação do Pecado Original, assim abrandando a angústia moral do verdadeiro homem de fé. Sem pretender penetrar mais a fundo numa obscura controvérsia teológica em torno da essência sexual ou não do Pecado Original, lembremos a observação de Jung de que os extremos de ascetismo a que se chegou, naqueles primeiros séculos de nossa era, poderiam ser explicados como uma reação cultural coletiva – uma reação dos *mores* – à luxú-

ria descomedida que teria marcado o Império romano no período da decadência do paganismo. A reação seria exigida pela necessidade de uma nova atitude mais espiritual – e não obstante os sinais de libertação trazidos pelo Renascimento e o Iluminismo, o impacto gigantesco dessa repressão perdurou até nossos dias. É possível, nesse sentido, que estejamos entrando numa idade em que a “conscientização” da questão sexual levanta, novamente, o problema do que Freud chama de “sublimação”.

Outubro, 2001.

~ Notas

³ Tratava-se em suma de uma volta à natureza em que o casamento é suprimido, porque implica a propriedade privada da esposa. Não há nem bem, nem mal na natureza. Tudo é permitido. “Não podereis ser salvos de um pecado que não cometestes”, afirmava Carpócrates – de onde deduzia que pecar é um imperativo, necessário à obtenção da Salvação. Num estado de absoluto entusiasmo erótico, entregavam-se ao sexo coletivo que Eugène de Faye chama de “práticas imundas”. A exemplo dos adoradores de Barbelos, pretendiam “tirar a semente do corpo”, o que, provavelmente, significava a *fellatio*, o sexo oral como forma de eucaristia. A *eleutheria* ou libertação total não é só negativa – libertação da tirania do Destino e da escravidão do corpo material. É também uma *exousia* – liberdade positiva, poder e licença absoluta de fazer o que se quer como a de “um filho de Rei”. Donde o amoralismo antinômico dos fanáticos. Carpócrates e Epiphanes se sentiriam realizados num baile de carnaval carioca.

⁴ Conhecido imunólogo da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e aplaudido autor de temas relacionados com a biologia celular, William Clark acentua essa associação sexo = morte numa obra de 1996, *Sex and the Origin of Death*, descrevendo como a vida primitiva, nos primeiros dois ou três bilhões de anos depois do aparecimento da primeira forma viva na Terra, era composta exclusivamente de seres monocelulares que se duplicavam por fissão e podem, por conseguinte, ser considerados potencialmente imortais. A “imortalidade potencial” foi concebida por August Weismann, o grande biólogo alemão (†1914) que desenvolveu a teoria da continuidade indefinida do plasma genético. Os organismos conhecidos como moneras, as bactérias por exemplo, só podem desaparecer por força de um fator externo acidental. Num meio

propício, com alimentação adequada, eles se reproduzem e persistem indefinidamente. Há cerca de um bilhão de anos, entretanto, como nos explica a biologia, surgiu a reprodução sexual em organismos multicelulares. Pela conjugação dos sexos, a reprodução consiste na troca da informação genética contida na molécula de DNA (ácido desoxirribonucléico), entre dois membros da mesma espécie, macho e fêmea. Clark insiste então no enigma que, até hoje, representa a reprodução sexuada, do ponto de vista da biologia. Várias teorias têm sido apresentadas. A única hipótese que, verdadeiramente, mobiliza forte probabilidade de corresponder à verdade é que esse modo de combinação de células de DNA permite uma maior variação genética e, conseqüentemente, na seleção das formas mais bem adaptadas, representa um método eficiente de aceleração da evolução. O que ocorreu então, nesses organismos multicelulares, é que o maior número de células foi constituir a parte somática do corpo, nelas embutindo um mecanismo de senescência – o que poderia ser definido como *morte programada* – enquanto outras células, minoritárias e localizadas no plasma genético, se reservam o direito potencial de imortalidade pela conjugação sexual. As células genéticas se dividem entre femininas ou óvulos, de um lado, e masculinas ou espermatozoides do outro. Clark chama o programa da morte anunciada como “suicídio celular”. Nosso corpo mortal é composto de células somáticas mortais – ao passo que a conjugação genital, efetuada por células especialmente segregadas para esse fim, se processa entre uma célula masculina e uma célula feminina que trocam suas respectivas moléculas de DNA. *A fusão, contendo toda a herança genética, velha de bilhões de anos, cria um organismo inteiramente novo – uma singularidade cósmica...* Enfim, já no processo evolutivo avançado o que se verifica é que a natureza procura o pluralismo, a diferença, a variação imaginativa. Se ela fosse totalitária como muitos de nossos ideólogos, escolheria a clonagem como método mais simples de reprodução: seríamos todos iguais, exatamente, iguais como robôs, todos semelhantes, uniformizados, obedecendo às ordens do mesmo DNA. É o sexo que traz a variedade, a desigualdade, a pluralidade de formas e destinos... No livro mencionado, o imunólogo e geneticista norte-americano descreve apropriadamente o misterioso fenômeno da reprodução sexual e de nossa mortalidade. A senescência seria então o preço que temos que pagar por nossa passagem pela vida e, lembrando os versos de Shakespeare, se pergunta:

Como poderá a melada aragem do verão
Resistir ao sítio destruidor do martelo diário?
(*O how shall summer's honey breath hold out
Against the wreckful siege of battering days?*)

Clark medita sobre essas condições onerosas de nossa existência pessoal, individualmente condenados à morte como somos, pelo natural perecimento das células somáticas, mas imperativamente estimulados a nos reproduzir por força da necessidade da conjugação das células genéticas. Conduzindo-nos eventualmente ao túmulo, a morte de nossas

células não é um requisito *a priori* da vida – é uma consequência evolucionária da maneira como livre, plural e sexualmente reproduzimos a constituição multicelular do corpo. Os seres humanos, observa melancolicamente Clark, “atribuem toda sorte de razões nobres para seus próprios esforços reprodutivos. Gerar crianças é, de um modo ou de outro, tido como a mais alta expressão do amor entre um homem e uma mulher, uma expressão de confiança no futuro da raça e a experiência central da vida humana. Raramente, senão jamais, descreveríamos nossas atividades reprodutivas em termos de um imperativo biológico comum de transmitir o DNA”.



O fim do almoço

Renoir, 1879, óleo sobre tela, 100 x 82 cm.

Städelsches Kunstinstitut, Frankfurt.

A morte de Fradique Mendes

JOAQUIM-FRANCISCO COELHO

Em memória de meu Pai, Innocencio Machado Coelho,
e da sua estante queirosiana de Belém do Pará

Sob formas as mais variadas – naufrágios, acidentes de caça, ventos do Setentrião – a morte atravessa visivelmente *A correspondência de Fradique Mendes*, interrompendo quando menos se espera o que aí representa o espetáculo da vida.¹ Por certo percorre também outros textos significativos de Eça de Queirós, em especial os romances, sobre o corpo de cujos personagens imprimirá os sinais da sua ação deletéria: rugas, peles decrépitas, dentes cariados ou ausentes, digestões difíceis (e socialmente embaraçosas), reumatismos articulares, catarros e pigarros crônicos, fígados em petição de miséria, as consabidas apoplexias fulminantes, isto para nada dizer dos pulmões que se tuberculizam e dos cabelos que se evaporam em calvas que a rigor já são caveiras. Em síntese, e numa curva que vai de *O crime do Padre Amaro* até *A cidade e as serras*, sem excluir o admirável “José Matias,” construído ao redor de um enterro em progresso, a voz do ficcio-

Joaquim-Francisco Coelho, Professor de Língua e Literatura Portuguesa e de Literatura Comparada na Universidade de Harvard, especialista em autores como Camões, Antero de Quental, Fernando Pessoa, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade.

nista volta e meia nos adverte, às vezes com humor e às vezes sem ele, de que viver no mundo orgânico equivale – truísmo que o Eça enfermiço conhecia na carne – a andar continuamente morrendo.

De qualquer modo, é em *A correspondência de Fradique Mendes*, máxime na secção preambular, biografia de um defunto super-homem que parecia imortal – ou de “um certo grande homem que viveu aqui há tempos”, segundo palavras do próprio Eça, explicitando a estrutura e as intenções do livro² – que esta pulsão tanática mais incisivamente se manifesta, sempre a contracenar com o insopitável elã vital do biografado, de que constitui o permanente e necessário contraponto dramático. Pode-se até afirmar que na “farsa” filosófica da *Correspondência* – protagonizada por um *dandy* viril e saudável, belo de corpo e de espírito, mas não menos dirigida pela morte ubíqua e polimorfa – Eça exprime e refina mais do que nunca a sua visceral convicção de todas as finitudes: a finitude dos homens, a finitude das civilizações, a finitude dos deuses e das crenças, a finitude dos sentimentos, a finitude inclusive da própria linguagem, fato que a *Correspondência* sublinha mediante citações de línguas mortas ou caducas.

Esta consciência da dissolução do real e da nadificação do ser, comparável, *mutatis mutandis*, à *Sorge* existencial dos filósofos agônicos, Fradique ele mesmo a experimentou na alma profunda, documentando-a num desabafo epistolar dos últimos anos, repassado do mais negro niilismo: “Todos nós, que vivemos neste globo, formamos uma imensa caravana que marcha confusamente para o Nada” (VI, 137). Puro Schopenhauer, conforme se vê, mas antes e acima de tudo puro Camilo Pessanha *ante litteram*, se recordarmos que no “Branco e Vermelho” da *Clepsidra*, e magnificientemente transfigura da na linguagem do símbolo, a caravana da dor universal caminha por igual na direção de um Não-Ser evanescente.

Pensando bem, a singularíssima história do carteador queirosiano, assunto da novela que nos introduz ao seu epistolário, inscreve-se des-

¹ Todas as citações de *A correspondência de Fradique Mendes*, aqui abreviada quase sempre em *Correspondência*, vem de: Eça de Queirós, *Obra completa* (Rio de Janeiro, GB, Companhia José Aguilar Editora, 1970, v. I, 1970), com o número da página seguindo-se à numeração romana dos capítulos.

² Carta de 10 de junho de 1885 a Oliveira Martins, explicando-lhe quem era Fradique e o tipo de obra da qual seria ele o personagem central. As opiniões do romancista sobre a gênese e a natureza do livro e do seu mirabolante herói vêm arroladas e comentadas por João Gaspar Simões em *Vida e obra de Eça de Queiroz*, 3^a ed. novamente revista, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, p. 612 e segs.

de o princípio sob o signo do funéreo, visto ser a crônica de uma figura incomum a quem um biógrafo por assim dizer exuma do além-túmulo para lhe panegirizar a existência aventureira e a sedutora personalidade de exceção. Também sob a égide do póstumo, e não por acaso, faz o biografado a sua entrada oficial na *Correspondência*, porquanto é num “jornal já amarrotado” e perempto, ou seja, num contexto de letra morta, que o dito panegirista primeiro encontra o nome de Fradique, o C. Fradique Mendes dos versos das *Lapidárias*, título que sugerindo de imediato a cinzelada expressão do poeta, devoto dos parnasianos e praticante da escrita marmórea de Leconte de Lisle, não menos sugere a *brevitas* lapidar das inscrições epitafiais. De matéria cem por cento mortal, bem entendido, trata ainda o episódio do encalhamento na alfândega da múmia de Pentaour, escriba e cronista de Ramsés II, e em que o grotesco da situação mal disfarça, sob o manto da paródia, a aparição do escatológico no meio do festim da vida. À semelhança do amarrotado e obsoleto jornal de ontem, marco emblemático do que passou no tempo, também o cadáver mirrado do hierogramata arcaico atua sobre o leitor como um tipo de *memento mori*, aqui sobremaneira significativo porque se vincula, por analogia contrastante e irônica, ao sonho de imortalidade da alma egípcia.

Mas estas e outras isotopias tanáticas – como, para citar só mais três, a visita do narrador às sepulturas dos Califas,³ a coleção de antiguidades funerárias de *Lady Ross*, e sobretudo, muito “lusitanamente”, o desaparecimento trágico-marítimo de uma das amadas de Fradique, no naufrágio do *Magnólia* sobre as costas de Chipre – são apenas antecipações ou prolepses da antológica cena mortuária que encerra a novela, e cujos cinco últimos parágrafos – verdadeira cerimônia dos adeuses, com *pompes funèbres* e tudo – descrevem precisamente o falecimento e os funerais do inesquecível personagem.

A esta cena de antologia transitamos agora, destacando-lhe os pormenores relevantes e começando por recordar, na unicidade dos

³ A peregrinação em causa o escritor empreendeu-a de fato na vida real, vindo a recordá-la no capítulo de *O Egito*, rotulado “Visita às sepulturas dos Califas”. Todo este livro póstumo – fascinante panorama cultural em que se percebe o mesmo afã flaubertiano da “excavação histórica”, presente na *Salambô* – Fradique o poderia ter escrito do alto do seu “saber arqueológico”, típico dos homens do *Parnasse Contemporain* por quem Eça nutria, é sabido, especial admiração.

seus nomes próprios, os figurantes que nela sobressaem e dela participam, e os quais o narrador convoca à página no estilo dos catálogos onomásticos da tradição homérica: Fradique ele mesmo, a figura cimeira e central; o seu valete e secretário-perpétuo Smith; a sua velha amiga condessa de La Ferté, com quem viajara à Islândia; o catarroso general Terran-d’Azy, instrumento do destino no desenlace do protagonista; André Vasali, que via em certas brisas (como a que derruba Fradique) punhais traiçoeiros; o Dr. Labert, chamado à rua de Varennes para confirmar o óbito; o Balzac enterrado no Père-Lachaise; o próprio Père-Lachaise, já agora; e ainda César e Suetônio – um Suetônio aqui conjurado por eclipse e apresentando-se não pelo nome mas pela obra, porquanto é do seu cronicão sobre os doze cé-sares, *De Vita Caesarum*, que Eça extraiu a citação latina aplicável à forma de morte que Fradique e o guerreiro das Gálias mais almejavam: *inopinatam atque repentinam*.⁴ O desfile desta variegada humanidade, que lembra por sobre os séculos as “romagens ecumênicas” do palco vicentino, não aflora ao texto por acaso mas, ao contrário, para funcionalmente encerrá-lo em clave dramática, ao modo das peças de teatro, já que espetacular e *pour épater* se desenrolara o viver de Fradique, povoado de cortesãs, criados, médicos, militares, historiadores, e a demais gama de gente convocada em largo número ao prosccênio da *Correspondência*.

E porque nos painéis da ficção de Eça (qual nos dos seus diletos Balzac e Flaubert) tudo se organiza em paralelismo e simetria significantes, esta lista de antropônimos correrá paralela e simétrica, na área do epílogo, a um micro-inventário toponímico que também exige algumas considerações. Vamos a elas. Construindo-se com apelativos de países, cidades e ruas, o inventário, no caso, rende apropriada e alusiva homenagem ao *homo viator* que fora Fradique, cuja “curiosidade do Além”, herdada dos avós, “buscadores de mundos” (tudo expressões textuais), transformá-lo-ia não só no explora-

⁴ Para a citação em causa, o narrador andou “retocando” o Suetônio original, onde não se fala de morte mas de *finis... repentinum inopinatumque* (v. *De Vita Caesarum*, Liber I, LXXXVII, in Suetonius, Loeb Classical Library, Harvard University Press, London, 1989, vol. I, p. 118). Além desta alteração genérica, também trocou, conforme se vê, o *que* por *atque*. Mas isto é já uma outra história, conectada com as “latinidades” da obra queirosiana, e que não vem ao caso esmiuçar no momento.

dor de todas as latitudes e culturas, obcecado pelo anseio do *mirar algo nuevo* de Ponce de León, senão ainda no paradigma por excelência dos caracteres peregrinos da ficção queirosiana, os quais, conforme se sabe, encontrariam em Guerra da Cal, ele igualmente andari-lho incurável, o seu primeiro e mais clássico escoliasta.⁵

Como no anterior catálogo antroponímico, aqui irrompe de novo a paixão nominalista do escritor, o seu condão de realçar e evocar no papel o sortilégio dos vocábulos geográficos, pejados de história ou ressonantes de colorido e exotismo: a Islândia, a França, Parma, Fontainebleau, Paris e, dentro de Paris, a *Rue Royale* e a Praça da Concórdia. Praça que, central na topografia da cidade, sê-lo-á também na coreografia do livro, pois é nela que a morte, sob a forma de brisa glacial vinda do norte, penetra o corpo robusto de Fradique para abatê-lo, em menos de dois dias, na feição inesperada e fulminadora da citação de Suetônio.

Fim súbito – agregue-se para melhor contextualizar a nossa leitura do epílogo e de novo insistir nos paralelismos temáticos da obra –, tivera por igual a avó materna do extinto, Dona Angelina Fradique, na sua quinta das Tornas, “num caramanchão de rosas, onde se esquecerá toda uma sesta de Junho, tomando café, e escutando a viola que o cocheiro repicava com os dedos carregados de anéis” (I, 98). Também se foram de repente o pai, num acidente de caça, quando o filho Carlos “ainda gatinhava”, e a mãe, vítima duma febre trazida dos campos, onde andara bucolicamente, num dia de sol forte, segando e cantando, qual a ceifeira hoje famosa do Fernando Pessoa ortônimo.

Segundo não raro ocorre com os solteirões e os viúvos idosos, o nosso epistológrafo, celibatário convicto, falece em dura solidão, qual falecera Afonso da Maia no jardim do magno romance de 1888, justamente e por singularidade o mesmo ano em que Fradique desaparece. Desaparece, note-se bem, na plenitude da beleza e da

⁵ No entender do analista galego, os itinerantes heróis queirosianos concretizam na ficção o desejo do próprio Eça de fugir à realidade que o afogava, sendo o protagonista da *Correspondência* a transposição artística deste anseio romântico. V. Ernesto Guerra da Cal, *Língua e estilo de Eça de Queiroz*, 4^a edição [terceira versão portuguesa definitiva de Elsie Allen da Cal], Coimbra, Livraria Almedina, 1981, cap. VI, p. 129 e segs.

força, conforme queria ele acabasse também o amor, aspiração que afinal concretizou na carta de rompimento à amante Clara, em parágrafo impossível de esquecer e por isso grato de recordar: “A morte, na plenitude da beleza e da força, era considerada pelos antigos como o melhor benefício dos deuses – sobretudo para os que sobreviviam, porque sempre a face amada que passara lhes permanecia na memória com o seu natural viço e sã formosura, e não mirrada e deteriorada pela fadiga, pelas lágrimas, pela desesperança, pela dor. Assim deve ser também com o nosso amor” (Carta XVII, p. 204).

Nada sabemos – porque a *Correspondência*, discreta, não o esclarece – da reação que terá sido a de Clara face a esta capciosa argumentação para justificar no melhor da festa a ruptura do compromisso amoroso. Mas sabemos, sim, que a morte ideal de que aqui se fala, e que foi precisa e nobremente a de Fradique, não é outra senão aquela celebrada como graça divina pela antiguidade clássica, fora e dentro da literatura. Por isso, consumado o óbito, o narrador “classicamente” no-lo comunica valendo-se da fórmula “tinha vivido”, menos um circunlóquio para o direto e chocante “morreu” que a tradução, sem nenhuma entropia, da formuláica expressão latina *Vixit*, com a qual anunciavam os romanos a conclusão duma existência perfeita e frutuosa. Que os deuses pouparam ao apolíneo e hígido Fradique a agrura de um fim lastimoso, marcado pelo sofrimento e pela miséria da decadência física, prova-o à saciedade o comentário do Dr. Labert, esse queirosiano avatar do Docteur Bianchon da *Comédie Humaine*: “*Toujours de la chance, ce Fradique.*”

Não será fortuito observar, até pelo pitoresco do detalhe, em crônica tão rica de detalhes pitorescos, que é rigorosamente decassilábico o diagnóstico do mencionado Labert sobre a *causa mortis* de Fradique, causa superlativamente invulgar como tudo o que a ele lhe dizia respeito: “Uma forma raríssima de plêuris.” No desdobramento melódico da linha, no prosaísmo realista da declaração, no emprego engenhoso do superlativo para o icto heróico da sexta sílaba, este me-

trificado laudo médico poderia, de toda evidência, ser não apenas uma daquelas melopéias orgânico-cientificistas de Augusto dos Anjos, como ainda, e principalmente, um daqueles eufônicos versos “prosaicos” de Cesário Verde, o tísico Cesário contemporâneo de Eça que, à hora de expirar, responde não menos decassilabicamente à pergunta solícita do irmão que o assistia: “Não quero nada, deixa-me dormir.”⁶ Já que de sono e de coisas últimas falamos, há mais uma particularidade a destacar, ligada ao fim sereno do grão-personagem, no seu palacete da rua de Varennes: tão calmo estava ele no repouso definitivo, e tão natural também, que o próprio Smith – “servo magnífico” que o atendera durante trinta anos, e por conseguinte conhecia-o melhor do que ninguém – julgou-o durante algum tempo simplesmente adormecido. Cometeríamos um ato de *over-reading* – pecado das leituras ditas profundas – se afirmássemos que ao reclinar desta maneira o escultor das *Lapidárias* pretendia o narrador outorgar-lhe a beleza imperturbável das estátuas jacentes?

Impõe-se agora – e aqui de certeza não há pecado – reproduzir por inteiro, na sobriedade compacta das suas cores e linhas, o quadro mortuário do qual vimos falando, pequena obra-prima de literatura necrológica que – em termos de mestria da escrita, impacto emotivo e refinada ironia transcendente – nada fica a dever a alguns dos seus famosos congêneres da ficção moderna, inclusive, na crono-saga de Proust, o tão celebrado instantâneo da morte (aliás também subitânea) de Bergotte. Note-se que o narrador, apaixonado das antíteses ao longo da *Correspondência*, não pôde esquivar-se de perpetrar mais uma, “despachando” o seu personagem no inverno mas ressaltando que ele se acabara docemente como um belo dia de verão...

Assim, cheios de idéias, de delicadas ocupações e de obras amáveis, decorreram os derradeiros anos de Fradique Mendes em Paris, até que no inverno de 1888 a morte o colheu sob aquela forma que ele, como César, sempre apetecera – *inopinatam atque repentinam*.

⁶ A crônica deste “verso”, proferido *in articulo mortis* na sequência de outras incidências decassilábicas da lírica do poeta, relatei-a em “O último decassílabo de Cesário”, na secção “Microleituras” do *Jornal de Letras* n. 438, Lisboa, novembro 27, 1990, p. 32.

⁷ Em estudo recente (“A master, but Portuguese”, separata da *Revista Brasileira*, Julho-Agosto-Setembro de 2000, n. 24, p. 4), lembra Wilson Martins que o conferencista, ao abordar o realismo na arte, analisou em pormenor “três quadros de Courbet... que ele jamais havia visto.” “O que, sim, havia lido – prossegue o autor da *História da inteligência brasileira* – era *Du principe de l’Art et de sa destination sociale*, o tratado em que Proudhon lançou a doutrina dominante nas novas tendências artísticas.”

Curiosamente, acrescentamos por nossa parte, uma das telas de Courbet comentadas por Eça era justamente *Un enterrement à Ormans*, 1849-1850, vasta composição que, escandaloso sucesso do Salon de 1850, ele poderá ter visto mais tarde, nos seus anos finais de Paris, quando, com morte, enterro, obituário e o resto, já a saga de Fradique havia sido contada e publicada.

Uma noite, saindo duma festa da condessa de La Ferté (velha amiga de Fradique, com quem fizera num iate uma viagem à Islândia), achou no vestiário a sua pelega russa trocada por outra, confortável e rica também, que tinha no bolso uma carteira com o monograma e os bilhetes do general Terran-d’Azy. Fradique, que sofria de repugnâncias intolerantes, não se quis cobrir com o agasalho daquele oficial rabugento e catarroso, e atravessou a Praça da Concórdia a pé, de casaca, até ao clube da Rue Royale. A noite estava seca e clara, mas cortada por uma dessas brisas subtis, mais tênues que um hálito, que durante léguas se afiam sobre planícies nevadas do norte, e já eram comparadas pelo velho André Vasali a “um punhal traiçoeiro”. Ao outro dia acordou com uma tosse leve. Indiferente porém aos resguardos, seguro duma robustez que afrontara tantos ares inclementes, foi a Fontainebleau com amigos no alto dum *mail-coach*. Logo nessa noite, ao recolher, teve um longo e intenso arrepio; e trinta horas depois, sem sofrimento, tão serenamente que durante algum tempo Smith o julgou adormecido, Fradique, como diziam os antigos, “tinha vivido”. Não acaba mais docemente um belo dia de verão (VI, 138-9).

No tocante aos funerais, a sua descrição, plasticamente falando, será impressionista apenas no detalhe do céu cinzento de neve, digno dos pincéis de Monet ou Pissarro; no conjunto, porém, é cem por cento realista, realista à maneira de Courbet, o pintor coetâneo de cuja obra teve Eça notícia através de Proudhon (por sinal magistralmente retratado pelo mesmo Courbet) e sobre a qual discorreria com entusiasmo em *As farpas* e na histórica palestra do Casino Lisboense.⁷ São oito e meia linhas de prosa cristalina, burilada a capricho – ou “limada y templada”, para recircularmos a expressão de Borges comentando *O Mandarim*⁸ – e que num tom de elegia e cantochão pranteia não só o Fradique Mendes erudito e esteta, assim reconhecido por “alguns dos mais gloriosos homens de França, nas coisas do saber e da arte”, mas por igual o Fradique amigo dos pobres e – Casanova oitocentista – amante incondicional das mulheres bonitas,

mulheres que o relato cristaliza na imagem dos “lindos rostos” injuriados pelo tempo. Ninguém deixará de perceber, ainda os menos dotados de ouvido, o andamento de marcha fúnebre que se evolva desta *lamentatio*, na qual as pausas e os compassos da prosa misturaram-se com eficácia às cadências da poesia:

Acompanharam a sua passagem derradeira pelas ruas de Paris, sob um céu cinzento de neve, alguns dos mais gloriosos homens de França nas coisas do saber e da arte. Lindos rostos, já pisados pelo tempo, o choraram, na saudade das emoções passadas. E, em pobres moradas, em torno a lares sem lume, foi decerto também lamentado este céptico de finas letras, que cuidava dos males humanos envolto em cambraias de seda (VI, I39).

Tendo sido Fradique – em cujo rosto luziam vinte séculos de literatura – leitor e admirador fervoroso de Balzac, o biógrafo não podia senão enterrá-lo, como de resto e de fato o enterrou, no cemitério do Père-Lachaise, perto da sepultura do seu ídolo, sobre a qual – informa-nos a *Correspondência* – o nosso carteador mandava colocar, no Dia dos Mortos, “um ramo dessas violetas de Parma que tanto amara em vida o criador da *Comédia Humana*”. Em obediência ao plano das simetrias e paralelismos aludido mais alto – e que constitui, entre tantos outros, um dos encantos da prosa cartesiana de Eça – o biógrafo adianta que, cultuando a memória de Fradique, “mãos fiéis, por seu turno, conservam sempre perfumado, de rosas frescas, o mármore simples que o cobre na terra” (VI, I39). Perfumado, repare-se – e tudo outra vez de acordo com as internas analogias temáticas da narração – pelas mesmas rosáceas que nunca o desertaram em sua peregrinação terrestre, ora lhe compondo a elegante botoeira *fin-de-siècle* (como, fora da ficção e dentro da vida, no célebre retrato queirosiano de Guedes de Oliveira, que Eça considerava a sua melhor fotografia), ora nominalmente adornando-lhe o *Rosa das Águas*, o *debarieb* féérico no qual subiu o Nilo até ao alto Egito e à Núbia, ora,

⁸ V. Jorge Luis Borges, “El Mandarín”, in *Biblioteca personal*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. 23. Nesta nota introdutória a uma edição argentina do relato queirosiano, e acaso influenciado pela nacionalidade do mandarim Tin Chin-Fu, o autor de *Ficciones* inclui na biografia de Eça, muito “borgesianamente”, diga-se de passagem, uma inexistente residência na China: “Vivió en La Habana, en Newcastle, em Bristol, en China y en Paris.”

enfim, porque tudo termina, despetalando-se sobre volumes de Darwin e do Padre Manuel Bernardes, a lembrar as naturezas-mortas da pintura barroca, em que flores agonizantes e livros fechados enfatizam a caducidade do mundo e das coisas terrenas. Inclusive, acrescente-se já agora à guisa de conclusão, a caducidade de Fradique Mendes *qua scriptor*, pois em verdade morreu sem deixar uma obra, fato que o “erudito e moralista” Alceste acentuaria no seu obituário da *Gazeta de Paris*, onde livrescamente recorre à Antologia grega para sugerir o epitáfio de quem fora, segundo o Oliveira Martins da *Correspondência*, “o português mais interessante do século XIX”:

Pensador verdadeiramente pessoal e forte, Fradique Mendes não deixa uma obra. Por indiferença, por indolência, este homem foi o dissipador de uma enorme riqueza intelectual. Do bloco de ouro em que poderia ter talhado um monumento imperecível — tirou ele durante anos curtas lascas, migalhas, que espalhou às mãos cheias, conversando, pelos salões e pelos clubes de Paris. Todo esse pó de ouro se perdeu no pó comum. E sobre a sepultura de Fradique, como sobre a do grego desconhecido canta a Antologia, se poderia escrever: — “Aqui jaz o ruído do vento que passou derramando perfume, calor e sementes em vão...” (VII, 139).

Harvard University

Sobre o Eça, no Brasil, com amor!

DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES

Foi com grande honra e prazer que recebi o convite do Doutor João Bigotte Chorão para, no plano dos eventos promovidos pelo Círculo no sentido de comemorar, neste ano de 2000, o centenário do falecimento de Eça de Queirós, fazer hoje a palestra do mês sobre o grande escritor. Quero particularmente agradecer as generosas palavras que sobre mim acaba de proferir o Doutor João Bigotte Chorão ao anunciar minha palestra. É ele um mestre das letras, um ensaísta e crítico literário, um queirosiano de raça e um grande cavaleiro, que expendeu sobre mim conceitos que de todo transcendem os meus merecimentos.

Escolhi como tema dizer algumas palavras sobre obras escritas no Brasil a respeito do autor de *Os Maias*, enunciando, de forma sucinta aqueles que já são por demais conhecidos de especialistas ou mesmo do público em Portugal, para deter-me um pouco mais sobre alguns recentes livros que, por não serem publicados em Portugal, ou pela condição mesma de serem mais novos, são aqui menos conhecidos.

Dário Moreira de Castro Alves é diplomata, jornalista e conferencista. Serviu em Buenos Aires, Moscou, Roma, Lisboa, Washington. Pertence ao Círculo Eça de Queiroz. Escreveu *Era Lisboa e chovia* e *Era Tormes e amanhecia*.

Conferência proferida no Círculo Eça de Queirós, Lisboa, em 27 de outubro de 2000, por motivo do centenário do falecimento de Eça de Queirós.

Abrirei uma exceção para dizer também algumas palavras a respeito do primeiro estudo biográfico e sobre a obra de Eça de Queirós, surgido no Brasil e antes de qualquer outro em Portugal, em 1911, como já o veremos.

Seria absolutamente ocioso assinalar quão divulgado e apreciado foi, é e certamente sempre será Eça de Queirós em meu país – se me permitem dizer, nosso país, porque, sendo o Brasil a maior realização de Portugal fora de seus limites, ao longo da história, e tendo sido especialíssimo o nosso relacionamento, é assim que falamos nós, brasileiros e portugueses: o nosso Brasil. Em vida, no século passado, Eça já era muito lido no Brasil, através de seus livros e na imprensa, onde artigos eram publicados e acompanhados com interesse pelo público brasileiro. Grandes homens de letras no Brasil se dedicaram depois a escrever sobre Eça de Queirós, cabendo-me assinalar José Maria Bello, Constantino Paleólogo, Djacir Menezes, Berylo Neves, Arnaldo Faro, Aurélio Buarque de Holanda, Álvaro Lins, Gilberto Freyre, Lúcia Miguel Pereira, Manuel Bandeira, Clóvis Ramallete, Viana Moog, Paulo Cavalcanti, Heitor Lyra, Luís Viana Filho, Elza Miné (especialista em Eça de Queirós na imprensa brasileira). Beatriz Berrini tem escrito e continua a escrever sobre variados aspectos de Eça de Queirós, no domínio da epistolografia, crítica, culinária. O livro de Heitor Lyra apresenta um amplo estudo em que são examinados praticamente todos os aspectos da vida e da obra de Eça de Queirós que se relacionem com o Brasil. Paulo Cavalcanti aprofundou um tema importante sobre Eça de Queirós e o Brasil, que é o da reação no Brasil, em desagravo do Imperador D. Pedro II pelos “insultos” que recebera n’*As Farpas*, quando de sua visita a Portugal em 1871. São publicados em Portugal *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, de Paulo Cavalcanti; *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*, de Heitor Lyra, e *A vida de Eça de Queiroz*, de Luís Viana Filho, e outros. De fundamental importância como estudo sobre Eça de Quei-

rós é o chamado *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, organizado por Lúcia Miguel Pereira e Câmara Reys, que conta com a colaboração de vários escritores brasileiros (como Gilberto Freyre, Aurélio Buarque de Holanda, Álvaro Lins, José Lins do Rego, Antônio Cândido, Lauro Escorel, Manuel Bandeira, Otávio Tarquínio de Sousa, Gilberto Amado e outros), ao lado de escritores portugueses e de outras nacionalidades, escreveram textos sobre os mais variados temas a respeito do grande escritor. De minha parte procurei explorar em três livros relativos à obra de Eça de Queirós, livros que simultaneamente editei em Portugal e no Brasil, na década dos 80 e 90: *Era Lisboa e chovia* (sobre ruas e locais diversos), *Era Tormes e amanhecia* (dicionário de citações gastronômicas); *Era Porto e entardecia* (dicionário de citações relativas a bebidas alcoólicas em geral, de absinto a zurrapa).



É de um brasileiro o primeiríssimo livro com estudo da biografia e obra de Eça de Queirós. Seu autor é Miguel Mello, nascido no Rio Grande do Sul, em 1877, falecido no Rio de Janeiro, em 1929, e o livro, intitulado simplesmente *Eça de Queiroz*, foi editado no Rio de Janeiro pela Livraria Italiana e Tipografia Ramori. A primeira edição – não me consta que tenham sido feitas reedições – é uma raridade bibliográfica e sou devedor da oportunidade de consultá-lo ao Arquiteto Alfredo Campos Matos, organizador e coordenador do monumental *Dicionário de Eça de Queiroz*. Acaba de sair, neste ano do centenário de falecimento, um alentado *Suplemento*, das mesmas proporções do *Dicionário*, e que traz um verbete sobre Miguel Mello. Esse primeiro livro sobre a vida e obra do autor de *Os Maias* precede de cinco anos a primeira biografia que apareceu em Portugal, de autoria de Antônio Ferreira Cabral Pais do Amaral, numa época em

que ainda muito se desconhecia sobre o grande escritor e sua obra, sobretudo porque parte apreciável dela somente nove anos depois de publicada a biografia de Antônio Cabral, em 1925, seria editada por iniciativa do filho primogênito de Eça, José Maria.

O livro pioneiro de Miguel Mello contém duas partes. A primeira, *Esboço crítico*, apresenta matérias de interesse sobre o quadro da literatura à época, um perfil do escritor, as criações – de forma sumária – do biografado e questões de estilo, em que se ressaltam judiciosas observações sobre a arte de escrever do “pobre homem da Póvoa de Varzim”, bem como um estudo sobre galicismos na sua obra. A segunda parte é dedicada à biografia – primeiros tempos, maturidade e últimos tempos. Os dados fundamentais do nascimento e começo da vida de Eça de Queirós lá estão bem apresentados e compendiados. Ainda hoje – e quanta coisa importante adveio depois sobre Eça, o homem e a obra! – se lê bem e com muito proveito o livro de Miguel Mello, que representa enorme esforço para a época em que eram decorridos apenas onze anos do desaparecimento do romancista, em que as fontes de informação eram menores do que hoje e considerando-se que o autor não estivera em Portugal. Por correspondência com Antônio José de Freitas, Miguel Mello submeteu a José Maria Eça de Queirós um questionário sobre aspectos relevantes a respeito do pai, o qual foi objeto de úteis respostas e testemunhos, em tempo encaminhados ao escritor no Rio de Janeiro. Começa a carta por assinalar que tinha ele apenas doze anos quando ocorreu a morte do pai em Paris; dizia José Maria, nos seus 22 anos, quando respondia ao questionário de Mello, que conhecera o pai sempre doente, “às vezes sofrendo terrivelmente”, sem, porém, deixar-se dominar pela tristeza ou pela melancolia. Relembra que entre seus melhores amigos estavam notáveis brasileiros, como Eduardo Prado e Domício da Gama. É um livro escrito claramente em favor e em

defesa de Eça, da sua obra, do seu estilo: “Sem nenhuma dúvida, era Eça de Queirós um grande artista.”

Também de muito interesse é a obra de outro brasileiro, pouco mencionada ou comentada em Portugal, que é *Eça de Queiroz – Poesias*, de Vicente de Faria Coelho, publicada em 1973, no Rio de Janeiro. O livro consta de um volume com 233 páginas e cuja folha de rosto é apresentada como “Produção Poética”. Pretende ser um repositório exaustivo sobre a obra poética do Eça, tanto da obra poética que ele assinou como autor, como a que é assinada por Fradique Mendes, seu heterônimo. Desde as *Notas marginais*, publicadas em folheto, na *Gazeta de Portugal*, de 23 de março de 1866 e reproduzidas, com o mesmo título, nas *Prosas bárbaras*, passando pelos *Versos do Senhor Diabo* (publicados também na *Gazeta de Portugal*, no ano seguinte); pelas poesias estampadas na *Revolução de Setembro*, dentre as quais a “Serenata de Satã às estrelas” – “Nas noites triviais e desoladas, / como vos quero, místicas estrelas!...”; pela “Balada do rei de Tule,” em *O mistério da estrada de Sintra*, na voz da Condessa..., uma vez ou outra por ela cantada – até às muitas produções poéticas postas na boca de personagens, tais como Artur Corvelo, Tomás de Alencar, Videirinha (em *A ilustre Casa de Ramires*, com seus versos de amor e patriotismo), do Artur Couceiro (em *O crime do Padre Amaro*), e outros.

Faria Coelho toma partido em favor da poesia na obra e na vida de Eça de Queirós. Essa obra não é despicienda, embora não possa suportar comparação com a excelência e a grandiosidade de sua prosa. Mas lá está ela, a realçar a ironia e, muito propositadamente, a mediocridade de certos personagens, a marcar a pieguice de outros, ou valorizar o lirismo português, como em certas quadras do Videirinha quando canta os sucessos de Santa Irinéia em *A ilustre Casa*, ou a acentuar certas gabolices de alguns dos Ramires famosos.

É um estudo amplo e exaustivo da poesia que emerge da graça, do estro, do encanto de tão grande número de personagens. Lendo-se o

trabalho de Faria Coelho logo fica-se com a impressão de que a obra poética dos personagens queirosianos é maior do que dá impressão antes de a ver reunida num repositório abrangente. E sobretudo, pela qualidade, vê-se que a poesia tem um papel singularmente importante, de natureza ancilar, complementar, na estruturação e na estética da grande prosa do imortal escritor.

Edmundo Moniz publicou em 1993, pela Livraria José Olympio Editora, do Rio de Janeiro, *As mulheres proibidas – O incesto em Eça de Queirós*. É o autor nascido na Bahia, em 1911, tendo representado seu Estado natal no Congresso Nacional brasileiro como deputado e como senador; foi governador da Bahia; licenciou-se em Direito no Rio de Janeiro. Com formação eclética, dedicou-se também a estudar a obra de Eça de Queirós e sobre delicado e sensível tema escreveu a obra que ora passamos em revista. O tema é o do incesto (não consentido, como ocorre também em *Os Maias*), mas de mãe com filho, que vem a ser a essência de *A tragédia da Rua das Flores*. Como Eça de Queirós disse em carta a seu editor, Ernesto Chardron, em 1877, o romance que ele anunciava era muito superior ao *Primo Basílio*, e que o chamou de “uma verdadeira bomba literária e moral”. Mas os amigos e editores se manifestaram contra a publicação do livro e o escritor o guardou na gaveta. O caso suscitaria decerto escândalo à época e Eça, não querendo abandonar de todo o tema, o explorou em outro romance, a obra monumental que é *Os Maias*, publicada onze anos depois daquela carta a Chardron, isto é, em meados de 1886. O incesto materno foi transformado, em *Os Maias*, em incesto de dois irmãos: como era óbvio, os dois romances eram distintos um do outro. Na opinião do autor, o romance *A tragédia da Rua das Flores* contribui para a interpretação da vida anímica de Eça de Queirós, constituindo a mais importante das suas obras póstumas. Opina Edmundo Moniz (e obviamente essa opinião deve ser partilhada por não poucos conhecedores da obra do Eça) no sentido de que *A*

tragédia não se iguala a *Os Maias*, “que é o que melhor se escreveu em língua portuguesa depois de *Os Lusíadas*”. Ainda sempre de acordo com o autor, não se pode compreender o romance sem conhecer a vida de Eça de Queirós. O tema básico é o incesto, do tipo de Édipo, de Sófocles, em outras circunstâncias, logicamente. É na infância que está, muitas vezes, a chave da interpretação da vida e da obra de uma personalidade relevante, dentro de uma concepção freudiana. No caso de Eça, deve ter ele passado por um drama em sua infância, por lhe terem faltado os carinhos maternos. Por ser fruto de uma união livre, foi omitida a declaração de maternidade (que, juridicamente, é um fato e não uma presunção como a paternidade), de tal modo que, na partida de nascimento de Eça, figura o nome do pai e referência a “mãe desconhecida”. Nos primeiros anos o menino foi criado pela ama Ana Joaquina Leal de Barros, brasileira de Pernambuco, que o amamentou juntamente com a filha da mesma idade. Toda a soma de problemas psicológicos acumulados na vida de Eça desde a infância levam Moniz a dizer que *A tragédia* foi o romance que Eça “trouxe no ventre”. Moniz estuda e aponta minuciosamente situações em vários romances – seria impossível tentar aqui sequer resumi-las, quando apresentamos também outros livros – para concluir que “Eça de Queirós não podia libertar-se do complexo de Édipo que revela em quase todos os seus romances”. Em *O crime do Padre Amaro*, a mulher é interdita pelo voto de castidade sacerdotal do amante (Amaro); no *Primo Basílio*, a mulher é interdita pelos laços jurídicos de seu matrimônio. Para libertar-se do recalçamento infantil – a criança separada da mãe por culpa desta – tinha Eça de Queirós “necessidade de cometer conscientemente o incesto”. E o romance *A tragédia da Rua das Flores* foi o meio pelo qual o cometeu. Pode-se dizer que há um Eça antes e há um outro Eça depois da *Tragédia*. Vítor não mata o pai, como Édipo na peça de Sófocles. Foi o autor do romance (Eça) quem matou Pedro da Ega, pai de Vítor, tor-

nando inevitável a união sexual de Genoveva e Vítor. O romance revela plenamente o complexo de Édipo que por muito tempo acompanhou Eça e constituiu o eixo de sua obra de ficção. É difícil dizer onde começa Vítor e termina Eça, ou vice-versa. A leitura do final do livro de Moniz faz transpirar a alma e quase que o corpo também, tal a abundância de citações de dialogações dramáticas dos personagens e da força de cenários que alinha para defender sua tese. Terá ido longe demais?

Frederico Perry Vidal, um português que mora no Brasil há vinte anos, utiliza, em 1995, em São Paulo, em seu livro *Os enigmas n'Os Maias*, uma técnica muito interessante na sua composição. A partir de desenhos de um arquiteto brasileiro, Wladimir Alves de Souza, de uma vintena de personagens de *Os Maias*, tenta apresentar e decifrar os mistérios de cada um deles. A ocasião foi a celebração dos 150 anos do nascimento do Eça, em 25 de novembro de 1995. Na apresentação vem um estudo sobre o que foi o Clube do Eça que, em 1963, evocou o grande mestre com um jantar, réplica do oferecido por João da Ega ao banqueiro Cohen, no Hotel Central.

A reprodução de cada gravura dos personagens suscita uma descrição (com citações do fundamental, que define tudo que seja relevante para identificá-lo, na figura como no enredo) e um comentário interpretador da descrição. Os personagens – não apenas seres humanos – são o Ramallete, Afonso, Pedro, Carlos, Maria, a Toca, a Peliça, Mefistófeles-Ega, Alencar, Dâmaso, a Carta-Cruges, Guimarães, Eusebiozinho, a Gouvarinho, o Gouvarinho, Raquel Cohen, Jacob Cohen, Palma Cavalão, D. Diogo, Miss Sara, Steinbroken, ao todo 21 gravuras. É admirável o enfoque do tema de cada gravura, com textos meticulosamente selecionados, pelos quais os personagens são dissecados, explicados, esmiuçados, comparados. É obra que requer esforço, capacidade de detectar o que é relevante e exibir o essencial. O romance se desfaz num mosaico que ajuda a melhor

formar uma visão parcelada, ao mesmo tempo que ajuda a formar uma visão global do mesmo. Um caleidoscópio em que o fragmentado rebrilha e a unidade da obra esplende, se afirma e se projeta. Num romance com vasta e variada gama de personagens, o processo facilita o entendimento do leitor comum, estudado ou reestudado o texto de Perry Vidal após leitura corrente da obra.

Os personagens de *Os Maias*, fascinantes, e estão muito bem descritos e sintetizados no texto de Perry Vidal. Tudo de importante lá está em seu lugar. Mas não posso furtar-me a realçar, dentre os personagens, um que é secundário, no conjunto – porque o conceito de secundário se baseia na condição de não ser o primeiro, ou dos primeiros – mas que é de grande relevância no desatar de *nós* importantes da trama. Refiro-me ao Guimarães, o tio do Dâmaso, que seria rico, importante e influente, “amigo de Gambetta” segundo o sobrinho Dâmaso, mas que, no dizer de Maria Eduarda, a quem conheceu em Paris, é um “pobre coitado”, que vivia de traduzir notícias para o *Rappel*. E acrescentava ela que o Dâmaso deveria ajudá-lo na vida tão miserável que levava o tio em Paris. Era o pobre Guimaran, o que embirrava que lhe estropiassem o nome, *Guimaran* na França, *Guimarini* quando esteve na Itália, *Guimaroff* seria se fosse à Rússia... Calçava luvas pretas, era velho, alto, com suas longas barbas de apóstolo, todo vestido de luto, uma leve cor na face larga e pálida, um imenso “chapéu de abas recurvas”, à moda de 1830, carregado de crepe. O chapéu e a barba do Guimarães estão viva e fortemente retratados no desenho de Wladimir Alves de Souza, reproduzido no livro de Perry Vidal.

Mas o pobre do Guimarães (ou Guimaran, ou Guimarini, ou Guimaroff), se bem que um “pobre coitado” – e devia ser isto, Maria Eduarda é que devia ter razão – detinha na mão, trazida de Paris, a bomba que ia fazer estourar a história dos *Maias*. Sem que tivesse a consciência do papel que cumpria – era um inocente na trama – trazia

o Guimarães um cofrezinho, uma “caixita pequena” que a Monforte lhe dera, na véspera de partir para Londres, que dentro encerrava nada menos do que a carta que revelava, acima de qualquer dúvida, que Carlos Eduardo e Maria Eduarda, amantes, eram irmãos. Uma bomba ou, no dizer brasileiro destes dias, “pura dinamite”. E a bomba explodiu, “feriu”, e matou nada menos do que o velho Afonso!

Dagoberto de Carvalho Júnior é devoto de Eça de Queirós, sobre o qual escreve, no Recife, Pernambuco, com freqüência. Membro da direção da Sociedade Eça de Queirós, do Recife, certamente hoje a cidade mais queirosiana do Brasil, colaborador fiel de seu presidente, Pelópidas da Silveira, muito faz pela presença de Eça no nosso universo lusófono. A sociedade deve sua fundação a Paulo Cavalcanti.

Dagoberto, médico, estudioso de artes plásticas (tem livros sobre a arte colonial em Oeiras, no Piauí, seu Estado natal) decidiu “catar” com zelo e minúcia as referências a manifestações de arte sacra na obra de Eça de Queirós, e pô-las no livro *A cidadela do espírito – Considerações sobre a arte sacra em Eça de Queiroz*, publicado no Recife, em 1994, e lançado, em edição brasileira, em Oeiras, não a longínqua Oeiras do Piauí, mas o Concelho nosso vizinho a leste, entre Lisboa e Cascais. Assinala Paulo Cavalcanti que o livro de Dagoberto de Carvalho Júnior versa sobre tema que ainda não fora investigado por nenhum estudioso da obra eciana, em que praticamente tudo já fora esmiuçado, da vida, da morte, das doenças dos seus personagens, dos elementos geográficos de sua obra, de sua carreira diplomática, quando de sua estada em Havana como cônsul, de 1872 a 1874, das suas ligações e relacionamento com o Brasil e com brasileiros. Examina Dagoberto, no que diz respeito à arte sacra, a presença de símbolos e imagens, a descrição que faz Eça, em sua obra, de igrejas e tipos religiosos, segundo nota Paulo Cavalcanti. Diz o próprio Dagoberto que seu livro “revela o espírito místico de Eça, que o realismo como religião de estética literária, tantas vezes, sacrificou ao anticlé-

ricalismo de sua geração”. Quase ao concluir sua apresentação, diz Paulo Cavalcanti que, “para quem via Eça como avesso ao catolicismo, quando sua idiossincrasia se voltava só contra o *jesuitismo* ultrapassado, o livro de Dagoberto é a descoberta de um ângulo inédito da obra queirosiana, trazendo para o Brasil, mais uma vez, a primazia da originalidade na sempre atual obra do criador de João da Ega”. Em seguida ao comentário de Paulo Cavalcanti, vêm publicadas observações sob o título “Erudição” e “Rigor científico”, da autoria do que vos fala.



O trágico em José Lins do Rego e Gilberto Freyre

TARCÍSIO M. BURITY

O embaixador e homem de pensamento José Guilherme Merquior costumava afirmar que o movimento literário da chamada “Antropofagia”, nascido do Modernismo de 1922, “foi mais um *projeto* do que uma *realização estética*”, enquanto “o romance do Nordeste constituiu-se, de fato, em *realização estética de grande importância*”.

Acredito que a precisa distinção feita pelo escritor e crítico entre os dois movimentos literários do Brasil moderno estabelece os padrões para uma observação séria da extraordinária contribuição da literatura regional do Nordeste, no sentido de uma compreensão das forças mais profundas que agiram na formação da nacionalidade brasileira. Da sua cultura. Da sua índole. Do seu espírito. Do seu caráter. Do seu modo especial de ser.

Dessa maneira, os conceitos de *regionalidade*, *tradicionalidade*, *tropicalidade* e *modernidade*, expostos e defendidos por Gilberto Freyre,

Tarcísio Buriti
Formado em
Ciências Jurídicas,
Sociologia, Ciências
Políticas, Filosofia e
Letras, professor
universitário na
Paraíba, Secretário
da Educação e
Cultura da Paraíba
(1975), autor de
várias obras, entre as
quais *Mar territorial
brasileiro de 200
milhas*.

desde seu retorno ao Brasil, ainda em 1923, passam a sedimentar, direta ou indiretamente, a realização estética de toda a literatura regionalista brasileira. Ser moderno, portanto, não é romper abruptamente com o passado e valorizar apenas o novo enquanto novo. Ao contrário, o conceito de modernidade consiste, antes de tudo, em mergulhar nas profundezas de tudo aquilo que constitui a verdadeira alma da nacionalidade, o seu peculiar caráter de homem situado nas vastidões solitárias de uma terra tropical, fruto de uma miscigenação de etnias que o torna plástico e resistente a todas as intempéries desses mesmos espaços, formando uma visão nova do mundo, tipicamente brasileira, nem americana do norte, nem européia e nem asiática. E este homem tropical, com todo o peso de suas circunstâncias, encontra-se enraizado em sua região. É na região que ele vive. É na região que ele trabalha, que ele sonha, que ele realiza, que ele ama, que ele sofre e que ele morre. As cores, os sons, os sabores, os cheiros, os ritmos, o imaginário que o acompanha, enfim, tudo aquilo que vai fundamentalmente contribuir para formar a sua personalidade, ele retira ou recebe de sua paisagem regional. É ali, é naquele palco que, do nascimento à morte, ele representará o seu papel no grande teatro do mundo, papel, em certo sentido de ilusões e de tragédias, mas, em todo caso, papel que expressa a condição humana.

Nesse sentido, “regionalismo não é bairrismo superficial”. Trata-se de regionalismo que, ao mesmo tempo, na expressão de Gilberto, “já se associa a uma perspectiva, além de transregional, transnacional, com a região (o Nordeste) e o país (o Brasil) projetando-se nas áreas mais afins das suas. Isto através de suas crescentes ligações, de caráter ecológico, americanas ou continentais, por um lado, e culturalmente ibéricas, ou hispânicas, por outro lado”. “Portanto, região e tradição são conceitos dinâmicos e não estáticos”.

E as forças profundas que vão condicionar toda a estética regionalista encontram-se na alma popular. Nos seus modos de ser. No seu mitológico. Nos seus transbordamentos de atitude, julgados bons ou maus.

Na fase da formação da nacionalidade, vai ser nas casas-grandes e nas senzalas, como afirma Gilberto Freyre, onde melhor se exprime o carácter brasileiro, a nossa continuidade social.

E mais adiante: “No estudo da sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante *por uma quase rotina*: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o carácter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados, sentimos-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos”. “Isto, é claro, quando se consegue penetrar na intimidade mesma do passado; surpreendê-lo nas suas verdadeiras tendências, no seu à vontade caseiro, nas suas expressões mais sinceras”. “É algo como uma *introspecção proustiana*.”

Pois bem, foi esse cenário de magníficas perspectivas que se apresentou a José Lins do Rego, após o seu primeiro encontro com Gilberto Freyre. “Para mim, escreve José Lins, tivera começo naquela tarde de nosso encontro a minha existência literária.” “E, continua ele, fui vendo que havia o Brasil, que havia uma grandeza brasileira, com raízes sólidas, plantadas pelo lusitano que tanto se desprezava.” E ainda: “O Brasil não precisava do dinamismo de Graça Aranha, e nem da gritaria dos rapazes do Sul; o Brasil precisava era de se olhar, de se apalpar, de ir às suas fontes de vida, às profundidades de sua consciência.”

José Lins vem à Paraíba com Gilberto Freyre. Visita a sua terra, os seus engenhos, a sua gente, o seu povo. E dá-se a exata compreen-

são do verdadeiro regionalismo. Nas suas próprias palavras: “A este regionalismo poderíamos chamar de orgânico, de profundamente humano. Ser da sua região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura viva, mais ligada à realidade. *Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade.*”

José Lins torna-se um dos principais realizadores dos ideais estéticos da literatura regional nordestina.

A grandeza de sua produção literária está sempre a merecer novos estudos, o que demonstra a força de sua criação. Numerosas já foram as teses sobre ele abordadas por respeitáveis especialistas. Entretanto, creio ser também interessante observar um aspecto que se encontra presente em todos os seus romances, de forma gritante, mas que, curiosamente, passou despercebido da maioria de seus críticos: o *valor do trágico*, que permeia toda a sua criação artística, sobretudo as obras cuja temática é o drama humano que acontece no Nordeste brasileiro.

Sim, o *trágico!* Em cada oportunidade de releitura de suas obras, tenho a convicção de que José Lins do Rego traçou, com rara competência, um dos mais ricos painéis da tragédia de uma civilização que tanto marcou a formação da nacionalidade brasileira. Sobretudo na sua fase de decadência econômica, quando acontece a desintegração da sociedade semipatriarcal. Desejo referir-me à *civilização da cana-de-açúcar*.

O açúcar, que fora a maior riqueza desse país continente, entrara em processo avassalador de decadência, arrastando consigo, qual enchente de rio impetuoso, patrimônios familiares antes tidos como sólidos, inabaláveis; arrastando confortos, prazeres, alegrias, projetos de realização pessoal, posições políticas, prestígio social, braços guardados com imenso orgulho. Tudo o que simbolizava grandeza e progresso desaparece no tumulto das transformações socioeconômicas, de forma definitiva, com a força inevitável do que tem de acontecer.

E a história do Nordeste passa a ser, na expressão de José Américo, “uma história de preterições e de abandono”.

Na verdade, outra riqueza, o café, situada nas regiões do Sudeste brasileiro, já há quase um século se apresentava como a solução para o progresso do país. Tornou-se a sua principal fonte de divisas. E, por um tropismo natural, todas as providências de incentivo à planta valiosa voltaram-se para as regiões propícias ao seu cultivo, isto é, o Sudeste brasileiro. Em seu benefício, os governos da União, do Império à República, dirigiram as suas forças políticas, administrativas, econômicas, financeiras, creditícias (nacionais e estrangeiras), aliadas a diversas medidas de proteção ilimitada às indústrias de manufatura e de incentivo à exportação mediante inclusive a realização da chamada política de valorização do café, a qual implicava na imposição de impostos com vistas à consolidação desse projeto artificial. Essas forças aceleram fantasticamente a economia do Sudeste, mas também a decadência da economia açucareira do Nordeste, que não dispunha de nenhum plano alternativo e sofria a queda de preço do seu produto, por força da concorrência internacional. O desmantelamento econômico da região completa-se com as secas devastadoras.

Ora, nesses tempos de ebulição intelectual, Gilberto pregava exatamente “que pintores, escultores, arquitetos, romancistas, compositores, pintassem, esculpisse, descrevessem, interpretassem, recriassem com coragem *o que viam*”.

José Lins passa a elaborar a sua criação literária dentro desse cenário.

O *tempo* e a *memória* se constituem em fatores essenciais para a construção de seus romances. Não o tempo como pura sucessão de momentos que pode ser mensurado matematicamente. Mas o tempo *vivido*. O tempo interior. O tempo que é, no mesmo instante, *presente*, *passado* e visão prospectiva do *futuro*, tudo vivido pela *consciência* do ser existencial que é o escritor. A *consciência* de qualquer pessoa “vive o

presente com a memória do passado e a antecipação do futuro”. “Fora da consciência psicológica, diz Bergson, o passado não é mais e o futuro ainda não é”. A percepção, sensível ou intelectual, acumula na memória os dados da realidade experimentada. A memória, portanto, traz para dentro da consciência o tênue fio que liga o passado ao presente, possibilitando que o indivíduo não perca o sentido das coisas e nem o sentido de si próprio, vale dizer, não perca a sua personalidade. A memória torna-se dessa maneira fator essencial da personalidade humana.

Todo escritor é um memorialista a seu modo. E José Lins mergulha fundo nesse mundo de riqueza incomparável.

Menino de engenho, Doidinho, Bangüê, O moleque Ricardo, Usina, Fogo morto, e ainda *Pureza, Pedra Bonita e Cangaceiros*, são detalhes de um grandioso mural, onde o que importa é a condição do ser humano, *situado e datado* com o peso de suas circunstâncias, nas quais se encontra envolvido sem saber por quê. O cenário que reproduz é o Nordeste açucareiro, durante a fase de sua decadência econômica. Os personagens são as pessoas de sua convivência, a começar por ele próprio e seus familiares, os amigos, a sua gente, em cujas existências procura descobrir o que há de profundamente humano. É nesse trabalho de bom ourives, com vistas a encontrar no regional, na quase rotina, no natural, *valores universais*, que identificamos a grandeza de José Lins do Rego e a marca inconfundível de um escritor entre os maiores da literatura brasileira. Nele, realidade e ficção se misturam e se completam, no esforço de realçar a *condição humana*. Assim também fez Marcel Proust, na literatura francesa do início do século XX.

Pois bem, nessa busca do profundamente humano, do universal, José Lins põe o sentimento trágico da vida no centro de suas criações. O trágico está constantemente presente na sua vida literária. As cenas de decadência que descreve, com rara maestria, a

propósito da civilização da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, é um tristíssimo cantochão das multidões desesperançadas e sofridas dessa região, antes tão rica e promissora. Ele cria e destaca determinados personagens para realçar neles, como diria Schopenhauer, *as dores do mundo, os sofrimentos indivizíveis de um castigo sem culpa*. Exprime ele o que os pensadores existencialistas escreveram: o ser humano é radical e existencialmente trágico. O que me faz recordar Pascal:

O que é o homem na Natureza? Um nada em relação ao infinito; um tudo em relação ao nada, algo de intermediário entre o nada e o tudo. Infinitamente distante de poder abraçar os extremos, o princípio e o fim das coisas lhe são irremediavelmente ocultos em impenetrável segredo, pois ele é igualmente incapaz de ver o nada do qual foi extraído e o infinito pelo qual foi tragado.

Em minha visão, José Lins do Rego exprime esse sentimento trágico da vida, expressão que serviu inclusive de título a uma das obras fundamentais do escritor e pensador espanhol Miguel de Unamuno, em dois planos bem distintos: o plano da tragédia pessoal e o plano da tragédia social, a qual por ele se expressa em forma de denúncia clara ou disfarçada.

A tragédia pessoal resultante especialmente da consciência da fugacidade e da fragilidade da existência. Nada se completa. Tudo passa e se acaba.

A pessoa humana se dilacera entre a aspiração natural de permanecer na sua existência, de recusar a morte, de querer ardentemente a sobrevivência, e a consciência amarga, nascida da certeza de que tudo perecerá.

É o próprio José Lins que, em Nota à I^a edição de *Usina*, oferece o sentido da vida de alguns dos seus principais personagens:

Veio, após *Menino de engenho* e *Doidinho*, *Bangüê*. Carlos de Melo havia crescido, sofrido e fracassado.

Ricardo foi viver, por fora do Santa Rosa, a sua história, que é tão triste quanto a do seu companheiro Carlinhos. Foi ele do Recife a Fernando de Noronha. Muita gente achou-o parecido com Carlos de Melo.

E mais adiante:

Depois de *Moleque Ricardo* veio *Usina*; a história do Santa Rosa arrancado de suas bases, espatifado, com máquinas de fábrica, com ferramentas enormes, com moendas gigantes devorando a cana madura que as suas terras fizeram acalmar pelas várzeas. Carlos de Melo, Ricardo e o Santa Rosa se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito da vida do outro. Uma grande melancolia os envolve de sombras. Carlinhos foge, Ricardo morre pelos seus e o Santa Rosa perde até o nome, se escraviza.

Apesar da vida solta, livre de menino de engenho, misturando-se com os meninos pobres da bagaceira, Carlinhos “era um menino triste”, solitário, a andar “por debaixo das árvores da horta, ouvindo sozinho a cantoria dos pássaros”:

O meu esporte favorito concorria para estes isolamentos de melancólico.

Tinha um medo doentio da morte.

Na verdade, a preocupação com doenças, inclusive a doença da loucura, e o medo da morte, ou a idéia da morte, ou cenas de morte, a começar com o assassinato da mãe pelo próprio pai; a morte, assim, de pessoas queridas da família ou da sua convivência, como a da prima Lili, a do avô; a notícia da morte do pai; as mortes trágicas e

violentas de alguns de seus personagens, enfim, a morte como o fim das pessoas, das coisas, do universo constituinte da frágil existência; a morte com os seus pavores, as suas tristezas, as suas dúvidas, as suas saudades, os seus mistérios, constituir-se-á em assunto recorrente em todos os seus romances, como se a vida nada mais fosse do que uma luta paradoxal pela preservação da existência, mas acompanhada da clara consciência da derrota final mediante o fim doloroso.

Em *Doidinho*, não é apenas a denúncia da pedagogia da palmatória, em todo vigor na escola do Professor Maciel. Mas se trata principalmente da narração de instantes de uma vida de criança órfã que se julga esquecida pelos seus. No internato, certo dia, pede a seu amigo Coruja que escreva ao avô, em seu nome.

Passei dias esperando resposta. Sonhava com o velho Zé Paulino na sala de visitas do colégio, discutindo com o diretor. E ouvi diálogos de um avô defendendo o neto contra o seu algoz.

.....

Mas eram uns diálogos de sonho. Ninguém se importava comigo, pensava nos meus silêncios. Era como o Aurélio, um sacudido ali para descanso dos que ficavam em casa. Sentia raiva de minha gente. E não era que estivesse no fim do mundo. Itabaiana estava a um salto do Santa Rosa. E dias e dias, e nenhuma linha de resposta.

Até mesmo quando se alegre, ao voltar ao Santa Rosa, durante as férias, para as comemorações de São Pedro, a presença da morte e do sentimento trágico da vida são constantes na sua narração.

O dia de São Pedro chegou para me encontrar bem triste.

.....

O homem da estação trouxera um telegrama para o meu avô. Um telegrama no engenho seria sempre uma coisa rara, um acontecimento. Ou gente pedindo cavalo para estação ou notícia de morte. Daquela vez o velho leu o papel de cara fechada. Mostrou a Tia Maria, que já andava de pé, e começou o murmúrio na gente grande da casa. Depois me chamaram, e a minha tia me disse:

– Carlinhos, vou lhe dar uma notícia ruim.

Não lhe disse nada, espantado, à espera.

– O seu pai morreu.

.....

Fui para o quarto pensando. E a idéia da morte trancou-se comigo.

O isolamento, a tristeza, as saudades foram de tal ordem que Carlinhos resolve fugir do internato. É o fim do romance. Na fuga, atinge o Santa Rosa.

A porteira do cercado batia forte no mourão. E no silêncio da tarde, tudo aumentava de voz. Um grito do velho Zé Paulino chegou até a mim:

– Ô Ricardo!

Ali no escuro é que não podia ficar. E a solidão me fez mais medo do que o povo do Santa Rosa.



Ao lado do plano das tragédias individuais, a denúncia da tragédia social, fruto das diferenciações de classe social, ou de situação econômica, ou ainda de sexo, ou de idade.

A mulher, o negro, em certo sentido o menino, os homens do eito, o trabalhador urbano, o favelado, o prisioneiro formam o elemento básico para as suas denúncias da injustiça social reinante. É a tragédia que não resulta nem dos humores de figuras mitológicas,

como na Grécia antiga, nem muito menos de um destino que se desconhece, mas que traçaria os sofrimentos dos seres humanos, deixando para os mortais apenas a *esperança*, como melhor forma de martirizá-los. Não são os deuses, ou a fatalidade, ou o tempo, ou o inconsciente, nem mesmo as paixões incontroláveis. É o sofrimento causado ao outro pela vontade pervertida do domínio espoliador. *É a tragédia social.*

São conhecidos os estudos de Nietzsche sobre a origem da tragédia grega. Para ele, o sentimento trágico da vida resulta da consciência do conflito, absoluto e insolúvel, de dois princípios – o dionisíaco e o apolíneo – conflito no qual o ser humano se sente como que esquarterado.

O espírito dionisíaco é a expressão da força instintiva, da paixão sensual. É o mergulho do indivíduo no todo da natureza, com suas forças inconscientes e mutantes.

O espírito apolíneo, ao contrário, é o símbolo do equilíbrio, da ordem, da disciplina. Entre os gregos antigos, é o símbolo divino da individualização.

Claro que há muita coisa de verdade nessa interpretação de Nietzsche sobre as origens do trágico. Por exemplo, existe, por acaso, algo de mais dionisíaco do que o carnaval brasileiro? E o carnaval, com todos os seus ritmos, suas luzes, suas fantasias, suas loucuras, suas máscaras, porventura não expressa um exemplo patente da tragédia humana, acompanhada da consciência de que tudo na existência é passageiro, frágil, fugaz, finito, como aquelas bolhas de sabão coloridas que as crianças, na sua inocência, jogam para o ar? Como diria Calderón de La Barca: *a vida é sonho*. A vida é ilusão que seduz, mas que também engana e falseia. Ou na frase de nossa própria canção de carnaval: “Tristeza não tem fim, felicidade, sim.”

Mas Nietzsche não explica a *tragédia social*, que é a pior, pois resulta da exploração do homem pelo próprio homem.

Essa denúncia da tragédia social constitui, a meu ver, uma das principais vertentes da literatura regionalista nordestina, principalmente em José Américo, José Lins, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz.

Gilberto Freyre também o faz, de forma diferente, até porque os seus escritos não são romances, mas estudos científicos de sociologia e antropologia. Mas quem melhor do que ele apontou os males de uma civilização calcada na monocultura do açúcar e no sistema escravocrata? Quem, melhor do que ele, mostrou que a suposta inferioridade do negro resultava não do fato de ser negro, mas da terrível, trágica e tenebrosa situação de ser escravo? Quem melhor do que Gilberto narrou a vida íntima da família brasileira, com todos os seus dramas, as suas alegrias e as suas tristezas? Quem melhor pintou, com as cores realistas da ciência e a leveza do artista da palavra, a situação de inferioridade social em que viveu reclusa a mulher brasileira?

Gilberto Freyre, em sua obra monumental, que traça a história íntima do Brasil, desde a sua formação até 1920, faz trabalho científico, procurando evitar “ismos” comprometedores, do ponto de vista ideológico. A crítica que João Ribeiro lhe fez, ao afirmar que ele (Gilberto) “não conclui”, passa a ser a demonstração clara da objetividade científica com que tratou o riquíssimo material de que dispôs em suas pesquisas sócio-antropológicas.

É tempo, diz Gilberto, de procurarmos ver na formação brasileira a série de desajustamentos profundos, ao lado dos ajustamentos e dos equilíbrios. E de vê-los em conjunto, desembraraçando-nos de pontos de vista estreitos e de ânsias de conclusão interessada.

A denúncia da tragédia social provocada pela degradação e até mesmo o extermínio do índio, e pela escravidão do negro, encon-

tra-se em toda a sua obra, de maneira sugerida, ou revelada, ou claramente expressa.

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal.”

E ainda:

O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o de baleia ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza.

Pois bem, José Lins do Rego, como disse Carlos Lacerda com muita propriedade, em notável discurso na Câmara Federal, por ocasião da morte do escritor paraibano, “dá personagens à obra de Gilberto Freyre”.

Na verdade, ao lermos José Lins é como ver aquelas figuras descritas por Gilberto, guardadas em álbuns velhos de família, pularem para fora desses álbuns e passarem a reviver a vida delas, marcadas por instantes de alegria e de prazer, mas, ao mesmo tempo, vidas tocadas por um destino de dores e sofrimentos, de tragédias indizíveis.

Bangüê, na minha visão, é o romance do desencanto e da frustração. Carlos de Melo, ao retornar ao Santa Rosa, já adulto, homem feito e vivido em cidade grande, sofre o impacto do desvelamento das suas fantasias de menino de engenho. Vive, agora, a realidade da decadência implacável de seu mundo de criança. O avô, seu grande ídolo, encontra-se decrépito e incapaz de manter o ritmo de trabalho do Santa Rosa. Finda por morrer. A presença de Maria Alice apenas aumentou as suas dores e o sentimento de frustração pessoal.

E ao narrar doloridamente a morte do avô, escreve:

Chorava. Fui ao quarto dele. A cama de couro, descoberta, a mesa onde guardava as coisas, o cabide com o seu capote de pendurado. Tudo o que era seu era aquilo, aqueles troços de pobre.

A morte do vizinho, Coronel Lula de Holanda, do engenho Santa Fé, constitui outro exemplo da decadência da civilização semi-patriarcal. Resistiu o quanto pôde, o Lula de Holanda. Guardou as aparências de riqueza e de suposta nobreza rural até os últimos instantes.

Mas a morte tudo revela e tudo iguala:

– Eles não têm nem um vintém, doutor Carlos. Cheguei aqui ontem e meu padrinho já estava arquejando. Quis ir chamar um doutor no Pilar e vi que era tarde. Botei a vela na mão dele. Não encontrei nem uma pessoa para me ajudar.

Carlos de Melo ainda possui veleidades de recuperar e continuar a obra do avô, já que o Santa Rosa ficou para ele. Ilusão total. Tudo se encaminha para a perda definitiva do patrimônio. As dívidas se acumulam. A Usina São Félix, com sua fome de terras, espera apenas a hora do bote final. Já vinha devorando outros engenhos bangüês da região. Carlos ainda salva o Santa Rosa, vendendo-o ao Tio Juca, que tinha a idéia de ali instalar uma usina, mesmo em condições precárias, com o apoio financeiro dos parentes da Várzea.

O Santa Rosa se findara. É verdade que com um enterro de luxo, com um caixão de defunto de trezentos contos de réis. Amanhã, uma chaminé de usina dominaria as cajazeiras. Os paus d'arcos não dariam mais flores porque precisavam da terra para cana. E os cabras do eito acordariam com

o apito grosso da usina. E a terra iria saber o que era trabalhar para usina. E os moleques o que era a fome.

E termina o *Bangüê* nestes termos:

O neto comprara uma passagem de trezentos contos para o mundo. O cemitério de São Miguel de Itaipu se mostrava do alto com suas cruzes velhas. Mandaria levantar um túmulo bonito para Nicolau. O trem corria. Tudo ficava para trás. Um túmulo bonito para Nicolau.

Mas, o Santa Rosa, transformado na “Usina Bom Jesus”, também não terá bom destino. No começo, tudo oferecia a ilusão de um futuro promissor, da vitória de uma visão econômica e administrativa marcada pela modernidade. Como previsto, a tragédia social se aguça, por força das novas medidas de gerenciamento da usina, cujo objetivo era o lucro cada vez maior, mesmo que isso tudo custasse o aumento da miséria dos homens do eito.

Mas a Bom Jesus, na ânsia do enriquecimento rápido, da busca de uma riqueza fácil, passa a depender do endividamento bancário, ou particular, atendendo aos atrativos de equipamentos modernos e novos, oferecidos por grupos americanos. É o seu fim. O Dr. Juca, usineiro da Bom Jesus, filho do Coronel José Paulino, até pouco tempo, homem que ostentava riqueza e que parecia continuar as velhas tradições da família, via-se, agora, totalmente endividado e absolutamente falido, recebendo prazo improrrogável para deixar as terras da usina. As terras de seu pai. As suas terras. As suas raízes. E o Dr. Juca, que tantas vezes desfilara no seu carro importado dos Estados Unidos, pelas ruas da Capital e da cidade do Recife, é obrigado a abandonar tudo às pressas, *dentro de um carro de boi*.

Era quase noite. O sol se ia, sem nem uma cinta vermelha no poente. Tudo cor de chumbo, no céu. A noite chegava. Chovia. E D. Dondon olhou lá para baixo. Tudo ia escurecendo. Só mesmo, de muito longe, a lanterna do monumento de N. S. da Conceição atravessava o rio e a chuva. Aí o Dr. Juca falou para a mulher, para a filha e para as negras:

– Isto é pior do que pedir esmola.

Em *Fogo morto*, sabemos que José Lins do Rego atinge o ápice de sua técnica de criação literária. A densidade das narrações e o perfil de seus personagens fazem do romance uma das obras-primas da literatura brasileira. Aí também o motivo fundamental de sua concepção estética é a tragédia humana em toda a sua plenitude. É o ponto central de seu magnífico painel, pintado por mão de mestre.

A figura do Mestre José Amaro, vítima de uma doença esquisita que fazia o povo nele identificar a imagem do lobisomem, com a filha única enlouquecida, incompreendido e abandonado pela própria mulher, cioso de sua dignidade e da sua profissão de seleiro, expulso da terra de forma arbitrária pelo senhor de engenho, Lula de Holanda, resume, no seu sofrimento, a dor universal dos injustiçados. Não há autoridade a quem ele possa recorrer. Prefere procurar o apoio dos cangaceiros, chefiados por Antônio Silvino, identificando nesse, como o povo em geral, a figura do justiceiro, que toma o partido dos pobres, dos miseráveis, dos que só possuem necessidade e privação. Ao sofrer a prisão e as torturas da polícia, braço armado dos poderosos, a sua dor é de tal magnitude que prefere morrer suicidando-se.

O engenho de Lula de Holanda, o Santa Fé, resume de forma magnífica o fim daqueles tempos terríveis, o fim de uma era: a sociedade rural semipatriarcal, que se desintegra para sempre.

O Capitão Vitorino surge para dar maior realce a esse mundo em ritmo de desaparecimento. É uma figura tragicômica que, na sua se-

miloucura, torna-se objeto da galhofa daquela gente especial, mas também, como todos os semiloucos e ingênuos, vê a verdade das coisas e dos homens, e a denuncia com absoluta coragem. Enfrenta os cangaceiros como enfrenta a Polícia e suas arbitrariedades: de peito aberto, com a sinceridade, a solidariedade, a lealdade e o ideal dos inocentes.

A cena final do romance é profundamente dolorosa. Sabendo do suicídio do Mestre José Amaro, que preferiu morrer a continuar sendo Humilhado, o Capitão Vitorino, conhecendo, como conhecia, a pobreza em que vivia o compadre, apressou-se em ato de extrema solidariedade:

– Vou cuidar do defunto, Adriana; eu vou na frente com Passarinho. Vê se tem uma roupa nova minha para vestir o compadre que deve estar desprevenido.

– Não precisa não, ele não tem aquele terno que Luís trouxe do Rio?

– É verdade.

E saíram. Lá da estrada, quando deram a volta, viram a fumaça do bueiro do Santa Rosa melando o céu azul.

– O Santa Rosa botou hoje?

– É capitão.

Foram andando.

– Me esqueci de dizer a Adriana para trazer umas botinas novas que Augusto do Oiteiro me deu, para calçar no compadre.

– É capitão.

Agora viam o bueiro do Santa Fé. Um galho de jitirana subia por ele. Flores azuis cobriam-lhe a boca suja.

– E o Santa Fé, quando bota Passarinho?

– Capitão, não bota mais, *está de fogo morto*.



Pedra Bonita e *Cangaceiros*, embora se desenvolvam em regiões diferentes do cenário da cana-de-açúcar, pois são dramas que acontecem no sertão nordestino, a temática da denúncia da tragédia social é a mesma. São principalmente as conseqüências nefastas do fanatismo religioso, do cangaço e da violência policial, que formam a matéria-prima para a criação do escritor.

O cangaço, a sua vida, os seus costumes, as razões sociais do seu aparecimento, tudo é narrado magistralmente por José Lins nesses dois romances.

A idéia de que o cangaço resulta sobretudo das injustiças sofridas por famílias do interior nordestino, que não encontram nas autoridades constituídas, nem muito menos nas próprias instituições, amparo seguro para a reparação material ou moral das agressões sofridas, e sobretudo segurança para que possam trabalhar em paz, fica patente em todas as páginas, a par das tragédias pessoais resultantes dos conflitos criados, como, por exemplo, o desespero seguido do suicídio da mãe do cangaceiro.

Vejamos a cena. Bentinho, um dos filhos, preocupa-se com o agravamento da saúde da mãe. Resolve visitá-la, acompanhado do mestre Jerônimo:

O pior que pode acontecer é ela me estranhar. Aí só tem um jeito, é amarrar a velha. Vai ser duro menino, mas para essa doença só mesmo botando o coração de lado. Tu chega lá primeiro do que eu e conforme for, me chama.

As pernas de Bentinho tremiam, um frio de morte entrara-lhe de corpo adentro, mas foi andando bem devagar como se estivesse num quarto, com receio de acordar alguém. Chegou no copião e não viu ninguém. A casa toda em silêncio. Foi à cozinha e o fogo estava apagado. Pôs os ouvidos para escutar, e nada. Aí criou mais coragem e empurrou a porta do quarto da mãe. Deu um grito de pavor. O corpo de Sinhá Josefina pendia de uma corda, com a língua de fora e os olhos esbugalhados. O mestre já estava ao seu lado e com a

faca cortou a corda. Sinhá Josefina estendeu-se no chão, rígida. O filho abraçou-se com ela, num choro convulso de cortar o coração. O mestre Jerônimo passou-se para o copíá, fugindo da tristeza do quadro.



A obra literária de José Lins do Rego é definitiva e perene, porque ele soube, como poucos, encontrar no regional, nas pessoas mais comuns, valores *universais*.

Assim fizeram todos os grandes escritores, de todas as épocas e de todos os lugares. Assim fez Homero, o pai de todos eles, ao mostrar para os séculos futuros as figuras humanas fantásticas da sua Hélade, nascidas das estórias populares do povo grego na antiguidade clássica, mas que se tornaram universais por serem extremamente humanas.

Assim também fez José Lins do Rego, imortalizando em páginas memoráveis valores e sentimentos próprios da condição humana, especialmente o mais verdadeiro deles, porque mais próximo à nossa natureza de seres inteligentes e dotados de senso de moralidade: o *sentimento trágico da vida*.



Mulher lendo

Renoir, c. 1895, óleo sobre tela, 32 x 28 cm.

Coleção particular.

Poesia

MIGUEL REALE

~ Eterna juventude

Quando em meus olhos os teus olhos pousas
vejo-te jovem como via outrora:
luz interior não é como são cousas
pulverizadas pela mó das horas.

Amar é ver o mundo em transparência
iluminando o corpo que envelhece,
reconduzido o curso da existência
à fonte espiritual que não perece.

O nosso novo e antigo amor perdura
iluminado por uma luz tão pura
que, por mais que este mundo aziago mude,

sentiremos até o fim da vida
a velhice corpórea adormecida
no milagre de nossa juventude.

Miguel Reale é jurista, professor, ensaísta. Sua bibliografia fundamental abrange obras de Filosofia, Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Estado e estudos de Direito Público e Privado. É o fundador da *Revista Brasileira de Filosofia* (1951) e presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia.

~ O espelho

Eis o homem perdido em mil clonagens
no infinito mar das perspectivas,
as coisas todas virtualmente vivas
só no fluir contínuo das imagens.

És o ser que não é, o que se nega
em perene devir e rodopio,
a jogar com a luz o desafio
de aparecer tão logo cesse a treva.

Talvez sejas o duplo que se oculta
amargando no fundo da consciência
numa contradição que sempre avulta:

o desejo perene de mudança
mas não, como a do espelho, com carência
do próprio ser, por nunca ter lembrança.

~ Idade

Jamais pensara em tão longa vida
aumentando os motivos da saudade,
lembranças doce-amargas do vivido
cada dia com mais perplexidade.

Numa inversão de todos os valores,
cada minuto vale uma semana,
alterando-se a linha dos fatores
que dão sentido à existência humana.

Diminui a confiança no que faço
tamanho é o jogo das alternativas
que me afligem entre este e aquele passo.

Na solidão cruel de minha casa
vivo sem rumo para iniciativas,
triste vôo de um pássaro sem asa.

~ Razões de amar

Quanto mais te amo menos compreendo
as razões de tão cálida afeição
mas o amor finalmente acaba sendo
filho do acerto e da contradição.

Amar é um querer e não querer
ao mesmo tempo, um jogo atormentado
entre o desejo de jamais ceder
e a vitória final do ser amado.

Amo-te mais quando te quero menos
e em aflitas dúvidas me perco
sobre a fortuna de não mais querer-nos,

mas, de repente, tudo se transforma
no heroísmo de ceder ao cerco
que por amar-te em torno a mim se forma.

~ A vida

Quanto menos se espera é que nos chega o sono,
Nem se encontra a verdade eliminando o acaso,

Assim como infeliz é quem se arvora em dono
De cada instante só por se temer no atraso.

Nossa existência é linha encurvada e trêmula
Que vai de ponto certo a um extremo oculto,
E, por mais haja empenho em conquistar a flâmula,
Não sabemos se o dia é de sorriso ou luto.

Procuramos viver na reta do divino,
Mas a reta não é mais que breve fragmento
Da curva infinita e incerta do destino.

Mas nos cumpre viver, viver segundo o impulso
Que nos vem da matriz de nosso sentimento
De que o mistério está em nosso próprio pulso.

~ O livro

Gostaria de ter páginas soltas
que o vento da imaginação transpõe,
frases que giram à nossa volta
mesmo depois que o sol se põe.

Humilde, todo em si trancado,
É o livro encadernado.

Há quanto tempo não releio Dante ou Tolstoi,
nem revivo os livros de minha infância
ironicamente encadernados;
quanto isso dói!

Que bom seria se pudesse
guardar os livros todos na memória
e de repente reaparecesse
o que um dia foi história
das mais profundas emoções.

Mas os livros, disciplinados,
enfileiram-se na estante
e não me socorrem
na amargura deste instante,
enquanto frio o sol se põe.

~ Sangue e poesia

A poesia é o sangue das artes,
cálida força existencial
que a todas une e comparte.

Governando o pincel na pintura
é variação do ritmo musical
e emerge como forma na escultura.

Luz do cérebro ao coração
faz-nos entrever imagens do invisível
unindo o sentimento à razão.

Os versos são as veias da poesia
pelas quais se esparrama o sangue humano
com o mundo da vida em sintonia.



Monumento paradigmático da Exposição Universal de Paris de 1889, a Torre Eiffel acabou por se transformar em *ex-libris* da capital francesa e cenário do vôo do balão nº 5 de Santos Dumont, a 8 de agosto de 1901.

Paris aplaude Santos Dumont

Durante meia hora, todos os olhares de Paris estiveram voltados para o céu da cidade, onde o brasileiro Santos Dumont conseguiu provar ser possível pilotar um balão dirigível. Decolando de Saint Cloud, Santos Dumont seguiu rumo à Torre Eiffel, a contornou e voltou ao ponto de partida, sob os aplausos de toda a Paris. Pela façanha, o brasileiro recebeu o Prêmio Deutsch de la Muerthe, no valor de 100 mil francos. O aviador não quis ficar com o dinheiro. Deu 25 mil francos para os homens que o ajudaram a construir a máquina voadora, e o restante doou à polícia de Paris para que fossem quitadas as dívidas de moradores da cidade. Como se não bastasse o feito inédito, a generosidade de Santos Dumont transformou o brasileiro em herói dos parisienses. Logo após completar a façanha, ele recebeu um telegrama de outro grande inventor que muito o emocionou. “Alberto Santos Dumont, o pioneiro dos ares, homenagem de Thomas Edison.” O piloto contou sobre a emoção de ser o primeiro homem a controlar o vôo com perfeição. “No trajeto para a Torre Eiffel, nem uma só vez olhei para os telhados de Paris: eu flutuava sobre um mar branco e azul, nada mais vendo senão meu objetivo.”

Rui conquista Haia

Da retrospectiva
do *Jornal do Brasil*.

Ao fim da 2ª Conferência da Paz, em Haia, na Holanda, todos os delegados comentaram a qualidade dos discursos de Rui Barbosa, chefe da delegação brasileira. Ora num inglês de fazer inveja aos lordes britânicos, ora num francês melhor do que o da corte parisiense, Rui defendeu o princípio da igualdade entre as nações, não importando seu poderio econômico, e ainda teve a coragem de denunciar a forma pela qual o encontro foi organizado, classificando os países de acordo com seu poderio bélico. Segundo Rui, tal critério é inaceitável em uma conferência que pretendia tratar justamente da paz mundial. O brasileiro tornou-se líder dos pequenos países da reunião e ficou conhecido com o *Águia de Haia*.

Uma página de Euclides

ALCESTE

Encontro na revista *Kosmos* – a propósito da qual falei aqui, anteontem, número de outubro de 1908 – uma colaboração de Euclides da Cunha que, segundo me parece, ainda não foi reunida em livro. Intitula-se “Numa volta do passado” e consiste na impressão de uma visita feita ao “decaído sítio” do capitão Antônio Pinto da Silveira, perto da cidade de Silveiras. É essa uma de suas páginas mais interessantes, digna de não ser esquecida. O começo, por exemplo, constitui um trecho descritivo de primeira ordem. Ei-la: “Cheguei à estância solitária ao cair da noite, exausto de fadiga, ao cabo de dez horas a fio de marcha, aos boléus, pelos borocotós de um desvaierado atalho do mais antigo e esquecido caminho de rodagem do Brasil. E, certo, a não faltar ainda longo estirão de três léguas para ir-se a Areias ou a não serem de todo impraticáveis à noite aquelas veredas que os tabocais cegavam, invadindo-as – eu teria prosseguido, suplantando o cansaço, fugindo à espera fita do mal assombrado pouso que se me oferecera. Na verdade era preferível qualquer rancho

*A Gazeta de
S. Paulo,
9 de outubro
de 1945.*

aberto de tropeiros, varado das chuvas e dos ventos, àquela tapera desgostante. Como tantas outras, que se topam de longe em longe, ao longo das trilhas multivias de trato de São Paulo, ela me parecia como um espantalho de grandeza decaída: desgracioso casarão antigo, de paredes esborcinadas e pensas sob telhado levadio de beirais saídos, bojando no recosto de um morro, no breve claro de um carascal bravio. À frente da porta principal, sobre um monte de seixos, um cruzeiro alto, sacudindo ao vento o estropalho de um sudário em tiras. A uma banda à esquerda uma figueira pobre de mandiocal raquítico, onde fora vasto pomar aprazível. À outra, adivinhavam-se os restos de um jardim invadido de samambaia. Ao fundo, desmoronando um terreiro de pedra, feito enorme muralde de lâjeas disjuntadas. Mais longe, por todos os lados, cobrindo a morraria até ao pino, os galhos caóticos e sem folhas de um vasto cafezal seco, de cem anos. Nada mais. Pelo menos, nada mais vi relanceando o cenário que o crepúsculo entristecedoramente empastara...”



Está aqui um trecho modelo das admiráveis qualidades descritivas de Euclides e modelo também do seu preciosismo que, se não chega a empanar a beleza da página, poderia, com vantagem, ser eliminado. Aquele “trato” por pedaço não deixa de irritar e o mesmo diríamos de tapera “desgostante”, que nos parece uma tradução do francês “degoûtante”.

Apesar de tais pecadilhos – comuns e característicos de toda a obra de Euclides – a página é magnífica. Por aí vai o escritor, retratando depois do velho que o recebeu: “arcado, como se o doirasse o peso da candeia de azeite suspensa a uma das mãos”.

Em *Contrastes e confrontos* e em *À margem da História*, os únicos livros fragmentários de Euclides, não encontramos essa crônica, o que nos leva à quase certeza de que ela se acha esquecida nas páginas da velha revista.

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Evandro Lins e Silva
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	Rachel de Queiroz
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Raymundo Faoro
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Celso Furtado
12	França Júnior	Urbano Duarte	Dom Lucas Moreira Neves
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Afonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Marcos Almir Madeira
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Roberto Campos
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Zélia Gattai Amado
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Geraldo França de Lima
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Roberto Marinho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT; CITAÇÕES, 10.5/16 PT.



